

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

AURICI AZEVEDO DA ROSA

**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO BANHADO GRANDE – APABG:  
ESCOLAS, EDUCAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**

PORTO ALEGRE  
2015

AURICI AZEVEDO DA ROSA

**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO BANHADO GRANDE – APABG:  
ESCOLAS, EDUCAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós- Graduação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dra. Mónica de La Fare

PORTO ALEGRE  
2015

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

R788a Rosa, Aurici Azevedo

Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande – APABG :  
escolas, educação e preservação ambiental / Aurici Azevedo Rosa. –  
Porto Alegre, 2015.

183 f.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, PUCRS.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mónica de La Fare

1. Educação Ambiental. 2. Proteção Ambiental. 3. Educação e  
Meio Ambiente. I. De La Fare, Mónica. II. Título.

CDD 301.31

**Ficha Catalográfica elaborada por Loiva Duarte Novak – CRB10/2079**

**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO BANHADO GRANDE – APABG:  
ESCOLAS, EDUCAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós- Graduação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Profa. Dra. Mónica de La Fare – PUCRS**

---

**Profa. Dra. Isabel Cristina de Moura Carvalho - PUCRS**

---

**Prof. Ph.D. Júlio César Bicca-Marques – PUCRS**

---

**Prof. Ph.D. Guilherme Corrêa – UFSM/RS**

Porto Alegre  
2015

Dedico esta Dissertação a uma mulher guerreira, a minha mãe, um exemplo de lutadora e de não desistir nunca. Ofereço também aos meus filhos, que são os que me sinalizam esperança.

## AGRADECIMENTOS

A minha orientadora pela paciência e dedicação.

Aos colegas de mestrado sempre disponíveis para colaborar, me incentivando e contribuindo com mais um texto, um autor, etc.

A minha amiga Sandra pela amizade e pelo carinho.

Aos colegas de trabalho das Escolas Vinte de Setembro e Heitor Villa Lobo, por me apoiarem e facilitarem o meu trajeto no mestrado.

A minha mãe pelo amor e paciência de me ver tanto tempo dentro do quarto estudando.

Ao meu companheiro Jorge, por ter compreendido o meu esforço e minhas ausências.

Aos colegas Jorge Froes e Karin Loukili, por revisarem meu trabalho e contribuírem com opiniões.

Ao professor Dr. Fernando Meirelles por indicar caminhos para a reconstrução da história da APA.

Aos interlocutores, entrevistados, professores, escolas, Secretaria de Educação, amigos de luta, por compartilharem comigo suas histórias, suas vidas e seus aprendizados.

A minha nora Mônica, por ajudar na revisão do inglês.

A amiga Josi, colaboradora nas transcrições.

Ao meu filho Jonathan, eterno companheiro, sempre me impulsionando e não me fazendo desistir, te amo.

Ao Grupo de pesquisa Sobrenaturezas, pelo aprendizado, troca de experiências e por me apresentarem um mundo de saber que ampliou minha forma de ver o conhecimento e o mundo.

Ao amigo e parceiro Jorge Amaro, companheiro da ONG Maricá e conhecedor da história ambiental de Viamão.

Ao meu irmão amado, por me emprestar o seu carro, o Corsinha, que me facilitou o deslocamento as Escolas.

E a todos que de uma forma ou de outra contribuíram à realização de minha pesquisa e a sua conclusão, a Dissertação.

## RESUMO

Esta dissertação aborda a história da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande (APABG) – situada no Rio Grande do Sul, Brasil - e como a educação e as escolas se inserem na sua narrativa. Para tanto, procurou-se resgatar aspectos históricos da APABG, estabelecendo vínculos entre as dimensões ambientais, sociais, políticas, culturais e educativas. O espaço estudado se construiu na tensão entre saberes científicos, a vida das comunidades, mitos em relação à natureza, além de interesses políticos e econômicos, em uma teia de relações intrincadas e nem sempre equilibradas. Para compreender essa trama, objetivou-se identificar os modos de relação do humano com a natureza ao longo de um tempo e de um espaço determinados. Buscou-se inicialmente identificar as origens e caminhos que levaram à necessidade de criação de áreas protegidas no mundo e os reflexos no Brasil. A partir daí, o estudo procurou: reconhecer como o saber científico potencializou a emergência da preservação ambiental; analisar os reflexos desta emergência em políticas e legislações ambientais; identificar atores sociais e políticos que contribuíram para a atual legislação brasileira de unidades de conservação e examinar como a Educação se conecta a essa história. Por último, procurou-se explorar os reflexos dessa narrativa nas escolas inseridas na APABG, reconhecendo-se as potencialidades e fragilidades das experiências de educação ambiental. Para a reconstrução da história da APABG, realizaram-se entrevistas semi-estruturadas com atores envolvidos na sua trama mesmo antes de sua criação, em 1998, resgatando-se fragmentos de uma história presente apenas na memória desses atores. Para articular estes fragmentos, utilizaram-se documentos que indicavam pistas de sua origem. Nas escolas, realizaram-se observações participantes, análise documental e entrevistas semi-estruturadas, além de conversas informais, com o objetivo de identificar nas práticas educacionais os modos de vincular-se à natureza do lugar e as características da educação ambiental. Percebeu-se que as histórias se cruzam e se conectam, e que as narrativas acerca da APABG são ricas em potencialidades, embora não estejam fechadas para novas possibilidades que possam contribuir para o apreço e o cuidado de um ambiente diversificado.

**PALAVRAS CHAVE:** Preservação ambiental. Unidades de conservação. Educação ambiental. Escolas, Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande – APABG

## ABSTRACT

The history of Environmental Protection Area of Banhado Grande (APABG) - Rio Grande do Sul, Brazil - and how education and schools are inserting in this context, is focus on the present study. We rescue important historical aspects of APABG, establishing links between environmental, social, political, cultural and educational dimensions. This scenario was built between strain of scientific knowledge, communities life, myths about nature as well political and economic interests – a complex web of relationships and not always balanced. For this, we identify humans and nature relationships modes at time and space. Initially, we tried to recognize origins and paths that reinforce necessity of establishment of protected areas in world and implications for Brazil. Then, the study aimed: recognize how emergence of environmental conservation is improved by scientific knowledge; analyze the consequences of this emergency in environmental laws and policies; identify social and political actors that contributed for current legislation of protected areas and evaluate how education connects to this history. Finally, we explore the effects of this narrative in schools inside APABG, recognizing strengths and weaknesses of environmental education experiences. For reconstruction of APABG's history, we applied semi-structured interviews with actors involved in this scenario - even before its creation in 1998 - recovering fragments of a story present only in memory of these actors. We used documents that indicating clues about their origin to connect these fragments. Participative observations, document analysis, semi-structured interviews and informal conversations were performed at schools, in order to identify educational practices, ways to connect local nature and features of environmental education. We concluded that stories are intersected and connected, and narratives about APABG have great potential, but are not closed to new possibilities that may contribute to appreciation and care of this diverse environment.

**Key-words:** Environmental Conservation. Protected areas. Environmental education. Schools. Environmental Protection Area of Banhado Grande (APABG).

## LISTA DE IMAGENS

<b>Figura 1-</b> Mapa da localização da APABG.....	64
<b>Figura 2-</b> Características ecossistêmicas da APABG.....	64
<b>Figura 3:</b> Cervo-do-pantanal ( <i>Blastocerus dichotomus</i> ).....	65
<b>Figura 4:</b> Aves da APABG e RVSBP .....	65
<b>Figura 5:</b> Imagens da área do RVSBP .....	66
<b>Figura 6:</b> Construção dos canais do DNOS.....	69
<b>Figura 7:</b> Mapa geológico da região com traçado do canal do DNOS.....	70
<b>Figura 8:</b> Diagrama representando a teia APABG.....	72
<b>Figura 9:</b> Alguns membros da CLEAPA.....	93
<b>Figura 10:</b> Assembleia Histórica para votação da mineração.....	101
<b>Figura 11:</b> Votação contra a mineração na Assembleia Histórica.....	102
<b>Figura 12:</b> Manifestação pelo Plano de manejo em Viamão.....	100
<b>Figura 13:</b> Fachada da Escola.....	111
<b>Figura 14:</b> Ambiente da Escola.....	116
<b>Figura 15:</b> Garrafas pet guarda touca.....	117
Figura 16: A paisagem da Escola.....	118
<b>Figura 17:</b> Educação Socioambiental.....	120
<b>Figura 18:</b> Atividade na horta Agroecológica.....	125
<b>Figura19:</b> Frente e jardins da Escola Nova.....	128
<b>Figura 20:</b> Camiseta da COM-VIDA.....	133
<b>Figura 21:</b> Parte das fontes de Águas Claras.....	137
<b>Figura 22:</b> Campos da APABG e RVSBP, ao longe a barragem.....	140
<b>Figura 23:</b> Canteiros desenvolvidos pelo professor de ciências.....	138

## LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

APABG – Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande

APN-VG – Associação de Preservação da Natureza do Vale do Gravataí

APEDeMA-RS – Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul

BM – Brigada Militar

CDCMAM – Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias

CEIC – Coordenação Interestadual Ecológica para a Assembléia Constituinte

CEPRS – Centro dos Professores do RS

CIAG – Complexo Industrial Automotivo de Gravataí

CLEAPA – Comissão de Luta pela Efetivação da APA Banhado Grande

CLEPEI – Comissão de Luta pela Efetivação do Parque Estadual de Itapuã

COPLEMI - Constituição da Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

COVIMA - Conselho Viamonense de Meio Ambiente –

CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento

CT – Câmara Temática

CTM - Câmara Temática de Mineração

CTPM – Câmara Temática do Plano de Manejo

DEFAP – Departamento de Florestas e Áreas Protegidas

DEMAM – Departamento de Meio Ambiente de Viamão

DMA Departamento de Meio Ambiente –

DRH – Departamento de Recursos Hídricos do RS

EOP – Estruturas de oportunidade políticas

EIA-RIMA – Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto ao Meio Ambiente

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FBCN – Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza –

FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - RS

FIERGS – Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul

FZB – Fundação Zoobotânica

GM – General Motors

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IPH – Instituto de Pesquisas Hidráulicas

IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza

LBV – Legião da Boa Vontade de Glorinha

LI – Licença de Instalação

LP – Licença Prévia

LO – Licença de Operação

MINTER – Ministério do Interior

MEC – Ministério da Educação

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MoGDeMA – Movimento Gaúcho de Defesa do Meio Ambiente

MP – Ministério Público

ONG – Organização Não Governamental

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental

PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente

PRONEA - Política Nacional de Educação Ambiental

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

RS – Rio Grande do Sul

RVSBP – Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos

SAALVE – Sociedade Amigos da Água e do Verde

SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente

SEMA/RS – Secretaria Estadual de Meio Ambiente do RS

SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Coservação

UC – Unidades de Conservação

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ULBRA – Universidade Luterana do Brasil

TRANSPETRO – Petrobras Transporte S.A

## SUMÁRIO

1. <b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
2. <b>O LUGAR DA HISTÓRIA:</b> o tempo histórico e teórico para a tessitura APABG.....	21
2.1 Áreas Protegidas – origens e caminhos .....	25
2.2 Áreas Protegidas: Origens e caminhos no Brasil.....	35
2.3 Evolução da legislação de Unidades de Conservação no Brasil – articulações, influências e caminhos.....	42
2.4 Educação e Ambiente – origem, entrelaçamentos e caminhos no mundo e no Brasil .....	51
2.5 O lugar da percepção: origens e caminhos.....	60
3. <b>A HISTÓRIA DO LUGAR:</b> A Tessitura do Espaço APABG.....	65
3.1 Caracterização da APABG – a tessitura ambiental.....	65
3.2 A História da APABG.....	74
3.2.1 Sujeitos da tessitura.....	76
3.2.2 Fontes da tessitura.....	79
3.2.3 A tessitura ambiental e social.....	80
4 <b>O LUGAR DA EDUCAÇÃO:</b> O Enredo Escolas, a APABG e o Ambiente.....	109
4.1 O caminhar metodológico.....	110
4.1.1 Cuidados éticos com a pesquisa.....	111
4.2 Conhecendo o Caminhar em Educação Ambiental.....	112
4.3 O caminhar nas Escolas.....	113
4.4 Discussões.....	150
5. <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	157
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	161
<b>ANEXOS</b> .....	169
<b>Anexo 1</b> - Decreto Criação da APABG.....	170
<b>Anexo 2</b> – Folder Divulgação da APABG .....	174
<b>Anexo 3</b> – Folder Risco Ambiental na APABG .....	175
<b>Anexo 4</b> – Portaria SEMA nº 046 .....	176

<b>Anexo 5</b> – Portaria SEMA nº 050 .....	177
<b>Anexo 6</b> – Portaria SEMA nº 025 .....	178
<b>Anexo 7</b> – Roteiro Entrevistas .....	180
<b>Anexo 8</b> – Roteiro Entrevistas Educadores .....	181
<b>Anexo 9</b> – Carta de Apresentação .....	182
<b>Anexo 10</b> – Termo de Consentimento Livre Esclarecido.....	183

## 1. INTRODUÇÃO

A natureza se constitui no encantamento primeiro do ser humano. Digna de ser retratada por este mesmo antes da criação das palavras. As primitivas representações gráficas de sua existência se encontram até hoje registradas em cavernas sendo as pistas da relação humano-natureza. Ao deixar de ser itinerante, o humano a levou para casa, plantou, criou, cercou, domesticou, trouxe-a gradativamente e modificadamente. E no mesmo tempo e espaço construiu a sua história evolutiva com ela, o que seria impossível de outra maneira. O *macaco nu* (MORRIS, 1967) construiu o povoado, a *polis*, a *mega-polis*, a *giga-polis*, a *biosfera-polis*. E em todas levou dentro e fora de si à natureza.

Ao se expandir pela *biosfera-polis*, dominou a natureza, ou assim pensou, e os espaços por onde trilhou, deixando seus rastros na passagem. E na tentativa de domínio criou ciência. Habilidades que eram repassadas, mostradas e seguidas por seus irmãos de espécie. Porém, o mundo vivido lhe mostrava o como fazer ciência e a partir dessa interação ia concebendo novos saberes e, evoluindo e construindo novos espaços. Caminhou, e caminhou o mundo, mas levando o mundo dentro de si, a sua cultura, agora o ente humano carrega a natureza e a cultura. Seguindo seu jeito itinerante e errante foi mudando, de tom, de cabelo, de estatura, diferenciou-se e assim a sua cultura, agora culturas. E as *polis* passaram a ter dono, nome e poder, além de ciência e moeda.

E a natureza estava sempre ali. Entretanto, na sua tendência de explorar, procriar e criar, o mundo ficou pequeno e pareceu-lhe interessante disputar espaço com ela. Renegando dentro de si a sua origem, contradizendo o seu interior, pensou em se apartar dela achando que o mundo do saber lhe proveria todas as respostas. Doce ilusão consciente, pois foi dela que retirou o saber.

No contraditório humano, defendendo-se de si mesmo, resolveu que precisava cercar a natureza para poder protegê-la, mas esqueceu que ela estava também no seu interior. E ainda, criou saberes para ensinar seus irmãos de espécie a proteger o mundo natural, além de utilizá-lo. Passou a disputar os espaços naturais e seus recursos com outras *polis*. Achou que um tom valia mais que outro, que uma ideia era superior a outra, que a quantidade de moedas dava-lhe o direito de poder sobre os demais. E criou a crise externa, sendo que a crise é oposta.

Mas a sua essência, a sua origem nunca lhe abandonaram, e assim na sua luta interna e na reconstrução de seu saber, busca, reforçar o seu vínculo natural. Resgatar o mundo, o outro e o eu, e assim construir novas culturas e outros modos de viver e conceber o mundo, o seu

espaço humano e não-humano, o social, o ambiental e o cultural, todos pertencentes à mesma *bioesfera-polis*.

\*\*\*

No devaneio de palavras apresentado acima, tentei fazer um micro-resgate do caminhar do ser humano no mundo, intencionando mostrar aspectos que se relacionam ao trabalho desenvolvido na pesquisa. Ao tematizar a relação entre Unidades de Conservação e Escolas, poderia ter escolhido muitos caminhos, mas a princípio pensei em um que se relacionasse a minha história de vida. Ao me tornar professora de ciências, jovem idealizadora, revoltada com o mundo em plena década de 1980, criada na ditadura e na guerra fria, queria mudar o mundo. Acreditei fielmente ser a educação e a Escola uma grande possibilidade, crença que não perdi até hoje. Amava o saber científico e confiei nele cegamente. Mas reaprendi a ver a educação e a ciência, pois aprender e buscar novos saberes são inerentes a minha condição humana e de educadora.

Na inquietude que me é peculiar busquei, reinventei aulas, li e encontrei pessoas que se alinhavam ao meu modo de pensar, lá na década de 1990, quando comecei a dar minhas primeiras aulas, quase tudo meio por acaso, se é que isto existe. Entre estes acasos, no passar dos tempos de 1996, ao chegar a Brasília, e nos anos 2000, deparei-me com educadores que se diziam ambientais. Estamparam-me a crise, assustei-me. Falaram da educação holística, apaixonei-me e viajei. Busquei e devorei livros de Educação Ambiental, o IBAMA era a minha fonte. E, assim, me tornei uma Educadora Ambiental, com a convicta certeza de que ela seria a Educação que procurava e que me ajudaria a salvar o mundo e aos jovens das mazelas da sociedade em crise. Doce e delirante ilusão, mas valeu.

Na insatisfação das respostas encontradas, continuei o caminho esmiuçando aqui e ali na tentativa de elucidar as minhas ideias e de incrementar meu atuar docente. Quando me dei conta de uma coisa. Através de uma experiência que se iniciou ao percorrer a estrada que me levava à Brasília. Recém saída dos pampas, com toda a arrogância que achava que não tinha, declinei-me ao estranhamento da vegetação do lugar. Árvores tortas, minúsculas, carregadas de sofrimento, terra seca, avermelhada que parecia sangrar. Guardei essa experiência no recôncavo de minhas memórias, e lá ficaram. Ao transitar pelos caminhos da educação ambiental, da biologia e das dificuldades e alegrias da vida, me vi nas árvores tortas do Cerrado. E percebi que elas, assim como eu, tinham aqueles aspectos pela luta que travavam com o ambiente pela sobrevivência, que essa era a beleza que traziam. Eu me vi naquela natureza e ela se projetou em mim.

A partir daquele momento, passei a trabalhar com meus alunos os temas ambientais de outro modo. No projeto bimestral sobre natureza, em 2003, projetei nele a minha experiência, e o chamei de “Conhecendo para Amar o Cerrado”. Tentando-lhes mostrar que o conhecimento e a sensibilidade andam juntos, que é preciso ter amor e saber para perceber a si mesmo, ao outro e ao mundo. Após oito anos nesse rico lugar que é o Cerrado, voltei aos Pampas.

Chegando a minha provinciana cidade natal, Porto Alegre, em 2004, persegui a minha índole de educadora, poucas portas encontrei. Porém, desistir não é um verbo que gosto muito de conjugar, mas sim lutar. E este ano se mostrou como o mais difícil de minha vida, com perdas irreparáveis, mas não desisti dela, da vida. No emaranhado das linhas da vida, eis que uma se projeta a qual me alinhei, e ingressei como professora de ciências na Escola Municipal Ensino Fundamental Apolinário Alves dos Santos, na véspera do dia dos professores, em 2004. Escola situada na região de Águas Claras/Viamão, que tinha uma paisagem belíssima, virada para um banhado que se projetava ao longe.

Iniciando minhas atividades como educadora, deparei-me com essa paisagem. Do alto do pátio da Escola avistava um lago ao longe enveredado num campo verdejante a perder de vista. E a inquietude que me é peculiar levou-me a inquirir. Perguntei aos alunos e aos colegas, e o máximo que me sabiam dizer é que era um banhado. Diferentemente do cerrado, aqui primeiro me encantei e depois conheci, aprendi a lição.

A partir daquele instante o banhado passou a ser o foco de minhas pesquisas e estudos e se inseriu no meu atuar docente, na minha biologia, na minha vida. Não faria sentido ensinar ciências nos livros, visto que a ciência estava lá fora. Mas queria saber mais e consegui, descobri que a área se tratava de uma unidade de conservação, a Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande – APABG. Um aluno me contou, pois seu tio, que era da ONG SAALVE, estava na luta para proteger o lugar, falou em luta e lá me fui. Sentindo-me solitária nas ações encontrei um parceiro, um entusiasta e ideólogo professor de história, que hoje é o professor de geografia na mesma escola.

Mas ainda achava pouco, éramos solitários, mas bravios e entusiastas. Mesmo assim, em função de nossas ações em EA, em 2006 fomos convidados para ingressar a atuar na ONG Grupo Maricá. Tornamo-nos ambientalistas, ou quase isto, não me vejo como tal. E, em 2009, passo a representar a ONG no recém-criado Conselho Deliberativo da APABG, e estou lá até hoje. Em 2014, cria-se o Conselho Consultivo do Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos – RVSBP, inserido na APABG, onde também ocupo um assento.

Dessa maneira chego a essa pesquisa, tentando entender por que a APABG não era inserida nas ações da escola, por que os educadores não a usavam em suas aulas, pelo menos era o que eu achava. E parti à procura de respostas às minhas questões. Primeiro, pesquisei sobre o nível de conhecimento da APABG e do RVSBP, foco de minha pesquisa de especialização em Educação Ambiental. Continuando o caminhar, aportei no mestrado da PUCRS. E pensando aqui, lendo ali e ouvindo acolá, cheguei ao meu projeto de pesquisa e delineei meu campo, meus objetivos e a trajetória. A princípio o foco seria na percepção dos educadores em relação à APABG. Conforme os dados foram se projetando, constatou-se que a história da UC é que daria indícios da relação escolas e preservação ambiental, no caso a preservação da APABG.

Portanto, a pesquisa trata sobre a Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande – APABG, a história de sua institucionalização como unidade de conservação, e o papel da educação nessa narrativa. Assumi como problema o como se enredou a criação da APABG e de que forma a educação e as escolas, localizadas dentro ou próximas à APABG, no município de Viamão, se fizeram presentes nessa trama. De posse da ideia a ser explorada, tracei o objetivo a ser alcançado, no qual me propunha a pesquisar a história da formação da APABG e como isso se configura nas práticas dos educadores e dos gestores educacionais das Escolas localizadas em Viamão, no entorno da APABG. Para poder alcançar tal objetivo delineei os caminhos a serem seguidos. Primeiro pesquisei a relação do humano com a natureza, o surgimento da ideia de preservação ambiental e os reflexos no Brasil, bem como as suas legislações. Resgatei a historicidade da APABG, identificando os motivos de sua criação, os conceitos de natureza e os atores envolvidos e a presença da educação neste contexto. Investiguei qual foi à inserção das Escolas nesse processo e como as políticas públicas de EA para UC orientam essa relação. E analisei as práticas de EA dos educadores das escolas em relação à APABG.

Quando iniciei o processo de resgate histórico, incluí na pesquisa teórica a origem das áreas protegidas, tema que se desdobrou em muitas questões. Por exemplo, o como foi se estabelecendo a relação entre o humano e o mundo natural a partir de um tempo histórico. Que consequências emergiram dessa relação e como isso afetou ou criou a ideia de preservar a natureza. Quando e como as ciências naturais e humanas se inseriram na discussão. Situando no Brasil, de que forma todo esse contexto histórico se desdobra no desenvolvimento de um país em expansão. Ademais, qual tratamento político, social e legal

foi dado a uma natureza descomunal de uma grande riqueza de recursos naturais. Todo esse arcabouço teórico e histórico formatou o capítulo um.

A ideia inicial era inserir a historicidade da APABG, na primeira parte. Entretanto, a sua composição tomou uma riqueza de detalhes, que ficou impossível retê-la em um espaço exíguo. E o Banhado Grande merece destaque. A malha de relações se mostrou extremamente complexa que a chamei de tessitura. Reconstruir uma história que estava na memória das pessoas tornou-se um desafio e tanto, e uma belíssima oportunidade. Cada fio que se puxava outros mais se projetavam, e sendo assim, contei com a disposição de interlocutores expressivos. O arcabouço que se formou com a recuperação dos dados narrados e documentais integrou a tessitura histórica da APABG, compondo sua micro-história o capítulo dois.

As Escolas nem sempre se faziam presentes na narrativa da APABG, revelando um indício. Porém, a APABG foi criada em 1998, mas a sua natureza não, sempre esteve lá. Quem chegou primeiro no lugar foram as Escolas. Poucas a princípio e muito simples, a maioria compondo uma ou duas salas de aula em instalações provisórias e precárias, atendendo a poucos alunos em uma comunidade totalmente rural. Então não é a sua relação com a UC, mas sim com a natureza do lugar. E foi isto que as entrevistas com os atores da história da APABG e as observações de campo revelaram.

O trabalho de campo nas Escolas revelou-se surpreendente, rico em narrativas, práticas, potencialidades e dificuldades. Durante o período, de treze de outubro a dezoito de novembro de 2014, conheci professores dedicados e vinculados com o ambiente. Todavia, presos a amarras que a estrutura de uma Escola e do saber científico lhes impõe. E é nesse mar tortuoso que eles navegam e encontram jovens e crianças, lhes mostrando caminhos, ofertando conhecimento e afeto. Modelos a serem seguidos, e o são, talvez necessite de um algo a mais para uma educação que inclua temas ambientais, um mundo além dos conteúdos. Contudo, encontram-se na indagação, na reflexão, na sensibilidade, no processo. Não há o certo ou o errado, há o processo. E este se consolidou no capítulo 3.

Como metodologia desta pesquisa, primeiramente o foco recaiu na APABG. Entrevistei pessoas, atores que se fizeram presentes antes da criação da UC e na luta por sua efetivação. Fiz pesquisa documental, analisando os fatos e o modo de sua construção e efetivação. Descobri quais atores presentes nessa trama, e parti para ação. Entrevistei pessoas que se fizeram presentes mesmo antes da APABG ser criada e outras que se inseriram no decorrer do tempo na luta pela sua efetivação, ou seja, para retirar a UC do papel. Utilizei a

metodologia de entrevistas semi-estruturadas, através de roteiros de temas que julguei significativos a reconstrução histórica. No acaso dos fatos, eis que um alguém se mostra um ótimo informante, um professor da UFRGS conhecedor e participante da história da APABG. Tornando-se um referencial às entrevistas e à pesquisa em documentos, contribuindo e enriquecendo meu trabalho.

Nas Escolas, adentrei em seus espaços, não no tempo que julgava suficiente, mas naquele que me foi possível. Por lá fiz observação participante, entrevistei educadores e alunos, coletei material escrito e digitalizado, dentre outros. Foram duas as escolas escolhidas, para elencá-las utilizei o critério de proximidade, ou seja, as que se situam dentro ou fronteiriças à UC. Além desse parâmetro, optei por selecionar aquelas que desenvolviam atividades de EA, identificadas em outra pesquisa intitulada Premissas para a Elaboração do Plano de Educação Ambiental para a Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande. Investigação que realizei durante pesquisa de especialização em EA, que tinha por objetivo conhecer o nível de conhecimento da UC e identificar as escolas que inseriam a APABG nas suas práticas de EA. Permaneci nas escolas, realizando as observações no período de treze de outubro a dezoito de novembro de 2014. Foi um caminhar exploratório, do tipo descritivo e de natureza qualitativa.

Este trabalho não pretende ser o ponto final, mas sim o começo. E eu não pretendo provar nada, mas mostrar que na vida, na natureza, no mundo e na Escola tudo é possível, desde que se queira. Porém, indicar que a preservação ambiental e a educação são acontecimentos que se vinculam e isso sugere um andar juntos.

## 2. O LUGAR DA HISTÓRIA – o tempo histórico e teórico para a tessitura da APABG

A história da produção da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande – APABG, ultrapassa o limite de tempo de sua criação enquanto unidade de conservação (UC). É uma história que envolve uma sequência de acontecimentos resultantes da presença humana no mundo, ou seja, da aventura do humano na e com a natureza. Compõe uma tessitura entre os elementos naturais, sociais, culturais e o conhecimento. Elementos estes, intimamente vinculados, sejam na condição de mito, necessidades de recursos, afetos, de beleza cênica e uso econômico. E que se projetam na história da APABG ao longo do seu tempo e no espaço. Pois, como esboça Lefebvre, “o tempo e o espaço não se dissociam nas texturas: o espaço implica num tempo e inversamente” (1991, p. 118 tradução nossa). Quer-se dizer que a produção do espaço APABG, de sua textura de UC, foi se delineando à medida que o tempo histórico entrelaçou-se a ela, compondo a ideia de sua criação e de sua efetivação.

Portanto, reconstruir a história do espaço APABG, é buscar o tempo, sua produção e seus vínculos. É não fragmentar em traços – ambiental, social, político, cultural, educacional, posto que sejam simultâneos, contínuos, intrínsecos, superpostos e vinculados. Esquadrinhar esta historicidade é conhecer o lugar tendo “[...] um alcance retrospectivo e um alcance prospectivo”<sup>1</sup>. Resgatando os caminhos percorridos por sua narrativa para, possivelmente, vislumbrar novos caminhos. Sendo um deles, a apropriação de sua história pela comunidade do lugar, como, por exemplo, as escolas inseridas em seu território. Compreender como cada fio foi tecido, como a sociedade, no caso a comunidade do lugar, produziu o espaço APABG. E como isto se articula com outras esferas, tais como as leis ambientais, o conhecimento científico, as escolas, a política. O que

[...] permitirá melhor compreender como as sociedades engendram seu espaço e seu tempo (sociais), quer dizer seus espaços de representação e suas representações do espaço. Igualmente, ele deverá permitir não prever o futuro, mas fornecer elementos a serem colocados em perspectiva no futuro: ao projeto de outro espaço e de outro tempo numa sociedade outra, possível e impossível.<sup>2</sup>

Como citado acima, observa-se a articulação de duas formas de representação trazidas por Lefebvre à *representação do espaço* e o *espaço de representação*, ligados à prática social<sup>3</sup>. O primeiro, a *representação do espaço ou espaço concebido*, constitui-se naquela elaborada cientificamente e intelectualmente. É como se concebe o lugar através do saber, sendo “[...] o espaço dominante em uma sociedade [...] elaborado intelectualmente”. Quanto

---

<sup>1</sup> Ibid. p. 91

<sup>2</sup> Ibid. p. 91

<sup>3</sup> Ibid. p. 38

ao segundo, o *espaço de representação* é o “*espaço vivido*”, é o de domínio da comunidade, que envolve os seus saberes, cultura, mitos, etc.<sup>4</sup> A prática espacial ou a prática social, o que é percebido de uma sociedade, ao mesmo tempo em que produz o espaço é secretado por ele. Em uma relação dialética entre espaço e prática, ou melhor, uma relação dialética entre o percebido da sociedade, o espaço concebido e o espaço vivido. A triplicidade entre percebido-concebido-vivido.

Sendo assim, para situar a historicidade da APABG, pretende-se ir além de sua função de preservação ambiental e incluir na análise desse espaço a relação dialética entre os três termos citados por Lefebvre: o concebido, o vivido e o percebido, ou reciprocamente, a representação do espaço, o espaço de representação e a prática espacial<sup>5</sup>. Ou seja, a cultura que vem se estabelecendo ao longo do tempo pela ligação do humano com a natureza, os usos e interesses dos recursos naturais e os conhecimentos ecológicos e de conservação. E, enredando-se a todos estes pontos, a política e os atores sociais que participaram de sua história. Diferentes elementos e conceitos que se projetam e, a partir de alguns pontos significativos para essa pesquisa, intenciona-se situar nessa narrativa.

Buscando reposicionar o humano na natureza, as ciências naturais e sociais vem há algum tempo experimentando conexões e aproximações, com o desejo de fugir de reducionismos biológicos e antropocêntricos. Ou seja, de não enquadrar a relação humano-natureza através de um foco biologizante, do império da natureza ou de domínio do ser humano. Mas sim perceber a reciprocidade dos vínculos entre as sociedades, suas culturas e o ambiente. E, como argumenta Drummond, isso “significa que o cientista social dá às ‘forças da natureza’ um estatuto de agente condicionador ou modificador da cultura” e que “a cultura humana age sobre o meio físico-material, propiciando significados e usos complexos dos seus elementos”<sup>6</sup>.

Experimenta-se assim fugir de dualidades, como por exemplo, humano-natureza, cultura-ambiente expostas pela ciência moderna na qual, conhecer exprime a ideia de separar em partes (SANTOS, 2010, p.15). Ao contrário, almeja-se vislumbrar simetrias, entrelaçamentos entre a história humana e ambiental (natureza) e pensar como tal história se estabeleceu no tempo e no espaço, influenciando e originando a necessidade de criação de áreas protegidas e, por derivação, a APABG.

---

<sup>4</sup> Ibid. p. 39

<sup>5</sup> Ibid. p. 39

<sup>6</sup> Ibid. p. 181

Ampliando esse entendimento, trata-se de estabelecer um contínuo entre o humano e a natureza. Vínculo que se estabeleceu com o surgimento do ente humano e, que foi se ampliando no tempo e no espaço, seguindo diversos aspectos: sobrevivência, afeto e apreço, uso dos recursos naturais, etc. Sendo assim, pensar a proteção natural requer conhecimentos das ciências naturais e das ciências sociais em constante movimento e resignificação, pois:

“A distinção dicotômica entre ciências naturais e ciências sociais deixou de ter sentido e utilidade. Esta distinção assenta numa concepção mecanicista da matéria e da natureza a que contrapõe, com pressuposta evidência, os conceitos de ser humano, cultura e sociedade” (SANTOS, 2010, p.21).

A separação, a fragmentação entre as ciências tem sido até o momento, o modo preponderante de operar o conhecimento. O que não potencializa a compreensão dos processos históricos em que foi se constituindo o lugar, no caso a APABG. E não favorecendo a percepção do ser humano como pertencente ao seu ambiente. Além disso, requer também uma nova relação do sujeito pesquisador com seu objeto de estudo, onde ao mesmo tempo em que se revela o objeto se revela também o sujeito. E é nesse sentido que se pretende resgatar a história da APABG e de sua natureza socioambiental<sup>7</sup>.

Destarte, descrever essa trajetória é recompor a história ambiental desse lugar no tempo e no espaço. Segundo Pádua, mostra-se interessante ler e contar os fenômenos históricos através de um esforço analítico “[...] de forma aberta, dinâmica e interativa, três dimensões básicas que se mesclam na experiência concreta das sociedades” (2010, p. 94). Aberta a tudo que se mistura nesse lugar que é a APABG, na interatividade e no dinamismo de suas paisagens, dos incluídos e excluídos, dos objetivos de sua criação. Da participação social, de sua importância ambiental com seus recursos a serem preservados e utilizados pela comunidade. Dos diálogos entre ambiente e sociedade, da importância da educação para uma experiência socioambiental e todas as experiências aí sentidas e vividas.

Enfim, englobando todos os aspectos ambientais e sociais num vínculo dialético permanente. Envolvendo três categorias que se encaixam na reflexão, a ecologia, as relações econômicas e a cognição humana<sup>8</sup>. Ou melhor, a biodiversidade e suas relações ecológicas, a sociedade, ou mais pontualmente, a comunidade do lugar e suas interdependências sociais, culturais e econômicas. E a capacidade humana de apreender, através de todas as oportunidades surgidas, inclusive a Escola.

---

<sup>7</sup> Embora reconheçamos o caráter multidimensional da questão ambiental, entendemos ser necessário enfatizar a articulação entre a dimensão social e a dimensão ambiental, motivo pelo qual apresentamos neste documento a formulação “socioambiental” em vez de simplesmente “ambiental” (ProNEA, 2005)

<sup>8</sup> Ibid. p. 94

A história ambiental, segmento recente do campo da história vem se ampliando, construindo e se reconstruindo a partir de 1970. Segundo Worster esse domínio surge para rejeitar um modo tradicional de fazer história que desconsidera a ação do humano sobre a natureza e o reverencia como um ser superior aos demais seres. Ao mesmo tempo, desponta na emergência e fervilhar da crise global ambiental e social e dos movimentos ambientalistas. Apresenta como objetivo “[...] aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (WORSTER, 1991, p. 199). Essa área do conhecimento pretende assim, relatar a historicidade do nexos que vem se construindo entre humanos e não humanos ao longo do tempo, quer dizer, “[...] trata do papel e do lugar da natureza na vida humana”<sup>9</sup> e reciprocamente.

Partindo-se desses aspectos, intenciona-se explorar a história de como e por que a APABG se constituiu e o papel da natureza e da comunidade nesse espaço. Para analisar essa narrativa é necessário traçar alguns caminhos que possam contribuir para elucidá-la. Worster oferece três possíveis níveis de análise histórica que parecem pertinentes ao exame da historicidade da APABG. O primeiro se refere ao mundo natural, seu lugar, seus aspectos bióticos e abióticos<sup>10</sup> e os vínculos ecológicos aí estabelecidos, em suma, tudo que concerne à biodiversidade do lugar. Um segundo ponto é como se estabelecem as tensões sociais e econômicas com o ambiente, como se difunde o poder de interferência e de tomada de decisões, o que nem sempre “[...] se distribui de forma igualitária por uma sociedade [...]”<sup>11</sup>. E o terceiro nível de análise concerne ao como e a partir de quais ideias e valores o humano percebe o seu ambiente, como essa visão foi sendo construída ao longo do tempo, e que consequências pode ter gerado. O que para Worster refere-se a

[...] aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza [...]”<sup>12</sup>.

Com base nos pressupostos elencados, pretende-se explorar os caminhos que levaram à constituição da APABG, por que a categoria de Área de Proteção Ambiental – APA<sup>13</sup> e por que nesse lugar. Portanto, intenciona-se aqui resgatar fatores históricos, culturais, políticos e

---

<sup>9</sup> Ibid. p. 201

<sup>10</sup> Bióticos referem-se aos elementos vivos em um habitat e abióticos os não vivos.

<sup>11</sup> Ibid. p. 202

<sup>12</sup> Ibid, p. 202

<sup>13</sup> As categorias de unidades de conservação são definidas conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. A APA é uma categoria de uso sustentável, não restritiva, que permite a ocupação humana e utilização de seus recursos naturais, conforme plano de manejo.

sociais que se julgem significativos a serem tematizados para melhor compor a história das áreas protegidas e da unidade de conservação em questão.

O primeiro refere-se à história de criação de áreas protegidas, os seus formatos, o modelo seguido e as redes de interações associadas ao modelo (GODOY, 2000, p. 130). Além disso, as reconfigurações que o modelo sofre com o despontar das ciências ecologia e biologia da conservação. Igualmente, vinculando-se a essa história os modos como as comunidades se relacionam com áreas protegidas.

Num segundo momento, analisar a evolução da legislação de áreas protegidas e da educação ambiental (EA). Por último, realizar uma breve exploração nos conceitos de percepção ambiental. Com todo o aporte histórico aqui levantado, passa-se então a reconstruir a trama da APABG, a sua história, os entrelaçamentos com o modelo de área protegida e com a história do ambientalismo e da legislação ambiental, bem como a importância de sua biodiversidade e recursos naturais. Além disso, os vínculos estabelecidos com a comunidade, as escolas, as participações sociais, as ideias que motivaram sua criação, as subjetividades, os saberes, as percepções, ou seja, tudo que se conecte, de alguma forma, a sua criação, ao seu estabelecimento e a sua efetividade. Intencionando-se assim, resgatar através de documentos e de testemunhos, a história dessa unidade de conservação, bem como todas as projeções no tempo e no espaço, sejam elas entre atores sociais, pesquisadores, gestores, educadores, etc.

## **2.1 Áreas Protegidas – origens e caminhos**

Para se compreender a existência e o significado atual das unidades de conservação (UC) e a ideia de cuidado e da minimização da tensão humano e natureza, torna-se necessário situar alguns aspectos da relação estabelecida no tempo histórico entre o humano e a natureza. Certos pontos que podem ter contribuído para a criação e/ou a necessidade de áreas protegidas. Não se ambiciona aqui resgatar todos os caminhos que levaram a tal necessidade, mas focar àqueles que possam contribuir na (re)construção histórica da APABG.

A humanidade se constituiu como tal a partir de tensões entre o ente humano e a natureza, seja a própria natureza humana, como também àquela que se despontava a sua frente ora o afrontando ora beneficiando-o. Uma tensão que oscila em dominar e ser dominado. Gradativamente o ser humano desenvolveu mitos, técnicas e meios de formatar a sua relação com o mundo natural e servir-se dele. Entre tantos modos, e buscando sobrepujar o seu entorno em prol de sua subsistência, o humano domesticou animais e plantas ampliando sua

capacidade de obter recursos naturais e conhecimento, mas ainda preso a mitos explicativos de certas manifestações naturais.

Há nesse curso histórico uma (re)negociação e uma (re)invenção do humano e do ambiente e da tensão entre ambos. Consiste em toda uma “tradição ambiental” de relacionar-se com o ambiente que se (re)atualiza e não se encerra no tempo, “[...] mas provoca a sua abertura e instaura, ao atualizar-se nas ações presentes, os caminhos imprevisíveis da abertura dos sentidos, permanentemente em risco” (CARVALHO, 2009, p. 138). É reapropriar-se da tradição elaborando-se novos horizontes, portanto, não uma natureza, mas as naturezas. Corresponde a uma ciclagem histórica e cultural, em que o ser humano vai reinventando a natureza ao passo que se reinventa. Significados que vão se projetando no tempo e se encontram refletidos no presente.

Fazendo-se um recorte temporal, inicia-se a retomada da “tradição ambiental” a partir do século XVI. Período que Keith Thomas considera importante para entender a série de sentidos com o ambiente natural. Para ele é preciso

[...] retornar ao início do período moderno. Com efeito, foi entre 1500 e 1800 que ocorreu uma série de transformações na maneira pela qual homens e mulheres, de todos os níveis sociais, percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor (2010, p. 19)

No despontar da modernidade a sociedade buscava estabelecer mudanças culturais e sociais contrapondo-se ao modo rústico e selvagem feudal. A natureza representava essa selvageria. Portanto, dominá-la, domesticá-la e saneá-la consistia na negação ao mundo selvagem. Com isso, uma gama de novos valores e comportamentos se estabelece para formar a nova sociedade, um mundo civilizado e “a natureza, tida como o Outro da civilização, representava uma ameaça à ordem nascente” (CARVALHO, 2009, 139). A natureza, e tudo que ela encerrava eram, pois subordinados ao ser humano, as suas necessidades e prazeres.

Entretanto, algumas mudanças no olhar à natureza se estabelecem com o aflorar de outras percepções e novos conhecimentos. Keith Thomas delineia que no final do século XVII o entendimento dessa relação começa a ser povoado por outros sentires, ao que ele denomina de *novas sensibilidades* (2010, p. 245). Estas se referem a novos modos de sentir, perceber e de se relacionar com animais e plantas. O naturalismo arcádico do século XVII, segundo Carvalho, se mostra como um momento de reencontro e a valorização da natureza (2009, p. 140). À época, a doutrina cristã passa a considerar dignas de respeito todas as criaturas pertencentes à Criação Divina (THOMAS, 2010, p. 245). Essas *novas sensibilidades* passam a permear a conduta humana, ressignificando a relação humano e natureza.

O século XVIII também se oferece como um tempo rico dessas *novas sensibilidades* herdado do arcadismo e com o incremento de mudanças oferecidas pela evolução da história natural. Descobertas como a do microscópio no final do século XVII serviu para refutar crenças científicas e populares em relação à origem da vida (THOMAS, 2010, p. 123). Porém, a natureza começa a ser classificada e separada à luz da ciência, e o caráter simbólico e de sensibilidade, aos olhos humanos começam a ser desconstruídos, Thomas aborda essa resignificação em que

No lugar de um mundo natural que conservava a fragrância da analogia humana e do significado simbólico, e era sensível ao comportamento do homem, eles construíram um cenário natural separado, pare ser visto e estudado por um observador externo, a enxergá-lo através de uma janela, seguro no conhecimento de que os objetos de contemplação habitavam um reino diverso, sem presságios ou sinais, sem importância ou significado humanos.<sup>14</sup>

Concomitantemente, tem-se o incremento das ciências, da tecnologia, das indústrias e da produção na contramão dessas *novas sensibilidades*. A Revolução Industrial promoveu uma transformação sem precedentes que, conjuntamente com o crescimento populacional e migração rural-urbana, fomentou a formação de centros urbanos. Sendo assim, o ambiente vai se tornando cada vez mais degradante tanto ambiental como socialmente, fatores que se desdobram pelo século XIX. E, de acordo com Carvalho, as novas sensibilidades nascem em contrapartida ao modelo de vida que despontava à época (2009, p. 141).

Como consequência, contingentes humanos passam a buscar e valorizar ambientes que ainda guardam um aspecto natural para que possam contemplar e voltar à natureza selvagem (*wilderness*), aos seus mitos, às paisagens cênicas de beleza natural (DIEGUES, 1994, p.20). Quando fala-se de mito em relação à natureza, segue-se a ideia exposta por Diegues onde este conceito se refere a um simbolismo da natureza, como aquela intocada pelo ser humano, descrevendo-o como:

A noção de mito naturalista, da natureza intocada, do mundo selvagem diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado ‘puro’ até anterior ao aparecimento do homem.<sup>15</sup>

Situações que podem ser consideradas como um insinuar a ideia de áreas protegidas. Entretanto, Diegues também salienta que essa busca pela “valorização do mundo natural e selvagem” além de sofrer a influência da História Natural<sup>16</sup> e de preceitos cristãos em que

---

<sup>14</sup> Ibid. p. 125

<sup>15</sup> Ibid. p. 45

<sup>16</sup> Termo utilizado nos séculos XVIII e XIX, que designava a ciência do mundo natural, físicas, da terra, dentre outras, quem era estudioso desse campo denominava-se naturalista.

todas as criaturas vivas pertencem à Criação Divina e, portanto, são dignas de respeito, valorização e cuidado, possui forte incremento dos “escritores românticos”, em que:

Essas ideias, sobretudo a dos românticos do século XIX, tiveram, portanto, uma grande influência na criação de áreas naturais protegidas, consideradas como ‘ilhas’ de grande beleza e valor estético que conduziram o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada (DIEGUES, 1994, p. 20).

Toda essa dimensão humana dada à relação com a natureza e, diante das belezas naturais do Novo Mundo, se projeta nas Américas, com destaque aos EUA. Conforme Diegues (1994), a percepção de natureza no Novo Mundo, vem acompanhada da visão romântica de busca pelo “paraíso perdido” e de proteção do mundo natural e selvagem (*wilderness*). O mito de “paraíso perdido” refere-se ao retorno à idealização cristã do Éden, o paraíso do qual o ser humano foi expulso após o pecado original. Essa concepção de *paraíso* do Cristianismo concerne a um espaço natural “[...] de grande beleza e rigorosamente desabitado [...]”. Conforme Diegues, esse mito exerceu forte influência nos primeiros conservacionistas norte-americanos (1994, p. 23).

Igualmente, sugestionou a criação de áreas protegidas, se concretizando com a criação dos Parques Yosemite em 1864 e de Yellowstone nos EUA em 1872. Parques estes que passam a ser modelo de áreas protegidas não só nas Américas como em outros países do mundo, principalmente o Parque Yellowstone. Além disso, a criação de parques vem responder a um modo degradante de ocupação das terras norte-americanas e de desenvolvimento econômico e social.

O Parque Estadual de Yosemite, surge durante a Renascença americana na qual se realçam pensamentos de beleza natural, de retorno ao divino, da harmonia com Deus (GODOY, 2000, p. 130). Destaca-se a ideia de volta ao natural, “um tipo de naturalismo”, onde “[...] a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, através de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la” (DIEGUES, 1994, p. 11). Essa concepção traz consigo a intenção de volta ao mito do “paraíso perdido” do vínculo com o natural e das *novas sensibilidades*.

Já a criação do Parque Yellowstone se dá e no “declínio da Renascença americana”, nessa época desponta o pensamento científico, o que para Godoy é o momento em que “[...] se articula, pela primeira vez, um resposta estética e científica sobre a natureza” (2000, p. 130), mas sem se desvincular do mito do paraíso-perdido.

Dessa forma, com o despontar da ciência moderna, isto é, com as novas concepções “do pensamento racional representado por conceitos como ecossistema, diversidade biológica,

etc.”, associadas àquela noção de mito, evidencia-se em uma reconfiguração da visão de natureza ao que Diegues chama de “neo-mito” (DIEGUES, 1994, p. 11). O que vem a se constituir na aproximação do mito de natureza como paraíso à noção científica. A partir dessa reconfiguração, verifica-se uma nova representação do espaço natural (LEFEBVRE, 1991, p.39), que influenciou e ainda influencia a relação do humano com a natureza. É esse formato de “natureza intocável”, restrita à veneração de um determinado grupo e para uma determinada função científica que sugestionou (e ainda sugestiona) a noção de criação de unidades de conservação (UC), inclusive como destaca Diegues nos “[...] países do terceiro mundo, como o Brasil onde a situação é ecológica, social e culturalmente distinta” (1994, p. 11). Além de exercer certa influência no ideal de ativistas ambientais dos anos 1960 e 1970. Ativistas que contribuíram para o surgimento do movimento ambiental e intervieram em diversos pontos significativos da legislação ambiental.

Essa dimensão de paisagem para veneração e preservação do “mundo selvagem” intocável que foi sendo adotada, nem sempre considera às populações existentes nestes ambientes. Também não valorizavam certos tipos naturais, que, por falta de conhecimento, não foram considerados belos no sentido estético de beleza para a admiração e contemplação, tais como charcos, pântanos e banhados.

Mas o que é ser um modelo? E que consequências advêm dessa representação do espaço? Tendo-se Yellowstone como modelo, atrela-se a este toda uma representação do espaço, o idealizado através do saber, dos mitos, da ciência, é o concebido pela ciência. Entretanto, essa representação para Lefebvre, tem uma forte influencia nos espaços de representação, no vivido (1991, p. 41 tradução nossa). Sendo a produção do espaço uma tensão entre a representação do espaço, a prática do espaço e os espaços de representação, como em ambientes diferentes pode-se seguir o modelo? Como criar uma nova tessitura a partir do modelo?

Godoy argumenta que pensar o modelo é pensar toda a “rede de interação ao qual está articulado e com o qual é configurado” (2000, p. 130). O modelo é Yellowstone e a rede que se articulou foi a *América para os americanos*<sup>17</sup> (EUA), pois “[...] ali se enredavam a variedade da natureza, a riqueza mineral e a beleza natural, cuja existência vinculava-se à existência dos homens no território”<sup>18</sup>. E ao estilo de vida norte-americana e a ideia de

---

<sup>17</sup> A América para americanos originou-se a partir da Doutrina Monroe proferida pelo presidente James Monroe na década de 1820. Segundo alguns autores essa doutrina revela uma vontade e supremacia norte-americana “[...] se reserva o direito de possuir” (Mendes, 2005, p.167).

<sup>18</sup> Ibid. p. 130

ocupação do território, envolvendo mitos, necessidades, saberes, etc., mas excluindo-se e reduzindo-se a população nativa.

O modelo Yellowstone, e todas as suas interações, diferenciam-se dos espaços de todas as áreas protegidas que foram institucionalizadas posteriormente, de suas realidades e conexões ambientais e sociais, porém mesmo assim ele se idealizou como um modelo, um marco. Provavelmente, Yellowstone tornou-se um referencial por ter sido uma conquista e um exemplo na intenção de preservação de cenários de grande beleza estética e de afastamento e isolamento da natureza. Porém, é um modelo que exclui o humano do ambiente natural.

Ademais, a natureza segue seus fluxos, suas malhas, seus caminhos. A esses fluxos podem-se acrescentar os caminhos humanos, “[...] a atividade mental e social lança suas malhas” (LEFEBVRE, 1991, p. 117 tradução nossa). A malha humana estabelece uma nova ordem, uma interferência que, no correr do tempo e do espaço, formam outro ambiente, benéfico ou não. Disso dependerá a capacidade de resiliência e suporte do ambiente e o volume da interferência. Entretanto, o novo vínculo, a nova rede de relação se inscreve no espaço-natureza, “[...] pode-se dizer que a atividade prática nele se inscreve que o espaço social se escreve sobre a natureza, implicando uma representação do espaço”<sup>19</sup>. Porém, nos vínculos estabelecidos, no encontro da cultura com o ambiente há a formação de outra malha, a tessitura do lugar, as experiências, os convívios. E entre essas realidades não há um divisor, mas sim uma continuidade entre sensibilidades, cultura, natureza do lugar, é a sua textura. O que pertenceria a Yellowstone, a Amazônia, a APA do Banhado Grande. Cada espaço, com seu povo, sua cultura seu ambiente, se assim fossem considerados.

A ciência, mesmo em constante avanço e transformação, lê e define este espaço. Assim como a política e o poder público, seguindo ora os conceitos científicos, ora interesses políticos, ora as necessidades sociais, ora a conservação ambiental, dentre outros. Já a comunidade local também possui uma leitura de seu ambiente, porém sua apreciação tem história, vivência, afetos, mitos, tradições, costumes e cultura que podem conflitar ou não com as visões científicas e políticas. Como se articulam essas três leituras e definições, científica, política e social? Que rede de interações define cada unidade de conservação e o seu lugar e sua história? Como os mitos modernos de áreas protegidas se tematizam e se enredam nessa história? Conceber o ambiente não seria considerar todas essas interfaces? Em que se diferenciam do modelo? A intenção dessas inquietações constitui-se em gerar reflexões que possam colocar em xeque os formatos de instituição de unidades de conservação no sentido

---

<sup>19</sup> Ibid. p. 117

de expor esses formatos a uma constante revisão. Considerando as redes de interação do lugar, de sua história, de suas necessidades, de seu ambiente, da sociedade, de tudo que concerne ao lugar, e aos vínculos entre humanos e não humanos, àquele humano inserido e pertencente ao seu espaço, ao seu ambiente e a sua cultura.

A partir do marco Yellowstone, muitos outros parques foram sendo criados no mundo conforme entendimentos diversos de atenção à natureza, mas partindo do modelo. O que nem sempre se revestia de critérios técnicos ou manejo adequado e reconhecendo os povos e a cultura do lugar. De frente a essa realidade, em 1933, realizou-se em Londres, a Convenção para Preservação da Fauna e Flora em seu Estado Natural, na qual se definiu um conceito único de parque. Que segundo Brito (2000, p. 23) consistiu em

- a) Que fossem controlados pelo poder público, cujos limites não poderiam ser alterados, onde nenhuma parte poderia estar sujeita à alienação, a menos que decidido pelas autoridades legislativas competentes;
- b) Que fossem estabelecidas para a propagação e preservação da fauna silvestre e da vegetação nativa, e para preservação de objetos de interesse estético, geológico, pré-histórico, arqueológico e outros interesses científicos, para benefício e desfrute do público em geral;
- c) Onde a caça, abate ou captura da fauna, e a destruição ou coleta da flora, deveriam ser proibidos, exceto sob direção ou controle das autoridades responsáveis;
- d) Onde seriam construídas instalações para auxiliar o público em geral a observar a fauna e a flora.

Observa-se que ao fechar em um conceito se produz um modelo exclusivo de parque e que não parece reconhecer as realidades locais, as suas necessidades sociais e interação com os ambientes. É certo que a intenção é salvaguardar remanescentes naturais, as suas faunas e floras, da especulação e interesses diversos, mas este não é um fato isolado numa sociedade.

Posteriormente, em 1940, na Convenção Pan-americana em Washington<sup>20</sup>, organizam-se outros formatos de áreas protegidas, tais como: Reserva Nacional, Monumento Natural e Reserva Silvestre. Igualmente, convida os países sul-americanos a se comprometerem a criar áreas protegidas em seus territórios. E reforça-se a ideia de unificação de conceitos e objetivos referentes à conservação. Quase todos os países sul-americanos assinam a Convenção, exceto Guiana e Guiana Francesa<sup>21</sup>.

Na sequência, em 1948, na França foi criada a União Internacional para a Proteção da Natureza, com o objetivo de se obter uma orientação mais global para a conservação, assessoramento e efetivação de áreas protegidas. Sendo renomeada em 1956 para União

---

<sup>20</sup> Nos anos 30 e 40 são aprovados dois instrumentos jurídicos internacionais que podem ser considerados os precursores das concepções atuais relativas a ambiente: a convenção de Londres de 8 de novembro de 1933, sobre a conservação da fauna e da flora natural e a Convenção de Washington, de 12 de outubro de 1940, para a proteção de flora, da fauna e das belezas panorâmicas naturais dos países da América. (ARAÚJO, 2000, p. 12)

<sup>21</sup> Ibid. p. 24

Internacional para a Conservação da Natureza – UICN<sup>22</sup>. Atualmente denomina-se União Mundial para a Natureza permanecendo a mesma sigla UICN. Instituição que também tem por objetivo assessorar países em desenvolvimento no que tange áreas protegidas e seus planos de manejo (MILANO, 2001, p. 8).

Seguindo essas reflexões, parece oportuno então conhecer pensadores e alguns conceitos de proteção da natureza que influenciaram a noção de áreas protegidas e as interpretações científicas e ambientalistas do espaço natural. Ao mesmo tempo visualizar as consequências geradas no modo de pensar o ambiente e sua proteção. Estas ideias surgiram nos Estados Unidos a partir do século XIX, foram pensadores e teóricos importantes que evidenciaram sentidos para a relação humana com a natureza (PRIMACK & RODRIGUES, 2001, p. 8 e DIEGUES, 1994, p. 25).

Dentre eles destaca-se John Muir<sup>23</sup>, que tinha como cerne de seu pensamento a proteção da natureza de forma intocada e num sentido mais estético de apreciação. Formando uma corrente de pensamento, denominada de preservacionismo puro, que tende a preservar a natureza “[...] contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano” (DIEGUES, 1994, p. 25). Isolar o ambiente natural destinando-o à contemplação da natureza selvagem (wilderness) de um determinado grupo social. Tal abordagem, que buscava a paz espiritual e transcendental da natureza, foi fortemente influenciada pelos escritos de Henry David Thoreau.<sup>24,25</sup>

Outro pensador a ser destacado consiste em Aldo Leopold<sup>26</sup>, preservacionista contemporâneo de Muir, notável por seus trabalhos em ecologia e manejo que utilizou conceitos novos à época, tal como ecossistema. A ecologia de Leopold envolve temas éticos e humanos, publicou artigos importantes com a temática ética da terra. Este estudioso exerce influências em conceitos como biocentrismo e a ética holística, além do movimento ambientalista (DIEGUES, 1994 p. 27, DIAS, 2000, p. 15).

---

<sup>22</sup> Na qualidade de união, a IUCN busca influenciar, encorajar e auxiliar sociedades em todo o mundo a conservar a integridade e diversidade da natureza, além de assegurar que toda utilização de recursos naturais seja feita de modo equitativo e ecologicamente sustentável. (IUCN, 2006, p. i)

<sup>23</sup> John Muir (1838-1914) foi naturalista da América mais famoso e influente e conservador, fundou o Sierra Club. É considerado o pai dos Parques Nacionais nos EUA;

<sup>24</sup> Henry David Thoreau nasceu em 12 de julho de 1817, em Concord, Massachusetts. Começou a escrever poesia da natureza na década de 1840. Considerado um dos escritores mais famosos dos Estados Unidos, Henry David Thoreau é lembrado por seus escritos filosóficos e naturalistas. Ele também se tornou conhecido por suas crenças em transcendentalismo e desobediência civil, e foi um abolicionista dedicado;

<sup>25</sup> *Ibid* p. 25

<sup>26</sup> Aldo Leopold (1887-1948), graduado em Ciências Florestais. Foi um conservacionista, administrador de parques nacionais e atuou no Serviço Florestal dos Estados Unidos, ecólogo, filósofo, educador, escritor e entusiasta ao ar livre.

O outro modo de pensar a relação humano-natureza resume-se na ideia da conservação dos recursos naturais de forma racional e equilibrada. Seu maior teórico foi Gifford Pinchot<sup>27</sup>, engenheiro florestal que, segundo Diegues, concebia a conservação baseado em três princípios “[...] o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção do desperdício; e o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos e não para poucos cidadãos”. Suas ideias contribuíram para o surgimento de duas correntes de pensadores “os conservacionistas e os desenvolvimentistas” (DIEGUES, 1994, p. 24). Os conservacionistas se concentraram em pensar a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, enquanto os desenvolvimentistas entendem que é possível usar os recursos naturais de forma mais racional e equilibrada possível. Os princípios postulados por Pinchot influenciaram correntes de pensadores de enfoque ecodesenvolvimentista e de desenvolvimento sustentável (PRIMACK & RODRIGUES, 2001, p. 8). Ideias que são favoráveis a “[...] um desenvolvimento ecologicamente equilibrado [...]”, e que circulam entre alguns ecologistas contemporâneos (VIOLA, 1987, p. 3).

Além dessas ideias, surge também no século XIX, em 1869, uma ciência que vem estabelecer uma conexão entre os elementos naturais, sejam eles bióticos ou abióticos, ou seja, estudar, analisar as relações entre as espécies e estas com seus ambientes. Ciência que recebe o nome de ecologia proposta pelo biólogo Ernst Haeckel<sup>28</sup> (DIAS, 2000, p. 14). Ciência que vai ampliando seu foco de atenção e se ramificando e agregando outros temas.

Essa trama de conceitos, ciências e saberes exercem influências de longo prazo no modo ocidental de pensar as ações humanas e a natureza. Constituindo grupos de atores com a capacidade de agregar ideias diferentes para um mesmo problema. Com isso, pontos como a proteção da natureza selvagem, crescimento populacional e uso de recursos, ao mesmo tempo em que influenciaram grupos de ambientalistas, os fragmentaram ao que Diegues argumenta ser “[...] um divisor de águas nos movimentos e nos vários enfoques ambientalistas” (1994, p. 35). Como resultado formata-se dois pontos de vista quanto à relação do humano com a natureza, os antropocêntricos e os ecocêntricos.

No primeiro grupo a criação de áreas protegidas só teria sentido se trouxesse benefícios à humanidade. Essa última opera a dicotomia humano-natureza, onde o primeiro tem poder de uso sobre a segunda (DIEGUES, 1994, p. 24) e, “a espécie humana ascende ao

<sup>27</sup> Gifford Pinchot (1865-1946), Engenheiro florestal, foi Chefe da Divisão de Engenharia Florestal entre 1898-1905 e Chefe do Serviço Florestal em 1905-1910;

<sup>28</sup> Ernst Heinrich Phillip August Haeckel (1834-1919), grande nome da ciência nos séculos XIX e XX. Estudou medicina, mas se destacou em temas relacionados à natureza, tornando-se um naturalista especialista em zoologia e defensor das ideias de Darwin. Criador de palavras e conceitos novos, como: ecologia, filogenia, ontogenia, etc. (GILGE, 2013);

status de referência máxima e absoluta de valores, em torno da qual gravitam os demais seres” (ABREU & BUSSINGUER, 2013, p.3, tradução nossa). Essa visão dualista entre o humano e a natureza, exerceu e ainda exerce profundas influências no pensamento, nas ciências e nas legislações ambientais, inclusive às de áreas protegidas.

Quanto aos ecocêntricos ou biocêntricos, constitui-se em outra visão de mundo, resultante de um processo lento de mudanças no pensamento e na sensibilidade, propiciando a minimização da supremacia dos humanos sobre natureza. Todas as formas de vida são valorizadas, a natureza é vista na sua totalidade. Os estudos de ecologia, história natural e conceitos como ecossistemas dentre outros, contribuem para essa mudança e verifica-se o reconhecimento de que todos os seres vivos são igualmente significativos para a manutenção do equilíbrio dos ambientes (ABREU & BUSSINGUER, 2013; p.3 e DIEGUES, 1994, p. 36).

Paulatinamente outras ciências, como a sociologia, economia, se aproximam das questões ambientais agregando novos saberes e ampliando o leque de possibilidades. Nessa vertente surge a biologia da conservação, ciência que segundo Soulé é “[...] uma disciplina da crise” (1985, p. 727). Ciência que intenciona associar várias áreas do conhecimento, com o intuito de possibilitar diversas perspectivas no que se refere à conservação, o manejo e uso de recursos naturais. A biologia da conservação possui dois objetivos “[...] primeiro, entender os efeitos da atividade humana nas espécies, comunidades e ecossistemas, e, segundo, desenvolver abordagens práticas para prevenir a extinção de espécies e, se possível, reintegrar as espécies ameaçadas ao ecossistema funcional” (PRIMACK & RODRIGUES, 2001, p. 5).

Compondo uma abordagem multidisciplinar, envolve disciplinas como ecologia, genética, zoologia, taxonomia, biologia populacional, ética ambiental e ciências humanas. Sendo esta última, conforme os mesmos autores, a que fornece “[...] a percepção de como as pessoas podem ser encorajadas e educadas para proteger as espécies encontradas em seu ambiente imediato”<sup>29</sup>.

Embora a biologia da conservação origine-se a partir do que Santos afirma ser uma profunda crise de uma racionalidade científica (2010, p.23), ela ainda parece operar sob um prisma biocêntrico. Pois seu foco parece se concentrar mais na prevenção à extinção das espécies, do que na relação humano-natureza. Mesmo pensando em conciliar interesses e necessidades sociais à conservação, sugestiona uma tendência a situar o ser humano aparte da natureza.

---

<sup>29</sup> Ibid. p. 6

Tanto o preservacionismo puro, como o conservacionismo, o desenvolvimentismo e as ideias antropocêntricas e biocêntricas, inspiraram muitos pensadores, cientistas, políticos e principalmente os movimentos ecológicos e sociais do final da década de 1960 e início de 1970. Estiveram no centro de debates e conferências sobre a proteção ambiental, exercendo fortes influências até os dias atuais, inclusive na legislação de unidades de conservação no Brasil, orientando como e o que deve ser preservado (DIEGUES, 1994, p. 27). Fatos que se evidenciam no arvorecer do movimento ambientalista, nas tensões entre seus atores e suas influências sociais e de formação de opinião.

## **2.2 Áreas Protegidas: Origens e caminhos no Brasil**

O Brasil foi herdeiro de todas essas tendências em cuidado com ambiente, mas também marcado, ao longo de sua história, por políticas de colonização exploratória e de desenvolvimento, às vezes a qualquer custo. Portanto, analisar a história de proteção e da relação com toda a natureza, requer pontuar alguns fatos marcantes na trajetória a partir da “criação” do Brasil. Constituindo-se hoje em um país relativamente jovem, mas rico em biodiversidade, no qual a relação entre humano-natureza envolve diferentes níveis de questões sociais, econômicas, culturais, científicas e ambientais. Dessa maneira, encontra-se ao mesmo tempo a mercê de sua história ambiental, mas tentando ressignificar essa relação.

A gênese da narrativa do convívio, conflito, uso e cuidado com o ambiente marca-se com a “descoberta” do Brasil pelos portugueses. Nos anos 1500, período em que a Europa expandia seus horizontes mercantis e, ao mesmo tempo, vivia o início da modernidade. A época, o vínculo entre o ser humano e a natureza, em alguns países europeus, sofria influências teológicas com ênfase no Cristianismo, de “[...] domínio do humano sobre a natureza [...]” (THOMAS, 2010, p. 29). E, além do antropocentrismo religioso, há uma forte pressão comercial que impulsionou as grandes navegações. Entretanto, também se iniciava uma onda de apreço e cuidado com a natureza gerando *novas sensibilidades*.

Com interesses diversos, como por exemplo, nos recursos naturais e minerais agregados à lógica teológica, antropocêntrica e exploratória, os portugueses chegam ao que viria a ser o Brasil. Descobrem o “paraíso”, tanto no que se refere à beleza estética, ao mito de paraíso perdido, como em riquezas naturais e minerais. Estabeleceram no lugar um “nomadismo predatório”, ou seja, um estilo de exploração que se expandia pelo território, destruindo florestas, usando até o esgotamento o solo, migrando para novas fronteiras e,

assim, deixando rastro de degradação (PÁDUA, 2004, p. 12). Feitio de convívio com o mundo natural percebido até os dias atuais e evidenciado por Pádua<sup>30</sup>, onde

[...] estabelecidas segundo a lógica de uma colônia de exploração, continuaram vigentes após a independência política do país e ainda hoje, em muitos sentidos, continuam marcando profundamente o nosso modelo de desenvolvimento.

Embora houvesse uma política exploratória no Brasil colônia e no Império, ocorriam também tímidas ações em minimizar ou regularizar a utilização dos recursos naturais, como por exemplo, o Regimento do Pau-Brasil em 1605<sup>31</sup>, a Carta Régia em 1797<sup>32</sup> e a instituição das ‘Florestas da Tijuca e das Paineiras’ em 1861<sup>33</sup>, dentre outros (MEDEIROS, 2006, p. 43).

Portanto, o cerne da origem brasileira e o modo de uso dos recursos naturais se projetam a partir de uma rede de percepções em que a exploração, o “mito de natureza inesgotável” o “desprezo pela biodiversidade” e o investimento em monoculturas exóticas são pontos marcantes. Aspectos que se refletem por um longo tempo na história do Brasil, da colônia até a atualidade, se reconfigurando e se reconstruindo (PÁDUA, 2004, p. 13). Esse modelo de ocupação, exploração e desenvolvimento, ao mesmo tempo em que gerou estados críticos de degradação ambiental e social, mobilizou diferentes atores na busca da preservação, da legislação ambiental e de criação de áreas protegidas. Processo de transformação cultural lento e muitas vezes desmotivador.

A preocupação com a devastação das matas, o uso de recursos naturais, a exploração de minérios e ocupação do território, constituíram-se em elementos predominantes nas pautas governamentais, sejam no Brasil Colônia, no Império e na República, inclusive a atual. Entretanto, a tônica de desenvolvimento e ocupação são eixos norteadores da relação humano-natureza no Brasil (ARAUJO, 2012, p. 51; MEDEIROS, 2006, p. 43).

Ações de cuidado e preservação à natureza e aos recursos naturais se sucederam até a criação do primeiro Parque Nacional que ocorrerá em 1937, tardiamente no que concerne à fundação do modelo norte-americano. Legislações, nem sempre eficientes, se estabeleceram no intuito de nortear os usos e cuidados dos recursos. Diferentes políticos, intelectuais, pesquisadores e ativistas empreenderam esforços, como por exemplo, José Bonifácio de

---

<sup>30</sup> Ibid. p. 12

<sup>31</sup> A primeira lei de proteção florestal teria sido o Regimento do Pau-Brasil, em 1605: exigia autorização real para o corte dessa árvore (Meira, 2008).

<sup>32</sup> Preocupava-se com a defesa da fauna, das águas e dos solos (Meira, 2008)

<sup>33</sup> Primeiro grande projeto de reflorestamento no Mundo, iniciado em 1861. Após a destruição quase total da floresta para produção de carvão e plantio de café, as fontes de água que abasteciam a cidade começaram a secar. Começou então um grande processo de desapropriação das fazendas de café e replantio de mais de 100 mil árvores (ICMBio).

Andrade<sup>34</sup>, que no início do século XIX, defendia o ambiente natural como um recurso importante para a “construção nacional” (ARAUJO, 2012, p. 51).

Entretanto, é somente em 1876 que André Rebouças<sup>35</sup> sugere a criação do Primeiro Parque Nacional no Brasil, nos moldes do modelo norte-americano o Yellowstone. Foram eles o da Ilha do Bananal no rio Araguaia e o de Sete Quedas no rio Paraná (ARAUJO, 2012, p. 52; MEDEIROS, 2006, p. 44). Todavia, por interesses diversos ao de proteção à natureza, a ideia de Parque Nacional no Brasil não se concretiza. De acordo com Araujo, no período Imperial e da Primeira República as motivações “[...] conjugavam em favor da expansão econômica com a degradação da natureza” (2012, p. 52).

Vários processos, manifestações, tentativas políticas ocorreram no Brasil Imperial e na primeira república. Evidencia-se também o despontar de estudos científicos de intelectuais brasileiros e estrangeiros para a concretização de criação e efetivação de áreas protegidas no país. Mas com tímidos resultados, todo esse movimento refletirá em atuações políticas na Segunda República. Entretanto, cabe citar a publicação do *Mapa Florestal Brasileiro* em 1911, elaborado por Luis Felipe Gonzaga de Campos, material que serviu de alerta para a situação degradante das florestas brasileiras e, conforme Medeiros subsidiar as autoridades à criação de Parques Nacionais. Este material motivou a decretação de dois Parques na região do Acre, fato que não se efetua, além de cair totalmente no esquecimento (MEDEIROS, 2006, p. 45).

O Brasil de 1930 se depara com uma nova realidade. Várias conjunturas políticas e sociais propiciaram a revolução em 1930 levando Getúlio Vargas a assumir o controle da nação. Como exemplos de situações têm-se: uma crise econômica internacional que provocou a queda do preço do café brasileiro; descontentamento com uma política sucessória à presidência da república; insurgências no interior do exército (tenetismo); e a emersão de uma elite de jovens políticos, etc. Diferentes segmentos apoiaram Vargas, porém não compoem um grupo homogêneo de interesses. O que houve a partir de 1930, segundo Fausto, constituiu-se em “[...] uma troca de elite do poder, mas sem grandes rupturas”, em que uma oligarquia tradicional foi substituída por “[...] militares, técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais” (1995, p. 327).

---

<sup>34</sup> José Bonifácio de Andrada e Silva, conhecido como o “Patriarca da Independência”, foi um naturalista e estadista brasileiro, com forte influência política no Primeiro Reinado (Britannica).

<sup>35</sup> Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, engenheiro militar. Foi abolicionista, monarquista e amigo pessoal do imperador Pedro II. 1838- 1898 (Gaspar, 2009)

O governo de Getúlio Vargas caracterizou-se por uma tendência centralizadora no que se refere às decisões políticas, financeiras e econômicas, com um forte aparato estatal. Estabeleceu-se um novo tipo de Estado, distinguindo-se pela intensificação da industrialização, o fortalecimento dos direitos trabalhistas e dos sindicatos, e pela significativa importância das forças armadas. Ou seja, “[...] o Estado getulista promoveu o capitalismo nacional, tendo dois suportes: no aparelho do estado, as Forças Armadas; uma aliança entre burguesia industrial e setores de classe trabalhadora urbana” (FAUSTO, 1995, p. 327).

É nesse horizonte político que se dá a criação das primeiras áreas protegidas e suas referidas normatizações, que se consolida a partir da constituição de 1934. Diploma legal construído pela Assembleia Nacional Constituinte de 1933, constituição que, segundo Araujo, gerou insatisfação em Getúlio Vargas (2011, p.30). E no mesmo ano, ocorre a promulgação do primeiro Código Florestal<sup>36</sup>, dentre outros dispositivos legais (ARAUJO, 2012, p. 62).

Dessa forma, uma ideia antiga se concretiza, a criação do primeiro Parque Nacional, o de Itatiaia, em 1937. Em que se configuram os objetivos de conservação restrita, uso científico e turístico, aos moldes do modelo norte-americano de parques. Na sequência mais dois parques são criados, o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro, ambos em 1939. Após esse período, pouco se evoluiu na criação de parques, segundo Medeiros mais nenhum parque foi concebido nos anos seguintes. O mesmo se verificou com as demais tipologias de áreas protegidas elencadas no Código Florestal de 1934 (MEDEIROS, 2006, p. 51).

Retomando a criação de novas áreas protegidas a partir 1945. Em que são criadas: o Refúgio da Vida Silvestre de Sooretama em 1945; a Floresta Nacional do Araripe-Apodi – 1946; e o Parque Nacional de Paulo Afonso – 1948. Este último extinto em 1968 para a construção da hidrelétrica de Paulo Afonso (ARAUJO, 2012, p. 69). Embora se concretize a criação de várias áreas protegidas na primeira Era Vargas, e após a promulgação do Código Florestal, Campos aponta a inoperância do referido diploma legal, do qual praticamente nada se efetivou (2011, p. 6).

Tratando-se do formato de desenvolvimento econômico, social e político da época, tanto nos governos de Getúlio Vargas (1930-1945) como de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), seu sucessor, o objeto principal fundamentava-se na ocupação e uso de recursos

---

<sup>36</sup> Legislação esta a ser explorado no próximo tópico.

naturais, principalmente da Amazônia. O que gerará profundas marcas degradantes nesse ambiente (ARAÚJO, 2012, p. 67).

Demonstra-se aqui a tensão entre economia, sociedade e natureza presente na ideia de Brasil potência, característico do período, em que nem sempre considerou os ambientes naturais e os fatores sociais. Pois ao mesmo tempo em que a expansão em direção à Amazônia prejudicou as florestas, concomitante degradou a vida e o modo de uso tradicional dos povos aí existentes. O que faz sugerir a não visibilidade desses povos frente às políticas de estruturação de áreas protegidas. Uma vez que, conforme considerações anteriores, o modelo de Parques e de outros tipos de áreas protegidas vem se pautando em aspectos de preservação mais restritos, de intocabilidade e de utilização de recursos. Visões estas desarticuladas e que, ora pendiam a um modelo de restrição, ora a uma tendência desenvolvimentista.

A configuração desenvolvimentista não mudou muito com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), pelo contrário, seu lema era '50 anos em 5'. Poucas áreas são formatadas, foram elas: os Parques Nacionais de Aparados da Serra (RS/SC); Araguaia (TO); e Ubajara (CE), todas em 1959. E no final de seu governo, em 1961, criaram-se os Parques Nacionais das Emas e Chapada dos Veadeiros, no estado de Goiás, região próxima a capital federal – Brasília<sup>37</sup>. Com governo de Jânio Quadros as coisas ficaram mais difíceis, o Brasil viveu uma profunda crise política. Porém, mesmo assim criaram-se mais Parques Nacionais: o de Brasília (DF); o do Monte Pascal (BA); o de Caparaó (MG/ES); Sete Quedas (PI); São Joaquim (SC); Tijuca (RJ); e Sete Quedas (PR), além da Floresta Nacional de Caxiuaçu (PA), todos no final de 1961. Com sua renúncia toma posse João Goulart (1961-1964), a crise política e global intensificou-se culminando com o golpe militar e mais nenhuma área protegida é criada à época<sup>38</sup>.

No período de governo militar (1964-1985) a meta de desenvolvimento e de ocupação da Amazônia foi fortemente perseguida, principalmente nos primeiros governos (Castelo Branco, Costa e Silva e Médici). Através do I Plano Quinquenal de Desenvolvimento – I PQD (1967-1971), a SUDAM<sup>39</sup> incentivou a construção de rodovias, a facilitação de créditos e incentivos fiscais. Realizaram-se estudos para a averiguação dos recursos naturais e as possibilidades de extrativismo. Além do estímulo a migração de investidores para a

---

<sup>37</sup> Ibid. p. 71

<sup>38</sup> Ibid. p. 72

<sup>39</sup> Criada no governo do Presidente Castelo Branco, Lei n. 5.173/1966, com a finalidade de planejar, coordenar, promover a execução e controlar a ação na Amazônia legal, tendo em vista o desenvolvimento regional (SUDAM).

Amazônia, como “[...] empresários do sul do Brasil que desenvolvessem, com base nos incentivos fiscais, novos empreendimentos produtivos” (ARAUJO, 2012, p. 76).

No governo Médici instituiu-se o Programa de Integração Nacional – PIN (1971)<sup>40</sup>, que tinha por objetivo impulsionar a economia e enfrentar a crise de desemprego no nordeste. O que acontece através do incentivo à migração para a região Amazônica. As rodovias construídas à época, as chamadas Transamazônicas, serviriam para este propósito. Como citado por Araujo, “nas palavras do presidente Médici, o objetivo era transferir ‘homens sem terra do Nordeste para terras sem homens da Amazônia’”<sup>41</sup>. O que provavelmente gerou conflitos sociais e devastação das florestas.

Sendo assim, pode-se vislumbrar o escopo da primeira fase dos governos militares, a busca incansável em tornar o Brasil em uma potência, mesmo que isso significasse a degradação ambiental, a destruição de florestas e conflitos sociais. Estimulando, naquele período, não só a redução dos espaços vazios brasileiros, como o reflorestamento<sup>42</sup> e a exploração de recursos madeireiros. Fatos estes que fornecem consequências futuras.

Frente a todo este panorama e a inoperância do Código Florestal de 1934, edita-se em 1965 o novo Código Florestal<sup>43</sup>. Tal diploma legal criou novas categorias de áreas protegidas - Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, Reservas Biológicas, Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais (BRASIL, 1965) e, ao mesmo tempo, priorizou projetos de reflorestamento. Além desse, foi instituído em 1967 o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, que segundo Araujo, foi “criado para dar suporte aos projetos de reflorestamento”, mas passou a gestar, concomitantemente, as áreas protegidas no país<sup>44</sup>.

Entretanto, embora a evidência dada a um modelo desenvolvimentista e de uso intenso dos recursos naturais conceberam-se, nessa ocasião, novas áreas de proteção: o Parque Nacional da Serra da Bocaina (RJ) 1971; a Reserva Biológica de Cará-Cará (MT) 1971; o Parque Nacional da Serra da Canastra (MG) 1972; o Parque Nacional da Amazônia e a Floresta Nacional Tapajós (PA) 1974; a Reserva Biológica de Poço das Antas (RJ) 1974 (ARAUJO, 2012, p. 79).

<sup>40</sup> Decreto de Lei n. 1.106/1970 – Governo Médici (BRASIL, 1970)

<sup>41</sup> Ibid. p. 78

<sup>42</sup> Reflorestamento é o replantio de florestas que foram destruídas. Pode ser com mata original ou exótica, ou seja, vegetação não original ao ambiente, fato muito comum no Brasil da época.

<sup>43</sup> a ser explorado posteriormente

<sup>44</sup> Ibid. p. 77

No decurso dos governos militares elaboraram-se os Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND. O primeiro plano I PND (1972-1974)<sup>45</sup> se destacou na busca do desenvolvimento econômico, na integração nacional e ocupação de território (ARAÚJO, 2012, p. 79). O segundo plano II PND (1975-1979)<sup>46</sup>, permanecia a evidência ao desenvolvimento, porém, com um acréscimo, o da não degradação, da ênfase a qualidade de vida e o cuidado com os recursos naturais (MERCADANTE, 2001, p. 190). Conforme Araujo, essa “foi à primeira vez que um plano governamental adotou, explicitamente, uma política de controle da poluição industrial e de preservação do meio ambiente” (2012, p. 80). Essa tônica deveu-se a pressões internacionais, em que ações sociais e de ambientalistas no mundo exigiam novos comportamentos e pensamentos com relação às questões ambientais, como por exemplo, a Conferência de Estocolmo (1972)<sup>47</sup>.

Embora toda a movimentação, o Brasil ainda não possuía uma legislação específica que norteasse e organizasse a formatação de áreas protegidas, entretanto, abria-se caminho para o início do processo. Um dos caminhos constituiu-se na estruturação, em 1973, da Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, que, em tese, seria um órgão capaz de integrar todo o planejamento das áreas protegidas no país restando ao IBDF manter a coordenação sobre as questões de economia florestal. Porém, por interferências políticas, isso não aconteceu e, a partir desse momento, passou-se a ter dois órgãos gestores de áreas protegidas (MEDEIROS, 2006, p. 54).

Sendo assim, mantiveram-se a cargo da administração do IBDF, as seguintes categorias de áreas protegidas: os Parques Nacionais, as Florestas Nacionais, as Reservas Biológicas e os Parques de Caça Federais. Já com a SEMA, criaram-se as seguintes tipologias: Estações Ecológicas (ESEC); Áreas de Proteção Ambiental (APA); Reservas Ecológicas (RESEC); Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)<sup>48</sup>.

A partir desse momento, com dois órgãos gestores, é possível conceber as tensões na administração das áreas protegidas brasileiras, tais como: conflitos, sobreposição de tipologias de áreas protegidas, dentre outros. Todavia, diante do cenário mundial da década de 1970, no qual se evidenciava as pressões políticas e ambientais tanto nacionais como internacionais.

---

<sup>45</sup> Realizado no governo Médici, plano econômico brasileiro, Lei 5727/1971. Idealizado pelos ministros João Paulo dos Reis Velloso e Mário Henrique Simonsen. Metas desenvolvimento de infraestrutura, crescimento econômico e redução da inflação (Cepal).

<sup>46</sup> De 1975-1979, idealizado no governo do presidente Geisel. Objetivava estimular a industrialização, a produção de insumos básicos, os bens capitais, a produção de energia e o crescimento econômico, continuando o I PND (Cepal)

<sup>47</sup> Conferência da ONU sobre Ambiente Humano, que acontece entre 5 e 16 junho de 1972, em Estocolmo (Suécia). Reúne 113 países com a intenção de estabelecer princípios para orientar e nortear o comportamento humano frente às questões ambientais (DIAS, 2000, p. 17)

<sup>48</sup> Ibid. p. 54

Fruto de diferentes estudos e análises sobre meio ambiente, da articulação de ambientalistas e da flexibilização dos governos militares. Abria-se a possibilidade para a elaboração de legislação específica para áreas protegidas. Isso vai se projetando através de uma sequência de fatos. E se concretizando em 2000, com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, percurso histórico a ser explorado no próximo tópico.

### **2.3 Evolução da legislação de Unidades de Conservação no Brasil – articulações, influências e caminhos**

As áreas protegidas no Brasil, como vislumbrado até aqui, foram sendo criadas, a princípio, sem maiores critérios científicos ou qualquer outro ordenamento, serviam, na maioria das vezes às tendências estéticas, de admiração ou de refúgio. Com a evolução de alguns estudos, pressões políticas e frente à degradação ambiental, diferentes atores se articularam e paulatinamente algumas legislações foram normatizando a criação dessas áreas. Os Códigos Florestais brasileiros inauguraram o ordenamento e a criação de tipologias de áreas protegidas na tentativa de preservar a natureza e orientar o uso dos recursos naturais. Entretanto, não existiam critérios que pudessem combinar as diversas necessidades ambientais, sociais e econômicas e que formassem um sistema articulado e mais adequado a cada situação (MERCADANTE, 2001, p. 190)

Dito isto, tornou-se perceptiva a conveniência de critérios mais técnicos que pudessem articular as diferentes exigências de conservação e categorias de áreas protegidas brasileiras, estruturando assim um sistema. Conforme Milano:

É dessa forma que evoluiu o conceito de *sistema de unidades de conservação*, sendo este entendido como o conjunto organizado de áreas naturais protegidas na forma de unidades de conservação que, planejado, manejado e administrado como um todo é capaz de viabilizar os objetivos nacionais de conservação (2001, p. 9)

Tal sistema envolveria unidades ao mesmo tempo espalhadas pelo território nacional e vinculadas no que se refere a tipos de preservação, porém respeitando-se as especificidades. Partindo dessa ideia cunhou-se o termo unidade de conservação (UC) como um espaço, uma área especial de proteção, um recorte que privilegiaria a proteção natural, pertencente a um sistema, e que Milano destaca ser

[...] pelas características biofísicas singulares ou outras qualidades e potencialidades socioculturais, merecem receber do Estado proteção efetiva e permanente através de regimes especiais de administração que lhes garantam a integridade física sem perda das suas características e valores, mediante utilização de acordo com esses objetivos e adequado manejo (2001, p. 9)

Para se chegar a essa ideia de sistema, cumpriu-se um longo processo de articulação política, científica, social e a participação de protagonistas do movimento ambientalista, além de interferências e/ou sugestionamentos de organismos internacionais. Essa história iniciou-se na década de 1970, porém herda todo um processo anterior de amadurecimento quanto às questões ambientais no mundo e no Brasil, já explorado anteriormente. Processo este que sofreu e ainda sofre pressões econômicas, de desenvolvimento, de interesses por terras, ao que hoje se costuma chamar de ruralistas, e de diferentes instâncias sociais e científicas. Legislações significativas antecederam o atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, que, de alguma forma, legislaram nas questões ambientais em especial, as áreas protegidas, contribuindo para se chegar à atual Lei de Unidades de Conservação (UC). Portanto, torna-se importante resgatar alguns detalhes das mesmas.

Pensando-se em fazer tal resgate, pretende-se aqui fazer um recorte temporal, acreditando que o período escolhido tenha exercido uma maior influência ao que se tem hoje em legislação ambiental, porém sem negar o passado. Inicia-se com a Constituição de 1934, que enfatizava, em seu capítulo 1 artigo 10, inciso III a competência da União e dos Estados de se “proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico [...]” (BRASIL, 1934a). No mesmo ano, editava-se o Código Florestal, que normatizava as ações contra a natureza, criando tipologias de áreas naturais (BRASIL, 1934b).

Ambos os diplomas legais tornaram-se marcos iniciais no que se refere à proteção da natureza até este momento. Medeiros destaca que o Código Florestal de 1934, tornou-se “[...] o instrumento mais importante, pois definiu objetivamente as bases para a proteção territorial dos principais ecossistemas florestais e demais formas de vegetação naturais do país” (2006, p. 50). Esse código criou quatro tipologias de áreas a serem protegidas que foram as Florestas: protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento (BRASIL, 1934b).

Interessante ressaltar que o Código Florestal também apontou o enfoque à educação. Em seu artigo 102, item “f”, impõe a importância de “difundir em todo o país a educação florestal e de proteção à natureza em geral” (BRASIL, 1934b). Sendo esse o primeiro apontamento a um tipo de educação em relação ao ambiente. Não é possível visualizar nestas palavras o tipo de educação, embora cite a palavra proteção. Porém, em função da política do governo Vargas pode-se conjecturar algumas intenções.

Quanto ao Código Florestal de 1965, surgiu num momento tumultuado na história do Brasil, em plena instauração da ditadura militar. Entretanto, pode-se referenciá-lo como outro ponto marcante na legislação ambiental, pois a partir deste, surgiram leis que normatizavam

os usos dos recursos naturais e as atividades relacionadas com a fauna e a flora. Ele revisou as tipologias do Código anterior e promoveu, a partir do seu artigo 5º, a criação das seguintes tipologias: os Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas com a “[...] finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos”. Além desses, a criação das Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, “[...] com fins econômicos, técnicos ou sociais [...]” (BRASIL, 1965).

Observa-se na citação acima uma evidência a “objetivos educacionais”. O mesmo Código em seu artigo 42 retomou e manteve o termo “educação florestal” do Código de 1934. E reforça a necessidade de se inserir nos livros didáticos o tema. Aqui, também não se evidencia as intenções da educação, mas a enquadra como uma obrigação. Conforme este artigo

Dois anos depois da promulgação desta Lei, nenhuma autoridade poderá permitir a adoção de livros escolares de leitura que não contenham textos de educação florestal, previamente aprovados pelo Conselho Federal de Educação, ouvido o órgão florestal competente (BRASIL, 1965)

Embora essa legislação tenha promovido a emancipação e criação de áreas protegidas, cabe resgatar aqui a tendência desenvolvimentista e expansionista dos governos militares, acrescida da repressão histórica do período. Não é possível negar os suggestionamentos do momento, que imprimiram marcas coercitivas. Entretanto, em resposta talvez a essas marcas, impulsionaram revoltas, desejos, aspirações, que se projetam em articulações políticas e surgimento de movimentos sociais, à mesma época e nos anos ulteriores.

O cenário começou a mudar nos anos finais da ditadura militar, com a redemocratização e a abertura política. O congresso elege em 15 de janeiro de 1985 o primeiro presidente civil após 21 anos de ditadura militar. O eleito foi Tancredo Neves, mas com seu falecimento quem assume o governo brasileiro foi seu vice José Sarney. A partir desse momento inaugurou-se o processo constituinte que culmina, em 1988, na promulgação da nova Constituição brasileira e, posteriormente, com eleições diretas. Para o seu estabelecimento, diferentes atores políticos e sociais representando diversos interesses, se articularam na Assembléia Constituinte para a elaboração da *constituição cidadã*.

No decorrer do processo constitucional as aspirações ambientais não ficaram alheias. Segundo Viola, a ideia era “ecologizar o debate constituinte” (1987, p. 13). Compondo assim diferentes opções de participação de ambientalistas na Assembléia Constituinte. Uma delas

foi através da eleição de políticos de partidos ambientalistas, como o Partido Verde<sup>49</sup>. E a outra dando apoio a candidatos de outros partidos implicados com a causa ou comprometidos com uma “agenda ambiental mínima, composta pela agregação de temas socioambientalistas e conservacionistas, com pitadas de contracultura” (ALONSO, 2007, p. 161). Para tanto, esse último grupo formou uma ‘Lista Verde’ e tentou compor uma “rede ambientalista nacional, a Coordenação Interestadual Ecológica para a Assembléia Constituinte (CEIC)”<sup>50</sup>.

Com essa conjuntura, foi possível garantir na constituição de 1988, temas relevantes da pauta ambiental, resultando no Capítulo VI do Meio Ambiente, Artigo 225, § 1º, Inciso III, em que se destacam os espaços a serem protegidos, onde:

Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (BRASIL, 1988).

A inserção das questões ambientais rendeu à época um intenso debate, disputas de interesses e pressão aos parlamentares. Como fruto dessa polêmica, enfatizou-se a prevalência de conservação mais restrita da natureza (preservacionismo). Conforme Alonso, isso se deveu “[...] às negociações lideradas pela Frente Nacional de Ação Ecológica, deram relevo aos temas conservacionistas, mais palatáveis para deputados não-ambientalistas, basicamente a proteção a ecossistemas [...]” (2007, p. 161). Ou seja, ao citar “temas conservacionistas” o autor deu destaque à preservação da natureza em que o foco se localiza na natureza, nos ciclos ecológicos, em que os humanos não são articulados ou inseridos na preservação ambiental.

A Frente Nacional de Ação Ecológica<sup>51</sup> liderada pelo deputado federal constituinte Fábio Feldman<sup>52</sup>, (ALONSO, 2007, p. 161). Que além de assegurar os temas ambientais na constituição, terá grande influência no processo de elaboração do SNUC, a ser detalhado a seguir.

O projeto de lei, do futuro Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC começou a ser articulado em 1988. Numa ação conjunta, o IBDF e a SEMA solicitaram à

---

<sup>49</sup> O Partido Verde tem origens internacionais, na Austrália, através do encontro de ecologistas. No Brasil, veio a ser criado em 1986 no Rio de Janeiro. Um grupo composto por escritores, jornalistas, ecologistas, artistas e também por ex-exilados políticos começou a dar forma ao PV. Participaram nesse grupo Alfredo Sirkis, Herbert Daniel, Guido Gelli, Lucélia Santos e Fernando Gabeira, entre outros (PARTIDO VERDE)

<sup>50</sup> Ibid. p. 161

<sup>51</sup> A Frente foi criada em junho de 1987, por 71 associações ambientalistas, inclusive a FBCN, 9 senadores e 82 deputados de esquerda e centro-esquerda, mas também com apoio de parlamentares liberais e conservadores (Alonso, 2007).

<sup>52</sup> Fábio Feldman foi ativista da Oikos uma dissidência da APPN. Candidato pelo PMDB-SP, sendo o parlamentar que mais se evidenciou na inclusão de temas de proteção ambiental na constituinte de 1988.

Fundação Pró-Natureza – Funatura<sup>53</sup> um estudo das condições das categorias de áreas protegidas até este momento, e a elaboração de uma proposta de anteprojeto para um sistema nacional de unidades de conservação (MERCADANTE, 2001, p. 193 e PÁDUA, 2011, p. 23). No entanto, a ideia de sistema iniciou-se muito antes, na década de 1970, com a elaboração, realizada por pesquisadores e ambientalistas, do Plano do Sistema de Unidades de Conservação.

Este plano estabeleceu-se em dois episódios, em 1979 e 1982 a partir de convênio firmado entre o IBDF e a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN<sup>54</sup>. Os planos tiveram como ponto de partida o estudo intitulado *Uma análise de Prioridades para a Conservação da Natureza na Amazônia*, realizados pelo pesquisador Gary Wetterberg iniciado em 1975 (ARAUJO, 2012, p. 81). À época, a temática de áreas protegidas se evidenciava em diferentes cenários mundiais e, especialmente, por ações da União Internacional para a Conservação da Natureza – IUCN, e da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO<sup>55</sup> (siglas em inglês), organismos envolvidos com a proteção do mundo natural (MERCADANTE, 2001, p. 191). Ademais, em 1981 instituiu-se a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, onde prevê a criação e categorias de áreas protegidas. Segundo Mercadante, além dos planos (etapa I e II), o PNMA também exerceu influência na elaboração do SNUC (2001, p. 193).

As duas etapas promoveram estudos e análises da situação das áreas protegidas existentes e da legislação em vigor. A etapa I, aprovada e publicada em 1979 chamava-se ‘Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil’ (PÁDUA, 2011, p. 23). Ele elencava novas categorias de UC, os critérios técnico-científicos para escolha das áreas com potencial de preservação, as lacunas na legislação, dentre outros. Em continuidade, a etapa II aprofundou este estudo, sugerindo novas categorias de UC e evidenciando a necessidade de uma lei para ordenar o sistema (ARAUJO, 2012, p. 84).

---

<sup>53</sup> A Fundação Pró-Natureza (Funatura) é uma organização não-governamental brasileira, das mais tradicionais e respeitadas pela relevância dos projetos de conservação do meio ambiente. Criada em 1986 por um grupo de profissionais da área ambiental, de representatividade no Brasil e no exterior, a Funatura foi declarada de utilidade pública em 1987, por Decreto do Exmo. Sr. Presidente da República (FUNATURA)

<sup>54</sup> Fundada em 1958, de caráter conservacionista, onde seus componentes se vinculam principalmente às ciências naturais e, em sua maioria, são funcionários públicos

<sup>55</sup> Criada em 16 de outubro de 1945, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) atua como um fórum neutro, onde todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, se reúnem em igualdade para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas. Atualmente a FAO tem 191 países membros, mais a Comunidade Européia. A rede mundial compreende cinco oficinas regionais e 78 escritórios nacionais. A FAO lidera os esforços internacionais de erradicação da fome e da insegurança alimentar (FAO)

Cabe aqui ressaltar o tratamento dado as Áreas de Proteção Ambiental – APA, visto que essa pesquisa trata de uma APABG. Essa categoria a princípio não foi considerada pelos preservacionistas que elaboram os planos (etapa I e II). Para eles a APA “[...] não é uma UC, é apenas um instrumento de ordenamento do uso do solo, e houve resistência à sua inclusão no SNUC” (MERCADANTE, 2001, p. 205). Esse detalhe terá futuras implicações inclusive nos formatos das UC que serão criadas após o SNUC.

Partindo dos referenciais das etapas I e II, a Funatura formou um grupo de trabalho com consultores renomados<sup>56</sup>, com grande experiência no tema. Este grupo começou sua atividade tentando apontar as falhas da atual legislação “[...] com o propósito de estabelecer um sistema de categorias ao mesmo tempo conciso e completo, capaz de fundamentar uma política de conservação mais uniforme e eficaz” (MERCADANTE, 2001, p. 193). Após pesquisas de campo, debates e seminários de discussão com a sociedade civil, o trabalho foi concluído e entregue, em 1989, ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA<sup>57</sup>, criado em 1989 a partir da fusão do IBDF e da SEMA (ARAUJO, 2012, p. 117).

Seguindo o trâmite legal, o anteprojeto foi encaminhado para aprovação primeiro ao Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA<sup>58</sup>, e depois à Casa Civil, onde sofreu a primeira alteração. Sendo enviado posteriormente à Câmara de Deputados em 1992, pelo então presidente Fernando Collor de Mello. Chegando à mesa da Câmara passou a se denominar Projeto de Lei – PL n. 2.892/92, e endereçado à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias – CDCMAM. Neste espaço de discussão experimentou vários substitutivos e profundas sugestões de modificações, permanecendo aí por um longo período de tempo (MERCADANTE, 2001, p. 195). A primeira grande polêmica iniciou-se em 1994, com o substitutivo do Deputado Fábio Feldman (PMDB/SP), relator da Comissão e, posteriormente, em 1995, pelo Deputado Fernando Gabeira (PV/RJ) que substituiu Feldman na Comissão (MERCADANTE, 2001, p. 210).

---

<sup>56</sup> O almirante Ibsen de Gusmão Câmara, Miguel Milano, Jesus Delgado, Ângela Tresinari, José Pedro de Oliveira Costa, Cesar Vitor do Espírito Santo, sob a coordenação geral de Maria Tereza Jorge Pádua e coordenação técnica de Maurício Mercadante (PÁDUA, 2011, p. 24).

<sup>57</sup> O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, conforme Art. 2º da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Tem como missão, proteger o meio ambiente e assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos naturais, visando promover a qualidade ambiental propícia à vida (IBAMA)

<sup>58</sup> O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, foi instituído pela Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90 (CONAMA).

Sintetizando, as divergências se estabeleceram entre conservacionistas tradicionais (preservacionistas) que formularam o anteprojeto e os socioambientalistas, representados neste momento pelos dois deputados, Feldmann e seu sucessor Fernando Gabeira. Ambos há seu tempo, expõe uma acentuada crítica a visão conservacionista tradicional (preservacionismo), a predominância do teor técnico-científico na gestão e criação de Unidades de Conservação (UC). Além disso, acenavam que as UCs são criadas de forma unilateral, impostas como ilhas isoladas sem considerar a realidade sócio-econômica das comunidades locais. Também evidenciavam que a sociedade brasileira é pouco informada e conscientizada da importância das UCs<sup>59</sup>. Sendo assim, esses espaços tornam-se ou invisíveis à comunidade do entorno ou um problema. No discurso de Feldmann, parece haver uma disputa entre antropocentrismo e biocentrismo.

A discussão entre preservacionistas, socioambientalistas, o executivo e demais interesses políticos se arrastou por longo período de tempo nessa Comissão (CDCMAM), de 1992 até seu encaminhamento e sanção no executivo em 2000. E durante todo esse tempo o embate se mantinha.

Entretanto, entre os anos 1997-99 despontou uma possível conciliação. ONGs, movimentos sociais, entidades ambientalistas que representavam os dois blocos, preservacionistas e socioambientalistas se reúnem em 1998. Dessa maneira, tentaram tirar uma proposta de consenso, no qual segundo Mercadante (2001, p.226), o pêndulo tendeu ao lado preservacionista. Em 1999, por pressão do governo, a Comissão adiou a votação, e apresentou uma nova proposta, tendendo mais um pouco ao lado preservacionista. O então relator Fernando Gabeira aceita a proposta, e após mais alguns trâmites e alterações, o anteprojeto é aprovado pela Comissão (CDCMAM).

Ao ser encaminhado à Câmara de Deputados ocorrem mais polêmicas, sofrendo novas emendas. Após é enviado ao senado onde o executivo e os ambientalistas se esforçam para que não haja mais nenhuma emenda. O anteprojeto é então encaminhado ao governo, que vetou alguns dispositivos considerados contraditórios e, finalmente, em 21 de junho de 2000, o PL do SNUC é aprovado pelo Congresso, remetido a sanção, onde é sancionado publicado pelo governo em 19 de julho de 2000 (MERCADANTE, 2001, p. 226).

Constatam-se em todo esse processo as pressões políticas, mas principalmente as disputas entre duas formas de se pensar as áreas protegidas. Situando-se naquela com o cunho

---

<sup>59</sup> Ibid. p. 196

mais de preservacionista isolando-se as áreas naturais em ilhas protegidas, ou na que visualiza a conservação considerando as comunidades situadas nos locais de instituições de UC, o uso sustentável, etc. Acrescenta-se ao debate o modelo de ocupação territorial, uso da terra e de desenvolvimento que exercem fortes influências sobre a criação de áreas protegidas. São várias tensões e interesses que não só influenciaram a criação do SNUC, como do mesmo modo definem hoje as potencialidades e os arranjos das UCs.

Tais disputas são bem visíveis nos conflitos envolvendo a instalação de UC e nas reuniões de seus respectivos conselhos. Quanto a estes últimos, o SNUC dispõe que nas UC de uso restrito, ou de proteção integral, exista um Conselho Consultivo e nas de uso sustentável tenham um Conselho Deliberativo, que é o caso da APABG. Quanto ao Conselho Consultivo o SNUC define (artigo 29) que este será presidido “pelo órgão responsável por sua administração” e por conselheiros representantes de órgãos públicos, da sociedade civil e de proprietários de terras, quando for o caso. Possui apenas um caráter de consulta. No Conselho Deliberativo, geralmente são presididos pelo representante do órgão público e constituídos por conselheiros representantes da sociedade civil, de órgãos públicos, de moradores ou populações tradicionais, conforme o ato de criação das UC. Aqui, os conselheiros podem deliberar e votar a respeito das questões que envolvem a unidade (BRASIL, 2000)

Pádua esclarece que o atual SNUC possui um excesso de categorias, desfavorecendo o conhecimento das UC e a compreensão das suas diferenças, usos e objetivos. O que pode gerar confusões àqueles leigos no assunto, e que muitas vezes representam os interesses de uma comunidade do local onde se insere a unidade de conservação (2011, p. 25). Entre as categorias definidas no SNUC, no seu artigo 7º e 8º têm-se as Unidades de Proteção Integral<sup>60</sup>, e no artigo 14 as Unidades de Uso Sustentável<sup>61</sup>

No que se refere às APAs torna-se importante resgatar o que Pádua expõe. Visto que, essa categoria esteve presente na disputa em torno do SNUC, mas também presente nas UC criadas antes e após a sua promulgação (PÁDUA, 2001, p. 425). E, principalmente relacionada à criação, efetivação e na atualidade da APABG. A Área de Proteção Ambiental – APA, foi uma categoria sugerida pela SEMA, concretizada pela Lei Federal 6.902/1981 e posteriormente inserida no SNUC. Geralmente são áreas de grande extensão, de difícil

<sup>60</sup> Unidades de Proteção Integral são: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre.

<sup>61</sup> Unidades de uso Sustentável são: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

implementação, efetivação e gestão, onde, neste último enfrenta dificuldades devido à diversidade de atores envolvidos e, conseqüentemente, dos seus interesses, embora agregue a concepção participativa através de seu Conselho Deliberativo.

Além disso, a maioria das pessoas que vivem dentro de uma APA, desconhece o fato de que estão dentro de uma área protegida legalmente. (PÁDUA, 2001, p. 427). São vantajosas quanto a sua facilidade de estabelecimento, não necessitam de desapropriação, e também pode servir de corredor ecológico<sup>62</sup> entre outras UCs. Já como desvantagem, em não se constituindo em uma unidade de uso restrito, peca na função de proteção da biodiversidade, apresentando certa sensibilidade a empreendimentos econômicos e de uso da terra e ocupação territorial.<sup>63</sup>

Diante de sua grandiosidade em extensão e por terem objetivos mais atraentes, no que se refere à desapropriação, Pádua enfatiza que a APA tornou-se uma opção mais atrativa aos cofres públicos. Sendo assim, a partir de sua decretação como categoria em 1981, o número de APAs se expandiu, parecendo que o país possui grandes extensões de áreas preservadas. O que para Pádua é uma ilusão, porque para ela, efetivamente, a proteção apresenta-se mínima em APAs. E, além disso, reduziu-se a criação de áreas de uso restrito, nas quais a preservação ambiental é mais efetiva. Sugestionando a falsa utopia da conservação da biodiversidade no país<sup>64</sup>.

As APAs são espaços importantes quando instituídas próximas a outras áreas protegidas, principalmente as de uso restrito. Entretanto, tais unidades são de difícil gestão, envolve interesses difusos e de complicada conciliação. Exigem participação constante de diferentes atores para que possam garantir seus interesses. Há uma tensão entre preservação, uso dos recursos naturais e desenvolvimento econômico, social e outros<sup>65</sup>. Demanda um plano de manejo bem estruturado, capaz de orientar adequadamente os seus usos e a preservação visualizando a realidade social do local.

Diante desse emaranhado de fios, realmente a conservação configura-se como uma tarefa difícil. Para que as Áreas de Proteção Ambiental tornem-se realmente eficazes e funcionem como corredores ecológicos, faz-se imprescindível que o poder público enfatize “[...] nas APAs a aplicação da legislação orgânica em vigor com mais fiscalização e com

---

<sup>62</sup> Corredor ecológico são formatos de comunicação entre áreas preservadas, facilitando o fluxo genético de espécies, principalmente animais, e de outros recursos naturais. Permitindo a troca genética entre indivíduos de uma mesma espécie e evitando acasalamento entre parentes; a dispersão de sementes, pólen, etc.

<sup>63</sup> Ibid. p. 429

<sup>64</sup> Ibid. p. 429

<sup>65</sup> Ibid. p. 432

programas de conscientização e educação ambiental” (PÁDUA, 2001, p. 433). Com envolvimento das comunidades envolvidas e efetiva ação do Conselho Deliberativo, espaço apropriado para debates e encaminhamento de soluções. Porém, nem todos os conselheiros possuem conhecimentos e propriedade para se apropriarem das questões, e fortalecer o debate, o que proporciona assimetrias nas discussões e decisões.

Ao expor todo esse quadro histórico, quis-se conhecer e reconhecer pontos definidores no processo de evolução da relação humano e natureza. Refletir sobre as concepções científicas que interagem nas análises ambientais e de proteção ambiental. E verificar os moldes de desenvolvimento do país e sua relação com o mundo natural e social. Examinar as interferências políticas e sociais dos movimentos ambientalistas. Além de visualizar como foram se moldando as legislações ambientais frente a toda essa realidade.

Aspectos que não são estanques, mas que exerceram sim influências no que se vislumbra hoje a respeito de comportamento humano frente ao mundo natural. Que vão definir ou sugerir as modalidades de resolução dos conflitos sociais, econômicos e de uso da terra, a interferência e a agência do conhecimento científico, e os valores éticos. E, claro, na criação de áreas protegidas, na educação ambiental e na compreensão das relações com o ambiente, que se mostram intrigantes e significativos para a historicidade da APABG.

## **2.4 Educação e Ambiente – origem, entrelaçamentos e caminhos no mundo e no Brasil**

A educação ambiental tem se configurado como um campo multifacetado de saberes que tenta formar uma nova cultura no que tange à relação humano e natureza. Portanto, nasce de uma emergência social e ambiental e busca o bem viver e a formação de novas condutas de responsabilidade e vínculo com o natural, o que a princípio focou-se nas relações ecológicas e de preservação. Embora pensada haja algum tempo de diferentes moldes, pode-se dizer que o marco inicial de sua trajetória acontece em 1965, durante a Conferência em Educação na Universidade de Keele, Grã-Bretanha, onde surge o termo “Environmental Education” – Educação Ambiental (EA) (MMA, 199?)

Todavia, antes desse evento as preocupações com o ambiente cresciam frente às catástrofes e a proeminência da degradação ambiental. Produto de um desenvolvimento econômico em curso nas últimas décadas que incitava o consumo e conseqüentemente a produção. Circunstâncias que começaram a despertar sensibilidades e desejos de outro modo e

sentido de vida. No entanto foi na década de 1960 que se evidenciaram de forma planetária essas preocupações. (DIAS, 2000, p.15).

O Brasil dessa época viveria a crise política e econômica, que conforme Germano “[...] o início dos anos 1960 foi problemático para as elites brasileiras, pois o país enfrentava uma crise econômica e política de grandes proporções” (2000, p. 49). Conflitos sociais, crise política e econômica, mobilizações sociais, inflação galopante e o crescimento da insatisfação com a política. A partir de 1964, o Brasil se depara com a ditadura militar, onde o estado tinha um expressivo domínio na esfera econômica (GERMANO, 2000). A meta do Regime Militar era a construção de uma grande potência, com grande investimento no setor industrial, e o domínio estatal sobre a economia, onde conforme Germano “[...] tem início, a partir de 1968, um ciclo de expansão econômica que ficou conhecido como ‘milagre econômico’ (1968-1973)” (2000, p.73).

A legislação ambiental em vigor na época era o Código Florestal, editado em 1965, em substituição ao diploma de mesmo título de 1934. Onde as orientações pedagógicas eram tratadas como *educação florestal* (BRASIL, 1965). Em seu artigo 42 delinea o formato educacional, onde:

Art. 42. Dois anos depois da promulgação desta Lei, nenhuma autoridade poderá permitir a adoção de livros escolares de leitura que não contenham textos de educação florestal, previamente aprovados pelo Conselho Federal de Educação, ouvido o órgão florestal competente.

§ 1º As estações de rádio e televisão incluirão, obrigatoriamente, em suas programações, textos e dispositivos de interesse florestal, aprovados pelo órgão competente no limite mínimo de cinco (5) minutos semanais, distribuídos ou não em diferentes dias.

§ 2º Nos mapas e cartas oficiais serão obrigatoriamente assinalados os Parques e Florestas Públicas.

§ 3º A União e os Estados promoverão a criação e o desenvolvimento de escolas para o ensino florestal, em seus diferentes níveis (BRASIL, 1965).

Além disso, cria em seu artigo 43 a Semana Florestal, que deve ser:

[...] comemorada, obrigatoriamente, nas escolas e em estabelecimentos públicos ou subvencionados, através de programas objetivos em que ressalte o valor das florestas, face aos seus produtos e utilidades, bem como sobre a forma correta de conduzi-las e perpetuá-las (BRASIL, 1965).

Paralelamente, diferentes acontecimentos históricos ocorreram em nível mundial que acabaram por intensificar as inquietações sobre a crise ambiental. Estes fatos não necessariamente se sucederam de forma organizada cronologicamente, mas possibilitaram movimentos e encontros de especialistas de diferentes áreas do conhecimento, tentando se pensar nas causas e propor mudanças para se lidar com essa crise. Também fez borbulhar os movimentos ambientalistas e a produção de literatura na área.

Em face às crises ambientais e toda a inquietação da época, a ONU promoveria, em 1972 a Conferência sobre o Ambiente Humano, que ficou conhecida como *Conferência de Estocolmo* (1972). Considerada um marco na inserção da educação ambiental (BRASI, 2005). Este encontro gerou um documento importante, a *Declaração sobre o Ambiente Humano* que estabeleceu o *Plano de Ação Mundial*. Na sua recomendação número 96, sugere a criação de um *Programa Internacional de Educação Ambiental*. Este “reconhecia o desenvolvimento da Educação Ambiental como elemento crítico para o combate à crise ambiental” (DIAS, 2000, 17).

Na sequência dos fatos, e como consequência da participação do Brasil na *Conferência de Estocolmo*, instituiu-se a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), subordinada ao Ministério do Interior (MINTER). O titular dessa secretaria, o professor Paulo Nogueira Neto, com muitas dificuldades financeiras e de recursos humanos, promoveu grandes avanços em legislação ambiental. Entretanto, pouco se caminhou em Educação Ambiental<sup>66</sup>. Mesmo assim, o titular da SEMA tentou estabelecer parcerias com o Ministério de Educação (MEC). Como resultado, a EA passou a fazer parte do currículo, porém, não como matéria específica (MEC, 1998). A parceria foi formalizada através de um ‘Protocolo de Intenções’, que visava a ‘inclusão de temas ecológicos’ nos currículos de 1º e 2º graus, mas nunca se efetivaria de fato<sup>67</sup>.

Diante de toda circulação de informações relacionadas ao ambiente em nível internacional. Igualmente, do nascente movimento ecológico no Brasil, através de vários atores sociais que despontavam à época, como Lutzenberg e de outros intelectuais ligados ao ecologismo. O campo ambiental se amplia no Brasil (CARVALHO, 2002, p. 146).

Ao mesmo tempo em que o campo ambiental foi se constituindo, como um campo social e de conhecimento, ocorreu a formação “de seu correlato, o sujeito ecológico”<sup>68</sup>. A sua construção estabeleceu-se num misto de romantismo, de cuidado com a natureza e a militância ambiental. Portanto, esse ser multifacetado produziu-se a partir da emergência ambiental internacional e nacional, num momento histórico difícil de repressão no Brasil. Ele abarcaria um ideal utópico, “herdeiro da cultura socialista e da crítica marxista à ética utilitária” e da contracultura<sup>69</sup>.

---

<sup>66</sup> Ibid. p. 17

<sup>67</sup> Ibid. p. 19

<sup>68</sup> Ibid. p. 71

<sup>69</sup> Ibid. p. 72

E é ao longo desse período histórico (1960/1970) que surgem os primeiros educadores ambientais, fruto de toda uma história e de um fazer diferente, alternativo em educação “sua experiência nesse universo altamente heterogêneo é a de compartilharem a identidade de *sujeitos ecológicos*, tendo como especificidade o fazer educativo no campo ambiental” (CARVALHO, 2002, p. 75). Toda essa heterogeneidade de sua formação atribui-lhe um “*habitus ecológico*”<sup>70</sup> que ao reunir essas diferentes características, possui um jeito de ser, de conduzir-se e de educar, envolvendo, conforme Carvalho, sua militância, um fazer político e social associado a “sua vida individual e coletiva” coerente com o que pensa e sabe, “o que parece estar no centro dessa postura militante é a coerência entre o ser e o fazer”<sup>71</sup>.

Esses educadores acabam por influenciar e construir diferentes formas de se atuar em educação, ou seja, uma pluralidade de ações, projetos, estudos, pesquisas que vão se concretizando no campo da EA. A partir desses sujeitos e seus saberes, diferentes linhas de pensamento têm conduzido essas práticas, ou seja, desenham-se modos plurais de EA. No entanto, são atores, sujeitos pertencentes ao movimento ambiental, e ainda pouco vinculados às escolas. O campo da educação ambiental não surge na práxis da educação formal, mas sim fora dela. Em articulações, parcerias dos *sujeitos ecológicos*, pertencentes a diferentes linhas de ação.

Contudo, também se vivenciava o auge do autoritarismo militar e controle da economia. Conforme Germano, a taxa de crescimento econômico ultrapassa a casa de 10% (2000, p. 159). Coincidentemente, se chega às reformas na educação, ou seja, a definição da política educacional desse governo, tanto universitária como do ensino de 1º e 2º graus.

Por que desse governo? Analisando-se as suas características, o seu modelo de controle social que se baseia no autoritarismo e na repressão. Ao mesmo tempo em que se observa que a tônica das políticas era o acúmulo de capital e o controle da economia. De frente aos fatos, a de se questionar qual tipo de educação se apresentaria? Provavelmente uma política que favoreça a não reflexão crítica, mas a formação de mão-de-obra qualificada e consumidora. Portanto, uma política de governo, não de estado. Resultando no investimento em um tipo de educação que atenderia a necessidade do modelo vigente. Em 1971, é sancionada a Lei 5692/71 (BRASIL, 1971), que estabeleceu a Lei de Diretrizes e Bases da

---

<sup>70</sup> O conceito de *habitus* advém dos estudos de Pierre Bourdieu, para esse autor: “O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído” (Extraído da conferência pronunciada na Universidade de San Diego, em março de 1986).

<sup>71</sup> Ibid. p. 92

Educação Nacional, onde não consta qualquer menção à Educação Ambiental, ou algo do gênero.

Todavia, em 1976, a SEMA firmou um convênio entre a Fundação Educacional do Distrito Federal<sup>72</sup> e a Universidade de Brasília (UnB) com o objetivo de realizar

[...] o primeiro Curso de Extensão para Professores do I Grau, em que mais do que treinar os professores, a proposta era reformular o currículo nas escolas do Distrito Federal no campo das ciências físicas e biológicas, com a introdução da temática ambiental, num enfoque que priorizava o indivíduo e o meio ambiente (MEC, 1998).

Não obstante a parceria, contou mais com a ousadia e esforço dos interlocutores, do que com apoio financeiro e recursos tecnológicos. Em 1981, o projeto dissolve-se distanciado de seu objetivo inicial (MEC, 1998). Outro aspecto a se salientar é que embora se priorizasse o “indivíduo e o meio ambiente” se observa a não observância do caráter interdisciplinar por se dedicar aos professores de ciências físicas e biológicas, fato que se percebe até os dias atuais.

Ainda como consequência da *Conferência de Estocolmo*, a UNESCO, promoveria, em 1975, o *Encontro Internacional sobre Educação Ambiental*, em Belgrado/Iugoslávia. Como resultado do Encontro, elaborou-se o Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA. Segundo o qual a EA deveria ser “[...] continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais” (MEC, 199?).

Além disso, foi indicada a realização de uma conferência intergovernamental com a intenção de debater-se e instituir as bases metodológicas da EA. No mesmo evento, também foram tratadas “as disparidades entre os países do Norte e do Sul, à luz da crescente perda da qualidade de vida” e das desigualdades sociais (DIAS, 2000, p. 18). Como consequência o encontro gerou a *Carta de Belgrado* que:

[...] constitui um dos documentos mais lúcidos e importantes gerados nesta década. Fala sobre a satisfação das necessidades e desejos de todos os cidadãos da Terra. Propõe temas que falam que a erradicação das causas básicas da pobreza como a fome, o analfabetismo, a poluição, a exploração e dominação, devam ser tratados em conjunto. Nenhuma nação deve se desenvolver às custas de outra nação, havendo necessidade de uma ética global. A reforma dos processos e sistemas educacionais é central para a constatação dessa nova ética de desenvolvimento. A juventude deve receber um novo tipo de educação que requer um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre escolas e comunidade, entre o sistema educacional e sociedade. Finaliza com a proposta para um programa mundial de Educação Ambiental (MEC, 199?)

Em vista das discussões em nível internacional, surgem algumas iniciativas de parceiras entre instituições de meio ambiente e secretarias de educação estaduais, como o já citado no DF. Entretanto, com foco no ‘ecologismo’, de abordagem mais restrita a

---

<sup>72</sup> A Fundação Educacional do Distrito Federal é o órgão do governo do Distrito Federal que gerencia a educação em todos os âmbitos.

importância da Educação ambiental à flora e à fauna, mas com poucas considerações às mazelas socioeconômicas brasileiras (DIAS, 2000, p. 18). O mesmo é observado nos cursos de pós-graduação em Ecologia, criados em 1976, em algumas universidades brasileiras. Tais como as Universidades do Amazonas, Brasília, Campinas, São Carlos. Além do Instituto Nacional de Pesquisas Aéreas - INPA em São José dos Campos (MEC, 199?)

Como previsto no encontro de Belgrado, ocorreu em 1977, em Tbilisi/Geórgia (ex-URSS) a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizada pela UNESCO em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (MEC, 199?), que ficou conhecida como a *Conferência de Tbilisi*.

Sendo o “[...] ponto culminante da Primeira Fase do Programa Internacional de Educação Ambiental [...]” (DIAS, 2000, p.19). Pode-se dizer que essas duas conferências, a de *Conferência de Estocolmo* e de *Tbilisi*, constituíram-se em pontos de partida para a elaboração de literatura que reconstruiria ou redirecionaria as bases epistemológicas da Educação Ambiental. Conforme Sato, após esses eventos “[...] a literatura tem enfatizado a importância da redefinição da EA, conduzindo os diversos profissionais, de diferentes áreas, a interagirem, centralizando as discussões da mesma dentro de uma perspectiva interdisciplinar” (SATO, 2004, p. 23).

Percebe-se aqui um marco histórico e uma virada na perspectiva da EA. O foco que antes se concentrava nas questões ecológicas de conservação (ou preservação) da biodiversidade, ganhou um acréscimo social, cultural e ético e o incremento de outras esferas do conhecimento. Sendo assim, a partir de Tbilisi o conceito de EA é:

“[...] um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A Educação Ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida.<sup>73</sup>

Nessa concepção pode-se observar que foram acrescentados os termos cultura, ética, participação social e política. A nova roupagem da EA tentou envolver a complexidade que constitui a relação humana com o ambiente. O cuidado não só com a natureza no sentido biológico, mas também o das relações humanas. Não obstante o grande avanço, ainda percebe-se a dicotomia de humano-natureza, cultura-ambiente, há ainda certo afastamento, como se o ser humano e sua cultura estivessem apartados do mundo natural, como um

---

<sup>73</sup> Ibid. p. 23

apreciador e articulador da natureza. Como aquele que tem que desenvolver habilidades de proteção e cuidado.

Cabe ressaltar que o Brasil não participou da *Conferência de Tbilisi*. Um ano após o evento, ocorreu o Seminário de Educação Ambiental para América Latina, em 1979. O Seminário foi realizado pela UNESCO e PNUMA na Costa Rica. No mesmo ano o departamento do Ensino Médio/MEC e a CETESB<sup>74</sup> publicam o documento “Ecologia - Uma proposta para o Ensino de 1º e 2º graus” (MEC, 199?).

Segundo Dias, a referida proposta fere as diretrizes da *Conferência de Tbilisi*, ao colocar a EA atrelada ao ensino de ciências, ainda mais com o foco em ecologia. O autor ainda destaca que vários setores, como os ambientalistas e educadores ambientais da época, indignaram-se com essa orientação. E questionaram argumentando que tal reducionismo atendia a outros interesses semelhantes aos dos países industrializados (2000, p. 21).

Todavia, embora tímidos e com ênfase em ecologia, os fios do campo ambiental foram se ampliando e fortalecendo no Brasil. O que começa a se estabelecer nos anos 1980, na fase da abertura política. Onde grupos de atores sensibilizados com as causas ambientais se tornam protagonistas da EA embrionária brasileira e de legislações ambientais. Atores estes que se encontram, articulam e debatem e vão se fortalecendo enquanto grupo (CARVALHO, 2002, p. 146).

A década de 80 se inicia ainda sob a égide do governo militar, entretanto notórios, mas tímidos, avanços são observados neste período. Em 1981, o então Presidente da República, João Figueiredo, promulga a Lei 6938/81, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA (BRASIL, 1981). Esse diploma legal converte-se em importante apoio à EA. Pois, ao estabelecer em seu Artigo 2º, no princípio X que a EA deve pertencer “[...] a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (BRASIL, 1981).

Nos anos seguintes várias ações em favor da ampliação do entendimento do valor da inserção na educação das questões ambientais vão se estruturando. Conquanto tímidas e ainda vinculadas ao ecologismo. Em 1985, o MEC emite o Parecer 819/85, onde:

“[...] reforça a necessidade da inclusão de conteúdos ecológicos ao longo do processo de formação do ensino de 1º e 2º graus, integrados a todas as áreas do conhecimento de forma sistematizada e progressiva, possibilitando a “formação da consciência ecológica do futuro cidadão” (MEC, 199?)

---

<sup>74</sup> Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo.

Em junho de 1985, a SEMA emitiu um documento reconhecendo que a EA foi a sua área de atuação que menos se desenvolveu. Atribuía o fato à falta de conceituação e de políticas específicas voltadas à EA. Entretanto, já havia se passado 8 anos da Conferência de Tbilisi, onde a EA, em nível internacional, possuía uma conceituação (DIAS, 2003, P.84).

Embora todas as dificuldades, o processo de inserção e crescimento da EA prossegue. Sendo assim, em 1986 firmou-se uma parceria entre a Fundação Universidade de Brasília, SEMA, CNPq, CAPES e PNUMA. Estruturando-se o Primeiro Curso de Especialização em Educação Ambiental, que foi oferecido de 1986 até 1988, quando foi extinto. O motivo alegado para o término do curso foi dificuldades financeiras.<sup>75</sup>

Com a participação ativa dos ambientalistas na elaboração da constituição, através da Assembleia Constituinte, consegue-se pautar na Carta vários temas relacionados às questões ambientais, inclusive a EA. Consequentemente, em 1988, ao ser promulgada a Constituição do Brasil, a educação ambiental ganha status e um grande reforço. Em seu artigo 224, inciso VI traz a necessidade de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 2005).

Sendo assim, diversas ações passam a se delinear na institucionalização da EA no Brasil. Ressalta-se, como ponto marcante, a criação em 1997, dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação. Os PCN constituem-se em um aporte às escolas brasileiras, como orientadores dos projetos educacionais. Nesse documento encontram-se os Temas Transversais, que seguem a linha da transversalidade e da interdisciplinaridade<sup>76</sup> e possui a ética como eixo norteador objetivando a formação de cidadania. Esses parâmetros se subdividem nos seguintes temas: ética, pluralidade cultural, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo, e meio ambiente, neste último se insere a educação ambiental. Percebe-se que os PCN, ao definir a EA dentro dos temas transversais, possibilitaram uma amplitude das questões ambientais. Pois a visão fragmentada das diferentes áreas do conhecimento não permite a compreensão sistêmica e complexa dos fenômenos naturais, sociais e vinculados à realidade, o que é possível com a transversalidade e a interdisciplinaridade (BRASIL, 1998).

---

<sup>75</sup> Ibid. p. 85

<sup>76</sup> Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) nos Temas Transversais (Brasil, 1998 p. 30), a interdisciplinaridade “questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles”; e a transversalidade como a “possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade).

Como resultado de todo esse percurso e no sentido de gestar e normatizar a educação ambiental foi instituída em 1999 a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, através da Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 (regulamentada em 2002). Essa lei define a EA como uma ferramenta significativa para a educação nacional, devendo estar presente em todos os âmbitos educacionais, formal e não-formal. Em seu artigo primeiro apresenta:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Além disso, delinea os princípios básicos e os objetivos fundamentais da EA no Brasil e orienta que os estados, distrito federal e os municípios devem definir suas “diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental”, conforme suas competências (BRASIL, 1999).

Nesse mesmo ano é instituído o Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, que traz como missão “A educação ambiental contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis com pessoas atuantes e felizes em todo o Brasil” (Brasil, 2005). Esse programa traça princípios e objetivos norteadores da EA brasileira. Definindo público alvo, as linhas de ação, enfim toda a gestão da EA no país.

O Conselho Nacional de Educação – CNE, na Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação ambiental. Destaca-se nessa Resolução a ênfase dada a EA em todos os âmbitos da educação, delineando objetivos, o marco legal, os princípios da EA e a organização curricular. Além disso, estabelece que a EA deva ser desenvolvida em regime de colaboração entre os sistemas de ensino municipal, estadual e do Distrito Federal, nas diferentes fases de ensino e inclusive na graduação e na pós-graduação. Em seu artigo 16, reforça que os conhecimentos em EA devem ser inseridos através do viés da transversalidade, conforme legislações anteriores. Porém, abre a possibilidade de outros arranjos na organização curricular no ensino superior e no ensino técnico de nível médio (BRASIL, 2012).

Quanto à organização curricular, o mesmo documento em seu artigo 17 delinea a respeito do planejamento e gestão que as instituições de ensino devem considerar. Nesse artigo evidencia-se aqui os seguintes pontos a “visão integrada”; o “pensamento crítico”; a “valorização da diversidade dos múltiplos saberes e olhares científicos e populares sobre o meio ambiente”; a promoção de vivências com diferentes culturas e habitat, responsabilidade, a “revisão de práticas fragmentadas” aquelas que não priorizam a integralização do humano e a natureza e a “reflexão sobre as desigualdades socioeconômicas e seus impactos ambientais”,

dentre outros (MEC, 2012). Enfoques importantes a serem considerados no currículo e nas abordagens de EA, nos conteúdos específicos e na transversalidade dos mesmos.

As tensões ambientais têm exigido um novo olhar e outros modos de se relacionar com a natureza. Tensões essas que proporcionaram a vinculação do social e ambiental e, sua inserção na esfera política. E, para essa nova exigência, faz necessário um ator capaz de vislumbrar, articular e atuar sobre e com essas tensões. Neste sentido, a EA pode ser uma possibilidade para contribuir na formação desse ator, mas uma EA que proporcione reflexões a cerca do sujeito, de sua relação com o ambiente e com a dimensão social e política. Carvalho assinala que a partir da inserção das questões ambientais na esfera política e a luta:

[...] na defesa e/ou disputa pelos bens ambientais, muitas lutas adquirem uma dimensão pedagógica, na medida em que instituem espaços efetivos de questionamento, encontro, confronto, e negociação entre projetos políticos, universos culturais e interesses sociais diferentes. Para além dos seus resultados imediatos, estas lutas, tanto quanto toda educação ambiental orientada para a cidadania, podem contribuir de uma forma muito concreta para o avanço de um dos grandes desafios contemporâneos: a busca de possíveis novas tecituras entre a natureza e a política – *bios e polis* (CARVALHO, 2012, p.63).

Igualmente, seria interessante que esse sujeito ampliasse a compreensão de seu atuar e a relação com o mundo natural. Refletisse sobre sua prática e pensamento de dominância e articulador dessa *bios*. De reconhecer-se dentre tantos habitantes humanos e não humanos desse mundo, ou seja, “[...] não se trata de apropriar-se do ambiente pela mediação da cultura, incorporando-o na nossa teia de significados humanos, mas de reconhecer a singularidade das perspectivas dos diversos organismos no seu habitar o mundo” (CARVALHO; STEIL, 2013, p. 74). Quer dizer, de reconhecer a simetria entre todos os seres vivos, seus vínculos e entrelaçamentos.

Portanto, uma EA que não só potencialize a postura emancipatória e política do sujeito, mas que também o faça refletir sobre seu estar no mundo, pensando na outridade e na percepção desse mundo.

## **2.5 O lugar da percepção: origens e caminhos**

O que é percepção? Responder a essa questão requer trilhar por vários caminhos dados à complexidade da acepção. Poder-se-ia, por exemplo, ligá-lo à abordagem mais fisiológica, a de se perceber o ambiente através dos sentidos. Porém, seria uma abordagem reduzida, pois se limitaria à potencialidade da percepção aos aspectos biológicos. Ou quem sabe, cogitar a percepção no sentido de perceber os estímulos do ambiente e responder aos mesmos, de escolher entre um ou outro caminho, mais relacionado aos comportamentos imediatos. Um

pouco mais amplo em relação ao primeiro, mas foca no comportamento humano, portanto unidirecional. Seja biológico ou de comportamento, ambos parecem não contemplar o entendimento do que seja percepção, sugere um espaço vago, um algo a mais. Mas o que é então percepção? Este vocábulo envolve outros conceitos? Outras ideias, compreensões?

Marin, ao resgatar os estudos sobre percepção, apresenta alguns caminhos trilhados pelo conceito e como este foi se reconfigurando conforme a assimilação e evolução de certos campos do conhecimento. Embora a psicologia seja a ciência que mais se desponta neste gênero, a autora apresenta que a abordagem a respeito da percepção é anterior aos estudos da mesma. Inicialmente tratada em pesquisas a respeito do como se dava o fenômeno da percepção. Que mecanismos fisiológicos e físicos envolvem a percepção dos organismos em relação aos elementos do ambiente. Um tratamento biofísico da percepção (2008, p. 206).

Com o despontar da psicologia a percepção toma outra roupagem, as pesquisas são direcionadas à percepção humana. Os estudos de Wilhelm Wundt, busca reunir elementos para tornar a psicologia uma ciência empírica. Diferencia a experiência mediata, pertencente ao campo das ciências naturais da imediata, onde a investigação envolve a subjetividade, o mundo interno, dados pertencentes à psicologia (ARAUJO, 2009, p. 211).

Com esse objetivo, ele aposta em romper com um modo de fazer psicologia à época, onde a mente ou era tratada com um caráter espiritual (metafísico) ou a concepção material (materialista). Sendo assim, Wilhelm Wundt recusa integralmente as concepções metafísicas, propondo outra que se detivesse à experiência psicológica no sentido próprio. Trazendo o mundo interno (imediato) e o externo (mediato) como elementos que se completam e a não subordinação entre ciências da natureza e a psicologia. Para tanto, usa como metodologia de pesquisa o experimento e a observação, e divide o campo de análise em dois espaços: o da psicologia individual e a psicologia dos povos. Sendo que no primeiro, os experimentos devem ser aplicados à “[...] sensação, a percepção e a representação [...]”, pois podem ser analisados durante seu processo. Ao segundo, só resta para análise à observação, não sendo possível o controle experimental (2009, p. 213).

Observa-se assim, a inserção da percepção nas apreciações da psique humana, todavia com um caráter empírico. Com o foco no comportamento humano, onde se intenciona compreender como os estímulos internos e externos produzem respostas. Quer-se dizer, envolvendo aspectos fisiológicos e comportamentais, uma visão mecanicista do processo. A mudança de rumo acontece com o despontar das ideias da *Gestalt* e posterior acolhimento desses conceitos pela psicologia ambiental (MARIN, 2008, p. 207).

O termo *Gestalt* é de origem alemã e significa forma. Estudos realizados por pesquisadores como Kurt Koffka (1886-1941), Wolfgang Köhler (1887-1968), Max Wertheimer (1880-1943) originaram a *Teoria da Gestalt*. Esta teoria vem contrapor-se a ideia estruturalista de percepção, que se fundava na percepção das estruturas básicas do todo. Para a *Gestalt* o todo é que permite vislumbrar as partes, portanto dá à percepção da totalidade mais importância (STENBERG, 2000, p. 120).

Embora a *Teoria da Gestalt* emergisse no campo da psicologia, Marin destaca o seu caráter filosófico. Fato caracterizado “[...] a partir dos estudos de percepção das cores de Goethe e, posteriormente, pela influência na fenomenologia e no existencialismo” (2008, p.208).

Os estudos da *psicologia gestáltica* influenciam outras áreas, como psicologia social e a psicologia ecológica. Como Kurt Lewin que, segundo Carvalho e Steil, ao desenvolver “[...] as noções de ecologia psicológica, espaço vital e campo psicológico nos quais a percepção torna-se conceito chave para a psicologia social na compreensão das relações recíprocas entre a pessoa, o comportamento e o ambiente” (2013, p. 61). A partir dessas intersecções surge a psicologia ambiental que sofreu estes influxos, oriundos da ampliação dos conceitos de inter-relação entre ambiente social, físico e aspectos psicológicos (PINHEIRO, 1997, p.385).

A psicologia ambiental, área recente da psicologia, emerge nos anos 1960. É uma área da psicologia que procura compreender a estruturação do espaço físico, seja artificial ou natural, em conexão com o ser humano. Ou conforme destacado por Moser “A Psicologia Ambiental estuda a pessoa em seu contexto, tendo como tema central as inter-relações – e não somente as relações – entre a pessoa e o meio ambiente físico e social” (1998, p. 121). Não excluindo da relação às extensões culturais e sociais, inerentes ao ambiente onde se insere o humano, e que intervêm na percepção do segundo sobre o primeiro. Quer-se dizer, de que forma um sugere o outro. Por abranger uma dimensão e análise ampla, a psicologia ambiental é influenciada por algumas áreas do conhecimento, tais como a arquitetura, a geografia humana, o urbanismo, e, em menor grau, a sociologia (MOSER, 1998, p. 127).

Agregando e ampliando o conceito de percepção, Carvalho e Steil salientam a contribuição de J. J. Gibson, estudioso da psicologia ecológica, que delineia a percepção como resultante da relação direta do sujeito e o ambiente. Carvalho e Steil destacam que

Gibson defende que a percepção ambiente é direta e que a informação não está na mente do percebido, mas no ambiente; assim como o significado não resulta do processamento dos estímulos sensoriais mediados por representações mentais, mas se

dá na relação direta entre o sujeito perceptivo e o ambiente que ativamente propicia ações para este sujeito (CARVALHO e STEIL, 2013, p. 62).

A contribuição de Gibson à percepção amplia a relação humano-ambiente, dá a ela um aspecto de totalidade, é o sujeito inserido no mundo, que percebe o mundo e este ao sujeito, numa relação mútua. Sua teoria da *affordance* refere-se a essa perspectiva que o mundo, ou as coisas do mundo oferecem a quem as percebe, são “[...] às possibilidades para ação que um objeto ou o ambiente fornece, possibilita, propicia para aquele que o percebe” (CARVALHO e STEIL, 2013, p. 63). Nesse sentido, a percepção colhe outros significados, outros tons e novos caminhos.

O campo das ideias da percepção também se reveste de elementos pelo viés fenomenológico, que confluindo e contribuindo na noção de percepção ambiental. Pontuam-se aqui os conceitos desenvolvidos por Merleau-Ponty (MP). Por sugerir que suas teorias geram um movimento, outro olhar com relação ao vínculo humano-mundo.

Merleau-Ponty (MP) em seu livro *Fenomenologia da Percepção* desenvolve a sua teoria da percepção defendendo uma compreensão ampla do mundo. De uma abertura do ser ao mundo e deste ao ser. Ele insere na experiência da percepção o mundo vivido, “O mundo é não aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo; eu estou aberto ao mundo, comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável” (MERLEAU-PONTY, 2006, p.14). A compreensão ampla de mundo, da totalidade, envolve todos os aspectos, os sentidos, as compreensões. Todos têm sua verdade e seus significados e sua existência. É perceber-se como ser inerente ao mundo, seja na relação com o outro, com o mundo e consigo mesmo. De perceber a essência do fenômeno que é estar no mundo. Concepções cabíveis no horizonte da percepção ambiental<sup>77</sup>.

O autor vai refutar diversas teorias de percepção desenvolvidas até aqui, considerando-as limitadas para dar conta da compreensão e o entendimento amplo do perceber. Entendimentos que separam corpo e alma, objetividade e subjetividade, humano do mundo (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 18), resgatando a essencialidade da percepção.

Para isto, MP recupera aos fenômenos as suas essências. Não são as sensações que favorecem a percepção, mas o todo observado. Não é por associação, contiguidade, semelhança ou por recordações que se percebe, mas pela experiência, pelo reconhecimento, pelo todo. “Nosso campo perceptivo é feito de ‘coisas’ e de ‘vazios entre as coisas’” (MERLEUA-PONTY, 2006, p. 38)

---

<sup>77</sup> Ibid. p. 19

Salienta-se que os conceitos de percepção, em especial a percepção ambiental se fazem presentes em muitas pesquisas de educação ambiental. Principalmente aquelas que intencionam analisar a relação das comunidades com o seu ambiente. E o olhar fenomenológico tem proporcionado um ampliar dessa percepção.

### **3. A HISTÓRIA DO LUGAR – A TESSITURA DO ESPAÇO APABG**

A Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande – APABG vai se estruturando a partir da tessitura de fios que formam uma malha ambiental, social, política, econômica, cultural e de conhecimento. Fatos que foram se concretizando mesmo antes de sua criação. Analisar este espaço requer um esforço, aberto aos fatos e ao dinamismo com que eles se estabelecem no tempo e no espaço e na sua interatividade (PÁDUA, 2010, p. 94), ou seja, percebendo-se a continuidade em que os fatos sociais, ambientais, científicos, econômicos, culturais e educacionais se mostram na história da APABG. Embora se conceba essa interatividade e continuidade por questões de estruturação das ideias, inicialmente se caracterizará a unidade de conservação em suas estruturas ambientais e institucionais. Posteriormente, se apresenta o resgate histórico da APABG, compreendendo uma tessitura de acontecimentos que não se sucederam de forma sincronizada, mas fatos que surgiram no decorrer do tempo e favoreceram a sua criação.

#### **3.1 Caracterização da APABG – a tessitura ambiental**

Em vinte e três de outubro de 1998, instituiu-se legalmente (Anexo 1) a Área de Proteção Ambiental Banhado Grande – APABG<sup>78</sup>, (RIO GRANDE DO SUL, 1998a). No que se refere ao espaço ambiental e institucional, a APABG se enquadra através do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação), na categoria de Unidades de Uso Sustentável, que tem como objetivo “[...] compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000). E segundo o SEUC (Sistema Estadual de Unidades de Conservação do RS) tem por objetivo “[...] proteger recursos hídricos e bacias hidrográficas, preservar belezas cênicas e atributos culturais relevantes, criar condições para o turismo ecológico, incentivar o desenvolvimento regional integrado, fomentar o uso sustentado do ambiente e servir de zona tampão para as categorias mais restritivas” (RIO GRANDE DO SUL, 1998b).

A APABG compreende uma área de 137.000 hectares, espaço extenso, abrangendo quatro municípios do estado do Rio Grande do Sul (RS), que são: Glorinha, Gravataí, Santo Antônio da Patrulha e Viamão (Figura 1). Os limites geográficos extremos da APA são os seguintes: Norte: 29°45'58"S/50°47'14" O em Glorinha; Leste: 29°48'43"S/50°27'55"O em Santo Antônio da Patrulha; Sul 30°12'11"S/50°58'10"O e Oeste 30° 7'47"S / 51°5'52"O.

---

<sup>78</sup> Decreto n. 38.971/98

Transpassam a APA as rodovias RS 040, RS 030, RS 118, RS 347 e Freeway/BR 290 (Figura 1) (RIO GRANDE DO SUL, 2010, p. 6).

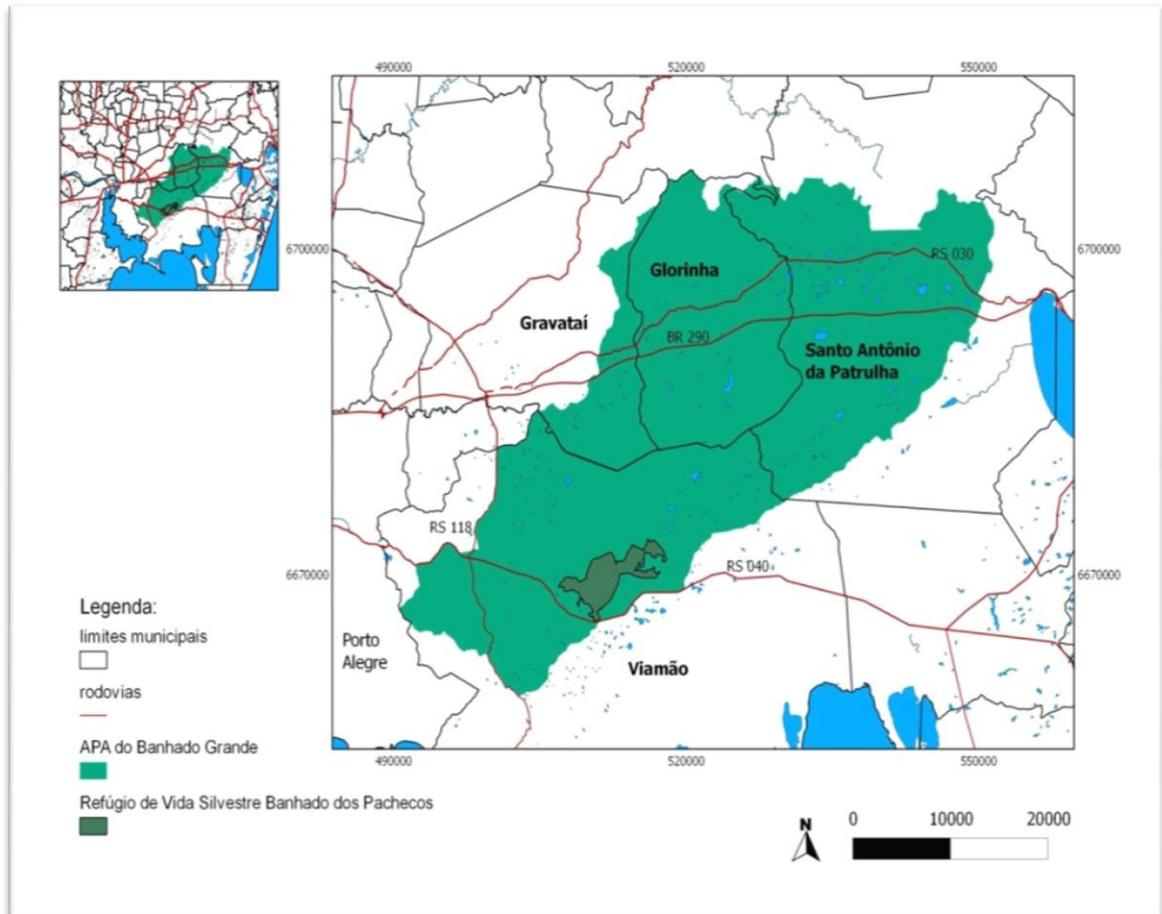


Figura 1: Mapa da localização da APABG.

Fonte: [http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod\\_menu=174](http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=174) Acesso: (07/set/2014)

A APABG reúne um conjunto de banhados: Banhado do Chico Lomã, Banhado dos Pachecos e o Banhado Grande. No seu conjunto encontram-se as nascentes que originam o Rio Gravataí, sendo essa uma de suas importantes funções enquanto unidade de conservação. É uma área sensível, formada por um mosaico de ecossistemas tais como fragmentos de Mata Atlântica, mata de restinga, banhados, turfeiras, etc. (Figura 2). Abriga uma diversificada flora, assinalando-se as corticeiras-do-banhado (*Erythrina crista-galli*) que se encontra em extinção e, por isso, proibidas ao corte. Jerivás (*Syagrus romanzoffiana*) e caporoca (*Myrsine umbellata*) dentre outras, servindo de abrigo à avifauna residente e migratória.

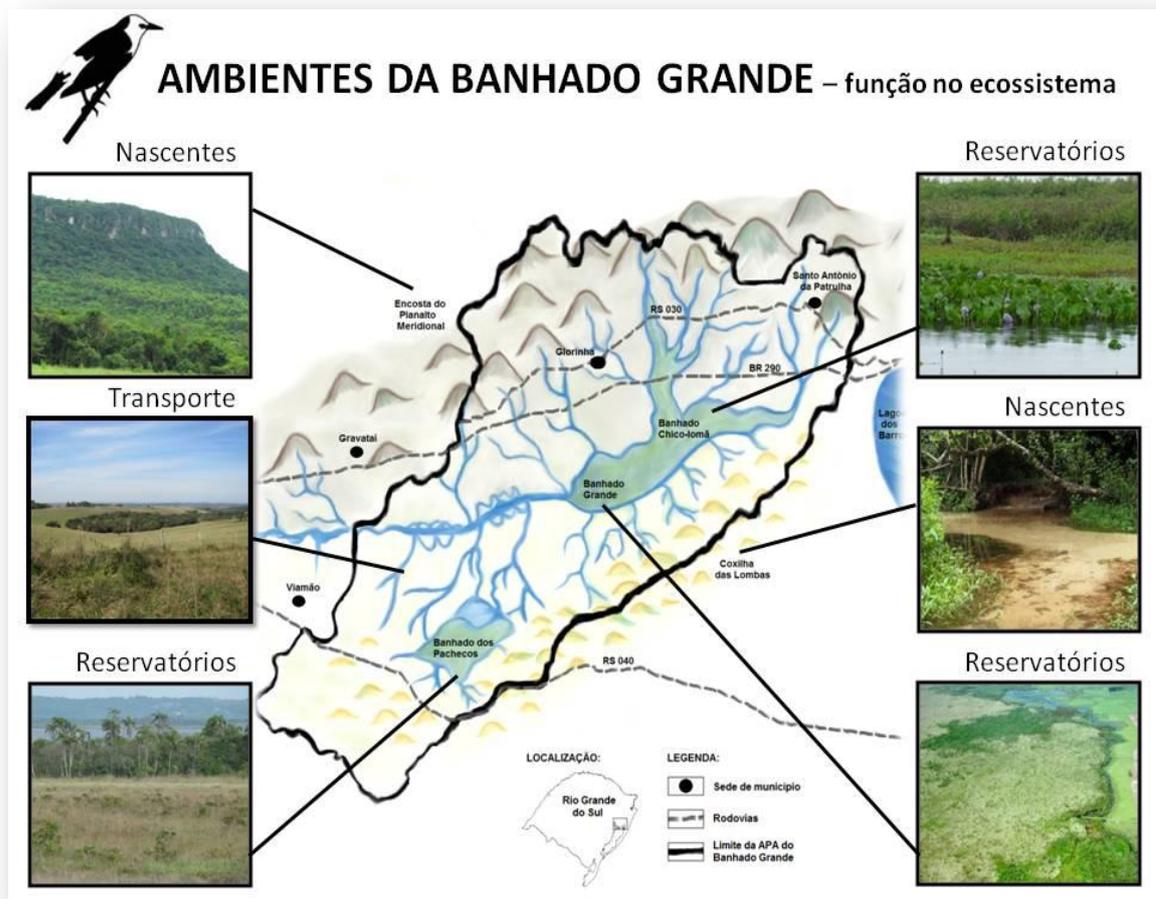


Figura 2: Características ecossistêmicas da APABG.

Fonte: [http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod\\_menu=174](http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=174). Acesso: (07/set/2014)

Exibe uma fauna variada, destacando-se o cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*) (Figura 3), espécie que segundo a Portaria nº 444 do Diário Oficial da União, de dezembro de 2014, que expõe a Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção é classificada como vulnerável (VU) (BRASIL, 2014). Porém, na última lista de espécies da fauna gaúcha ameaçadas de extinção, a mesma espécie encontra-se criticamente em perigo (CR) (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

A região é riquíssima em avifauna, tanto nativa como migratória (Figura 4). Onde algumas espécies estão em perigo de extinção em escala regional, como o curiango-do-banhado (*eleothreptus anomalus*) (MARQUES, 2002). Além desse, também se observa o cardeal-do-banhado (*Amblyramphus holosericeus*), a noivinha-do-rabo-preto (*Heteroxoumis dominicana*), etc. A UC é considerada um espaço ambiental de reconhecimento mundial importante para a conservação de aves (RIO GRANDE DO SUL, 2009, p. 13).



Figura 3: Cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*);  
Fonte: cedidas pelo Biólogo André Osório



Figura 4: Aves do RVSBP  
Fonte: Cedidas pelo Biólogo André Osório

Dentro da APABG, no distrito de Águas Claras, zona rural do município de Viamão, encontra-se outra unidade de conservação, o Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos – RVSBP ou simplesmente Refúgio (Figuras 1 e 5). É uma unidade de uso restrito, sendo, segundo o SNUC, uma categoria de proteção integral (BRASIL, 2000). Já conforme o SEUC é uma “área de domínio público ou privado, com o objetivo de garantir, através do manejo específico, a preservação de espécies ou populações migratórias ou residentes” (RIO GRANDE DO SUL, 1998b). O Refúgio foi criado em 24 de abril de 2002, através do Decreto

n° 41.559 e implementada em 10 de junho de 2002. As suas terras foram cedidas pelo INCRA à SEMA, através do termo de Cessão de Uso, assinado em 21 de fevereiro de 2000 e possui uma área de 2.560 ha (RIO GRANDE DO SUL, 2002). É nesse local que se encontra o último refúgio no Rio Grande do Sul (RS) do cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), “o maior cervídeo da América do Sul, ameaçado de extinção no Brasil” (RIO GRANDE DO SUL, 2009, p. 20). Ou seja, em situação vulnerável em nível nacional (BRASIL, 2014), e criticamente em perigo (CR) no RS (RIO GRANDE DO SUL, 2014).



Figura 5: Imagens da área do RVSBP  
Fonte: Guia do Conselheiro

Destaca-se que em parte do território do Refúgio e dentro da APABG encontra-se o Assentamento de Trabalhadores Rurais Sem Terra Filhos de Sepé<sup>79</sup>. Este apresenta 9.406 ha e é considerado o maior assentamento do Estado, no qual foram estabelecidas 376 famílias. (RIO GRANDE DO SUL, 2002).

Apesar de a APABG existir a dezesseis anos, foi recentemente efetivada, em 2009, quando foi instituído o seu Conselho Gestor<sup>80</sup>. Este é o fórum de debates e deliberações de

<sup>79</sup> Criado em 14 de dezembro de 1998, está localizado no distrito de Águas Claras (Viamão/RS).

<sup>80</sup> É regido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000), e pelo Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC, no caso do RS. É instituído pelo Departamento de Unidades de Conservação – DUC, pertencente à Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA/RS (RIO GRANDE DO SUL, 1998b).

uma unidade de conservação – UC. Não possui seu plano de manejo<sup>81</sup>, mas este se encontra em fase de estruturação junto à Fundação Zoobotânica – FZB do RS.

Sendo uma área de banhados, cabe aqui uma caracterização desse tipo de ambiente. Banhados são tipos de áreas úmidas, apresentando extensões alagadiças permanentes ou temporárias, compondo-se por fauna e flora adaptadas a este ecossistema. Conforme Burger, também são conhecidos “[...] na maior parte do país como brejos, são também denominados de pântanos, pantanal, charcos, varjões e alagados, entre outros” (2002, p. 3). Existem três características comuns que reúnem diferentes ambientes em áreas úmidas, que são: “(1) a presença de água rasa ou solo saturado; (2) o acúmulo de material orgânico proveniente de vegetais em decomposição; e (3) a presença de plantas e animais adaptados à vida aquática” (CARVALHO e OZORIO, 2007, p. 85).

Como são pouco estudados, ainda carecem de conceituação, uso e manejo mais adequados. No Brasil, o próprio termo “banhado” é mais utilizado no Rio Grande do Sul onde, segundo Burguer, constituem ecossistemas presentes em “[...] grandes extensões da zona costeira e também de regiões mais internas. A palavra “banhado” provém do termo espanhol “bañado”, devido à influência dos países vizinhos” (2002, p. 3).

A Convenção RAMSAR<sup>82</sup> - Convenção das Zonas Úmidas com interesse internacional de 1971, realizada no Irã, argumenta que as zonas úmidas possuem importância internacional no que tange o habitat de aves aquáticas, essa convenção, em seu artigo 1.1, as define como sendo:

Áreas de pântano, charco, turfa ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo áreas de água marítima a profundidade do que a maré não exceda seis metros. (RAMSAR, 2008, tradução nossa)

A sua biota<sup>83</sup> torna-se muito diversificada, constituindo ambientes importantes para a manutenção da diversidade biológica e abrigo para avifauna nativa e migratória. Sistema sensível que necessita de atenção e cuidados próprios. Por constituir um espaço quase sempre utilizável, muitas vezes permite e favorece o uso para a agricultura, principalmente a cultura de arroz e a produção de peixes. Porém, como são pouco conhecidos, limitadamente estudados e considerados como áreas inúteis, os banhados têm sido intensamente degradados

---

<sup>81</sup> É documento técnico mediante o qual, e com fundamento nos objetivos gerais da unidade de conservação, estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (BRASIL, 2000). É a partir dele que são determinados os usos, os modos de ocupação, áreas a serem preservadas em função das espécies em risco de extinção.

<sup>82</sup> Convention on Wetlands of International Importance, especially as Waterfowl Habitat

<sup>83</sup> Conjunto de todos os seres vivos de um lugar ou de um determinado período da história da Terra.

ou utilizados equivocadamente. Pode-se citar como exemplo de uso inadequado a irrigação de lavouras de arroz, sem apropriado manejo, a caça predatória, a ocupação humana, a drenagem de seus cursos hídricos, dentre outros. Além do que, quando pertencentes a uma unidade de conservação, onde deveriam ser em tese mais protegidos, a falta de ordenamento e fiscalização, por parte dos órgãos ambientais, acabam por não garantir sua adequada preservação.

É o caso do sistema Banhado Grande, que sofre, há algum tempo, impactos e manejos inadequados. No final dos anos de 1960, por exemplo, pensando em tornar cultivável essa área, seguindo a retórica da inutilidade de banhados, foram construídos canais de drenagem (Figuras 6). De acordo com Accordi (2003), a drenagem serviria para ampliar as áreas produtivas oferecidas a produtores rurais, principalmente para a agricultura.

O projeto de drenagem, efetivado pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS ficou conhecido como Canais do DNOS (Figura 6). Através da construção de grandes canais, foi realizada a drenagem do Banhado Grande (ACCORDI, 2003, p. 15), dando origem a um canal de aproximadamente 20 km, que desemboca na bacia do rio Gravataí e que se inicia na porção final do Banhado Grande, finalizando contíguo à Olaria Velha (Figura 7) (LEITE, 2003, p. 3).



Figura 6: Construção dos canais do DNOS no Banhado Grande  
Fonte: Guia do Conselheiro

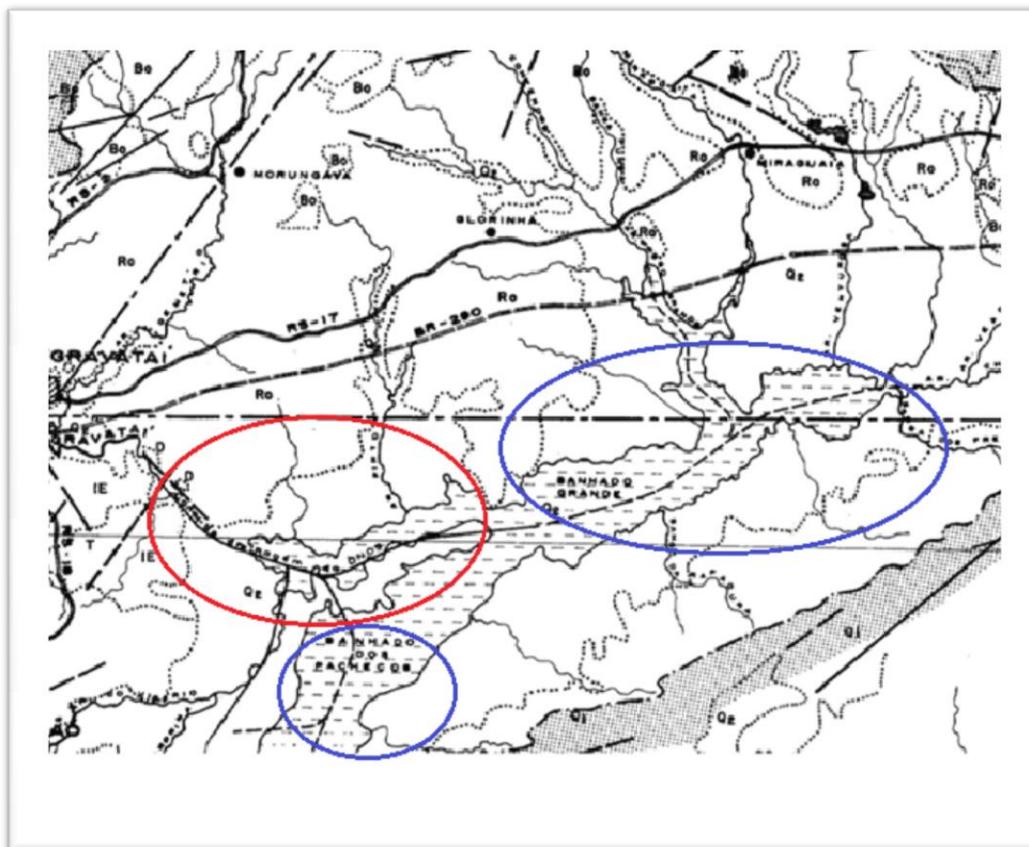


Figura 7: Mapa geológico da região com traçado do canal do DNOS construído (linha cheia), contornado em vermelho, e o projetado (tracejado) contornado em azul.

Fonte: IPH, 2010

Sendo uma ou outra a motivação, ou ambas, com a drenagem dos banhados, evidencia-se a diminuição do leito do rio. As terras situadas em banhados, conforme o código de 1934 eram consideradas áreas públicas. Como estes ambientes sofrem uma diminuição hídrica em virtude da drenagem, aquelas terras que tinham como limite o rio foram se ampliando, avançando em direção ao rio. O que se evidencia pela seguinte citação ao se relatar a importância do Banhado Grande para o Rio Gravataí, em que “O Banhado Grande, que atua como regulador de vazão, originalmente ocupava uma área de 450 km<sup>2</sup>, sendo reduzido para apenas 50 km<sup>2</sup>, em função do uso da água para irrigação das culturas de arroz” (LEITE, 2003, p. 3).

Em três de novembro de 1981, após o evento dos canais do DNOS, criou-se em Viamão a “[...] Reserva Ecológica do Banhado Grande, com 7.340 ha [...]” (ACCORDI, 2003, p. 15). Hoje, este espaço situa-se quase todo no município de Glorinha, região que antes pertencia a Viamão. Entretanto, esta área nunca se efetivou de fato. Em 15 de fevereiro de 1989, criou-se o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica<sup>84</sup> do Rio Gravataí, pelo

<sup>84</sup> São colegiados instituídos oficialmente pelo Governo do Estado, formados majoritariamente por representantes da sociedade e de usuários das águas. Considerados como verdadeiros "parlamentos das águas", sua função é discutir e deliberar sobre os assuntos de interesse comum aos diversos usuários da água de uma bacia hidrográfica (SEMA/RS, 2010)

decreto nº 33.125/89 e alterado pelo decreto n. 43.425/04 (RIO GRANDE DO SUL, 2014). Esse Comitê passou a ter forte atuação e influência para a futura criação da APABG a ser tematizado no próximo tópico.

### 3.2 História da APABG

“A gota d’água, cuidadosamente escolhida e sistematicamente examinada pelo olhar microscópico, mostra aqui um pouco do oceano”.

Barros, J. D’Assunção

Reconstruir a história da APABG é resgatar o tempo e a sua produção, é relacionar, e não fragmentar, os espaços que foram tornando-a uma realidade, alinhando as dimensões ambiental, social, política, cultural, científica e educacional numa trama que reflete a sua existência. Perceber que estes ocorrem simultaneamente, intrinsecamente, superpostos, vinculados “no e através do espaço” e no tempo. Recuperar esta narrativa tem concomitantemente “[...] um alcance retrospectivo e um prospectivo” (LEFEBVRE, 1991, p. 91 tradução nossa), revisitando o passado, percebendo o presente e projetando o futuro. Reconhecer como e por que este ambiente natural é tomado de uma nova roupagem, transformando-o numa área protegida e as consequências geradas pelo novo desenho.

Partindo da metáfora trazida por Barros, que da gota d’ água pode se enxergar algo do oceano (2004, p. 155), a análise do fragmento APABG, num contexto amplo, que é a constituição e criação de áreas protegidas, pode converter-se em um caminho para o entendimento das percepções e das relações humanas com a natureza, colocando-se, quem sabe, em xeque a dicotomia humano-natureza, embora esta seja explorada em diferentes áreas do conhecimento há algum tempo. Tal dicotomia acaba por influenciar na percepção dos humanos em relação ao ambiente natural, e nos formatos de estruturação de áreas protegidas e de educação. Resgatar a sua história, que se encontra em sua maioria guardada nas recordações de alguns de seus atores, e dar a ela uma concretude escrita, pode favorecer a compreensão de sua importância, servindo de aporte às escolas e à educação ambiental.

Ao se denominar fragmento APABG, não se quer isolar este espaço, pois como já evidenciado, ele é fruto de muitas relações. Entretanto, emprega-se este termo para expor que se pretende contar a micro-história dessa unidade de conservação. Como evidenciado por Barros, é do fragmento que se descreve, se explicita, sendo a “[...] técnica antropológica com

a qual dialoga a Micro-História” (2004, p. 160). É dele que se conta a história, explorando-se como os diferentes fios foram se alinhando e entrecruzando-se para a criação da APABG.

Barros, ao exemplificar o modo como dois autores enfrentaram um problema no campo da história cultural, evidencia como ambos reagiram à dicotomia entre ‘cultura oficial’ e ‘cultura popular’ existente na sociedade europeia na idade moderna. Eles enxergam o contínuo entre as duas formas de cultura e declaram que existe entre ambas uma “circularidade cultural”. Para tanto, partem da micro-história de dois personagens, de dois fragmentos como chamam, da época e vão mostrando essa circularidade e suas implicações (BARROS, 2004, p. 156).

A circularidade dos vários fios que tecem o espaço APABG, mostra como estes se apresentam interligados apesar de ocorrerem em momentos diferentes. No primeiro capítulo, esses fios foram tematizados e pode-se visualizá-los no diagrama (Figura 8) abaixo. Este mostra que a tessitura da APABG foi e vai delineando uma teia que envolve o ambiental, o social, o desenvolvimento, etc.

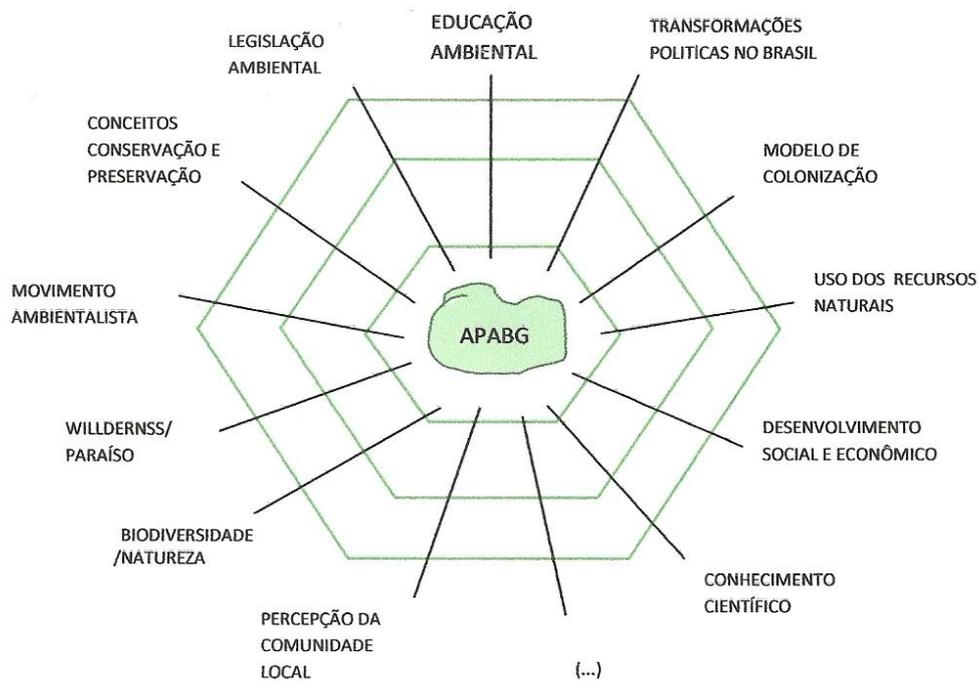


Figura 8: Diagrama representando a teia APABG, os fluxos e dinâmicos de sua tessitura

Portanto, pretende-se reconstruir a sua Micro-História, a sua narrativa, que vai se estruturando e se esclarecendo ao se alinhar depoimentos de alguns personagens significativos e protagonistas à construção desse espaço, os sujeitos de suas tessituras. Além dos depoimentos, têm-se análises documentais que, de alguma forma, relacionam-se ou mencionam fatos vinculados à UC, e tornam-se componentes que ora complementam, ora fundamentam e ora contrapõem os relatos, que se constituem nas fontes da tessitura.

### 3.2.1 Sujeitos da tessitura

Os relatos desses protagonistas foram colhidos a partir de entrevistas semi-estruturadas, algumas realizadas presencialmente e outras virtualmente e com a intenção de resgatar, através dos depoimentos, fatos desencadeadores e modos de articulação que contribuíram à criação da APABG. Foram cinco entrevistados, sujeitos que se inserem ativamente, mas em diferentes momentos da história da APABG.

Dois participam dessa história mesmo antes de sua criação, mantendo-se até os dias atuais nas ações que envolvem a unidade. Um deles se envolve como ativista do movimento participando de reuniões e mobilizações. O outro, como técnico, pesquisador da UFRGS, estudioso e interessado na causa.

Os outros dois se inseriram nos anos 2000 através de envolvimento técnico, ambientalista, representação institucional e interesse na efetivação da APABG. Recebem, conforme os relatos a serem expostos na narrativa, a denominação de o *Grupo de Viamão*. São aqueles com envolvimento ambientalista e técnico, vinculados à prefeitura e comunidade de Viamão. Ambos reacenderam o movimento e fortaleceram o desejo pela efetivação da UC, permaneceram neste enredo por alguns anos, mas hoje não atuam na UC. Agrega-se a esse grupo um quinto entrevistado, o presidente fundador da ONG Grupo Maricá que de forma mais indireta participa da história da APABG e das ações ambientais em Viamão.

Como característica principal de cada um dos sujeitos da tessitura APABG, o primeiro entrevistado, professor e pesquisador da universidade federal da região, engenheiro agrônomo, Mestre e Doutor em recursos hídricos do IPH da UFRGS, que representou esta instituição no Comitê Gravataí e hoje faz parte do conselho gestor da APABG. Doravante identificado como entrevistado um (ou professor da UFRGS). Conhecedor de sua história, além de participar de projetos junto ao Assentamento Filhos de Sepé, situado dentro da APABG e em parte do RVS Banhado dos Pachecos.

A segunda entrevistada, que será identificada como entrevistada dois (ou representante da APN-VG), é uma professora da região de Gravataí, hoje aposentada, ecologista e ativista em diferentes causas sociais e ambientais, que traz em sua trajetória de vida o viés socialista herdado dos pais. Em seus relatos expõe ter sido criada “[...] à sombra desse ideal de respeitar os direitos humanos, a vida, a preocupação, a solidariedade, e tudo isso foi incutido na minha alma desde criança [...]”. Essa professora tornou-se membro atuante da ONG APN-VG desde sua fundação.

A Associação de Preservação da Natureza do Vale do Gravataí – APN-VG surgiu nos anos 1970, por influência de Luttemberg e com a função de reprimir a drenagem do Banhado Grande. A entrevistada relata que a ONG surgiu da emergência da destruição do Rio Gravataí, em função dos canais do DNOS. “[...] A ideia da fundação da APN-VG nasceu para impedir a drenagem do Banhado Grande”. A APN-VG desempenhou papéis importantes na história da APABG, mesmo antes de sua existência. A ONG ocupa, até hoje, um assento no conselho da UC e no Comitê Gravataí.

O terceiro entrevistado é um geólogo graduado pela UFRGS, identificado como o entrevistado três (ou representante da SAALVE). Este se envolveu com a APABG em decorrência de seu estudo de pós-graduação na mesma instituição, em 2001. Por ter estudado numa universidade federal, ele relatou que sentia a necessidade de dar algum retorno à sociedade. Em seu trabalho de pesquisa descobriu na região onde morava uma grande paleoduna, a Coxilha das Lombas<sup>85</sup>. Seu professor orientador o questionou se este ambiente não se encontrava situado numa área protegida. Ao investigar mais detalhes deparou-se com a APABG, uma unidade de conservação ainda não consolidada. Com isso, definiu seu objeto, apropriou-se de mais informações e acabou por se envolver na busca pela efetivação da APABG. Com a colaboração de outro colega, criou a ONG SAALVE, uma instituição atuante na UC e em educação ambiental na região e na APABG.

A ONG SAALVE foi criada em 2005, em função da luta pela efetivação da APABG. Segundo o entrevistado a ideia de formar uma ONG partiu da necessidade de “[...] poder ter uma pessoa jurídica, pra poder nos defender, porque tu, como indivíduo, tu não ganha nada, tem que ter uma instituição [...]”. A instituição pertence ao município de Viamão, mais precisamente à região de Águas Claras, local onde fica parcialmente a APABG e todo o RVS Banhado dos Pachecos. A ONG não existe mais, mas teve atuação significativa na articulação para a efetivação da UC e de seu referido conselho, onde permaneceu até 2010.

---

<sup>85</sup> É uma região de paleodunas remanescente das transgressões e regressões marinhas.

O quarto entrevistado foi um biólogo do Departamento de Meio Ambiente (DEMAM), o entrevistado quatro (ou biólogo do DEMAM/Viamão). Concursado para este cargo na prefeitura do município de Viamão, passou a atuar também nos anos 2000, além de desempenhar, até 2012 a função de conselheiro no Conselho Deliberativo da APABG.

Há também outros informantes que devido a algumas dificuldades de acesso ou contato direto, fizeram seus depoimentos por escrito. Um deles foi o presidente fundador da ONG Grupo Maricá, que será identificado como o entrevistado cinco (ou representante do Grupo Maricá). Técnico agrícola, biólogo de formação e Mestre em Educação, na época atuava como estagiário no Departamento de Meio Ambiente de Viamão – DEMAM.

O Grupo Maricá foi fundado em 2004 em Viamão, pela reunião de vários sujeitos que tinham afinidade com a causa ecológica e educacional e atuavam também no município de Mostardas. Nessa época, a Educação Ambiental (EA) emergia em Viamão em diferentes ações. Uma delas foi a construção da Agenda 21 Escolar, processo participativo iniciado em 1999. Este agregou vários segmentos da comunidade de Viamão, em especial as escolas. Outros eventos envolveram EA, escolas, Secretaria Municipal de Educação, projeto revitalização do Arroio Feijó, dentre outros. Nessa confluência de ações e ideias, um grupo de jovens educadores e estudantes se reuniu e fundou o Grupo Transdisciplinar de Estudos Ambientais – Grupo Maricá.

A instituição também se tornou membro atuante junto às causas relacionadas à APABG, fortalecendo a ONG SAALVE e as ações pela efetivação da UC, ocupando um assento no conselho da unidade até hoje.

Além desses depoimentos, têm-se os dos gestores das duas unidades de conservação a APABG. Quanto à APABG, os relatos foram colhidos com a primeira gestora efetiva da UC em 2009, que será identificada como a entrevistada seis (ou gestora da APABG). Esta se consolidou como gestora, após vários técnicos terem passado por este cargo. Recém concursada na SEMA/RS, é uma bióloga que se tornou peça importante na gestão e coordenação do Conselho Deliberativo da UC.

Quanto ao gestor do RVS Banhado dos Pachecos (RVSBP), biólogo de formação, que assumiu este cargo por concurso em 2009. Antes dele, o Refúgio ficou anos com uma gestão compartilhada com a APABG. Este gestor assumiu dando um maior ordenamento a essa UC. Ele será denominado de entrevistado sete (ou gestor do Refúgio).

### 3.2.2 Fontes da tessitura

Como fontes documentais utilizaram-se as atas das reuniões, audiências e de um seminário, todos realizados a partir de 2004, através do movimento que se formou em função da efetivação da APABG. Nessas atas são relatadas as pautas de discussões e as demandas a serem executadas pelo grupo. Esses documentos foram cedidos pelo representante da ONG SAALVE.

As matérias jornalísticas, da imprensa escrita e da virtual, que de alguma forma expunham temas relacionados com as UC também serviram como fontes. Os dados jornalísticos também foram colhidos de artigos que exploraram o tema APABG e o RVSBP. As atas das Assembleias do Conselho Gestor da APABG também se tornaram fontes para análise. As reuniões desse conselho tornaram-se cada vez mais efetivas após a sua consolidação em 2009. Atualmente, essas reuniões ocorrem a cada dois meses, sempre na primeira segunda-feira do mês indicado. Sendo públicas, as atas foram cedidas por um conselheiro.

Além desses documentos, analisaram-se os decretos de criação das duas unidades de conservação. Infelizmente não se conseguiu ter acesso ao processo de criação da APABG porque ele não foi encontrado, conforme contatos realizados com gestores e funcionários da UC. Uma funcionária administrativa colocou-se à disposição para localizar o documento, o que o fez por um mês. Após exaustiva pesquisa em arquivos diversos, a funcionária descreveu que não encontrou o processo. A mesma informou que a SEMA foi criada em 1999, e a APABG em 1998. O DEFAP – Departamento de Florestas e Áreas Protegidas à época, pertencia à Secretaria de Agricultura. A referida servidora declarou que na ocasião da criação da SEMA, todos os processos pertencentes a esse departamento foram encaminhados à nova secretaria recebendo uma nova numeração. A funcionária também buscou informações na Assembleia Legislativa (RS), onde vivenciou a mesma dificuldade, uma vez que não se tem o número do processo. Como último recurso ela acionou o jurídico da SEMA, nos arquivos do protocolo do período, mas nada foi encontrado. Em função da não localização do documento, pretende-se recuperar o(s) fator(es) desencadeador(es) do processo, a partir dos relatos colhidos e de dados documentais que indiquem essa origem.

Dessa forma, na tentativa de se compreender os fatores geradores da criação da APABG e do RVSPB, uma vez que não se encontrou o referido processo, além das entrevistas, utilizou-se de fontes indiretas. Documentos jurídicos que de alguma forma abordaram o modo ou as intenções da criação das duas UC. Conseguiram-se junto ao

Ministério Público (MP) processos que acionavam diferentes responsáveis pela criação e sustento das UC, conforme ordenamentos jurídicos.

### **3.2.3 A tessitura ambiental e social**

Após sua criação, a APABG ficou anos em latência, sendo efetivada em 2009, quando foi constituído o seu Conselho Gestor Deliberativo. Pode-se dizer que a sua consolidação ocorreu em dois atos, o da criação e o da efetivação. A trajetória histórica de sua construção envolveu necessidades de preservação ambiental, ordenamento do uso econômico, social, dos recursos naturais, dentre outras questões. Várias ações se materializaram em função de sua criação e efetivação através de diferentes atores sociais, tais como ONGs, algumas representações políticas municipais e estaduais, pesquisadores interessados na causa e certa representação da comunidade dos municípios que a compõem.

Conforme apontado no capítulo um e resumido no diagrama da APABG (Figura 8), a sua história herda toda uma tensão entre ser humano e natureza, mitos e ideias concebidas ao longo da trajetória humana. Ademais, também se pode apontar a influência do formato de ocupação humana nas Américas, particularmente no Brasil, onde sofreu uma colonização intensa de exploração de recursos naturais. Ainda mais quando a UC se insere em uma zona rural de vocação agropecuária. Concorre também, uma forte política de desenvolvimento e crescimento do Brasil.

Igualmente, se junta à sua trajetória os estudos científicos do mundo natural, como ecologia e biologia da conservação, que delineiam conceitos de biodiversidade, relações ecológicas, os usos de recursos naturais que contribuíram com o surgimento da ideia e da importância de áreas protegidas, além de despertar interesse para as questões ambientais, que articularam diferentes protagonistas e correntes de pensamento do mundo natural e social, consolidando-se no movimento ambientalista. Que no Brasil ganham peso a partir dos anos 1970, coincidente com o movimento ecológico pelo Banhado Grande.

Toda essa trama vai se consolidando com o tempo e gerando costumes e usos, sugerindo, influenciando e formatando legislações ambientais que passam a orientar a criação e efetivação de UC e, conseqüentemente, a APABG. Unidade esta que integra um mundo natural com suas tensões sociais e interações culturais, científicas, éticas e de percepção com o qual a comunidade do lugar vai dialogando (WORSTER, 1991, p. 202). O que se intenciona aqui é explorar os caminhos percorridos durante o processo de constituição da APABG,

apontando como tal história dialogou com a educação, a preservação, a cultura local e as medidas legais de áreas protegidas.

Portanto, a APABG é um espaço que vai se consolidando no encontro de tais tensões e interações, constitui-se em um espaço que encerra e encobre, dissimuladamente, relações sociais (LEFEBVRE, 1991, p. 82 tradução nossa). Relações estas que nem sempre se mostram claras e objetivas, mas que implicam a formação da APABG por meio de alterações, conformações e arranjos que vão tecendo o lugar. E o natural, a natureza, como e onde fica? Ela já estava lá, sempre esteve, porém uma nova realidade, um novo cenário vai se desenhando, e a partir da confluência do mundo natural com o mundo social, “[...] o traço ‘natural’ se atenua e se torna subordinado. Ao passo que, inversamente, o caráter social do espaço [...] começa a conquistá-lo visivelmente” (LEFEBVRE, 1991, p. 83 tradução nossa). Então, a APABG é um espaço natural ou artificial? Depende. A qualidade desta conquista do social sobre o natural não se apresenta clara, a análise de tais relações sociais são difíceis e contraditórias (LEFEBVRE, 1991, p. 83 da tradução nossa).

Porém, pretende-se explorá-las, arriscar compreendê-las, através dos caminhos percebidos nas narrativas que levaram à criação e à efetivação da UC, como foram se articulando, e que resultados ou consequências ofereceram no tempo e no espaço. A tessitura desse espaço foi acontecendo no debate quase sempre conflituoso entre natureza e sociedade, ou comunidade, no caso da APABG, moldado por pensamentos, culturas e conhecimentos de dominação ambiental, atrelados à busca por desenvolvimento em um país de Terceiro Mundo (ou subdesenvolvido). Depreende-se que a trama da APABG possui muitos fios, que ora são sobrepostos, ora paralelos, ora contínuos, ora interrompidos, ou ora tudo isso.

Sendo assim, a tessitura da APABG resulta a partir de vários caminhos que fluem, sem se excluírem, para sua criação, mas parece haverem dois marcos, pontos que desencadeiam todo esse processo. Conforme relatos do entrevistado um, e dos documentos colhidos no Ministério Público - MP, a decretação da APABG concretizou-se em função de uma contrapartida à instalação da fábrica da General Motors – GM, no município de Gravataí em 2000. Todavia, o que parece ser a origem de sua história, foi a construção dos canais do DNOS, fato este presente em todas as entrevistas realizadas.

O propósito da construção dos canais do DNOS é trazido pelos entrevistados como “ampliação da área produtiva” ou como “uma maneira de diminuir as inundações na região no verão”, conforme o exposto por um dos entrevistados para

[...] reduzir o risco de inundação eu tenho que drenar rapidamente o Gravataí. Então, esse canal começa a ser construído né da foz em direção ao banhado grande ele ia chegar até o Chico Lomã então a ideia dessa engenharia era acabar com o sistema de banhados no sentido de que eu tenho que esgotar aquela água do inverno pra estas chuvas do verão não fazerem os estragos que faziam em Cachoeirinha, em Alvorada e em Canoas [...] (Representante da UFRGS).

Segundo os entrevistados um e dois, tal acontecimento também propiciou a expansão das terras para a agricultura na região. Sendo um ou outro motivo, a construção dos canais do DNOS, desencadearam uma sequência de ações que acabaram fomentando a ideia da estruturação de uma área protegida na região.

Nos relatos do entrevistado um, por exemplo, a sugestão da criação de uma área protegida na região que envolve a bacia do Gravataí, principalmente a dos banhados, surgiu através do estudo realizado por pesquisadores alemães da “AGRAR-und Hidrotkchik” (1970/71).

[...] eles fazem uma avaliação no sistema de dragagem, e eles dizem que aquilo tá errado, que aquela lógica tá totalmente equivocada, e o governo deveria parar a dragagem do rio Gravataí né!? Porque aquilo ia ampliar as enchentes, porque o rio ia descer com mais velocidade e ia aumentar as secas, porque ia drenar o banhado. Então o sistema de drenagem do Gravataí é interrompido, aquelas grandes drenagens são interrompidas e não chegam a drenar o Banhado dos Pachecos totalmente [...] e o Banhado Grande [...] (Representante da UFRGS).

O trabalho dos pesquisadores alemães realizou um estudo detalhado da hidrografia, geologia, biodiversidade, ocupação e dos usos do local, dentre outros. E como uma das suas conclusões, indicaram a possibilidade e a importância de salvaguardar este espaço como uma área protegida por lei. Além disso, advertiram que a drenagem realizada através dos canais construídos – canais do DNOS – desempenhava um grande potencial degradante do lugar (1970/71)

Paralelo ao exposto, a entrevistada dois, descreve algo semelhante, onde os canais do DNOS são os protagonistas. Ela relata que a ONG surgiu da necessidade de salvar o Rio Gravataí da possível destruição em função dos canais do DNOS. Ela relata que “[...] A ideia da fundação da APN-VG nasceu para impedir a drenagem do Banhado Grande”. Destaca que, em plena ditadura, um grande movimento se articulou em Gravataí, e em reuniões discretas, promoveram o debate da questão e questionavam o programa Provárzea que se delineava naquele momento. Ela enfatiza,

[...] aquele programa, o Provárzea, que a ditadura implantou, decidiu pela drenagem do banhado para beneficiar os produtores de arroz e aumentar área produtiva, essa era a ideia, entendeu!?! (Representante da APN-VG).

Esses atores, “os malucos” como a entrevistada alude, se associaram, muitas pessoas se agruparam para frear a drenagem. Inclusive Lutzenberger<sup>86</sup>, ecologista brasileiro de renome nacional e internacional, deu grande apoio. Ele sugeriu a estruturação de uma ONG ‘vocês têm que criar uma ONG’, enfatizou a entrevistada.

A criação da ONG se concretizou em dezessete de julho de 1979. A intenção era a institucionalização e o fortalecimento do movimento contra a drenagem dos banhados.

Desse momento em diante dois episódios aconteceram. A entrevistada dois não recorda claramente a ordem dos fatos, mas acredita ter sido primeiro a “Procissão Ecológica” e logo a seguir uma audiência com o governador. A “Procissão Ecológica” é um sucedido ao qual cabe uma distinção. Este evento provocou uma repercussão ímpar à época, ele agregou diferentes linhas religiosas, pessoas envolvidas com a situação do rio e sensibilizadas pela causa, políticos, ambientalistas, desenhando-se um sentido, uma união, uma teia de interlocutores. É a expressão do vivido, do que representava a essas pessoas aquele ambiente, a sua existência (LEFEBVRE, 1991). Em suas palavras, o que significou este episódio:

Chamamos todas as religiões, que quiseram ou que queriam, luteranos, testemunha de Jeová [...], aí falou em ameaça do rio, ah isso é sério, umbanda, pai de santo, tudo. Como é que nós íamos fazer uma passeata, senão dava a polícia vinha prendia todo mundo [...]. Então foi feito essa procissão ecológica, o nome era este [...], lá do parque dos anjos até a beira do rio, lá foi feito um grande ato ecumênico. [...], foi um sucesso muito grande (Representante da APN-VG).

O episódio teve grande repercussão na mídia, fortalecendo os objetivos de interrupção do processo de drenagem. Paralelamente ao evento, organizava-se uma audiência com o governador, para entregar um ofício bem justificado, destacando

[...] o risco iminente da morte do Gravataí se não fossem extintas as drenagens do Banhado Grande, e ele se comprometeu. Aí a procissão ecológica veio em cima, houve uma grande repercussão na mídia, aí não teve como recuar. Ele assinou a autorização [...] (Representante da APN-VG).

Como efeito, o governador assinou a autorização para por fim à construção dos canais de drenagem. Na época não havia no RS a Secretaria de Meio Ambiente, esta era um departamento da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente, ou seja, o Departamento de Meio

---

<sup>86</sup> José A. Lutzenberger, nascido em Porto Alegre (17/12/1926 - 14/05/2002), formou-se engenheiro agrônomo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1950 e fez pós-graduação em ciência do solo na Louisiana State University, 1951/2. Combateu o uso de agrotóxicos na agricultura brasileira, assim como a devastação ambiental em geral. Ajudou a fundar um movimento ambiental militante, a AGAPAN, Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural. Considerado um ecologista, tornou-se conhecido no Brasil inteiro. Em 1987, criou a Fundação GAIA, para promover consciência ecológica e desenvolvimento sustentável. Desempenhou-se como Secretário Especial do Meio Ambiente em Brasília, durante o governo do Presidente Fernando Collor, permanecendo como titular da pasta de março de 1990 até meados de 1992.

Ambiente – DMA (FEPAM). Imediatamente, conta a entrevistada dois, ordenou-se a paralisação das máquinas em Gravataí:

[...] o representante da secretaria em Gravataí era chefe do posto, Dr. Floriano Torres, e o doutor pegou aquele papel subiu num jipe, e foi lá no banhado gritando: Desçam! Desçam desse trator! A ordem tá aqui do governador, vocês não podem mais drenar! Eles abandonaram as máquinas no meio do banhado, têm máquinas até hoje lá, caco de máquina [...] (Representante da APN-VG).

Emerge nesse relato, a tensão entre o ambiental, o político e o desejo por um desenvolvimento regional sem muitos critérios ambientais e sociais. São pontos que se ligam através de fios tensionados que podem ora romper-se, ora ampliar a tensão, ou minimizar-se. É um jogo entre diferentes atores que se (re)posicionam conforme as estratégias, os litígios, os pleitos, os processos. Acrescenta-se à tal tensão, a concepção equivocada de reconhecer os banhados como áreas inúteis ou degradantes, fortalecendo a ideia da drenagem.

Consequentemente foi extinta a drenagem dos banhados, e a possível morte do rio Gravataí, acontecimentos que se constituíram como a primeira bandeira da ONG APN-VG. E o próximo passo da ONG? A criação da APABG. Com o objetivo traçado, iniciou-se o processo, mas com muitas inquietações, conforme a entrevistada dois, “E aí começou a segunda bandeira, preservar o banhado. Como? Criando uma área de proteção?”

Cabe aqui acrescentar alguns acontecimentos de significativa importância a esta história. A drenagem através dos canais do DNOS não foi o único impacto sofrido pelo rio Gravataí e seu sistema de banhados. Paulatinamente, a ocupação para a agricultura se expandiu, drenagens clandestinas diminuía a vazão do rio consideravelmente. Isto provocou sérios problemas de erosão que são sentidos até hoje. Indústrias se instalaram na região, sem estudos de impacto ambiental e sem orientação adequada de encaminhamento de esgotos. Crescimento populacional se expandiu na região metropolitana de Porto Alegre, o que afetou diretamente o Rio Gravataí. As secas e o uso inadequado dos recursos hídricos provocaram a falta de água para a população, principalmente no verão. Enfim, uma sequência de eventos degradantes, ambiental e socialmente, evidenciados nos relatos do entrevistado um.

Diante do exposto, ambientalistas e pesquisadores perceberam a necessidade de criar o Comitê da Bacia<sup>87</sup> do Rio Gravataí. Para tanto, o entrevistado um relata sobre a importante participação e contribuição de estudantes que estavam na Alemanha em estudo, que ele denomina de “ex-bolsistas”. Estes, ao retornarem, chegaram com um aporte de conhecimentos

---

<sup>87</sup> São colegiados instituídos oficialmente pelo Governo do Estado, formados majoritariamente por representantes da sociedade e de usuários das águas. Considerados como verdadeiros “parlamentos das águas”, sua função é discutir e deliberar sobre os assuntos de interesse comum aos diversos usuários da água de uma bacia hidrográfica (SEMA, 2014).

relacionados à conservação ambiental, cheios de ideias de cuidado com o ambiente. Ao participarem de estudos e ações ambientais junto aos rios dos Sinos e Gravataí, se converteram em novos sujeitos articuladores. E assim reforçaram a possibilidade de criação do comitê de bacia:

[...] começam a trabalhar na região metropolitana, no Sinos e no Gravataí, são os dois comitês que surgem dessa articulação e vem nessa discussão, de uma conservação ambiental, numa fredda nesse processo. Mas ali tava envolvido tudo: a falta do esgoto tratado da CORSAN e do DMAE, a questão das indústrias se instalando à beira do Gravataí, e a agricultura era um dos elementos. Mas já se tinha essa ideia, de que a conservação do sistema de banhados seria importante para manter o rio, até porque os estudos dos alemães diziam isso né, não era novidade [...]

O mesmo posicionamento de necessidade de um comitê de bacia era tema presente nas discussões do movimento ambiental local. A ONG APN-VG também se articulou e passou a buscar esse novo espaço. A ideia era, a partir de um comitê de bacia, articular apoio para a sua segunda bandeira, a criação de uma área de proteção para proteger os banhados.

Nesse período o Brasil ferve politicamente. É o momento em que os movimentos sociais e ambientais se fortalecem e se articulam politicamente. Há a formação da Assembleia Nacional Constituinte que construiria a nova carta constitucional brasileira, a Constituição Cidadã, promulgada em 1988. Este novo horizonte político assume para o movimento ambientalista nascente uma oportunidade de se estruturar e agir politicamente.

Para Alonso o movimento ambiental vai se situando através de percepções de estruturas de oportunidade políticas (EOP), oportunidades estas que vão surgindo e servindo de alicerce ao movimento. Com as EOPs, conseguiam estabelecer estratégias de mobilização e articulação para poder ganhar força e visibilidade, o que vai configurando o ‘movimento ambientalista brasileiro’ (2007, P. 153). Uma delas consistiu na Assembleia Constituinte (ALONSO, 2007, p. 160). À medida que se aproximavam as eleições para essa Assembleia, tornou-se consenso entre a maioria dos ativistas a importância de tomar parte, direta ou indiretamente, da elaboração da futura Carta Constitucional. A tônica dessa participação era “ecologizar o debate constituinte”, elegendo membros que lutavam pela causa ou simpatizavam com ela (VIOLA, 1987, p. 13). Estes fatos políticos favoreceram a expansão e o fortalecimento de políticas sociais e ambientais.

Diante do panorama favorável que se estabeleceu na época, o movimento ambientalista local se fortaleceu e se mobilizou para a criação do comitê. Aliou-se à flexibilidade política, o esforço dos estudantes que retornaram da Alemanha e trabalharam pela estruturação dos comitês (Sinos e Gravataí). Como resultado, em 1989, foi instituído o

Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí<sup>88</sup>. A APN-VG ocupou uma representação dentro do comitê, o qual, segundo sua representante “[...] é um espaço político importante e deve ser ocupado”. Essa esfera política passou a ter importante papel na elaboração de classificação e regramento do rio. E converteu-se em um dos espaços de articulação para a criação da futura APABG.

Da narrativa até aqui esboçada, pode-se constatar dois fios da teia APABG. Um se expressa por meio do conhecimento científico, resultante dos estudos dos pesquisadores alemães e dos “ex-bolsistas”. É aquele espaço concebido através do saber elaborado intelectualmente. O outro, aquele que vem da vivência, o espaço vivido, o da comunidade (LEFEBVRE, 1991, p. 39 tradução nossa). Por exemplo, a *procissão ecológica*, o evento onde a comunidade de Gravataí se mobilizou contra os Canais do DNOS, resultante de toda uma percepção do lugar, seus significados e significantes (LEFEBVRE, 1991, p. 136 tradução nossa), articulando saberes locais, a cultura e os mitos. Ambos, o concebido e o vivido, geram uma prática espacial que vai transformando o lugar e induzindo políticas e regramentos.

A análise dessa transformação se dá pelo “[...] estudo dos ritmos naturais, das modificações trazidas a esses ciclos e a sua inserção no espaço pelos gestos humanos [...], portanto, os ritmos espaço-temporais, os da natureza, foram transformados por uma prática social” (LEFEBVRE, 1991, p. 117 tradução nossa). A natureza permanece ali, mas a ela são acrescentados novos significados, que engendram novos conceitos e saberes, ao lugar, deixando de ser a natureza do lugar para se tornar a APABG. As tensões entre o concebido e o vivido engendram novos posicionamentos, que também passam a influenciar na formação desse espaço.

As políticas ambientais também vinham ganhando novos arranjos foram grandes transformações que engendraram outros modos de articular sociedade e natureza. Ao mesmo passo, as políticas educacionais estavam se reestruturando e outros sentidos e novos conceitos se agregavam às práticas educacionais. A educação ambiental (EA) trilhava idêntico caminho, expandindo-se politicamente e se fortalecendo como prática. A relação entre unidades de conservação (UC) e educação ambiental era uma política nascente que avançava lentamente, experimentando seus primeiros passos.

As políticas ambientais que normatizavam áreas protegidas à época, eram gestadas pelo IBAMA, órgão vinculado ao Ministério do Interior, criado em vinte e dois de fevereiro

---

<sup>88</sup> Criado pelo Decreto Estadual Nº 33.125, de 15/02/1989 e alterado Nº 43.425, de 28/10/04

de 1989 (BRSIL, 1989). A decretação da APABG, em 1998, ocorreu no período de tramitação, articulação e de grande debate em torno da atual legislação de unidades de conservação o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e da embrionária legislação que trata da Educação Ambiental. Com apenas um ano de criação, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN<sup>89</sup>, de 1997, tornou-se um documento norteador da EA nas escolas brasileiras, inserindo a temática ambiental como Tema Transversal. Outras políticas também emergiram no período, tais como o Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA, em 1994, e a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, em 1999. Igualmente, era um momento em que a cultura brasileira começava a aprofundar os debates voltados ao cuidado com o ambiente, como por exemplo, a Rio-92<sup>90</sup>.

Além disso, no início da década de 1990, quando o candidato do Partido da Reconstrução Nacional – PRN, Fernando Affonso Collor de Mello, assumiu a Presidência da República, iniciou-se um longo período de privatizações. De 1995 a 2003, o governo do estado do RS esteve a cargo de Antônio Britto do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Ele também incentivou as privatizações e deu abertura para instalações de fábricas, indústrias e outros investimentos. Ambos almejavam o desenvolvimento social e econômico.

Percebe-se que o espaço da prática social que envolve UC e EA encontrava-se em reestruturação. E foi neste cenário que surgiu a APABG, num momento de transição de legislações, tanto a constitucional, a ambiental como a educacional. Soma-se a tal cenário o desdobramento da contínua ânsia de crescimento social, econômico e tecnológico, e também um horizonte que se abria às discussões das questões ambientais. Fatos que podem se mostrar antagônicos, conforme a prática social que se pretende alcançar, e dependendo dos interesses ou do jogo que se estabeleceu entre esses interesses, e o peso dado a cada uma das peças do jogo.

E é na presença desses fatos, do jogo de interesses, que ocorreu um evento importante que, ao que parece, atingiu diretamente a futura UC. Foi o processo de instalação, no município de Gravataí, do parque industrial automotivo da General Motors – GM, o intitulado

---

<sup>89</sup> Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual (MEC, 1997, p.13).

<sup>90</sup> Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro, marcou a forma como a humanidade encara sua relação com o planeta. Foi naquele momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza (SENADO FEDERAL).

Complexo Industrial Automotivo de Gravataí - CIAG, concretizado no ano de 2000 (CIAG). Este processo percorreu alguns anos de negociação e, em 1997, foi assinado pelo governador Antônio Britto o protocolo da implantação da nova fábrica da GM (CORREIO CIDADANIA, 1999).

O evento teve grande repercussão na mídia (SILVA, 1997, p.68), entre aqueles que viam a chegada da GM como progresso (a maioria) e outros que questionavam os impactos ambientais e sociais gerados (a minoria). Consoante com relatos apresentados por Silva, coletados da imprensa gaúcha, a GM foi liberada do EIA-RIMA<sup>91</sup> (Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto ao Meio Ambiente), obrigatório por lei no caso deste tipo de empreendimento, conforme resgatado por Silva (1997) do Jornal Correio do Povo:

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), incumbida de autorizar e fiscalizar a instalação da montadora, não prevê obstáculos para a liberação do empreendimento. [...] A avaliação da Fepam em relação ao potencial poluidor da futura montadora pode ser explicada pelo seu conhecimento do projeto. A entidade já visitou as três potenciais localizações da futura indústria da GM e elaborou um relatório preliminar das regiões. Não detectamos riscos flagrantes em nenhuma delas, resume o diretor técnico da entidade, Ricardo Dobrovolski. A GM só vai definir o local quando sua equipe disser que ele atende a todas as exigências do órgão ambiental, prevê o diretor da Fepam. A partir desta escolha, a GM vai ingressar com um pedido de licença prévia. A indústria não precisará solicitar um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) [!]. Este processo é complexo e demorado, exigindo a realização de audiências públicas para discutir o projeto. Com a dispensa, a liberação pode sair mais depressa (SILVA, 1997, p. 68)

Ocorreram à época manifestações contra a fábrica da GM. Conforme relatos das entrevistas, o Comitê Gravataí, ONGs e outros segmentos manifestaram-se contra a instalação da fábrica. A mídia do estado do RS deu grande destaque ao episódio da instalação da GM, todavia, escasso debate sobre as obrigações ambientais quanto a uma empresa desse porte, segundo Silva:

De novembro de 1996 até o dia 25 de março deste ano, foram gerados mais de 10 mil cm/col nos jornais Zero Hora, Correio do Povo e Jornal do Comércio, dos quais menos de cem referiam-se aos investimentos e providências para neutralizar o impacto ambiental das futuras instalações da GM (SILVA, 1997, P. 68)

No entanto, o entrevistado um, destacou que a sua construção ocasionou, sim, grandes impactos ambientais onde ocorreu

[...] a maior terraplanagem da América Latina, a quantidade de terra que foi mexida, tinha um morro que foi destruído pra fazer aquela fábrica daquele tamanho (Representante da UFRGS).

---

<sup>91</sup> Instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente e instituído pela Resolução CONAMA n° 0001/86. É exigido para licenciamento de atividades que utilizam recursos ambientais de significativo potencial de degradação ou poluição (RIO GRANDE DO SUL, 2002).

O mesmo informa que a sua instalação deveria gerar uma contrapartida ambiental, ou seja, a criação de uma área protegida na bacia do Gravataí, o que parece ter movido muitas negociações, porém não muito claras. A GM recebeu do governo estadual, muitos incentivos fiscais, e pouca exigência quanto aos impactos ambientais e obrigações legais. Após negociações políticas, que se mostraram não muito claras, o entrevistado um expressou que surgiu

[...] da noite pro dia, no final de outubro de noventa e oito, [...] sai um decreto do governador do estado, criando a APA do Banhado Grande, que é a unidade de conservação que tem um tamanho absurdo, maluco, e é uma das medidas compensatórias da GM (Representante da UFRGS).

A obrigação legal foi posteriormente cobrada. Em dados resgatados junto ao Ministério Público (MP), na Ação Civil Pública movida com pedido de antecipação de tutela contra a GM, ao Estado do RS e à FEPAM<sup>92</sup> constata-se o não cumprimento de várias contrapartidas exigidas nestes casos (MP, 2009). A Ação Civil Pública, endereçada à Vara da Fazenda Pública, cita os fatos geradores de dada Ação, onde consta a não integralização de sete milhões de reais, devido à Licença de Operação<sup>93</sup> (LO) nº 3.046/00, conforme Termo de Compromisso celebrado entre a GM e o Estado do RS. Além disso, uma obra desse porte exige, de acordo com a resolução CONAMA nº 2/96, que no EIA-RIMA deva constar como um dos seus requisitos a “[...] implantação de uma unidade de conservação de domínio público e uso indireto [...]”; e compensação ambiental não inferior a 0,50% dos custos totais do empreendimento (BRASIL, 1996). Todos estes dados constam na Licença Prévia (LP)<sup>94</sup> e na Licença de Instalação (LI)<sup>95</sup>, mas não foram cumpridos (MP, 2009), conforme documentos colhidos junto ao Ministério Público.

Segundo dados coletados na homepage que relata o histórico do Complexo Industrial Automotivo de Gravataí – CIAG, este complexo ocupa uma área total de 386 hectares de área construída, e desse total 50 hectares são destinados à preservação ambiental. Entretanto, não há indicação de como ocorre a declarada preservação ambiental (CIAG, 200?)

Não cabe aqui debater ou julgar de quem é a responsabilidade, mas sim resgatar todo esse processo histórico que tem significativas consequências na história da APABG. Poder-se-ia também conjecturar que se tornou interessante ao movimento ambientalista a conquista

<sup>92</sup> Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - RS

<sup>93</sup> Licença que autoriza o início do funcionamento do empreendimento/obra. É concedida depois de atendidas as condições da Licença de Instalação.

<sup>94</sup> Licença que deve ser solicitada na fase de planejamento da implantação, alteração ou ampliação do empreendimento. Aprova a viabilidade ambiental do empreendimento, não autorizando o início das obras.

<sup>95</sup> Licença que aprova os projetos. É a licença que autoriza o início da obra/empreendimento. É concedida depois de atendidas as condições da Licença Prévia.

da UC, mas é difícil ponderar a este respeito, se houve benefícios ou não, depende de vários fatores a serem analisados. O caso é que em 23 de outubro de 1998, decretou-se a criação da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande – APABG, conforme decreto nº 38.971/1998. Numa decisão vertical, de cima para baixo, imposta pelo poder público, conforme seus interesses.

A APABG é um produto social e ambiental e a sua criação não se restringiu à necessidade de preservação de sua fauna e flora, ou de proteção de seus mananciais hídricos imprescindíveis à zona urbana, nem de aspirações ambientalistas, nem do uso da água para a agricultura, nem dos conhecimentos científicos e do poder público, ou dos interesses econômicos da época. Foi resultante de todas essas interações, do enredo, da trama de tais relações (Figura 8). Das mediações, dos tratos, contratos e distratos. A sua causa? Forças externas ao seu ambiente, que de uma forma ou de outra a afetam. Quais foram? Os canais do DNOS, a agricultura de arroz, a expansão urbana, a GM. Ao que respondem ao mesmo tempo a necessidade de recursos ambientais, ao desenvolvimento, ao crescimento e a preservação ambiental, ora ambíguos ora solidários, numa inquietante disputa entre o poder ambiental, social, político e científico. E como argumenta Lefebvre:

Nem a natureza [...] nem a história anterior bastam para explicar um espaço social. Nem a 'cultura' [...]. Mediações e mediadores se interpõem: grupos atuantes, razões no conhecimento, na ideologia, nas representações. Tal espaço contém objetos muito diversos, naturais e sociais, redes e filões, veículos de trocas materiais e de informação. Ele não se reduz nem aos objetos, nem à sua soma. Esses 'objetos' não são apenas coisas, mas relações. Como objetos, eles possuem particularidades conhecíveis, contornos e formas. O trabalho social os transforma; ele os situa diferentemente nos conjuntos espaço-temporais, mesmo quando respeita sua materialidade, sua naturalidade [...] (1991, p.77 tradução nossa).

Toda uma rede social foi transformando o espaço APABG. Seus aspectos naturais possuem especial importância, não só para a preservação do lugar, mas também como elementos, recursos imprescindíveis à sociedade, como por exemplo, a água. Entretanto, outros diferentes objetos de seu ambiente o atravessam e geraram conflitos de usos e interesses. No (re)arranjo de todos os seus aspectos, formou-se uma teia de relações movediças, quer-se dizer, relações frágeis que vão se moldando no tempo e no espaço, conforme interesses.

E onde se insere nessa trama a educação? E, em especial, a Educação Ambiental (EA)? Com efeito, nessa trama a educação se mostra de dois modos. Primeiro o papel da mídia, que encerra em si um potencial educativo, claro, porém questionável. Ela pode se mostrar como um potencial de formar opiniões, razões, modos de pensar. Sendo assim, quando, na época, a maioria dos meios de comunicação se mostrava solidária, e ainda

declarava a importância da instalação da GM ao desenvolvimento regional, sem os devidos cumprimentos legais. Ela está referendando uma prática, um posicionamento social.

Segundo, sendo a EA uma política inovadora, mas imatura nas práticas educacionais, a época da criação da APABG e da GM, pouco se debatia sobre o tema. As ações mais efetivas de EA se restringiam a algumas ONGs ou outras entidades ou grupos sensíveis à causa ambiental compostos por *sujeitos ecológicos*. São educadores ambientais que emergem no campo ambiental a partir dos movimentos ecológicos e que desenvolvem ações educativas, mas não vinculados a uma prática escolar (CARVALHO, 2002, p. 75). Dessa maneira, dificilmente escolas se envolviam ou desenvolviam projetos de EA ou relacionavam educação com unidades de conservação.

Dois anos após os PCN, em 1999, e um ano após a decretação da APABG, foi instituído o Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA. No item de Linhas de Ação e Estratégias, este programa apresenta como proposta de EA, vislumbrando uma gestão ambiental integrada, envolvendo educação e preservação ambiental, com:

Estímulo à inserção da educação ambiental nas etapas de planejamento e execução de ações de preservação da biodiversidade; unidades de conservação e entorno; ética e pluralidade cultural; trabalho e consumo; agricultura e assentamentos sustentáveis; ciência e tecnologia; identidade e patrimônio; áreas fronteiriças e costeiras, entre outras vertentes das políticas públicas (Brasil, 2005, p. 44).

O ProNEA também estabelece linhas de ação quanto ao apoio financeiro à EA em UC. Com a intenção de situar uma interface com diferentes políticas públicas e programas governamentais. Para tanto, é destinado “[...] 30% dos recursos dos fundos do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação para educação ambiental” (BRASIL, 2005, p. 47).

Portanto, no despontar da APABG, a educação ambiental percorria o início de sua trilha. Enquanto prática ou projeto educacional, inserir temas ambientais ou mesmo vincular áreas protegidas aos conteúdos educacionais, eram no máximo abordados nos conteúdos de Ciências Biológicas, especificamente em Ecologia. Os formatos de educação respondiam a um modelo de conhecimento científico, ou seja, fragmentados em compartimentos disciplinares. Talvez alguns pioneiros, ou “malucos” como aponta a entrevistada dois, se arriscavam a trilhar caminhos alternativos. A participação das Escolas na tessitura da história da APABG, talvez tenha uma maior presença na segunda fase da história da UC, ou seja, na sua efetivação, pois transcorreram algum tempo de amadurecimento das legislações em EA, fruto de debates e apropriação de seus pressupostos.

Após a criação da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, tal espaço transformou-se em uma UC de papel, quer dizer, ela passou a existir no decreto, mas sem efetivação. Segundo o relato do representante três, nem a FEPAM a considerava em seus licenciamentos. Tal fato demonstrava um vazio institucional, e mais uma luta para tirá-la desse ostracismo. De 1998 até os primeiros anos do decênio 2000 ocorreu certa queda nas ações pela APABG, alguns ambientalistas tentaram buscar a sua efetivação, entretanto pouco se avançou.

Em 1999 elegeu-se para o governo do RS Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores – PT (1999-2003), que operava numa lógica diferente da lógica do governo anterior. Conforme Da Ros, a plataforma política que contribuiu para a eleição de Olívio surgiu de uma coalizão de partidos de esquerda, formando a *Frente Popular*. Pautou-se por um programa de governo diferenciado do programa de seu antecessor e concorrente na disputa de 1998, Antônio Brito. O programa de Olívio Dutra preconizava as políticas sociais, a “[...] centralidade do papel do Estado como agente indutor do desenvolvimento econômico [...]” (2007, p.5). Colocou em prática o assentamento dos Sem Terra, desenvolveu políticas de participação como o orçamento participativo (OP), dentre outras políticas.

O Governo de Olívio Dutra criou a Secretaria de Meio Ambiente – SEMA em 1999, um ano após a decretação da APABG, órgão responsável pela política ambiental do RS. Além disso, este governador favoreceu os assentamentos do Movimento de Sem Terra. Como consequência, em 1999, se estabeleceu no município de Viamão o maior assentamento do RS, denominado Filhos de Sepé, situado dentro da APABG e parte do que viria a ser o RVS Banhado dos Pachecos. Quando o entrevistado três manifestou que os licenciamentos não consideraram a UC percebe-se que é uma realidade no estado.

Quanto ao evento do Assentamento dos Sem Terra, o desconhecimento da existência da APABG parece visível, pelo menos para o INCRA. O projeto do Assentamento ocorreu através da portaria INCRA/RS – 11 nº 81/98. As famílias que formariam este espaço migraram de 115 municípios do RS, com diferentes experiências em agricultura (PREISS, 2013, p. 46). O Assentamento e a APABG foram criados à mesma época e isso levou a negociações e estudos de viabilidade ambiental com a participação da Universidade Federal do RS – UFRGS. Esta realizou um parecer indicando que:

[...] a implantação do assentamento em um curto espaço de tempo, sem a disponibilidade de levantamentos, ao menos de reconhecimento da área, levaria o empreendimento ao fracasso e consequentemente ao desperdício de recurso público e prejuízo às famílias (DIEL e BUTIGNOLI, 2013, p.151).

Entretanto, antes de se chegar a esse entendimento vários fios se entrelaçaram. Conforme relatos da entrevistada dois, e também de todos os entrevistados, a questão do assentamento rendeu muita negociação. A princípio, a sua entidade se mostrava contra o assentamento,

[...] quando foi definida aquela área pro assentamento dos Sem Terra, a APN foi ao Olívio dizer que nós não concordávamos. Porque o INCRA tinha com o pratica sempre, historicamente, abandonar as pessoas. A gente sabia muito do nordeste onde era um horror, e aqui no RS vários assentamentos estavam abandonados, nós defendemos a reforma agrária sim, mas com assessoria, não assistencialismo, mas assessoria técnica e tal. E o governo se comprometeu conosco, ele ia fazer o esforço nesse sentido, mas ele tinha que resolver o problema daqueles assentados (Representante da APN-VG).

O movimento ambientalista, o Comitê Gravataí e a universidade federal se articularam para ajustar um Assentamento de Sem Terra em uma região que requeria um cuidado ambiental mais efetivo. No local, encontravam-se algumas das nascentes do Rio Gravataí, que compunham o Banhado dos Pachecos. E os ambientalistas tinham o desejo de ter aquele lugar preservado, o entrevistado um detalha este episódio:

[...] então nessa área do assentamento existia né, uma região de banhado remanescente, que é o Banhado dos Pachecos, e que o comitê Gravataí e o movimento ambientalista, eles tinham muito, muito carinho por aquela área e queriam que aquilo virasse unidade de conservação, que aquilo não fosse mexido. Então quando o assentamento é proposto naquela região há uma articulação entre os movimentos ambientalistas, o comitê Gravataí e a universidade, pra fazer uma contraposição daquele assentamento [...] (Representante da UFRGS).

Como resultado da negociação, alguns pontos foram delineados, como por exemplo, o citado por este mesmo entrevistado, onde propuseram

[...] a manutenção de um corredor que é o banhado dos portos, um corredor que vai ligar o Gravataí ao assentamento, a barragem do assentamento, e esse corredor, depois ele vai ser incorporado numa criação do Refúgio da Vida Silvestre [...] (Representante da UFRGS).

Quanto à criação do Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos – RVSBP, segundo o entrevistado um, ocorreu dentro do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas – DEFAP. Ter um assentamento dentro de uma UC de uso restrito parece incoerente, pois exigiria todo outro modo de uso da terra. Por isso, o entrevistado um destaca

[...] o INCRA aceita essa negociação, não consigo entender até hoje, porque não entenderam. Não entenderam que o que significava ter um Refúgio da Vida Silvestre com uma zona (tampão) que podia ser de dez quilômetros sem uso de fertilizantes agroquímicos. E o que se dizia na época pro INCRA, os assentados [...] tem que ter um perfil diferenciado, tem que ser um agricultor que vá fazer uma matriz ecológica. E quando foram pra lá foram quaisquer agricultores. Então foi o que gerou aquele monte de conflito entre eles. Bom, mas aí, em 98, surge à questão da APA, que leva até a própria universidade a mudar de posição, de apoiar o assentamento incondicionalmente, e passar a apoiar condicionalmente o assentamento, o que levou a uma redução do número de famílias e tudo mais [...] (Representante da UFRGS).

Sendo assim, o INCRA elaborou um documento denominado ‘Compromissos para a Viabilização do Assentamento Rural da Fazenda Santa Fé, da Incobrasa, em Viamão’, instituindo critérios e cuidados com o ambiente do local, inclusive a criação de uma futura unidade de conservação (DIEL e BUTIGNOLI, 2013, p.151), o que viria a ser o Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos – RVSBP. Toda uma série de conflitos se estabeleceu no lugar.

Ao apreciar o exposto, onde se estabeleceu um assentamento dentro de uma UC, cabe resgatar o que Pádua reflete a respeito da categoria de APA, onde destaca que esta tipologia enfrenta grandes dificuldades de estabelecimento. Para ela, isto se deve ao tamanho extenso, ao desconhecimento por parte da população e as dificuldades dos órgãos gestores em gerir e fiscalizar este espaço (PÁDUA, 2001, p. 427). E foi exatamente o que aconteceu com a APABG por um longo tempo. Em pesquisa recente<sup>96</sup> foi constatado o baixo índice de informação da população a respeito do conhecimento sobre a APABG e o RVS Banhado dos Pachecos, na região de Águas Claras. O resultado ratifica as afirmações de Pádua e respalda a sua ideia de que APAs são criadas para enganar a opinião pública, sugestionando, enganosamente, que os governos são eficazes na preservação do ambiente natural (2001, p. 429). E talvez tenha sido esta a intenção da decretação da APABG em 1997, ainda mais se vinculando a todo o episódio da GM.

Com a criação da APABG, criou-se uma expectativa que não se realizou, conforme o entrevistado um, a APABG existia de fato, mas não possuía uma estrutura de unidade de conservação. Não há quem a gaste, embora seja exigido em lei. Para qualquer medida de licenciamento, deveria ser ouvido o conselho gestor, mas este não existia, e é por isso que o entrevistado dois manifestou que o órgão licenciador, no caso a FEPAM, licenciava sem o aval do gestor. Surgiu um impasse: como emitiam licenças sem ter um conselho gestor? Com essa falha institucional, um grupo de pessoas, o comitê Gravataí, representantes de prefeituras e ONGs se articularam pela luta da efetivação das duas unidades de conservação (APABG e RVSBP). O desejo pela efetivação passou a circular por vários caminhos, velhos fios foram retomados e novos passaram a incorporar a tessitura da APABG. Na articulação desses vários atores e novos caminhos, surgiu, em 2004, um iminente movimento pela efetivação da UC.

---

<sup>96</sup> Pesquisa feita por Rosa em 2011 na região de Águas Claras/Viamão, com alunos e professores de uma escola municipal e na comunidade local, investigou o nível de conhecimento a respeito da APABG e do RVS Banhado dos Pachecos. Como resultado obteve-se de uma amostra de 145 pessoas entrevistadas, 89 que não tinham ouvido falar da APABG contra 51 que a conheciam, uma não respondeu. Quanto ao RVS Banhado dos Pachecos, o desconhecimento obteve maior expressão em que 96 desconheciam a UC, 46 o conheciam e 3 não responderam (ROSA, 2011). Nota-se que a pesquisa realizou-se em 2011, ano em que a APA completaria 12 anos de criação e o Refúgio, 9 anos.

Paralelo a estes fatos, mais uma marca ou resposta ambiental provocou uma intensificação para a mudança dos rumos desse espaço. No final de 2004 e em 2005 ocorreram no RS, e em especial na região metropolitana de Porto Alegre, longos períodos de estiagem. A população sofreu com a escassez de água, principalmente aqueles que se serviam das águas do Rio Gravataí, fato relatado e exposto na imprensa local e nacional. A Folha de São Paulo, por exemplo, destacou que: “O rio Gravataí, que abastece quatro cidades da região metropolitana de Porto Alegre, sofreu baixa de mais de 3 m. Para captar água, a CORSAN<sup>97</sup> colocou bombas no meio do rio, pois suas margens foram estreitadas” (BRITO, 2005). Além da seca, há de se considerar, o uso excessivo de águas que eram dragadas para as lavouras de arroz.

Frente a este acontecimento, segundo relatos do entrevistado três, o comitê solicitou à CORSAN que se estabelecesse um nível de alerta para o rio Gravataí. Ao aproximar-se do limite mínimo, o comitê acionaria o Departamento de Recursos Hídricos do RS – DRH, órgão emissor das outorgas para a água, e o responsável por exigir que os arrozeiros parassem de bombear água, até o restabelecimento do nível do rio.

Conjugando-se a crise hídrica às nascentes discussões que vinham se estabelecendo entre os interessados pela efetivação da APABG, tem-se um novo cenário e renovados horizontes. O grupo se reorganiza e passa a empenhar-se junto aos órgãos públicos para a efetivação da UC. Como foi se articulando este grupo renovado? Visto os motivos geradores, que consequências advêm? Embora se observe o vazio institucional, não se deixou de almejar, querer que este espaço existisse de fato. Neste momento, entram na teia da APABG novos sujeitos que guardam em si o ideal de conservação e de apreço ao mundo natural, e a este espaço em especial, *sujeitos ecológicos*, que, embora alguns representem órgãos de governo (municipal e estadual), possuem um viés de cuidado e carinho com a região.

Sendo assim, reinicia-se o movimento de luta pela UC, segundo ato, mas aqui pela sua efetivação. E, como citado pela entrevistada dois, em Viamão surgiram três pessoas significativas para renovar e realinhar a causa, o *Grupo de Viamão*. São eles o biólogo que representava o Departamento de Meio Ambiente – DEMAN, da prefeitura de Viamão, e dois membros da SAALVE, ONG que se consolidou neste mesmo município em função da luta pela APABG.

---

<sup>97</sup> Companhia Riograndense de Saneamento

O *Grupo de Viamão* passou a sistematizar várias ações e estabelecer influências junto ao órgão estadual que administrava as áreas protegidas no RS. Reuniões, encontros, debates, seminários, enfim diversos passos foram se estruturando, com o intuito de pressionar a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do RS – SEMA/RS, para que a APABG deixasse de ser uma UC de papel e tivesse o seu conselho gestor, o que era de direito.

A ONG APN-VG de Gravataí foi convidada a aderir ao grupo. Agregou-se e intensificou o movimento. Como fruto da rearticulação surgiu a Comissão de Luta pela Efetivação da APA Banhado Grande – CLEAPA (Figura 9), fundada em vinte e sete de julho de 2005, conforme ata nº1, das reuniões do grupo. A entrevistada dois relatou este episódio

Aí lá em Viamão começou. Quem iniciou foi o Cristiano eu e o Marchiori, o movimento de criar um comitê pela efetivação, a CLEAPA, porque nós só tínhamos o decreto de criação. E aí imediatamente nós, claro, a APN foi chamada [...] ligaram e a gente já começou já foi, já conseguimos patrocínio, através do comitê, começamos a fazer cartazes. Tanto é que o Marchiori criou a ONG pra poder institucionalizar a luta, porque sozinho não tem como. E isso foi obra do Marchiori, eu tenho maior respeito por eles, [...] o Cristiano como o Marchiori e mais outros que se engajaram lá, nem sempre, mas ora um, mas os dois, é o que eu lembro, foram uma mola. A gente aí começou a fazer seminários, o primeiro foi em Viamão, foi na Câmara de Vereadores (Representante da APN-VG).



Figura 9: Alguns componentes da CLEAPA.  
Fonte: Manual do Conselheiro da APABG

A entrevistada refere-se ao seminário, que na verdade foi uma audiência, o seminário aconteceria mais adiante. Ela também acrescenta, na sequência de seus relatos, o nome do biólogo Valério, como mais um nome importante, de Viamão, na articulação do movimento. A CLEAPA assumiu a coordenação dos encontros, audiências públicas, e organizou um seminário, sempre com o objetivo de efetivação da APABG. Estes seguiam uma metodologia criada pelo grupo, onde a entrevistada dois destacou as propostas das audiências:

Era assim, a gente organizou uma metodologia de convidar as forças vivas das comunidades, as lideranças e escolas. E porque nós sempre acreditamos, eu sempre defendi né! Que tem que começar pelas escolas, tem que começar pela base e sensibilizar os professores, sobretudo os professores. [...] nós fizemos uma metodologia, o Cristiano preparou um belíssimo material que era o que ele dispunha o que ele tinha, né! Porque ele já tava lá na prefeitura. Então ele preparou um material, até lá do Refúgio, com fotos e tudo, das queimadas, dos riscos [...] (Representante da APN-VG).

A CLEAPA se inspirou na história de luta pela efetivação do Parque de Itapuã, através da Comissão de Luta pela Efetivação do Parque Estadual de Itapuã – CLEPEI movimento que se sucedeu na década de 1970. A CLEAPA tornou-se o a mola mestra para a efetivação da APABG, através de reuniões e de material de divulgação da APABG (Anexo 2 e 3). O entrevistado três refere-se a ela:

[...] a CLEAPA ela criou, ela conseguiu fazer, várias audiências públicas para divulgação do que seria a APA. Quando a gente começou a tomar pé da deficiência que existia pra a população que tava inserida dentro da APA, que é Viamão, Gravataí, Santo Antonio da Patrulha. AHH! Quando a gente se deu conta que esses municípios ninguém sabia o que era a APA, a gente começou a divulgar a APA. Então a gente criou aquele cartaz lá, e fizemos audiências públicas em todos os municípios. Assim para divulgação, audiências públicas não seria o termo correto nada disso, mas audiências de promoção a gente contatava as entidades, as escolas, os conselhos de comitê de bacia e tal. E ficávamos indo e vindo e apresentando. Aí o Valério, Cristiano [...] íamos lá chamarmos os arroseiros e os sindicatos das indústrias, e ficávamos naquela luta. E conseguimos muita coisa, a própria FEPAM, por incrível que pareça, as pessoas de dentro da FEPAM, que licenciavam empreendimentos dentro da APA, não sabiam que existia a APA, Entende!?! (Representante da SAALVE).

A ONG Grupo Maricá de Viamão, também se juntou ao processo e fortaleceu este grupo. Esta entidade era um referencial em ambientalismo e em Educação Ambiental no município de Viamão, e até hoje ocupa um assento no conselho da APABG e, recentemente, no RVSBP.

As reuniões da CLEAPA foram registradas em atas ou em listas de presenças. Conforme análise das atas dos encontros, representantes de diversos segmentos se articulavam. Sinteticamente, participavam ONGs e Associações de moradores; prefeituras de Viamão, Santo Antonio da Patrulha, Gravataí e Glorinha; órgãos governamentais (municipais, estaduais e federais); Conselho Viamonense de Meio Ambiente – COVIMA; Câmaras Municipais; meios de comunicação; empreendimentos imobiliários; pesquisadores, centro de pesquisas e entidades interessados na causa; moradores dos municípios de Santo Antônio da Patrulha, Gravataí e de Viamão; Ministério Público; INCRA; Sindicatos Rurais; CORSAN, Batalhão de Polícia Ambiental/BM; Assentamento Filhos de Sepé; Comitê Gravatahy e Associação dos Arroseiros.

Cabe ressaltar aqui que não se deteve à frequência de cada entidade nas reuniões, pois esta variava em cada encontro, mas em resumo essas eram as entidades ou pessoas que, de alguma forma, participaram na luta pela efetivação da APABG. Todavia, podem-se destacar os principais membros eram as ONGs ambientalistas, representantes de secretarias ou departamentos de prefeituras de Viamão, Gravataí, Santo Antônio da Patrulha e Glorinha, pesquisadores interessados na causa e representantes da SEMA/RS. Participaram esporadicamente, representantes imobiliários, associações comunitárias, a imprensa local, e moradores dos municípios que compõem a APABG. Nos encontros não se identificam representantes ou enviados de escolas ou Secretarias de Educação, a não ser aqueles que se solidarizavam com a causa e participavam por interesses próprios.

Embora se tenha citado a inserção das escolas, em Viamão parece que sua representação, que seria a Secretaria de Educação, não se evidencia nas atas ou nas listas de presença. As escolas, segundo o entrevistado três têm sua maior participação no município de Gravataí. Quando questionado, ele esboça:

AHH! Em Gravataí teve sim teve em Alvorada e [...] é de Viamão acho que não teve mesmo, de Viamão não tinha (Representante da SAALVE).

Embora o entrevistado cinco, da ONG Maricá, tenha feito referência à importante construção da Agenda 21 Escolar de Viamão, observa-se neste município certa descontinuidade nas políticas que envolvem EA. Anos após a edição da mesma, procurou-se nas bibliotecas das escolas a referida Agenda e as mesmas não foram encontradas ou desconhecia-se a existência das mesmas, ou ainda lá estavam, mas pouco manuseadas. A própria Agenda sofreria uma reedição em 2009. Houve uma articulação, encontros, porém não houve sequência nas atividades.

Dando continuidade à tessitura da APABG, na ocasião do evento da V Semana Estadual da Água (RS) organizou-se o **Seminário APA do Banhado Grande – Uma Alternativa à Crise da Água no Gravataí** em 2005, realizado no auditório da SEMA/RS, que contou com uma participação expressiva. O seminário constituiu-se como uma grande ação da CLEAPA, e como relatou o entrevistado dois, foi um evento que aconteceu de forma antagônica, pois se estruturou a partir da sociedade civil, dentro da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) do RS, mas que teve essa secretaria como a principal convidada. O que, para esse representante, configurou-se em um grande episódio:

[...] em 2005 a gente fez um seminário de divulgação dentro SEMA, convidando essa secretaria para participar. Então foi uma forma meio antagônica assim, o que

deveria ter partido dela, como um organismo que tava com a gestão da APA, ela foi convidada né! [...] foi uma coisa bacana assim (Representante da SAALVE).

Na ocasião, além de falas dos representantes da CLEAPA, da SEMA/RS, do gestor da APABG e outros, houve a exposição da gestão da APA – Petrópolis, demonstrando as dificuldades e as possibilidades de arranjos numa APA. A intenção foi conhecer outra experiência, apropriar-se de novos conhecimentos e fortalecer a ideia de uma gestão da UC externa ao órgão público, ou seja, pela sociedade civil.

No decurso do tempo e das ações, formou-se um grupo de discussões e estruturação do Conselho Gestor da unidade (Anexo 4). No caso de APAs, o conselho pode ser deliberativo, e essa era a intenção da CLEAPA, ter para a APABG um conselho deliberativo. Entretanto, após o seminário, a SEMA/RS publicou uma minuta<sup>98</sup> de portaria com a proposta de um Conselho Consultivo (Anexo 5), de acordo com relatos do entrevistado três. Tal fato provoca reações e muita indignação no grupo:

Aí saiu uma minuta de portaria que a gente não aprovou porque eles propuseram que o caráter do conselho fosse consultivo. Então o grupo que estava lá achava que não, não seria interessante, não teria o porquê da gente ficar batalhando, batalhando, pra criar um conselho consultivo! Ahh! Pra dizer amém pras ações de governo, quando a APA, por ser um organismo, uma unidade de gestão de uso sustentável, ela tem que ter a participação da sociedade [...] (Representante da SAALVE).

A ideia era garantir o poder de decisão a um grupo, não a uma representação, que no caso de um conselho consultivo, se limitaria ao gestor, aqui um técnico da SEMA/RS. Com isso, se formou uma nova bandeira de reivindicações, o grupo se articulou rapidamente de várias maneiras. Recorreram à Assembleia Legislativa, deputados e vereadores, imprensa local, ministério público, enfim.

[...] fizemos um lobby por tudo que é lugar que poderia se fazer. Fomos a todos os veículos que a gente poderia, fomos à Assembléia Legislativa, fomos à Câmara de Vereadores de Porto Alegre, às Câmaras de Viamão, de Gravataí e de Alvorada. Fomos ao Ministério Público de Gravataí, de Porto Alegre, olha a gente fez barulho. Fomos até o Ministério Público Federal pra que a coisa repercutisse. Fomos à imprensa, conseguimos bastante respaldo da imprensa, e a imprensa deu repercussão pra isso. A imprensa noticiou o fato como se tivesse sido uma manipulação do governo pra delinear um caráter consultivo numa coisa que deveria ser deliberativo. Mas nós tínhamos argumento pra demonstrar porque deveria ser deliberativo. Ahhh! Aí saiu a portaria do conselho deliberativo (Representante da SAALVE).

Como consequência, conseguiram reverter o processo. Em uma semana a minuta portaria foi revogada, e logo a seguir publicou-se a nova minuta de portaria com a designação de Conselho Deliberativo da APABG.

---

<sup>98</sup> Redação primeira de um documento oficial.

Com a publicação da minuta de portaria, o grupo avançou na estruturação do conselho da APABG e de seu regimento. Ao relatar este momento, a entrevistada dois diz que trabalharam durante um ano na elaboração do documento:

[...] guria, nós trabalhamos mais de um ano em cima daquilo, mais de um ano. Aí foi criado conselho, foi instituído o conselho. Aí se começou a se trabalhar no estatuto, e pra criar o conselho, aquela comissão se reuniu, [...] Nós tínhamos que garantir, eu estava representando os movimentos sociais, tinha que garantir a presença dos movimentos sociais ali, eu fui. Fizemos um documento e fomos, a nossa comissão, [...] fomos atrás das entidades que quisessem participar, e se as pessoas, as entidades diziam sim, nós já botávamos na lista, né!?! (Representante da APN-VG).

A intenção era ter um conselho representativo e garantir a participação dos movimentos sociais e de todos os espaços, enfim todos que tivessem algum vínculo com a UC. Sendo assim, convidaram várias instituições, listas foram elaboradas incluindo diferentes atores sociais, sindicatos, setor produtivo, prefeituras, órgãos governamentais estaduais e federais, comitê de bacia, universidades, educação, dentre outros.

Em quatorze de julho de 2009 foi publicada a portaria<sup>99</sup> de criação do conselho (Anexo 6). A partir do ano de 2009, as reuniões tornaram-se mais regulares, e no segundo semestre as assembleias tiveram como foco principal a elaboração, leitura e a votação do regimento interno do conselho, que foi aprovado na assembleia de sete de dezembro do mesmo ano<sup>100</sup>. E, em dezenove de abril de 2010 foi publicada a portaria do Regimento Interno do Conselho<sup>101</sup>. O Regimento Interno sofreu alterações em 2012<sup>102</sup>, e o conselho alterou sua composição em 2014<sup>103</sup>.

No caso da Educação, a representação efetuou-se através do sindicato dos professores do RS – CPERS, e de representantes da UFRGS e da ULBRA<sup>104</sup>. Tanto o CEPRS<sup>105</sup> como a ULBRA perderam, em 2014, seus assentos no conselho por não comparecerem às reuniões, conforme o Regimento Interno (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

A SEMA/RS assumiu o compromisso e efetivou a UC. Aprovou a constituição e composição do Conselho Gestor. Todavia, não se estabeleceu um gestor específico, vários técnicos circularam na gestão da UC, mas sem se fixar nenhum. Há uma confusão entre a gestão da APABG e do RVS Banhado dos Pachecos, UC criada após a APABG, em 2002. Assim como esta, o Refúgio não era efetivado, não tinha conselho, plano de manejo, e toda a

<sup>99</sup> Portaria nº 25/2000 (RIO GRANDE DO SUL, 2009)

<sup>100</sup> Conforme atas das assembleias de setembro e dezembro

<sup>101</sup> Portaria nº 20/2010 (RIO GRANDE DO SUL, 2010)

<sup>102</sup> Portaria nº 20/2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012)

<sup>103</sup> Portaria nº 29/2014 (RIO GRANDE DO SUL, 2014)

<sup>104</sup> Universidade Luterana do Brasil

<sup>105</sup> Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul

estrutura de uma UC, conforme o exigido por lei. As duas unidades passaram a ter um tipo de gestão ora ausente, ora compartilhada, algo não muito claro. A gestora da APABG relata a respeito desse fato que:

A SEMA teve seu primeiro concurso apenas em 2007. Até então a gestão era com servidores contratados, o que inviabilizou que a APA tivesse gestão específica. Apenas quando fui chamada no concurso, em 2009, houve uma designação de servidor específico para a APA. Antes disso os contratados atuavam no refúgio (e às vezes na APA), mas sempre com ênfase no refúgio. A APA nunca foi muito valorizada (Gestora da APABG).

Na assembleia de vinte e nove de setembro de 2009, surgiu o nome da bióloga Luisa Xavier Lokschin, recém-formada, concursada e empossada como gestora da APABG. O RVS Banhado dos Pachecos (RVSBP) também recebeu um gestor, o biólogo André Osório Rosa. Além deles, houve a nomeação de um guarda-parques. A bióloga Luisa é então designada como gestora para uma APA extensa, envolvendo quatro municípios. UC que ficou anos estagnada, e que passou por um processo intenso de articulações e discussões na busca de sua efetivação, conforme relata o entrevistado um:

[...] criada a APA, cria-se a expectativa e nada acontece, nada, nada acontece. Aí se começa uma zona, um vazio, um vazio institucional. Não existe uma APA, existe todo um processo, um ritual de licenciamento diferenciado, mas não existe a estrutura da APA, né? Aí cria esse movimento que tu perguntaste de criação da APA, ele vai transitando dentro do Comitê Gravataí, como órgão de estado de gestão de recursos hídricos e toda uma briga pra criação efetiva da APA. Tem a sanção do Ministério Público, com a criação da APA. E aí se começa a fazer uma discussão meio maluca, criação discussão de um plano de manejo da APA, mas não tem a criação da estrutura da APA, até que de repente, Tum! Se cristaliza uma pessoa, chamada Luisa (Representante da UFRGS).

Essa gestora desenvolveu um trabalho de Hércules, ao gerenciar um conselho com múltiplas representações e, por isso, muito conflituoso, uma área enorme e com precariedade de recursos humanos e materiais. Entretanto, há nesse conselho, um conselho construído, conselheiros que se unem e fortalecem a sua gestão e, como relatou o entrevistado um:

[...] com toda boa vontade, mas sem equipe e sem estrutura, sem nada [...] vamos lá ajudar a Luisa nessa gestão [...] dentro de uma precariedade brutal [...] enquanto não existe uma estrutura da APA é tudo muito complicado e muito difícil de fazer né? E a Luisa vai conseguindo algumas vitórias [...] (Representante da UFRGS).

São vários atores da rede que é o conselho, que se agruparam e tentaram fortalecer a gestão da APABG e do Refúgio, conforme exposto pelo entrevistado quatro, “[...] fortalecer este conselho era a ideia [...]”. E muito se conquistou durante este período, mas ainda sem o plano de manejo. Para este entrevistado, esse conselho tem história, de construção, de luta e de muitos desejos.

A efetivação da APABG, essa foi uma luta muito participativa, democrática [...] nunca vi um processo de construção agrupar e mobilizar tanta gente (Representante da DEMAM).

O novo horizonte que se estabeleceu, após a consolidação do Conselho Deliberativo, foi a elaboração do Plano de Manejo. Na verdade, este pleito caminhava junto à consolidação do conselho da APABG. Entretanto, adquiriu maior força e corpo posteriormente. Na tentativa de arquitetar o plano, formou-se, durante a assembleia de sete de dezembro de 2009, a Câmara Temática do Plano de Manejo (CTPM), constituída por conselheiros e outros técnicos interessados. Os representantes que se agregaram nesta Câmara foram da: UFRGS, FZB/RS, FIERGS, LBV (Glorinha), SAALVE<sup>106</sup>, Grupo Maricá e o Comitê da Bacia do Gravataí. O grupo estabeleceu um cronograma intencionando elaborar um termo de referência, um documento base à execução do plano de manejo. Este foi exposto e aprovado pelos conselheiros da CTPM na Assembleia de vinte e dois de março de 2010. Com a aprovação, a necessidade era de recursos e de uma instituição competente para a execução do Plano, o que levou mais alguns anos, e uma longa história de luta.

Contudo, ocorreu neste mesmo período mais um evento que se lançou no horizonte da APABG, no de seu conselho recém-formado, e no do RVSBP. Em assembleia de oito de março de 2010, consoante à ata dessa reunião, surgiu o alerta de mineração de carvão a céu aberto dentro das duas unidades de conservação. Durante esta reunião constituiu-se a Câmara Temática de Mineração (CTM), onde se integraram FIERGS; Sindicato Rural de Viamão; Prefeituras de Gravataí e de Viamão; ONGs Grupo Maricá e APN-VG; UFRGS; Comitê Gravataí e TRANSPETRO<sup>107</sup>.

A mineração de carvão resultou em mais uma tensão dentro do conselho. A CT de mineração iniciou seus trabalhos em vinte e cinco de janeiro de 2010. O grupo solicitou maiores informações à FEPAM e convidou as duas mineradoras, a COPELMI mineração Ltda. e da Mineração Sul Brasil<sup>108</sup>, para que apresentassem ao conselho seus projetos e os relatórios de impacto ambiental EIA-RIMA para análise. A exposição das mineradoras aconteceu na Assembleia de dez de maio de 2010. Como resultado, foi agendada uma visita às instalações da COPELMI de Butiá, para melhor conhecer suas atividades.

Como reflexo da possibilidade de exploração de carvão em Viamão, e paralelo às atividades da CT mineração, ocorreram, no município de Viamão, diversas ações de

---

<sup>106</sup> UFRGS – Universidade Federal do RS  
FZB/RS – Fundação Zoobotânica do RS  
FIERGS – Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul  
LBV(Glorinha) – Legião da Boa Vontade de Glorinha  
SAALVE - ONG Sociedade Amigos da Água e do Verde

<sup>107</sup> A Petrobras Transporte S.A. – Transpetro: processadora brasileira de gás natural e empresa de transporte e logística de combustível do Brasil.

<sup>108</sup> Empresas de mineração e geoprocessamento.

divulgação e articulação, as quais receberam a denominação “Não ao Carvão”. A ONG Grupo Maricá organizou um abaixo assinado contra a mineração. Ela também realizou uma palestra na escola municipal Coracy Prates Nunes, escola localizada praticamente ao lado da mineração. Ainda, como ONG ambientalista e pertencente à Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul – a APEDeMA-RS solicitou a essa entidade apoio na defesa do ambiente de Viamão. Vereadores da Câmara Municipal de Viamão solicitaram maiores informações. As prefeituras de Viamão e de Alvorada se manifestaram contra a mineração. Ambas seriam afetadas diretamente pela mineração de carvão a céu aberto.

Como não houve consenso no grupo de trabalho da CT mineração, foram elaborados dois pareceres, um apoiava a mineração, com restrições, e o outro era contrário à mineração a céu aberto dentro das UC. Ambos foram apresentados à Assembleia do Conselho da APABG de quatro de outubro de 2010 (Figura 10), considerada uma reunião histórica.

Na assembleia estavam presentes, além dos conselheiros, pessoas e entidades ambientalistas de grande destaque no RS, tais como ONG Ingá, Movimento Ambientalista Os Verdes; ONG Mira-serra; Káthia Vasconcellos, jornalista ambientalista e hoje pertencente ao Instituto Augusto Carneiro; Instituto Justiça Ambiental; Movimento Gaúcho de Defesa do Meio Ambiente – MoGDeMA, Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul – APEDeMA-RS e o lendário Sr. Augusto Carneiro, pioneiro do ambientalismo gaúcho e contemporâneo de Lutzenberger. Além desses, moradores da região afetada, comerciantes da região de Viamão, como o proprietário da Quinta da Estância, a representação da Rede Costeiro-marinha e hídrica do Brasil e o Ministério Público Estadual, conforme registro em ata.



Figura 10: Assembleia histórica para votação da mineração dentro da APABG e RVSBP  
 Fonte: Manual do Conselheiro da APABG.

Ao iniciar a reunião, a presidente do Conselho relatou os inúmeros documentos recebidos desde maio de 2010, solicitando informações ou posicionamentos contra a mineração. Cabe realçar que uma das mineradoras a COPELMI, retirou a sua solicitação de licenciamento. Fatos destacados no fragmento da ATA dessa Assembleia:

A Presidente informa que desde maio, recebeu uma série de documentos/manifestações referentes ao assunto em pauta, relacionando-os ao plenário: ofício nº1234/2010 da Promotoria de Justiça e Defesa do Meio Ambiente, do Ministério Público Estadual, solicitando esclarecimentos sobre o processo de autorização; ofício nº 32/2010 do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente de Cachoeirinha, posicionando-se contrário ao empreendimento; ofício nº 25 do Comitê Gravatahy, solicitando a suspensão do licenciamento da atividade até a elaboração do Plano de Manejo (o qual gerou expediente administrativo nº 4838-0500/10-2 com parecer da Divisão de Unidades de Conservação acatando a solicitação do Comitê); ofício 163/2010 ROS da Câmara Municipal de Vereadores de Viamão, solicitando desconsiderar a moção enviada anteriormente; solicitação de vistas ao processo da Sul Brasil pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do RS, ofício da empresa COPELMI, informando a suspensão do pedido de licenciamento até a elaboração do Plano de Manejo; manifesto da Assembleia Permanente de entidades em defesa do Meio Ambiente (Apedema RS) repudiando a liberação dos empreendimentos na APA; abaixo-assinado online do Grupo Maricá contra o empreendimento. Cristiano Silveira informa que a Prefeitura de Viamão recebeu manifestação, na qual cerca de oitenta e cinco por cento da comunidade de Estância Grande e Passo dos Negros é contra a instalação do empreendimento. Há também moção contrária ao empreendimento do Conselho Viamonense de Meio Ambiente (COVIMA)” (ATA de 04/out/2010).

Após muita polêmica e debates, colocou-se em votação a seguinte questão “O Conselho Deliberativo é a favor da anuência para exploração de carvão a céu aberto no

interior da APA do Banhado Grande?” (Figura 11). A Assembleia votou por unanimidade contra a mineração de carvão dentro da APABG e do RVSBP. Para o entrevistado quatro

[...] esse processo abriu um precedente na história brasileira. Ao ler uma revista de mineração que relatava o ocorrido em Viamão, li que esse foi o primeiro precedente do gênero e que merecia atenção (Representante do DEMAM).



Figura 11: Votação contra a mineração dentro da APABG e RVSBP  
Fonte: Blog Grupo Maricá

Retomando o fio do plano de manejo, que não se manteve alheio a este evento, pelo contrário, converteu-se no fio norteador de todo esse debate, o principal argumento trazido durante todas as reuniões e na Assembleia histórica consistiu em uma incoerência. Posto que, para licenciar mineração, ou qualquer outro empreendimento de grande porte, se fazia necessário o plano de manejo da UC, pois é este que norteia, indica e estabelece o que, onde e quando qualquer atividade pode ser instaurada dentro de uma UC. E ambas não tinham este plano de manejo. Aliás, não tem até os dias atuais.

Entretanto, esse evento de provável agressão à natureza da APABG e do RVSBP, tornou-se uma oportunidade, um motivo para pressionar a SEMA e o governo do Estado a viabilizar e agilizar a confecção do referido plano. O termo de referência elaborado pela CT de plano de manejo foi entregue e aprovado na Assembleia extraordinária de vinte e dois de março de 2010. Antes da Assembleia histórica de rejeição à mineração em outubro. Passaram-se aproximadamente mais quatro anos para que este fosse finalmente encaminhado para a execução.

No entanto, nesses quatro anos de aparente imobilidade, na verdade ocorreram diversas atuações, onde os conselheiros se articularam na tentativa de achar caminhos e

soluções para o impasse do plano de manejo. Em 2013, o grupo que compunha a CT do plano de manejo e outros conselheiros resolveram executar algumas atividades para pressionar a assinatura do convênio com a FZB/RS, a indicada para a elaboração do plano de manejo. Realizou-se reunião com o Secretário de Meio Ambiente, intencionando o adiantamento do processo. Quando o Governador Tarso Genro visitou o Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão, um grupo de conselheiros e ativistas aproveitou e solicitou, através de faixas e falas, a execução do plano de manejo<sup>109</sup> (Figura 12).



Figura 12: manifestação pelo plano de manejo  
Foto cedida pela ONG APN-VG

No mesmo ano, o Ministério Público, em função da iminente mineração, e após a negação do conselho aos empreendimentos, talvez sentindo a fragilidade em que a natureza do lugar se encontrava, emitiu uma Ação Civil Pública<sup>110</sup> acionando o estado do RS, a FEPAM/RS, e limitando, ou mesmo proibindo, empreendimentos de grande impacto ambiental até um raio de 10km no entorno da APABG. Determinou também que todos os tipos de empreendimentos sejam licenciados só após anuência da gestora da APABG. Essa medida praticamente paralisou qualquer tipo de atividade em um bom trecho, não só nos municípios que compõe a UC, mas também em outros que estivessem inseridos no raio de 10km.

A Ação Civil Pública gerou uma estagnação nos municípios e muita inquietação no Conselho. Para resolver o impasse, a SEMA/RS e o Conselho empenharam-se em um acordo com a justiça, para que a ação se limitasse só a empreendimentos de grande impacto, ou

<sup>109</sup> Foto tirada dia 15/03, na Colheita do Arroz Orgânico, no Assentamento Filhos de Sepé em Viamão, na APABG

<sup>110</sup> Ação Civil Pública nº 001/1.13.0186091-4 de 10/jun/2013

melhor, aqueles relacionados à mineração. No entanto, a SEMA/RS e o MP deram andamento ao acordo, sem ouvir o Conselho, o que ocasionou indignação dos conselheiros. O grupo solicitou a presença do Secretário e do MP para maiores esclarecimentos. O que ocorreria em uma Assembleia extraordinária de vinte e nove de outubro de 2014. Conforme ata da reunião, ambos não compareceram, justificando viagem e outra agenda. Na Assembleia seguinte, em primeiro de dezembro de 2014, decidiu-se por enviar um ofício onde se requeria a divulgação do acordo e manifestava-se seu descontentamento pela pouca consideração ao Conselho. Conselho que, segundo manifestações durante a reunião, foi construído historicamente. Ofício ainda não entregue, até o momento.

Finalmente, o convênio com a FZB/RS para a execução do plano de manejo foi realizado, conforme súmula<sup>111</sup> publicada no Diário Oficial do Estado do dia vinte e cinco de agosto de 2014, no decorrer de todas as atividades e discussões acima mencionadas. A partir da assinatura do convênio, a FZB/RS vem desenvolvendo o plano e, em parceria com a CT do plano de manejo do conselho, articulando informações e sugestões para este plano.

Hoje, no início de 2015, a APABG encontra-se consolidada, ou quase, mas na iminência de seu plano de manejo. Documento este que será o norteador da estrutura da UC. Quanto ao RVSBP ou, simplesmente, Refúgio, o seu plano de manejo também se acha em fase de elaboração, conjuntamente ao plano da APABG.

A produção do espaço socioambiental da APABG e do RVSBP foi sendo urdida ao longo de dezesseis anos de existência, no entrelaçamento e na tensão de muitos fios. Percebe-se nos relatos e nos documentos pesquisados a importância do lugar, não só no que se refere aos seus recursos naturais e a sua beleza cênica, mas percebe-se uma espécie de carinho, cuidado, afeto pelo lugar. Percepções presentes nas falas, nos olhares, nas ações dos precursores, daqueles que se agregaram durante este percurso e dos seus conselheiros (do seu conselho gestor). E, provavelmente, compondo todas as suas ações, mobilizações, vontade de lutar e de defender o espaço APABG, esse é o espaço do vivido.

As suas estruturas ambientais, a biodiversidade, os diferentes ecossistemas, a sua fauna e flora, enfim, já existiam mesmo antes dos humanos a perceberem e a descreverem. Entretanto, o espaço APABG foi entrelaçado por muitos fios, formando uma malha que hoje apresenta uma textura própria. Lefebvre argumenta que “a produção do espaço apreende-se

---

<sup>111</sup> Súmula do Termo de Convênio SEMA/DEFAP-FZB/RS n° 65/2014

dessas estruturas e as faz entrar nos conjuntos (texturas) muito diversos” (1991, p. 110 tradução nossa).

Todavia, o que ele quer dizer com texturas? São “sentidos”, porém não para qualquer um, mas para aquele “[...] que vive e age no espaço considerado”. O sujeito, que possuidor de um corpo (às vezes coletivo), lê, vive, percebe o lugar. Para este sujeito “[...] o argumento das formas e estruturas correspondem às funções do conjunto”. Que no caso a natureza toma uma função neste espaço, assim como as lavouras, os canais, as propriedades, os humanos. Enfim, são os fios e as tramas produzidas que “[...] têm um sentido vivido que é preciso elevar ao concebido sem se romper” (LEFEBVRE, 1991, p. 110 tradução nossa). O concebido pelo saber, não mais importante que o vivido, a experiência vivenciada por seus atores.

A tessitura da história da APABG e do RVSBP tem vida, humana e não humana. E, resgatando o já mencionado de Lefebvre, a sua narrativa tem “[...] um alcance retrospectivo e um prospectivo” (1991, p. 80 tradução nossa). A partir dela pode-se conhecer a força que a manteve, que a construiu. Entretanto, o futuro pertence à compreensão que as gerações atuais e vindouras terão da sua história, que deve ser contada, admirada e conhecida. Quem sabe como!?

Um possível caminho seria a comunidade e as escolas inseridas ou limítrofes à APABG apropriarem-se dessa história. Tessitura de uma grandiosidade que não pode ausentar-se de debates, aprendizados, sensibilizações, e que permite compreensões e percepções além do olhar.

#### **4 O LUGAR DA EDUCAÇÃO: O ENREDO ESCOLAS, A APABG E O AMBIENTE**

Este capítulo pretende mostrar um breve caminhar no lugar que são as Escolas intrínsecas à APABG – APA Banhado Grande e ao RVSBP – Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos. Compreender seus ritmos e modos de agir pedagógico, os vínculos com a área protegida e a natureza do lugar, suas inserções, potencialidades e dificuldades. Não se intenciona apontar falhas, mas apreender algumas singularidades e percepções essencialmente vinculadas às unidades de conservação (UC) e à educação ambiental (EA).

Para essa pesquisa foram escolhidas duas escolas que se situam ou dentro ou nos limites da APABG e do RVSBP, localizadas na zona rural de Viamão. Por que estas escolas? Inicialmente por já terem participado de uma pesquisa anterior<sup>112</sup> que intencionava conhecer o nível de conhecimento e abordagem a respeito da APABG e os projetos de educação ambiental (EA). Segundo, por se mostrarem altamente receptivas à pesquisa anterior. Num terceiro plano, por serem escolas com destaque em EA no Município. E por último, se refere ao vínculo afetivo com uma das Escolas, onde até 2010 a pesquisadora atuou como professora de ciências, que pode ser ora facilitador ora complicador. Portanto, para minimizar esse possível conflito, escolheram-se duas Escolas, pensando-se em ter um parâmetro para pesquisadora.

As Escolas situam-se na zona rural de Viamão. Uma delas no distrito de Passo dos Negros, limítrofe com o município de Alvorada e muito próxima ao município de Gravataí e ao rio com mesmo nome. Localidade totalmente rural, com muitas chácaras, sítios e fazendas, açudes, riachos e plantações de arroz. A outra Escola localiza-se na RS 040, km 27 no distrito de Águas Claras. Local ainda considerado como região rural, a despeito de grande expansão urbana do local nos últimos 20 anos. O território sofreu um inchaço com a construção de vários condomínios, contribuindo um pouco para a perda de suas características rurais. Mas mesmo assim, há no ar, na comunidade, nas relações com o lugar e entre as pessoas o jeito rural de ser.

Pensar o lugar, as Escolas as unidades de conservação, a educação e as percepções, todo esse enredo se mostra ao mesmo tempo como um desafio e uma oportunidade. De compreender os educadores, a Escola e a proteção da natureza. A educação ambiental tem se mostrado como um horizonte à interpretação e vinculação às paisagens. Uma proposta de

---

<sup>112</sup> Premissas para a Elaboração do Plano de Educação Ambiental para a Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande - Rosa, A. A. 2011.

educação que experimenta um caminhar interconectando saberes científicos, cultura, ambiente, valores, percepções e o outro. Não há a educação ambiental, mas uma pluralidade de perspectivas. Nesta pesquisa, procura-se um olhar fenomenológico dos processos nas Escolas em relação ao ambiente. Considerando ser este um caminho que propicia uma visão não fragmentada de mundo e que favoreça a percepção do como se estabelece a relação humano-natureza. Entretanto, será um caminhar breve e exploratório.

O enredo do breve caminhar será composto da descrição metodológica e dos cuidados éticos na pesquisa, um conciso histórico da EA no município de Viamão e, as experiências nas Escolas. Por último se realiza um debate e pontuam-se as percepções colhidas.

#### **4.5 O caminhar metodológico**

As metodologias desenvolvidas consistiram em observação participante, análise documental e entrevistas gravadas ou escritas, além de conversas informais. Para as entrevistas escritas utilizou-se um roteiro (Anexo 7 e 8). Adequando-se às possibilidades do campo, do entrevistado ou da pesquisadora. Observou-se o pátio das escolas, as suas estruturas, as atividades extraclasse com educadores e educandos e as aulas dos professores escolhidos. As entrevistas envolveram professores, gestores e alunos. As conversas informais abrangeram todos aqueles disponíveis, tanto educadores, gestores, alunos como funcionários. A escolha dos professores ou das disciplinas não seguiu um critério pré-estabelecido, à medida que se inseria no campo, este foi mostrando as possibilidades. As Escolas receberam nomes fictícios e os professores foram nomeados conforme a turma ou a disciplina que ministram

As visitas à Escola Amarela efetuaram-se nos dias treze e vinte e um de outubro e quatro, cinco, onze e dezoito de novembro de 2014, essas datas resultaram da combinação com a agenda da Escola. Além das observações de suas dependências, concentrou-se o foco nas turmas do 4º ano, com 18 alunos e do 5º ano com 12 alunos e suas respectivas professoras, no turno da manhã. Decidiu-se por estas turmas devido à facilidade de diálogo em função de serem as turmas dos mais velhos. Em especial a do 5º ano, que conforme observações e indicação da diretora, era a que se destacava em atividades de educação ambiental. Porém, houve uma participação, no turno da tarde, na atividade Horta na Escola do projeto Mais Educação. A análise dos documentos foi realizada no percurso das observações e posterior a ele, pois a Escola cedeu em meio eletrônico o PPP e os Planos de Estudo. As

professoras das turmas observadas e a diretora responderam a um questionário com questões enfocando temas relacionados à pesquisa.

As observações na Escola Nova ocorreram nos dias quatorze, vinte e um e vinte e quatro de outubro e sete, onze e doze de novembro de 2014. As atividades concentraram-se no turno da tarde, esporadicamente no turno da manhã. Foram realizadas observações na Escola e nas turmas de 6º ao 9º anos e conversas informais com alunos, gestores e professores. Também se cumpriu entrevistas com os gestores (diretor e vice), com professores e com alunos do COM-VIDA<sup>113</sup> (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola). Uma professora e uma ex-diretora, responderam a um questionário por escrito. A análise de documentos restringiu-se a um Histórico cedido pela Escola, visto as dificuldades em se acessar o PPP, que se encontra em fase de reestruturação.

#### **4.5.1 Cuidados éticos com a pesquisa**

Antes de acessar as Escolas, contatou-se a Secretaria Municipal de Educação – SME, com o intuito de apresentar o projeto de pesquisa, a carta de apresentação (Anexo 9) e solicitar autorização para as visitas. A recepção deu-se através de uma assessora da Secretária de Educação que prontamente autorizou a inserção nas Escolas. Em seguida, se estabeleceu contato com os diretores escolares, fornecendo as informações da pesquisa e a carta de apresentação. Todos os entrevistados tiveram ciência da proposta da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Anexo 10)

Optou-se por não identificar as Escolas e os educadores entrevistados. Sendo assim, a Escola localizada na região do Passos dos Negros, será denominada de Escola Amarela, devido à predominância dessa cor nas suas dependências. A outra, situada na região de Águas Claras, receberá o nome de Escola Nova, por ter sido reinaugurada recentemente e, por isso, sendo a tônica presente nas falas. Quanto aos professores, a identificação na Escola Amarela será correspondente ao ano ao qual a professora leciona. Na Escola Nova vincula-se à disciplina ministrada pelo professor.

---

<sup>113</sup> Com-Vida é a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, uma forma de organização na escola que se baseia na participação de estudantes, professores, funcionários, diretores e comunidade. O principal papel da Com-Vida é contribuir para um dia a dia participativo, democrático, animado e saudável na escola. A Com-Vida é uma sugestão dos delegados da I Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, que propuseram a criação de espaços de participação em defesa do meio ambiente. (MEC, 2012, p. 8)

#### 4.6 Conhecendo o Caminhar em Educação Ambiental

O município de Viamão agrega em seu espaço antagonismos de paisagens. Enquanto possui uma zona rural vasta e de beleza natural, histórica e cultural, apresenta uma região urbana deficitária, com ruas em sua maioria de chão batido. Lugares que recebem o nome de Vila, e para as pessoas que vivem nestes ambientes, morar em vila torna-se algo não muito animador. Portanto, é perceptível na fala de moradores uma baixa auto-estima quanto à cidade.

Entretanto, há na cidade de Viamão pessoas que lutam por sua terra. Muitos são educadores, outros políticos ou de associações locais. E atividades de educação ambiental e qualidade de vida. Segundo informações trazidas pelo entrevistado cinco representante da ONG Grupo Maricá, em Viamão no final de 1999 “[...] havia uma grande sinergia de ações ambientais entre as Secretarias de Educação (SME), Obras e Viação (SMOV) Agricultura e Abastecimento (Seagri), Desenvolvimento Econômico (SMDE) e Planejamento, Habitação e Meio Ambiente (SEPLAN)”. Nessa época ele era estagiário na SEPLAN e vivenciou toda essa área.

A educação ambiental em Viamão já teve muitos destaques, tais como “luta pela preservação do Parque de Itapuã através do Grupo Ecológico Viamão (GEV)”. A CLEPEI – a Comissão de Luta pela Efetivação do Parque Estadual de Itapuã, trabalhos relacionados ao Arroio Feijó, localizado na Vila Augusta e um dos afluentes do Rio Gravataí, que sofre com constante enchentes. O processo participativo da construção da Agenda 21 Escolar. Coleta Seletiva de lixo, iniciada em 2001. Paisagismo nas escolas. O Seminário de Educação Ambiental 2003. Vários cursos de EA nas escolas, oferecidos pela ONG Grupo Maricá. E outras entidades como o Centro Budista. Todos os cursos ou tiveram a iniciativa da SME ou seu apoio. Sem esquecer a própria luta pela efetivação da APABG. Dentre outros projetos.

Na conversa com a assessoria da SME, em outubro de 2014, no momento de apresentação e solicitação da pesquisa nas escolas, questionou-se a respeito de projetos de educação ambiental (EA). Foi informado que a SME segue as políticas de EA do Ministério de Educação (MEC). Citou a realização das Conferências InfantoJuvenil de Meio Ambiente nas Escolas onde, por sugestionamentos da SME, participaram 23 escolas. Além desses, trouxe o Projeto da Escola Sustentável<sup>114</sup>, que até aquele momento contemplava três Escolas.

---

<sup>114</sup> Projeto destinado às escolas públicas municipais, estaduais e distritais, que recebem recursos financeiros através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Destina-se a contribuir com a melhoria da qualidade de ensino e a promoção da sustentabilidade socioambiental nas unidades escolares. Escolas sustentáveis são definidas como aquelas que mantêm

Entretanto, com a expectativa de inclusão de mais vinte Escolas. Mencionou também o Congresso de Agroenergia e Sustentabilidade em parceria com a PUCRS, realizada em 2013, que envolveu várias escolas do município. Ao inquirir sobre a inserção da temática unidade de conservação (UC) e outros temas vinculados, ela informou desconhecer qualquer trabalho, sugerindo a Secretaria de Meio Ambiente como uma possível articuladora. Porém, esta secretaria foi criada em 2014.

#### 4.7 O caminhar nas Escolas

O caminhar iniciar-se-á por uma pequena Escola Amarela. Situada na zona rural de Viamão, no Distrito do Passo dos Negros, Viamão. Localiza-se, limítrofe com o município de Alvorada e muito próxima ao município de Gravataí. Escola que abriga o Ensino Fundamental Um ou de 1<sup>a</sup> ao 5<sup>o</sup> ano. Decreto de criação: 437, em 27/06/1967 e a Portaria de autorização de funcionamento: 00136.

A Escola Amarela possui um histórico de muita luta por parte da comunidade, o que gerou um laço forte com a população local. Conforme dados levantados no Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP), o início de sua trajetória ocorre em meados de 1957. Neste tempo, surgia o primeiro prédio para acolher filhos de moradores do Passo dos Negros. Um casebre de madeira e chão batido localizado na confluência da Estrada Passo dos Negros e Beco da Solidão, nas terras do Dr. João de Deus Silveira, como era chamado, morador da região.

Escola de poucos alunos e recursos, e também conhecida como uma **BRIZOLETA**, em função do modelo de escola idealizado pelo governador do estado, o Sr. Leonel de Moura Brizola, naquele período. Permanecendo no local por três anos, mudando-se em função das condições precárias para a rua ao lado, que se identifica no PPP como: *onde hoje o Sr. Alcides (o Cidoca) reside com sua esposa e neto em terras do Sr. Ornóbio*. Este personagem, morador local, terá destaque na sequência dos fatos da Escola.

Como se percebe, a Escola não possuía terreno próprio. Sensível a isto, o Sr. Ornóbio, que trabalhava para o assim chamado Sr. Odone Marsiaje, dono de terras na região, pediu-lhe uma leva de terra para instalar ali uma escola, em decorrência do aumento de alunos. O Sr.

---

relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações. Esses espaços têm a intencionalidade de educar pelo exemplo e irradiar sua influência para as comunidades nas quais se situam. A transição para a sustentabilidade nas escolas é promovida a partir de três dimensões inter-relacionadas: espaço físico, gestão e currículo (BRASIL, 2013).

Odone cedeu esta faixa de terras onde hoje se localiza a Escola. Com o tempo e diante da precariedade do espaço, a comunidade mobilizou-se através de arrecadações e festividades, doações etc., possibilitando as primeiras melhorias como a construção de um prédio. Passados 10 anos de sua trajetória, a escola recebe o seu decreto de funcionamento, em 27 de fevereiro de 1967, matriculando os seus primeiros alunos em regime de legalidade.

A Escola hoje possui outra estrutura, mas conquistada com muita dedicação das suas diretoras e equipe e participação da comunidade. Conquistas conseguidas através do Orçamento Participativo (OP), projeto presente no município de Viamão até recentemente, mas hoje com outra modalidade de participação. A articulação para elencar no OP os desejos da escola deveu-se, segundo dados do PPP, ao envolvimento da então diretora e do Sr. Paulo Feijó, morador da região e participante ativo nas questões locais.



Figura 13: Fachada da Escola Amarela  
Fonte: cedida pela escola



A Escola Amarela se mostra com características totalmente rurais. O seu ambiente é circundado por fazendas, sítios ou chácaras. Também se situa ali uma porção do Assentamento Filhos de Sepé. Portanto, a maioria de seus alunos são filhos de caseiros ou trabalhadores rurais desses espaços. Tal fato implica certa rotatividade de alunos, pois os pais, em consequência de seu trabalho, migram para onde há serviço, como eles falam. Embora se constate uma conexão com a terra, no sentido do trabalho agrário, a rotatividade proporciona um não vínculo com o lugar, conforme relatos das professoras. Circunstância que pode

dificultar o conhecimento e o apego ao espaço. Ao mesmo tempo, a possibilidade da escola ser um espaço de disseminação do conhecimento e de sensibilização com o entorno.

As turmas observadas relacionam-se ao 4º e 5º anos. Possuem professoras unidocentes, isto é, há apenas uma professora (regente) que acompanha a turma o ano todo. Alguns alunos dessas turmas participam do projeto Mais Educação, o qual ocorre uma vez por semana, nas quartas-feiras, no turno inverso. Uma das atividades do projeto consiste na Horta Agroecológica, ou Horta Ecológica (as duas denominações foram usadas), conduzida por uma monitora moradora do local. Atividade também observada.

Na análise documental – PPP e Plano de Estudo – identificam-se que os temas referentes a questões socioambientais estão pontuados em: Educação Ambiental, meio ambiente, natureza e sociedade, valores, ética e estética, outridade, dentre outros. Espalhados em diferentes tópicos dos documentos, a serem detalhados a seguir. Porém, faz-se necessário compreender o que seja um PPP, conforme dados colhidos junto ao MEC:

O PPP constitui-se em um imprescindível instrumento de intervenção na realidade escolar e de comunicação entre os sujeitos que interagem no cotidiano escolar, configura-se como canal de diálogo e de participação dos diversos protagonistas da comunidade externa (MEC).

Portanto, ele torna-se o instrumento norteador da escola, onde englobam as propostas e os projetos educativos necessários ao ensino e a aprendizagem. Nele também se delinea o seu alcance no tempo. Ademais proclama que haja o envolvimento de toda a comunidade escolar na sua elaboração.

Na análise documental – PPP constata-se no item Filosofia da Escola um dado que se considera importante e de merecida distinção. No que se refere à realização de atividades na escola para “[...] a participação de todos, promovendo: o crescimento psicológico, cognitivo e psicomotor do educando, com envolvimento e investigação permanente da realidade social e o resgate da cidadania” (PPP, 2011, p. 6). Com isso, se observa a intenção de envolver todos da comunidade escolar e em ligação com a realidade social do meio e agregando a formação cidadã. Pontos que se consideram importantes no que tange à educação ambiental, o conhecimento do ambiente do entorno da escola e que enlaçam diferentes questões sociais e ambientais.

Na análise do PPP, sublinha-se nos objetivos do ensino fundamental (1º ao 5º anos) como etapa da formação básica do cidadão, o tópico

- da compreensão do **ambiente natural e social**, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade para que o aluno possa inserir-se de forma participativa na comunidade em que vive.

Nota-se neste objetivo certa perspectiva no que concerne à EA, como a percepção do lugar e a temas socioambientais. Entretanto, este tópico menciona a compreensão, mas não a ação, ou a transformação, ou o potencial de criticidade para com os sistemas. Insinuando uma passividade.

No Plano de Estudo (PE), documento anexo ao PPP, são traçados os componentes curriculares, os conteúdos e objetivos das disciplinas, temas transversais, etc. De acordo com os princípios norteadores e outros fundamentos presentes nas legislações nacionais, estaduais e municipais, às quais as escolas estão obrigatoriamente amarradas. Além desses, no Plano da Escola Amarela situam-se os projetos e eventos desenvolvidos.

Na análise inicial do PE, na parte que se refere ao conceito, tem-se a seguinte argumentação

Além de uma simples tabela contendo uma lista de disciplinas, com a respectiva carga horária é um autêntico plano de trabalho que, além dos **aspectos da distribuição do tempo** leva em conta os conteúdos programáticos de cada componente curricular em termos de conhecimento, habilidades e destrezas. Suas demais relações com os componentes curriculares e a maneira como, **em conjunto, serão capazes de contribuir para a saúde, a vida familiar e social, o trabalho, o meio ambiente e outros aspectos da vida cidadã.**

Destaca-se neste excerto a relação e o modo como os componentes curriculares se vinculam e/ou contribuem com outras temáticas, com realce ao meio ambiente. Porém, salientam-se os outros enfoques que respondem a um moldar o ser à sociedade. A grade curricular delinea as disciplinas desenvolvidas: português, matemática, ciências, estudos sociais, educação física, educação artística e ensino religioso. Tangendo a grade, encontra-se o termo temas transversais, indicando que este perpassa a todas.

Todavia, ao apreciarem-se os objetivos e conteúdos de cada ano, constata-se que as relações com questões socioambientais, educação ambiental, vínculo com natureza e ambiente local, não seguem uma transversalidade. Há uma concentração em determinados tópicos, na educação infantil, por exemplo, situa-se na área de estudo intitulada Natureza e Sociedade. Já do 1º ao 5º anos reúnem-se na disciplina de ciências. Diante dessa informação, sente-se a premência de um exame de cada componente, a fim de apreciar como essas temáticas são elencadas e direcionadas.

Na educação infantil, no tópico sociedade e natureza, pontuam-se alguns enfoques. Sinteticamente tem-se: relação interpessoal, família, cultura, conhecimento de si mesmo,

afetos, ética e estética, cidadania, respeito ao próximo, cognição, coordenação corporal e noção de espaço, conhecimento do corpo humano, hábitos de higiene. Além desses, achou-se interessante destacar os itens 7 e 8, onde:

Perceber-se **integrante, dependente e agente transformador** do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, **contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;**

Refletir sobre a **destruição da natureza** e a necessidade de **preservação da Terra**.

Por que se destacaram os dois tópicos? Ainda que os outros itens tenham relevância nas temáticas socioambientais, percebe-se nestes dados significativos. Primeiro por se mostrarem diretamente vinculados à educação para o ambiente e à sociedade. Segundo, apesar de serem expressivos, vê-se, por exemplo, nas acepções: integrante; dependente e agente transformador; contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente; destruição da natureza e preservação da Terra, um modo de percepção. O que aparenta é uma percepção vinculada à ação destruidora do humano à natureza associada à preservação, mesmo que o coloque como um ser integrante ao mundo natural.

No que se refere às apreciações feitas nos objetivos e conteúdos do 1º ao 5º anos, como já mencionado, todas as temáticas se encerram na disciplina de ciências. Onde as noções se detiveram em: preservação do ambiente; educação ambiental, coleta de lixo, reciclagem; tipos de poluição; valorização e importância do meio ambiente; solo, água, saneamento básico; ecologia. Ressaltam-se os objetivos do 1º, 3º, 4º e 5º anos, no 2º ano não havia objetivos. Tem-se respectivamente:

**Preservar** o meio ambiente e outros seres vivos;

**Apresentar situações**, que despertem no aluno o interesse em observar tudo que passa à sua volta, **sentir** a natureza, **aprender a olhar o mundo**, analisando as relações entre o homem, os outros seres vivos e **o ambiente em que vivem;**

Valorizar a importância do meio ambiente para todos os seres vivos, contribuindo para que o mesmo seja **preservado;**

Compreender a **natureza como um todo**, sendo o **ser humano parte integrante e agente de transformação do mundo** em que vivem.

No objetivo do 3º ano, nota-se a intenção de sensibilização, pois parece tentar possibilitar ao educando oportunidades de experimentação com a natureza e seus sentidos. Quanto ao objetivo do 5º ano, sugere outro jeito de relação humano-natureza, o de agente transformador. Ambos revelam enfoques de percepção e de relação com o mundo natural. Entretanto, não fica claro o que seja *aprender a olhar o mundo*. No 1º e 4º anos o foco é em preservação.

No Plano de Estudo da Escola Amarela também se encontram elencados os projetos. Embora todos sejam interessantes, escolheram-se alguns que se mostram abertos ou passíveis de envolverem proposições ambientais. A seguir um breve comentário de cada um dos projetos escolhidos.

No projeto *Papo Sério*, criado pela professora do 5º ano, e que passou a envolver todas as turmas, as atividades ocorrem uma vez por semana, conforme o PE, e são desenvolvidas pela professora regente da turma. Possui entre seus objetivos: *Auxiliar na construção da cidadania; Valorizar o indivíduo; Elevar a autoestima; Conviver com as diferenças; Valorizar a família; Trabalhar os temas transversais; Prevenir o uso de drogas lícitas e ilícitas* (PE, 2014, p. 14). Saliencia-se que a temática tratada se aproxima do elencado pela LDB nos Temas Transversais.

A *Feira de Ciências* é um evento anual, de acordo com o calendário escolar. Agrega conceitos científicos, experiências, pesquisas e prática coletiva. Igualmente, tem por objetivo a facilitação do entendimento de conceitos (PE, 2014, p. 17). Não há citação de englobar temas vinculados ao ambiente, pois a escolha das atividades dá certa liberdade ao aluno. Embora os temas ambientais estejam em sua maioria vinculados à disciplina Ciências.

O tópico diretamente conectado às questões ambientais parece ser o Projeto de Educação Ambiental (Vida e Saúde). Os objetivos elencados tratam sobre: conscientizar da importância da preservação do meio ambiente; e efetivar a Agenda 21 na escola. O Projeto processa-se durante o ano letivo e envolve toda a escola. Apesar de terem a aproximação com o ambiental, concentra-se na reestruturação e preservação do ambiente escolar. No entanto, o trabalho da Agenda 21 apresenta características interessantes para a análise.

A diretora da Escola cedeu uma apresentação de PowerPoint sobre o Projeto da Agenda 21, material de divulgação do referido trabalho. A exposição faz um resgate histórico de mudanças na escola e de seu envolvimento na construção da Agenda 21 Escolar, mediada pela Secretaria Municipal de Educação (SME) de Viamão. No entanto, faz-se oportuno situar historicamente o Projeto da Agenda 21 Escolar. O representante da ONG Grupo Maricá, entrevistado presente no capítulo dois, trouxe em seus relatos este processo que aconteceu em Viamão no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Ele descreve que o Projeto surge em 1999, com a intenção de se construir uma agenda ambiental comum a todas as escolas de Viamão. Para tanto, se optou pela sua construção de forma participativa, engendrando educadores e outros atores sociais e ambientalistas. A sua concretização deu-se no segundo semestre de 2000. Ao mesmo tempo, estabeleciam-se no período, parcerias entre SME,

SEAGRI (Secretaria de Agricultura) e a ETA (Escola Técnica de Agricultura), todos de Viamão e a UFRGS. Desse encontro surge o projeto *Paisagismo no Pátio Escolar*, que visava à melhoria dos pátios das escolas. Proposta que contribuiu com a aparência da Escola Amarela.

Em decorrência do projeto, a SME e a Prefeitura desenvolveram durante alguns anos, várias mudanças nas escolas municipais. Na Escola Amarela registraram-se a construção da fossa dos banheiros e da cozinha, separadas; a edificação da Escola nova, com ampliação de salas e a oferta de acessibilidade para deficientes físicos; a separação e coleta do lixo; a merenda passou a ser fornecida por agricultores locais; a erosão que era constante no pátio da escola, em função de sua declividade, foi remediada através de gramados. Hoje a Escola Amarela possui um lindo pátio, com duas pracinhas, separando os alunos pequenos dos maiores. Ressalta-se um fato acontecido recentemente na Escola, relatado pela diretora, e talvez como resultado da formação de novas atitudes e sensibilizações. A diretora, ao ver pneus abandonados na estrada, resgatou-os com apoio de um pai e reutilizou-os nos canteiros da escola.

Percebe-se que a Escola Amarela aparenta ter um viés de cuidado e carinho pelo seu espaço. O que se constatou ao caminhar por seu espaço, nas atitudes dos alunos tanto no recreio como no refeitório e em conversas ocasionais com professores, funcionários e alunos, onde relatavam e expressavam o seu afeto pelo lugar.

A Escola Amarela conta com biblioteca, laboratório de informática e uma sala para o futuro Laboratório de Ciências. As salas de aula são amplas, arejadas e bem iluminadas. Nas turmas de 4º e 5º anos a disposição das classes (mesas) é no formato de um “U” ou semicírculo, nas demais a distribuição apresenta-se no modo tradicional, filas. Não há rede de internet, as professoras utilizam equipamentos próprios de acesso à internet.

O pátio da Escola é amplo, quase todo gramado, com jardins, parquinhos e fossas sépticas para banheiro e cozinha. Os canteiros são confeccionados com reutilização de pneus. Num espaço atrás da cozinha há uma horta, a qual é chamada de *horta agroecológica* (Figura 14), mantida pelo projeto Mais Educação com os alunos no turno inverso.



Figura 14: horta e tratamento de esgoto da Escola Amarela  
Fonte: cedidas pela Escola

O refeitório apresenta-se limpo, organizado e com mesa de Buffet, onde os alunos se servem livremente e educadamente. Para entrar na cozinha do refeitório é obrigatório o uso de touca, cada professor ou funcionário tem a sua. A touca é armazenada num recipiente criativo e ecologicamente correto, uma garrafa pet reutilizada (Figura 15). Todos têm o seu recipiente devidamente identificado pela decoração de cada garrafa.



Figura 15: Garrafas pet guarda touca.  
Fonte: a autora.

A Escola tem uma estética visual agradável e muito bem distribuída. Percebe-se neste espaço o cuidado que todos têm com ela. Além disso, possui um entorno de uma paisagem bucólica (Figura 16). São vacas, ovelhas e cavalos pastando. Campos e coxilhas que se estendem ao longe, salpicados de bichos, plantações agrícolas, matas nativas e eucaliptos. Em frente à Escola há uma via de terra, aliás, todas as estradas são de chão batido. Todos os alunos, alguns professores e funcionários são moradores do lugar. Chegam à escola ou por transporte escolar, carro ou pela linha Estância Grande com a escala de cinco horários diários. Observa-se com isso o grau de isolamento que os moradores do lugar sofrem o que pode indicar prejuízos ou benefícios, dependendo do ângulo de percepção. Prejuízos pela dificuldade de acesso a bens básicos como saúde, a informações, internet, dentre outros. Quanto aos benefícios poder-se-ia citar a tranquilidade de um ambiente ainda natural, distanciamento de diversos tipos de poluição e agitação urbana, etc. Os sons predominantes, além claro, do alarido dos alunos, é o cacarejar, canto de sabiás e outras aves, mugido de vaca ou de boi e o relinchar dos cavalos. Isso quando não passa a boiada em frente à escola, fato comum.



Figura16: A paisagem da Escola Amarela.  
Fonte: a autora 2014.

No primeiro caminhar pela turma do 5º ano visualiza-se no quadro a ordem do dia, ou seja, a sequência da aula. Inicia com a oração, depois o lanche (ou café a manhã), revisão de matemática. A turma é alegre, descontraída e tranqüila em sua maioria.

A professora do 5º ano<sup>115</sup> tem um modo de conduzir a aula, mistura exposição e explicação de conteúdos, num clima amigável e tranquilo. Ela é conhecedora da história do lugar, pois é moradora da região e está na escola há muitos anos. Desenvolve o projeto “Papo Sério”, no qual aborda algum assunto latente na turma, o último foi sexualidade. Faz pesquisa, monta e expõe vídeos e através ou a partir deles conduz uma conversa com a turma problematizando os assuntos. Os alunos demonstram muita confiança e respeito pela professora. Os temas ambientais que ela diz abordar são conscientização, plantas nativas, rio Gravataí e lixo.

Inquirindo sobre seu conhecimento e dos alunos a respeito da APABG ela afirma que sim, mas ninguém da Escola conhece a sede da unidade de conservação, nem ela, e nunca foram procurados por seus gestores. O máximo que aparece são fiscais do IBAMA em função da caça. Ela sente o afastamento dos gestores. Menciona a carência de maiores conhecimentos sobre a UC, embora conheça muito bem o local. Quanto às características dos alunos, a educadora expõe que muitos alunos são filhos de caseiros, que em suas palavras

[...] moram na zona rural, mas não tem a dimensão do entorno [...], moram por que moram [...], trabalham, vivem no lugar, mas não vivem o lugar, não tem a vivência de conviver com a natureza (PROFESSORA do 5º ANO).

A professora demonstra um profundo conhecimento de plantas medicinais, traz mudas para escola e produz concentrados naturais para várias moléstias. Inclusive faz chá para os alunos, onde cada aluno possui a sua caneca e tomam chá no inverno. Tem um vínculo muito forte com o lugar, e um viés ecológico e de engajamento. Recordou o evento da possível instalação de mineradoras na região, fato relatado na história da APABG (Cap. 2). Para ela, e como observado, para algumas pessoas da escola, a história da mineração consolidou-se como um marco. Cabe resgatar que foi na Escola Amarela que a ONG Grupo Maricá fez uma palestra ilustrando as consequências de uma mineradora no local. E, a partir desse fato, a comunidade que estava sendo envolvida pelas empresas com promessas, mudou de opinião, colocando-se totalmente contra a instalação do empreendimento. Alguns moradores se fazem presentes e se manifestaram na Assembleia histórica do Conselho da APABG, onde por unanimidade rejeitaram a mineração de carvão na região.

Ao esclarecer o seu projeto do “Papo Sério”, mas com o foco em educação ambiental, trouxe que tenta relacionar o corpo com o ambiente, onde começa por higiene e após aborda o

---

<sup>115</sup> Idade: 50 anos; Formação: Magistério, Pedagogia séries iniciais e educação infantil, Pós-graduação em Gestão Escolar, Especialização em Atendimento Educacional Especializado. Tempo de magistério: 18 anos

corpo e o meio ambiente. Ela doou um de seus vídeos para conhecer a sua abordagem, que a posteriori será detalhado. A conversa envolvia o tema ambiental e percepção, trouxe “que só conversa não atinge” por isso utiliza vídeo intercalado com diálogos. Neste íterim indaga-se a professora o que seria para ela percepção:

Percepção é a **integração do ser com tudo, sentir, é estar integrado**, estar junto, conectado, **pertencente à natureza** (PROFESSORA do 5º ANO, grifo nosso).

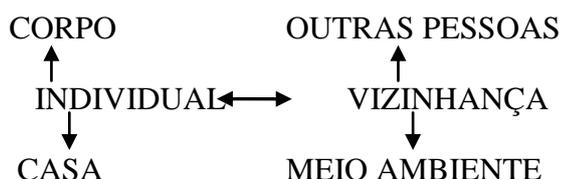
Grifaram-se algumas palavras que sugestionam algo que aqui se torna interessante. Detalhes que podem dizer um pouco da pessoa quando se alinhava ao seu modo de ser. Ela é muito admirada e querida pelos alunos, e eles parecem seguir seu entusiasmo e suas ideias. A sua percepção e o seu agir insinuam alguém que vê além do olhar. Questionou-se a professora sobre a percepção do lugar pelos alunos, onde traz que “alguns têm outros não, trouxe a dificuldade, a família que nem sempre são exemplos”. Por fim, perguntou-se a ela se já pensou em desistir de ser educadora, ao que responde “só por uns segundos”.

Ao analisar o vídeo cedido pela professora, cabe ressaltar alguns pontos. Este é uma sequência encadeada de slides e vídeos com a intenção de trabalhar questões de higiene corporal e ambiental. O título inicial “É através da educação que aprendemos alguns tipos de higiene”, que se delineiam em “higiene corporal, socioambiental e mental”. A primeira já foi trabalhada, então o vídeo se detém na higiene socioambiental. O enfoque é dado aos “cuidados que precisamos ter com o meio ambiente, preservando a natureza”. Na sucessão da exposição, aparecem animações voltadas às crianças de seu valor como agentes de preservação e do futuro. Enfatiza muitas vezes sobre a tal preservação da natureza, com exemplos de como não prejudicá-la, como não jogar lixo, não desperdiçar água, não fazer mal à natureza, fazer com que ela fique forte sempre, realçando que a natureza está triste e que as pessoas esqueceram-se de preservá-la, sobre poluição, e de como as crianças podem mudar isto, fazendo a sua parte, etc. para tanto, usa de imagens do mundo em face de destruição e degradação. Coloca como um sonho (objetivo), e as crianças são os agentes que podem tornar o mundo melhor. Em seguida, traz uma imagem que enfoca a Educação Socioambiental (ESA) como uma alternativa de mudança, apresentada no slide abaixo:



Figura 17: slide retirado da apresentação da professora do 5º ano  
 Fonte: <http://slideplayer.com.br/slide/1234533/>

No slide seguinte é projetado o objetivo da ESA “[...] criar e aperfeiçoar relações entre pessoas e sua vizinhança” e desenvolve todo o resto a partir dessa relação:



O foco dessa apresentação é em limpeza ambiental e do corpo (ou casa), o que não é corpo é a vizinhança. Este último refere-se a tudo que está no meio ambiente (escola, cidade, natureza). A ideia é praticar ações socioambientais e de bem-estar no corpo e na vizinhança, sendo essa a missão da ESA. Usando ideias de convivência limpa, embelezadora e harmoniosa em relação às pessoas e às coisas. E ainda vê o meio ambiente (MA) “como um sistema de suporte de vida e atividade”. Percebe-se a transmissão de um pensamento de natureza num total equilíbrio, sem considerar toda a rede e a complexidade que envolve um ambiente natural, como um banhado por exemplo.

Então apresenta o vídeo sobre lixo colocado num lugar indevido, com uma reflexão. A seguir outro vídeo com a mensagem da Carta da Mãe Natureza, com cenas de degradação do mundo que pede, num lamento, aos seus filhos maiores cuidados. Com isso passa à seguinte pergunta “mas qual será a nossa realidade?” e faz uso da expressão “não podemos parar de sonhar”. Em face disso expõe imagens com família, natureza, etc., e pergunta: “Será só essa a nossa realidade? E, em seguida, declara: “Um mundo contra um destruidor”. Com essa chamada traz outras imagens que expressam caos e muita degradação e aparece o nome do destruidor “A Humanidade”. Finalizando com “se a humanidade não mudar sua postura! O planeta não vai aguentar! A mudança começa por você! Mas ainda temos uma esperança!”.

Aparecem cenas lindas da natureza com a mensagem final “Ou, pelo menos, um sonho de mudar o mundo!”. Percebe-se o uso de um discurso apelativo que ressalta a perda e a destruição, e sugere algo utópico e de difícil alcance.

Refletindo sobre essa apresentação e o perfil da professora, parece não haver uma ligação entre ambos, ou seja, o tipo de apresentação não reflete o vínculo da professora frente à natureza. Mas esse tem sido o perfil de muitos educadores ambientais, influenciados por um modo de atuar, por um discurso de apelo em função da grande destruição ambiental que o planeta vem sofrendo. Nem sempre um atuar intencional, mas algo a ser pensado. A educação, no caso a ambiental, é um processo que independe de um discurso, mas sim da construção processual, de outro modo de lidar e de se relacionar consigo mesmo, com o outro, com a natureza e das inter-relações entre estes.

A professora do 5º ano tem uma história de vida muito próxima à natureza e com ervas medicinais, herdada dos avôs, vivendo em chácara desde criança. Mora hoje no seu sítio com sua família, Sítio Pedra Moura. Aperfeiçoou a prática com chás através da ajuda do filho, que é biólogo e especialista em botânica, como diz “[...] as plantas parecem iguais, mas nos detalhes estão às diferenças, aí o filho ajuda” a diferenciar as espécies de plantas. Quanto à relação humano com a natureza ela expõe que acha

O humano é o animal mais ignorante, se pensasse, agiria com cautela. A inteligência deixou ele ignorante, acabou com a percepção, perdeu a sensibilidade. Para perceber tem que sentir. Primeiro sentir depois perceber (PROFESSORA do 5º ANO).

Ao responder a questão sobre percepção ela também traz a mesma perspectiva sobre o perceber, onde

Perceber é sentir, torna-se parte. Não posso perceber aquilo que não sinto e que não faz parte de mim (PROFESSORA do 5º ANO).

Ao passar a tarde desse mesmo dia, no Sítio da professora do 5º ano, observou-se a sensibilidade e o vínculo que ela estabelece com o mundo natural. Demonstrada em um acontecimento que não poderia deixar de estar presente aqui. Na caminhada pelo Sítio, ao aproximar-se de duas de suas vacas, que estavam prenhas, ela falou com os bichos. Estes se aproximaram da professora e pareciam entender o que ela falava e responderem aos apelos. A situação demonstrava um vínculo muito estreito não só com os animais, mas com tudo que estava naquele ambiente. Este rico de sentires, de uma relação mítica que foge ao racional, portanto, sem maiores explicações.

Destacando-se um ponto, que pode vincular-se à experiência acima, ao responder a pergunta do questionário: Qual o significado da natureza para você? Como entende o ser humano e a natureza, esse vínculo do humano com a natureza? A mesma declara que

Natureza é tudo que nos rodeia e nos envolve. **O ser humano faz parte da natureza da mesma forma que ela faz parte do ser humano**, um não existe sem o outro, **se fundem**, se completam (PROFESSORA do 5º ANO, grifo nosso).

Ainda, ao descrever sobre: Como você vê a relação entre educação, unidades de conservação (áreas protegidas), a natureza, ações em educação ambiental? Ela responde:

Através da educação é possível proporcionar às pessoas conhecimentos e encantamentos sobre as áreas protegidas e da vida que tenta ali ou em qualquer lugar viver ou sobreviver através de ações conscientes. **Através de um conjunto de sentimentos e sensações, passamos a perceber tudo o que nos rodeia despertando em nós o sentimento de pertencimento.** Para mim é somente a partir deste sentimento de pertencimento aliado ao conhecimento é que qualquer pessoa poderá se conscientizar e assim poder participar e realizar ações em educação ambiental. **SENTIR – PERTENCER – CONHECER – AGIR** (PROFESSORA do 5º ANO, grifo nosso).

Continuando na senda da educação e da percepção, questionou-se a professora sobre Como você descreveria a relação dos alunos da escola com o ambiente onde vivem? Ao responder diz que

Os alunos possuem certo conhecimento sobre o ambiente onde vivem, mas ainda precisam desenvolver o **sentimento de pertencimento** para tomar consciência da importância de suas ações perante à natureza e ao ambiente ao qual pertencem (PROFESSORA do 5º ANO, grifo nosso).

Percebe-se na fala da professora a sua percepção da relação do humano com o mundo natural, ela parece tentar romper com a dicotomia humano-natureza, e se ver como pertencente ao mundo num todo. A sua sensibilidade é profunda e transcende o seu mundo, seu corpo, e arrisca-se a transferir para a família, educandos e outros. Embora a sua prática evidenciada na descrição anterior do seu trabalho “Papo Sério” em que tratou da educação socioambiental. Fato que não minimiza a sua sensibilidade à natureza, mas sim uma práxis que segue uma linha às vezes comum em escolas e educadores, mas que merece ser refletida.

A professora do 4º ano<sup>116</sup> é descontraída e muito querida pelos alunos. Desenvolve atividades diferenciadas, como história ilustrada, produção artística, e a confecção do livro de receitas, coletadas pelos alunos com seus pais. Durante conversa com a educadora, ela admite conhecer a APABG, mas muito pouco. E expressa curiosidade a respeito dos animais do lugar, pois acha que o livro de ciências da turma é limitado. Para complementar, ela utiliza vídeos com animais que eles gostam, mas não do local. Ainda falou da vivência com os

<sup>116</sup> Tem 30 anos de idade; formação em Letras e Respectivas Literaturas. Atua no magistério há sete anos.

alunos, “onde aprende com eles sobre como lidar com algumas coisas da natureza”. Declara que os alunos a corrigem “prof, não é assim que se capina, tem que tratar com carinho a terra”.

Não foi possível fazer a entrevista com a professora do 4º ano, por que ela estava atrasada com conteúdos e avaliações. Sendo assim, fez por escrito. Ela traz em suas respostas aspectos interessantes a serem detalhados aqui. Por exemplo, quando questionada sobre a relação humano e natureza, a mesma enfatiza que “Entendo como natureza a ordem natural das coisas. Entendo o ser humano como parte da natureza e que o vínculo entre um e outro está cada vez menor”. Ao traçar a natureza como ordem natural das coisas, não fica clara a qual ordem se refere, ou seja, qual o seu ponto de vista. Todavia, parece relacionar-se à naturalidade com que a natureza se processa. Sua segunda afirmação insinua um humano como parte do mundo natural, ao mesmo tempo em que este desenvolve uma desvinculação ou afastamento da natureza. Como se estivesse ocorrendo uma mudança de posição do ente humano na relação com o ambiente natural.

A mesma professora declara gostar muito do ambiente onde trabalha, ressalta a natureza do local, o que a transporta às vivências de criança. Ela também aponta que os alunos se relacionam muito bem com seu ambiente. E ainda salienta que eles “sempre nos presenteiam com suas experiências vividas em seu ambiente”, que demonstram afeto e apego ao lugar.

Cita, ao descrever como vê a relação entre educação, unidades de conservação (áreas protegidas), a natureza, ações em educação ambiental que se tornam “[...] imprescindíveis para o meio escolar, pois as crianças vivenciam na prática o que aprendem nos livros, ou que, pelo menos, deveriam aprender”. Quanto à inserção de temas do entorno da escola e da unidade de conservação, ela destaca que sim, é possível inseri-las. E ressalta que “[...] todos os anos temos saídas de estudos para a Quinta da Estância<sup>117</sup>, lá vivemos na prática as teorias de sala de aula”. No entanto, embora não veja grandes dificuldades na abordagem destes temas, ela considera que não tem “[...] a propriedade que eu gostaria para inseri-los nos meus planos de aula”.

A professora compartilhou suas vivências na Escola Amarela e o quanto isto se mostra significativo à sua experiência como educadora naquele lugar. Ela manifesta que

Minha formação é na área da linguagem e moro na zona urbana; ou seja, o pouco que eu sei sobre a natureza e meio ambiente é do pouco que leio nos livros didáticos

---

<sup>117</sup> Quinta da Estância é uma Fazenda de Turismo Rural Pedagógico, situada na RS118, Viamão/RS, Brasil

e quando leciono sobre os temas bordados, aprendo bem mais do que ensino, pois os discentes têm essa vivência que eu não tenho, ou melhor; que eu não tinha. Lecionar para os alunos de zona rural é um aprendizado constante, sou muito privilegiada (PROFESSORA 4º ANO).

Com isso, parece importante conhecer o que a professora entende por percepção, para ela é

[...] o ato de analisar algo após uma informação recebida. No meio pedagógico acredito que perceber é aprender através da experiência (PROFESSORA 4º ANO).

Na sua fala a percepção, ora vincula-se à aquisição de informação ora ao aprender através da experiência.

A *Horta Agroecológica* ou *Horta Ecológica*, pertence ao projeto Mais Educação, e é conduzido por uma monitora. Ela é uma jovem brasileira, mas que morou quase toda a sua vida na Argentina. Não foi possível entrevistá-la, pois, por motivos de saúde, ela não compareceu mais à escola. O grupo é formado por alunos de todos os anos da manhã do 2º ao 5º anos, mas atendidos no turno inverso. A atividade do dia era plantar na horta mudas de diferentes hortaliças (Figura 18). A professora, entre a agitação dos alunos, explicava a eles como seria o processo. O grupo se dividiu em aqueles que mexem na terra e aqueles que plantam, embora todos quisessem fazer de tudo. A atividade iniciou sem nenhuma fala ou sensibilização a respeito da horta, da relação com a terra, e assim se encerrou.



Figura18: Atividade na horta Agroecológica na Escola Amarela  
Fonte: a autora 2014

Com a intenção de interagir com os alunos e professores, contribuir com a escola e proporcionar um campo de observações para a pesquisa, realizou-se uma atividade da apresentação do vídeo da TVE Repórter APA do Banhado Grande<sup>118</sup> com as duas turmas, 4º e 5º anos. Inicia-se a manhã, como sempre, com a oração. Na continuação explica-se do que trata o vídeo, falando-se que é do lugar onde vivem e enfatizando as peculiaridades do ambiente e o porquê do vídeo. Ao reproduzi-lo, os alunos se identificam, eles reconhecem os animais que parecem bem próximos as suas realidades. Uma aluna do assentamento expõe que conhece o lugar. Mas nem todos sabiam se tratar de uma unidade de conservação. Como já expressado por uma das professoras, há muitos alunos migrantes. Eles mesmos contam histórias de convívio com pássaros e outros animais, assim como de caça e maus tratos. Todos, alunos e professores, se mostraram interessados, participativos, interlocutores.

A professora do 5º ano, por ser moradora do local, contribuiu com informações valiosíssimas. E a professora do 4º ano mostrou-se muito interessada em aprender. Parece ter sido produtivo, e observou-se que os alunos percebem o seu lugar, pelo menos os nativos. Entretanto, ressalta-se que a caça, o lixo fora do lugar, fatos presentes no vídeo não causaram estranhamento. Pelo contrário, demonstra que isto faz parte de suas vidas. É uma coisa muito comum na região a caça, ou melhor, em quase toda a região rural de Viamão. Esta é uma queixa frequente e relatada pelos gestores e guarda-parques das duas unidades, a APABG e o Refúgio. É um hábito de difícil tratamento.

A Diretora<sup>119</sup> há muitos anos trabalha na Escola, ou como professora ou como diretora, sendo a que mais tempo permaneceu neste posto. Com base nas observações feitas, é nutrida de um entusiasmo e amor pela Escola esboçado em sua expressão e agir. Participou da transformação ocorrida no espaço escolar com a Agenda 21. Ela preferiu relatar suas impressões por escrito.

Inicialmente cabe destacar o seu entendimento sobre percepção, em que “perceber é estar atento, sentir muito além dos sentidos humanos. É conectar-se com as forças da natureza, da criação”. É a partir desse ângulo de percepção que se começa a descrever as impressões da Diretora.

Em seus relatos, respondendo qual o significado da natureza e como entende a relação do ser humano com a natureza, ela descreveu respectivamente:

---

<sup>118</sup> Vídeo produzido pela TVE em 2013, onde apresenta um pouco sobre a APABG e o RVSBP.

<sup>119</sup> Idade: 45 anos; formação em Pedagogia, Orientação Educacional e Psicopedagogia. Atua no magistério há 28 anos.

Criação divina, onde tudo é perfeito, funcionando em equilíbrio e são imutáveis as leis da natureza.

O ser humano vive da exploração do ambiente em que vive, desde os tempos mais remotos, seja para suprir as suas necessidades vitais, evoluindo desfavoravelmente à exploração inadequada dos recursos naturais (DIRETORA da Escola)

Também esboça que o local onde se insere a Escola é agradável, harmonioso e exuberante em vegetação. E ressaltou que o lugar é “[...] rico em açudes e principal fonte do Rio Gravataí, grande manancial, mas que pede socorro”.

Ao relacionar educação, unidades de conservação, a natureza e ações em EA, a Diretora afirmou a importância de dar exemplos de conservação. Além disso, apontou alguns comportamentos da comunidade:

Por ser a zona rural grande extensão de terras, muitos proprietários não se comunicam e, quando acontece algum agravante contra a natureza, é divulgado tarde demais para evitar a exploração inadequada. Deveríamos ter um grupo que se reunisse periodicamente promovesse ações mais integrais para a conservação e preservação (Diretora da Escola)

Quanto à relação dos alunos com o entorno da escola, a Diretora delineou que eles “[...] não têm a dimensão do ambiente rico e diverso que convivem. Ainda se deslumbram com a zona urbana, desvalorizando a zona rural e a área de preservação”. E a debater respeito da inserção nas aulas temas do entorno e da UC, argumentou que sim, que é possível. “[...] para que os nossos alunos se deem conta da riqueza que é a nossa região e que valorizem. Em todas as aulas são possíveis desde a alfabetização, com a realidade e as peculiaridades da nossa região”.

Entre os fatos marcantes vivenciados como educadora na Escola Amarela, relacionado à natureza do lugar, a Diretora mencionou dois acontecimentos. Principia pelo envolvimento da escola contra a instalação de mineradoras de carvão na região. Em suas palavras expressou que “[...] com parcerias de ONGs e comunidade conseguimos suspender”. O outro sucedido relaciona-se a quando “[...] a prefeitura estava passando a zona rural, parte das áreas de preservação como zona urbana, para instalar condomínios. Nos mobilizamos novamente e evitamos a exploração indevida”. O fato da transformação de parte da zona rural em urbana também foi uma das lutas do Conselho da APABG articulada com a ONG Grupo Maricá e outros representantes da comunidade. Com essa mudança, grandes condomínios poderiam se instalar na região.

Ao questionar se em algum momento os gestores das UCs procuraram a Escola, ela afirma que nunca, e que também não possui o contato deles. Portanto, esta informação expressa o afastamento entre Escola e a Gestão das UCs.

A próxima trajetória delinea-se na Escola Nova. Localizada na RS 040, km 27 da região de Águas Claras/Viamão. Local ainda considerado como região rural, a despeito da grande expansão urbana do local nos últimos 20 anos. Escola fundada em 28 de fevereiro de 1950, de acordo com dados coletados no documento Histórico da Escola, cedido pela direção. Portanto já existente à época da decretação da APABG e do RVSBP, e é limítrofe às UCs. Possui o ensino fundamental completo, ou seja, da educação infantil ao 9º ano. Conta com 654 alunos, 25 professores, sete funcionários e oito servidores terceirizados. Diferentemente da Escola Amarela, a Escola Nova é de grande porte.

Sua origem remonta à figura de um morador local, personagem que no ano de 1950 preocupava-se com a educação na região. Sendo assim, ele improvisou num galpão de seu quintal uma sala de aula, na qual o próprio ministrava aulas. O seu trabalho foi reconhecido quando da oficialização da Escola no mesmo período. Através da Portaria nº 145 de 28 de fevereiro de 1950, em que a mesma recebe o seu nome. A ser legalizada, ela contribuiu com a manutenção das crianças na região rural, sem precisarem se locomover para o centro de Viamão.

É renomeada em 1986, passando a ser chamada de Escola de 1º Grau Incompleto, pelo decreto nº 7176/86. Poucos anos depois, em 1992, amplia o seu atendimento, incorporando a 5ª e 6ª séries (hoje 6º e 7º anos) pelo decreto nº 321/92. Contemplando em 1994 todas as séries.

Em seguida, passou a situar-se na RS 040, km 26 em um prédio com sete salas de aula. Gradativamente ampliou-se tanto em número de alunos, de espaço como de abrangência, oferecendo a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Entretanto, no início dos anos 2000, a sua estrutura não suportava a carga de mais de 500 alunos. Mesmo assim permaneceu neste endereço até 2014, arranjando daqui e dali o seu exíguo espaço. A partir da premência, a comunidade escolar e políticos da região se reúnem e pleiteiam um espaço novo junto à Prefeitura de Viamão. Depois de uma longa jornada, com reuniões, incidentes na escola, e muita paciência, em oito de março de 2014, inaugura-se a Escola Nova (Figura 19). É possível afirmar que a Escola configura-se como um referencial na comunidade de Águas Claras. Detalhe este observado nos relatos e no caminhar pela Escola.



Figura 19: Frente e jardins da Escola Nova.  
Fonte: cedidas pela Escola.

A Escola Nova apresenta o triplo das salas da escola antiga, no molde de sala ambiente, cada disciplina tem a sua sala. Com isso, os alunos do 6º ao 9º anos são os que migram de sala em sala na troca dos períodos, o que dinamiza o ambiente, mas não aparenta confusão. As salas são bem arejadas e iluminadas. Também possui laboratório de informática, biblioteca, ginásio de esportes, refeitório e um amplo pátio, na maioria gramado, com canteiros, mas com poucas árvores.

A estrutura social da Escola Nova é bastante intrincada, em função da complexidade de relações, atendimentos, necessidades e quantidade de pessoas que agrega. Algumas vezes as entrevistas e observações eram interrompidas por acontecimentos inusitados, atendimentos e resoluções de problemas. Não se pretende aqui fazer a exposição do campo por data, pois a riqueza dos acontecimentos, das entrevistas, das conversas, possibilita outro enredo, uma narrativa encadeada e perpassada por fatos históricos que extrapolam o campo. Como uma malha formada por “n” linhas de acontecimentos.

Para facilitar a identificação dos entrevistados, pretende-se agora delinear, brevemente, o perfil de cada um. Inicia-se com uma antiga diretora, que será chamada de Ex-Diretora. Ingressou no ano de 1998 como professora, e esteve na direção da Escola por cinco anos (2002-2006). É diplomada em Licenciatura e Bacharelado em Matemática. Enquanto diretora apoiou eventos de EA, como a I Conferência InfantoJuvenil pelo Meio Ambiente na Escola e o Projeto resíduos sólidos e EA.

Na continuidade, tem-se o Diretor. Formado em Licenciatura Plena em História e Geografia (antigo Estudos Sociais), e pós-graduado em Educação de Jovens e Adultos. Encontra-se na direção desde 2014. Historiador e conhecedor de vários acontecimentos de

Viamão. A terceira é a Vice-Diretora, Pedagoga com ênfase em supervisão, e possui Especialização em Psicopedagogia.

Quanto aos professores, teve-se o professor de Geografia. Formado em Licenciatura Plena em História, em Ciências Sociais (três anos de bacharelado) e Pós-Graduação em História Contemporânea. Iniciou no magistério na mesma época que ingressou na Escola. Desenvolve projetos de EA há muitos anos, e atualmente é o coordenador do COM-VIDA. Também participa do Grupo Maricá desde 2006. O próximo é o Professor de História, possui Licenciatura Plena em Filosofia. Inserir-se na escola em 2013. Nasceu e mora em Águas Claras, portanto é um nativo e vivenciou toda a trajetória da APABG e do RVSBP e do Assentamento, além de acompanhar as rápidas e intensas mudanças na região.

Os outros dois professores são da área da Biologia, ou seja, biólogos de formação. A primeira será identificada como Professora de Ciências. Licenciada em Ciências Biológicas, com dez anos de experiência com magistério e trinta e quatro anos de idade. Recentemente empossada no magistério de Viamão, em abril de 2014, sendo diretamente designada para essa Escola. Mora em Porto Alegre e pouco sabe sobre a região, mas se diz afeiçoada por ela.

O segundo, identificado como Professor de Ciências, graduado em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas. Tem uma trajetória de vida interessante. Foi e atuou por muitos anos de sua vida como técnico agrícola, só posteriormente tornou-se professor de Biologia (Ciências no Ensino Fundamental). Nasceu no interior, mas depois migrou com a família para Viamão. Criou-se no campo e por lá viveu por longo período, principalmente na região onde hoje é a APABG, RVSBP e o Assentamento. Toda essa região foi anteriormente a Fazenda do Sr. Breno Caldas, para quem ele trabalhava, portanto, conhece muito bem a região. Além disso, e em decorrência de sua experiência, tem um afeto muito grande por plantas, mais especificamente, jardins e horta. Constituindo-se no professor responsável pelo paisagismo da nova escola.

Quanto aos alunos, concentrou-se em observações de aulas, conversas ocasionais nos corredores, mas um grupo em especial mereceu dedicada atenção, o Grupo do COM-VIDA – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola. Este foi criado após a III Conferência InfantoJuvenil pelo Meio Ambiente na Escola<sup>120</sup>, ocorrida em 2013. É uma

---

<sup>120</sup> A Conferência é um processo democrático de diálogo e participação no qual as pessoas se reúnem, discutem os temas propostos, expõem diversos pontos de vista, deliberam coletivamente e, a partir dos debates, escolhem representantes que levam adiante as ideias acordadas entre todos (MEC, 2012, p.6). Durante a Conferência são escolhidas as propostas que a comunidade escolar decide pelo voto e o delegado que representam a escola. No evento os protagonistas são os jovens. É específico ao Ensino Fundamental II.

proposta do MEC e MMA<sup>121</sup>, que algumas escolas aderem, a ser detalhado posteriormente. O grupo assume e desenvolve atividades na Escola relacionadas ao ambiente escolar e ao entorno.

A Escola Nova desenvolve vários projetos. O que mais chama atenção e se destaca na comunidade é sua Banda. Esse projeto já angariou muitos prêmios à escola, representando-a em vários concursos em outras regiões do estado. Ademais, existem outros projetos, como o Mais Educação, a Escola Aberta, Competições Esportivas, Feira da Diversidade, Projetos de Educação Ambiental (EA), dentre outros. Em 2013 a Escola foi contemplada com Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para o Projeto Escola Sustentável do MEC. Com o objetivo de contribuir na melhoria do ensino e do espaço escolar através da sustentabilidade socioambiental.

Por questão de interesse à pesquisa, sente-se a conveniência em detalhar aqueles projetos alinhados às questões ambientais e de EA. Sendo assim, inicia-se esse detalhamento com o exposto por uma ex-diretora em relação à APABG

Morando no município de Viamão, justamente na localidade de Águas Claras, logo aos fundos de minha residência, vislumbro o banhado. Difícil não tomar conhecimento dele. Inclusive os incêndios frequentes que lá ocorrem, como este último há um mês. Resido aí desde 1990, portanto antes mesmo da criação da APABG. Era frequente vislumbrar capivaras, jacarés, cervos, e tantos animais que por lá andavam livremente, até que aconteceu o assentamento dos sem terra, que passaram a destruir tudo. Enquanto gestora, muitos projetos foram desenvolvidos sobre esta área junto aos alunos, com participação, inclusive, desta pesquisadora!!

Constata-se em sua fala o encantamento do lugar e breves declarações sobre como era este ambiente, mesmo antes da criação da APABG. Igualmente, algumas ações que favoreceram a sua degradação, por exemplo, o incêndio ao qual ela se refere que aconteceu em dezembro último. Mas percebe-se também a aproximação da UC com a Escola. Porém esta mesma entrevistada relatou que a escola já nutria hábitos de abordar e desenvolver temas ambientais, onde

Antes mesmo da criação da APABG eram comuns os projetos que levavam os alunos a conhecer o local e também palestras que ocorriam na escola. Neste período eu ainda não era diretora, mas atuava na docência da disciplina de Ciências no Ensino Fundamental e, em conjunto com meus colegas, fazíamos contato com a Secretaria do Meio Ambiente para executar tais encontros. Afinal, a escola se localiza em Águas Claras e do pátio da escola se vislumbrava o banhado. Como ignorá-lo?!

Salienta-se que à época não havia em Viamão a Secretaria de Meio Ambiente, mas sim um Departamento (DEMAM). Todavia, é visível a abordagem de questões ambientais na

---

<sup>121</sup> MEC – Ministério da Educação e MMA – Ministério do Meio Ambiente

Escola Nova. Em um histórico mais recente, a partir de 2005, dois de seus professores começaram a buscar informações sobre a APABG. Um deles é o Professor de Geografia, e a outra é uma professora de Ciências que atuou na Escola de 2004 a 2007, retornando em 2009 permanecendo na Escola até 2010. Ambos os professores começam na escola uma sequência de ações em EA, com destaque no Projeto sobre Resíduos Sólidos e EA, Caminhada Ecológica, aproximação com gestores da APABG e o projeto do MEC da Conferência InfantoJuvenil na Escola.

Quanto ao aproximar-se da APABG, este aconteceu de algumas formas e por ação dos mesmos professores. Inicialmente, através de contatos com a ONG SAALVE e do conhecimento da situação da APABG. A outra, em consequência da primeira, foi a participação com alunos da EJA na audiência pública da CLEAPA (Comissão de Luta pela Efetivação da APABG) na Câmara de Vereadores de Viamão. A partir da coalizão desses acontecimentos, sempre que possível convidava-se o gestor da UC a ministrar palestras na Semana Pedagógica da Escola. Este encontro era um grande evento que ocorria uma vez ao ano. Durante uma semana toda a escola se envolvia em várias atividades, oficinas, palestras, e outros, alinhando-se diferentes temáticas.

Além disso, os dois professores organizaram em 2005 a I Conferência InfantoJuvenil pelo Meio Ambiente na Escola, onde um dos assuntos trabalhados foi a APABG. A Conferência se repete em 2008 e 2013, sendo que a professora de Ciências não mais trabalhava na escola naquele período, mas colaborou com o Professor de Geografia. Ressalta-se que em todas as Conferências a APABG se fez presente como questão. Como fruto de todo este envolvimento, os dois professores são convidados em 2006 a ingressarem na ONG Grupo Maricá, onde estão até os dias atuais.

A Conferência traz como resultado a formação da COM-VIDA – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola. A comissão inclui em sua composição o delegado, um aluno ou aluna, eleito na Conferência, um grupo de alunos, mais um professor e um representante da comunidade. Que, em conjunto, colocam em prática as deliberações da Conferência e/ou outros pontos que forem necessários, adequados e emergentes à escola e à comunidade.

Evidencia-se que só a partir da Conferência de 2013 se consegue dar andamento à COM-VIDA. Antes disso até pretendeu-se, mas a estrutura da escola e o emaranhado que ela comporta não facilitou a sua confecção. Como exemplo de dificuldade, tem-se o tempo disponível dos professores para dar continuidade ao trabalho, que não existia e ainda não

existe. Embora hoje a escola tenha a COM-VIDA, o professor que acompanha os alunos não possui horário específico para isso, conforme ressalta o Professor de Geografia. Ele precisa usar o seu tempo de hora atividade, ou seja, o horário dedicado ao planejamento da disciplina em que é regente.

Em uma das observações na Escola, ao acompanhar uma das reuniões do Grupo COM-VIDA, pode-se examinar essa realidade. Visualizam-se as dificuldades do grupo, algo tangendo uma crise. Mas mesmo assim, nota-se que os jovens gostam de ser COM-VIDA, de pertencer ao Grupo (Figura 20). Há um misto de responsabilidade, orgulho, prazer e encantamento, mesmo que se observe certa frustração em relação às atividades. A entrevista com o Grupo reforça essa observação, consoante relatos a serem apontados a partir desse momento. Ao descrever alguns pontos da entrevista, pretende-se enredar essa trajetória com certos comentários resultantes das observações feitas no percurso na Escola Nova. E, também, as informações colhidas nas conversas com alguns professores. Com o objetivo de engendrará-las às falas dos alunos do Grupo, visto a riqueza de detalhes que eles trazem e a convergência dos assuntos, abordagens e declarações. Pensa-se que dessa forma, a experiência vivida no campo, e transcrita aqui, ficará mais evidente e situada.



Figura 20: Camiseta da COM-VIDA  
Fonte: autora 2014

Atualmente o Grupo tem dez componentes, durante a entrevista tinham seis. Jovens da faixa etária de treze a dezesseis anos. Eram quatro meninas e dois meninos, entusiasmados, eufóricos e orgulhosos de serem COM-VIDA. Para eles estar ali significa, em palavras soltas

É uma boa. Tem boas ideias, ajuda a ter uma escola mais sustentável, ajuda os pequenos, para eles terem mais responsabilidades; Participo porque quero uma escola mais sustentável, não quero uma escola depredada; Valorizar a escola nova e tentar passar; é um ótimo plano de colégio; é tudo; incentiva várias crianças no comportamento; direção acho! Do mundo que pode ser feito daqui pra frente; ajudar, ensinar as crianças.

No grupo estão adolescentes que estudam na Escola no mínimo há quatro anos. Portanto, eles vivenciaram a mudança da escola velha para a Escola Nova, inicia-se em maiúsculas devido ao conteúdo sensível que abarca a expressão. Pois realmente, ao se transitar pelo ambiente da escola é transparente esse sentir, a alegria de estar no espaço novo. Ao serem questionados do que sentiam ali, na Escola Nova, no Grupo e fazendo o que fazem, expressaram:

A melhora, aqui tem espaço, aqui tem natureza, porque lá era só concreto e estragado; e para as crianças é melhor estudar num colégio mais seguro mais limpo; é melhor até para saúde higiênica; tem mais natureza; Os professores são mais dedicados; com a sala ambiente a postura dos professores também mudou; e pra eles foi ótimo; só ganharam com a Escola Nova.

Entretanto, ao provocá-los com a seguinte pergunta: Mas a escola velha não ficou feia sozinha? E agora o trabalho de vocês tem uma importância neste novo ambiente? Eles destacaram

Alguns estão fazendo a mesma coisa que fizeram lá, e este é o nosso papel, de ajudar os pequenos e passarem essa mensagem. Agora os pequenininhos que estão ali, a gente tem que mostrar pra eles, incentivar; Eu, particularmente, não gostaria de colocar meu filho naquele colégio.

Constata-se o orgulho e a experiência é o somatório de ser COM-VIDA na Escola Nova. Ao serem inquiridos se isso é viver o colégio, foram nítidas as sensações de apego ao lugar, onde disseram “É. Com certeza, é como uma casa. Se deixasse eu ficaria todo o dia no colégio; e pra os alunos do Mais Educação é melhor pra eles, tem jardim, grama, lá tinha piso, cimento”.

Passando-se a agregar a APABG à conversa, inicialmente sondou-se o conhecimento da UC, neste instante há um entreolhar, percebeu-se que alguns ou ficaram com vergonha ou não sabiam do que se tratava. Uma das meninas se encorajou e informou que não sabia. Então, se questionou se alguém poderia explicar a ela o que era, até que um jovem, de repente, num supetão disse

APA significa ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, então lá é uma área nativa que não pode colocar uma casa lá, tem que conservar, aquilo, pra que nossos filhos e netos possam usar, é um bem finito e a gente tem que cuidar, conservar!

A partir da informação dada, passou-se a conversar de como, e se a comunidade percebe a UC, ao que responderam que não “não todos”. Argumentaram que o

comportamento da comunidade, em relação à natureza do lugar, é de degradação, disseram que “tem esgoto aberto e as pessoas não sabem cuidar, elas prejudicam elas mesmas, não só aqui em Águas Claras, no Morro Grande, etc.”. Morro Grande é o distrito seguinte a Águas Claras, que tange a APABG e o RVSBP. A Escola também recebe alunos dessa localidade. Indagou-se o porquê das pessoas não perceberem, ou ainda, se elas não percebem ou não conhecem, neste sentido o grupo declarou que

Não, elas não conhecem! Porque elas sabem que estão prejudicando o meio ambiente, mas não sabem o tamanho da gravidade; Acho que elas não percebem que um dia isso tudo pode acabar.

Na conjunção de ideias e sentires se abordou a relação entre humanos e a natureza, como eles percebem este vínculo, se os humanos se sentem parte dela, ao que trouxeram várias conjecturas interessantes

Não, a gente não sente parte dela, porque se não, não jogaríamos lixo, por exemplo, o macaco, ele não jogaria lixo no chão, porque ele não tem contato com isso. Agora nós humanos, nós aqui, sem querer querendo a gente joga plástico no chão, a gente constrói casa que não é adequado, a gente tá desmatando, a seca de São Paulo e o desmatamento da Amazônia. Os humanos se acham superiores; Ignorando; eles não querem ver o que tá acontecendo no mundo.

Seguindo o caminho e tecendo-se conexões, ao se pontuar como a escola poderia contribuir com essa situação, se é possível e como, ao que eles esboçaram que “sim” e sugeriram que “pro colégio mudar a gente tinha que fazer uma oficina de meio ambiente. Falar com a direção pra dar palestra”. Diante do expressado, lançou-se a pergunta: somente palestra funcionaria?

Não! A gente tem que fazer com que eles se interessem. A gente tem que fazer a prática. A gente tem que mostrar também.

Fazer também aqui em Águas Claras que conscientize todos, não adianta só a gente querer, sair entregando papelzinho, eles vão botar fora, porque não são todos, não vão guardar, podia fazer, ter um lugar, fazer até uma praça, cuidar e...

Todos concordaram que essa poderia ser a função da Escola, ser um ponto de partida. Nesse instante se debate a respeito da função do COM-VIDA, se é isso que eles pensam estando na Comissão, diante da indagação eles trazem à tona o que fazem e a frustração de não fazerem mais

Eu acho que não é só ficar ali com as crianças, e fazer brincadeiras, eu acho que tem mais. Não só escola sustentável acho que gente tem que mudar o mundo!

Cabe aqui trazer dados da observação. Duas vezes por semana, alguns alunos do COM-VIDA, em regime de rotatividade, acompanham alunos menores em atividades diversas. Durante a observação, viu-se que as atividades se concentravam em recreação. Mas ao acompanhar a reunião do grupo, também se constatou algumas peças de teatro enfatizando

o cuidado com lixo e jogos diversos. Há na Escola um projeto de paisagismo, horta e uma futura composteira inseridos na proposta de Escola Sustentável, porém não se detectou conexão entre estes projetos. Diante das observações feitas, perguntou-se ao grupo como eles se veem fazendo recreação com as crianças, se se sentem satisfeitos, nisso eles esboçam que

**NÃO! Nem um pouquinho**, porque no início **ele falava** que o COM-VIDA era pra ser sustentável, cuidar do meio ambiente, e a gente não tá cuidando; E a gente tá cuidando das crianças, a gente gosta até, mas o **COM-VIDA não é isso**; E a gente não tá vendo ou fazendo sustentabilidade; Tá certo que a gente faz teatro sobre lixo, mas a gente tem que **cuidar do nosso colégio, das Águas Claras... A parte das fontes**, tá tudo cheio de lixo, a gente foi lá há uns dois anos atrás tava horrível, imagina agora; Antes as pessoas pegavam água lá. E hoje não dá pra imaginar que naquela época, bem quando as Águas Claras foi fundada as pessoas iam lá com balde e pegavam água e tomavam, não dá pra acreditar.

Nas palavras dos alunos, percebe-se ao mesmo tempo a insatisfação pelo que fazem e o potencial para fazer mais, próprio da adolescência. Além disso, destacam-se alguns tópicos presentes em suas falas. Inicialmente de quem é o ele? Estão falando, do professor coordenador que usa as suas horas atividades para gerenciar o grupo, o Professor de Geografia. A outra questão é a função do COM-VIDA, que segundo os pressupostos elencados pelo MEC, realmente vão além do que os jovens realizam. E o mais interessante é o cuidar não só do colégio como das Águas Claras e das fontes. As fontes que mencionam, se referem às nascentes situadas a menos de 1 km da Escola. Elas estão dentro do RVSBP e, conseqüentemente, no interior da APABG. São belíssimas (Figura 21) e de uma limpidez incrível. Infelizmente, tem muito próximo a elas, moradores, ou melhor, pessoas que se instalaram ali ilegalmente há muitos anos. No último ano (2014) o Ministério Público ordenou que a prefeitura retirasse aqueles moradores do local, algo que se encontra em negociação, visto que se trata de gente extremamente pobre. Como o espaço possui uma mata fechada, também serve de abrigo a consumidores de drogas.



Figura 21: Parte das fontes de Águas Claras  
Fonte: a autora 2009

Além disso, salienta-se a informação que eles trouxeram sobre as fontes, algo que causou surpresa e a indagação: como vocês sabem dessa história? Que, por sinal, é verdadeira. Eis que entra na teia o Professor de História. Fazendo um movimento de atravessamento na fala do grupo COM-VIDA, cabe um exame no caminhar pedagógico desse professor. Ele é um professor nativo, como já descrito anteriormente. Nas observações feitas em suas aulas identificaram-se na sua práxis o hábito de estabelecer conexões entre os estudos feitos em aula e a realidade local e outros fatos correlatos. Por exemplo, numa aula sobre colonização, onde ele abordava sobre quilombos, ao passar um vídeo *Dos grillhões aos quilombos*. A partir do vídeo e dos temas tratados em aula, ele articulou escravidão, monocultura e ocupação de territórios, citando exemplos da região, como o quilombo Cantão das Lombas que se situa dentro da APABG. E assim foi em outras turmas observadas.

Em uma conversa com este professor, ele trouxe elementos apreciáveis e reveladores da relação da comunidade *dos mais antigos*, como ele chama, com as nascentes do Banhado dos Pachecos. Argumenta que esse povo sempre protegeu e lutou pelas nascentes. Fala da UC como algo que separou e apontou também a não presença dos gestores. Trouxe muitos dados significativos do lugar, das relações, dos interesses, da areia, da degradação, sintetizando em uma observação, ao falar do plano de manejo que está sendo construído “ele vai proteger o

que está dentro, mas o que está fora, a comunidade, a areia, etc., não”. Além disso, detalha a importância de informar os jovens migrantes, que chegam e não conhecem o lugar. Para tanto, possui um projeto Trilhas Urbanas, que são visitas orientadas a pontos de Viamão e outras cidades, no qual a APABG está inserida.

Retomando a conversa com o Grupo COM-VIDA. E diante da feliz surpresa da atitude pedagógica do professor, questionou-se o Grupo se e como os professores poderiam contribuir com o conhecimento e a percepção da APABG. Eles afirmaram que sim e passaram a destacar os professores que consideravam importantes e que conseguiam através de seus movimentos, atitudes, energia e entusiasmo dinamizar as aulas, tornando-as interessantes e proveitosas. O primeiro foi o já citado Professor de História, em que declararam que ele “conta muita história daqui mesmo, ele conta como era e no que se transformou”. Aproveitaram o entusiasmo, recordaram e trouxeram muitas histórias, inclusive contadas por avós.

Continuando, quando se interrogou a respeito de outros professores, eles enfatizaram a importância do Professor de Geografia, o coordenador do Grupo, responderam:

Ele tá sempre com a gente, ajudando, dando um jeito de vir aqui; antes de entrar pro COM-VIDA não dava bola pra jogar lixo no chão, jogava né! Mas agora eu penso duas vezes antes de jogar... Ele que deu o pontapé inicial pra gente se envolver mais.  
**Ele é a estrutura entendeu.**

O Professor de Geografia realmente é a estrutura desse grupo. É um professor que também tem o perfil de articular os conteúdos a diferentes realidades e acontecimentos atuais. Nas observações feitas em suas aulas podem-se averiguar essas articulações de temas. Por exemplo, na aula em que abordava a ocupação do Brasil, ele articulou o tema à degradação ambiental e ainda situou mais detalhes, pontuando a invasão dos brasileiros nas Guianas. E os alunos debateram e associaram outros exemplos, como a seca de São Paulo. Ele ficou chateado que uma semana antes, na turma em que trabalhava regiões do Brasil, ao desenvolver a região sul, trouxe a temática da água e da APABG. Expressou “pena tu não estares aqui”.

Porém, o professor relatou a dificuldade de manter e coordenar o COM-VIDA. Na verdade ele coordena dois grupos, um na Escola Nova e outro numa Escola em que também trabalha como professor de Geografia, localizada na zona urbana, e que dista mais de 20 km da primeira. Sente-se frustrado, pois nessa segunda Escola tem muita dificuldade de colocar o projeto em prática.

A outra professora realçada pelo Grupo COM-VIDA, a de Ciências, mas que na verdade é formada em Matemática. Essa professora não foi entrevistada nem observada as suas aulas, devido à incompatibilidade de horários. Entretanto, mesmo não sendo neste momento docente dos alunos, eles a recordaram com carinho, pelo dinamismo e devido à abordagem com foco ambiental em suas aulas. Onde disseram que ela “[...] ajuda muito, ela trabalhava mais sobre meio ambiente, só assim, fez várias atividades com reutilização, o conteúdo de ciências tinha esse jeito”.

O último professor sublinhado pelos alunos do COM-VIDA foi o Professor de Ciências. Ele vem para a Escola para substituir a antiga professora de Ciências, aquela já citada que, conjuntamente com o Professor de Geografia, organizavam as Conferências. Ele desenvolve projetos de paisagismo e horta na escola, nas conversas declarou a dificuldade de fazer com que os alunos de uma turma participem da confecção dos canteiros. Acha que deveria ser com grupos menores. Do mesmo modo, lembrou que muitos estragam os canteiros prontos. O grupo COM-VIDA ressaltou este fato, onde disseram que ele

[...] também tinha um projeto de horta sustentável, agora tá parado, não é por conta dele, é os alunos, ele colocou semente com os pequenos e os grandes foram lá e pisaram em tudo.

Diante dessa fala uma das alunas rapidamente expôs

Eu acho que a gente não precisa esperar pelos professores, a gente tem que fazer, não adianta esperar que eles chamem pra horta e tudo mais, a gente pode ir lá e ajudar.

É interessante o dinamismo dos adolescentes e a vontade de fazer diferente. Realmente há essa dificuldade numa escola, e na sociedade como um todo, onde existem os que preservam e os que destroem. E isso é um aprendizado para o grupo.

Retomando o Professor de Ciências, esse educador possui entre todos, o maior cabedal de informações da história da APABG e da comunidade. Ele passou boa parte de sua vida trilhando os campos, os canais, todo o ambiente ali contido. Trouxe muitos fatos sobre a trajetória que se inicia com a Fazenda do Sr. Breno Caldas, passando pela Incobrasa, INCRA, Assentamento até chegar à APABG e ao RVSBP. Portanto, um excelente agente das informações do local. Entretanto, sente as dificuldades de ser docente e de ter que competir com celulares e outros encantamentos dos adolescentes. Mas pareceu ser bastante admirado pelos alunos. Ao adentrar na sala ambiente de Ciências, a primeira coisa que ele deu destaque foi à vista através de sua ampla janela. Da qual se avulta uma bela paisagem, digna de uma foto (Figura 22) uma parte da barragem e do RVSBP (e APABG). Ao mostrar o cenário

bucólico, percebe-se no professor um misto de vaidade, grandiosidade e apreço pelo local, ele realmente ama aquele lugar.



Figura 22: Campos da APABG e RVSBP, ao longe a barragem  
Fonte: autora 2014.

Durante a conversa, esboçou sobre suas ideias dos canteiros que está desenvolvendo com alguns alunos, da vontade de fazer uma horta, a composteira e a sala ao ar livre (Figura 23). Demonstrou ter muita vontade e é extremamente proativo. Solicitou ajuda e sugestões. Todavia, na observação das suas aulas percebeu-se um afastamento dessa história, pelo menos durante este percurso feito na Escola. Nos conteúdos do Reino Vegetal, por exemplo, assim exposto por ele, não havia a abordagem ou relação com as plantas do local. Talvez durante as atividades dos canteiros, mas na maioria das observações, ele se encontrava solitário neste espaço. Durante a conversa, enquanto os alunos respondiam ao questionário de revisão sobre as plantas, ele argumentou a respeito do comportamento humano no mundo. E trata o ser humano como “animais melhorados”, a partir do qual tece uma série de comentários sobre o comportamento degradante da espécie humana. Porém, sente o anseio de fazer mais e envolver os alunos.



Figura 23: Canteiros desenvolvidos pelo professor de Ciências.  
Fonte: foto cedida pela escola.

Este foi o último professor citado pelo Grupo COM-VIDA e do qual trouxeram boas referências, principalmente dos canteiros e de sua vontade e dedicação. Segue-se agora para as observações da Professora de Ciências. O Grupo não cita tal educadora, pois a mesma não ministrou aulas a eles. Pois ela ingressou na Escola no início de 2014.

A Professora de Ciências passou a se inserir no campo por acaso. Em uma ocasião quando na sala dos professores, nas brechas entre períodos de aula, surgiu uma conversa ocasional a partir da qual resultaram muitos frutos. Identificou-se com a pesquisadora, visto que ambas são licenciadas em Biologia e, como resultado do colóquio, emergiu mais uma observação e muitas possibilidades. Com o aceite ao convite de participar de uma atividade da turma 63 – 6º ano (segundo conversas de sala dos professores, a mais danada da escola), na qual a referida docente estava desenvolvendo um projeto intitulado *Portfólio sobre a água – Meio ambiente e desequilíbrios ambientais*.

Na turma 63 os ânimos estavam alterados. Com toda a boa vontade do mundo e muita paciência, ela tentava levar à turma uma atividade à qual classificava de diferenciada, posto que o perfil do grupo exigisse outro olhar. O trabalho consistia reunir informações de certos temas indicados pela professora, além da estrutura mínima estabelecida ao trabalho. Os assuntos concentravam-se em: chuva ácida; eutrofização; representar artisticamente o meio ambiente; apontar como o homem pode contribuir para ajudar o meio ambiente. A maioria destes tópicos era escrito pela professora no quadro, portanto os alunos tinham apenas que copiar e desenhar, mas permitia-se acrescentar livremente mais elementos. Ela argumentou

que muitos não trazem de casa as pesquisas (o que é uma verdade) forçando-se a conduzir toda a atividade.

O caminhar pela sala possibilitou conversar com os alunos, observar os seus trabalhos, sugerir ideias e coletar outras. Ao espreitar-se o desenho de um garoto, aparecia uma pessoa pescando uma bota. Questionou-se se era comum pescar na região, e ele respondeu que sim e em vários lugares, mas mencionou um, a barragem. Ante ao exposto, perguntou-se: mas não é proibido? Ao que disse que sim. O que leva a outra indagação: por quê? E ele declarou “parece que é uma reserva, lugar protegido. A barragem refere-se a um lago que se formou no Banhado dos Pachecos após várias intervenções no ambiente. Ações estas não ordenadas e não acompanhadas por técnicos ou órgãos ambientais, ocorridas há muitos anos atrás. Entretanto, se hoje eliminarem a barragem, vários ecossistemas presentes no lugar sofrem consequências desastrosas. Estando dentro do RVSBP, constitui-se em um local proibido ao acesso público, coisa que se sabe, mas que não acontece. Embora todo o esforço dos gestores e dos guardas-parque.

Voltando-se ao caminhar pela sala e após o exposto acima, aproveitou-se também para aferir o nível de conhecimento dos alunos em relação à APABG e ao RVSBP. Foi possível inquirir três alunos, duas meninas que moram na comunidade quase toda a infância e um menino com menos tempo no local. Nenhum deles conhece as UC. Com isso, cabe sublinhar a impressão da professora quando inquirida sobre a relação dos alunos da escola com o ambiente onde vivem, ao que alegou

Alunos que possuem mais proximidade da natureza possuem muitas vezes mais facilidade em compreender determinados assuntos da disciplina, porém muitos não conseguem perceber ainda a importância de preservar o meio ambiente.

Em outro momento, participou-se da aula da turma de 9º ano, a 92, com a mesma professora. A atividade se concentrava nas Leis de Newton, com explicações e resolução de problemas, boa parte destes com exemplos do cotidiano. Como a aula se destinava a realização dos exercícios, a professora ficou mais livre para uma conversa, neste ínterim ela expôs algumas de suas angústias. Essencialmente, trouxe a falta de conhecimento do lugar, como moradora de Porto Alegre, distante da Escola mais de 35 km. Diz que trabalhou água, mas “nem sabia como era aqui”, ficou sabendo das UCs através da pesquisadora. E ainda lamentou, dizendo que deveria ter uma “aula inaugural, alguém que nos falasse sobre o lugar”, a professora sentiu falta disso.

Em mais um encontro ocasional, no retorno de ônibus para Porto Alegre, estreitaram-se mais ainda os laços e ampliaram-se as trocas com esta professora. Neste momento pode-se

sentir e perceber a ânsia por informações e por mudanças. Buscando inseri-la cada dez mais na pesquisa, indagou-se a possibilidade de responder a um questionário, visto as dificuldades de tempo para uma entrevista. A mesma atendeu solícitamente e trouxe contribuições significativas ao campo. Explorando as suas informações escritas, ao responder a uma das questões em que abordava a respeito da inserção de temas do entorno da Escola e da UC, ela revelou suas intenções e seus anseios, onde

É possível inserir nas aulas temas do entorno da escola e da unidade de conservação. Infelizmente, antes de ter conhecido a Aurici não tinha ideia que a escola estava inserida em uma unidade de conservação, sempre fiquei admirada com o local, mas não tinha essa informação. **A partir dessa informação, vou procurar saber mais sobre as espécies de animais e plantas que vivem nas proximidades para poder trabalhar em sala de aula**, bem como a importância da água, do solo, enfim da biodiversidade. Poder preparar saídas de campo e relatórios teóricos para os alunos poderem fazer seus registros, talvez, o ponto negativo seja dos alunos poderem ver a realidade em que vivemos, a ganância do homem em conseguir adquirir seus bens em virtude da destruição do ambiente em que ele mesmo vive.

Ao descrever o que entendia a respeito da relação do humano com a natureza e a sua compreensão do que seja a percepção, trouxe, respectivamente, que

**A natureza representa parte essencial para que o homem sobreviva** na terra, sempre fui criada no meio rural e sei o quanto é **importante a convivência** com o meio ambiente, o **respeito** entre os seres vivos com a natureza, afinal **não existiríamos se não fosse nosso meio ambiente**. Procuo sempre colocar para meus alunos que o nosso meio ambiente é a nossa espaçonave comum, temos que **pensar em cuidar dele como se tivéssemos feito uma viagem e usufruir das coisas que levamos**, o detalhe é que se não cuidarmos do nosso ambiente não temos como repor esses recursos naturais.

O poder de **percepção** para mim **gera necessidade da compreensão de determinados assuntos**. Por exemplo, muitas vezes o aluno até sabe que precisa separar o lixo seco do orgânico, **porém até ele ter a percepção** de incluir na sua rotina a separação do lixo, necessita de **várias atividades e exemplos em sala de aula para que o aluno realmente perceba a importância** dessa atitude e seja um agente multiplicador.

Destaca-se a partir do esboçado certos pontos importantes à análise, um se refere à necessidade da natureza como elementar à sobrevivência humana. Outro é o sentido de cuidar relacionado à utilidade dos recursos naturais. Todavia, a professora realça a importância do respeito e a convivência entre todos os seres vivos e a natureza. No que se refere à percepção, esta se evidencia ligada à compreensão, ao entendimento, uma atividade racional e mecânica de formação de hábitos. Revela-se um misto de razão e sensibilidade, entretanto com tendência a um modo racional de pensar.

Contudo, o lugar e toda a sua beleza bucólica estimulam o sentir e um outro estado mental, algo que não se explica em palavras, mas que se artisca. E foi o que a professora experimentou ao descrever o ambiente do entorno da escola, para ela

Ir trabalhar na escola é um refúgio da cidade grande, um grande privilégio para a cabeça e mente. Quando chego na escola fico mais tranquila para trabalhar e fica mais fácil de descrever para os alunos a importância de cuidar do nosso planeta, em virtude da proximidade dos alunos com a área verde, porém muitas vezes, **os alunos não dão o devido valor** ao entorno da escola.

No que se relaciona ao que os alunos “não dão o devido valor” não se limita somente a sua observação, todos os professores destacaram algo semelhante. Sendo um desafio a todos. No entanto, ao responder como examina a possibilidade de relacionar educação, unidades de conservação, a natureza e ações em educação ambiental, todos, inclusive os alunos do COM-VIDA, apontam a relevância da abordagem na Escola, e a professora de Ciências evidencia que

Poder lecionar em uma escola que possui unidades de conservação seria o ideal para que o aluno consiga relacionar o conteúdo com a prática, podendo verificar ações práticas para a preservação da natureza e desenvolver hábitos de educação ambiental, sabendo a importância da sustentabilidade. Portanto, considero de extrema importância a escola estar localizada junto a unidades de preservação.

Depois de tecer-se um emaranhado de relações entre educadores, alunos, percepção, natureza, as UC e a educação, parece adequado expor a visão dos gestores, aqueles que estão não no topo de uma escola, mas sim nos entremeios (e a visão dos gestores, pois são os responsáveis em manter seu ordenamento, funcionamento e o desenvolver pedagógico). Coisas difíceis de articular, visto que uma escola responde, ao mesmo tempo, às aspirações legais, às dos pais, às dos alunos e às dos professores. Fatores que muitas vezes emperram o movimento da escola. Essa percepção é visualizada nas palavras do Diretor onde ele colocou as dificuldades em relação aos interesses da comunidade, à participação dos alunos e professores, equação difícil de encontrar um denominador comum

Eu vejo Aurici hoje, até porque eu entro duas três vezes por semana na sala de aula, eu me dou esse direito de entrar, e eu vejo uma escola que tem muitos professores engajados com vontade. E para normalmente [...] na falta de vontade do aluno, na falta de vontade do aluno.

[...] mas eu sou um professor de sala de aula na rede estadual, tu já foi minha colega né! Muita insistência, mas sempre tem percentual que não quer né! E pra ti não deve ser novidade.

Não é novidade, até porque a comunidade hoje, ela tem uma preocupação muito grande com relação à questão de estrutura né! Então, por exemplo, se eu chamar uma reunião dos pais pra falar da frente da escola, das vãs, da manta asfáltica que a gente conseguiu, de canos, isso vai lotar aqui a reunião, de gente pra conversar. Mas se eu chamar os pais pra falar, por exemplo, de educação patrimonial, porque hoje educação patrimonial ela tem duas veias, duas vertentes, que é a questão do patrimônio tangível e intangível e a questão do meio ambiente. A gente trabalha muito hoje sobre isso, a gente trabalhava desde 2007 isso lá na memória. Claro que vem meia dúzia de gato pingado, pode ter certeza. Porque eu já andei com os professores na sala de aula perguntando: oh! Se a gente... Vamos fazer um projeto pra estudar tal, tal!? Pouca vontade da gurizada. Ah! Professor, eu posso ter acesso aqui ao site que tem as coisas agora, mas quem sabe então vir pra escola, pra gente

fazer um projeto usando essas ferramentas!? Eu tenho um laboratório agora com internet porque que não!?

Não! Muito pode ser que de repente um ou outro professor te diga: não, mas eu consigo tal, ah que bom! Mas quando chega na hora mesmo, de botar o braço pra fora, não sei até que ponto todos vão colaborar.

Capta-se das palavras do Diretor toda essa dificuldade. Miscelânea de sentires, frustrações e vontade. O diretor é uma pessoa ao mesmo tempo enérgica, mas aberta a todos os tipos de projetos. Possui uma grande experiência na história de Viamão. Quando ele fala “lá na memória”, refere-se ao departamento de memória da prefeitura em que ele trabalhou por muitos anos, inclusive escrevendo sobre a história da cidade. Tem o perfil de valorizar a iniciativa dos professores e ressaltou os próprios professores destacados na fala do Grupo do COM-VIDA. Ele enfatizou o trabalho dos Professores de Geografia e História, e depois o de Ciências, em que eles

[...] tem essa relação muito íntima né! Tanto é que a escola começou a fazer um trabalho lá no primeiro semestre que é um trabalho cultural. Mas que também é um trabalho desse olhar na questão do meio ambiente levando os alunos pra visitar duas cidades que vivem do turismo. Mas esse turismo que tá no segundo plano, que é o turismo ecológico que é a questão de Canela e Gramado. A percepção dos locais né! A percepção assim de ver que as pessoas plantam rosas na frente da casa e ninguém vai lá pra cortar, ninguém vai pra roubar. E que isso se transforma de certa forma na questão até de ambiente. Então eles (os professores) têm essa, esse trabalho desenvolvido. Já a gente enquanto, por exemplo, assim gestor, o que é que a gente percebe!? O professor de Ciências, que é um professor que eu já conheço há bastante tempo que vem da escola Canadá que tem essa percepção mais..., muitas vezes o grupo de alunos né!? Ele se torna menor porque o interesse é menor, o interesse hoje dos alunos é outro, tá em outro patamar né, é o tablete, é o celular, é o Facebook. **Mas a gente tá conseguindo desenvolver aos poucos alguma coisa em relação a isso [...].**

E como disse o Diretor, estão sim desenvolvendo alguma coisa, dado o projeto COM-VIDA, os canteiros, a tentativa da Professora de Ciências, etc, etc. Existem as dificuldades, porém diante dos entraves que envolvem a aceção escola, parece que o grupo, aos poucos, tenta enfrentá-las. Ao se debater com a Vice-Diretora a respeito do quanto a dinâmica da Escola absorve os gestores e os professores, ela manifesta que não conseguem dar conta de tudo,

Não! Vontade né, ideias nós tínhamos! O projeto [...] que agente tava pensando até conversando com o professor Geografia e o professor de História, [...] lá no início do ano, que como a gente tem as salas temáticas, nós queríamos trazer essa questão da APA. Porque nas salas lá em cima, a gente tem uma visão maravilhosa né, nossa de ponta a ponta daquela sala de lá até as salas de lá.

O projeto ao qual ela se refere seria a montagem de um painel salientando a natureza local, as belezas cênicas, mas em todas as salas, numa sequência de imagens. Mas continuando a sua manifestação salientou as dificuldades e as conquistas, na qual declarou que

Não, não, não conseguimos assim. E acho que, até por a gente [...] ser uma gestão nova. Por a gente ter mudado de prédio, por ter outras questões, digamos que até políticas de fora que atrapalham um pouco o andamento, tu acaba tendo que parar e te deter em assuntos que acho que nem são tão importantes para o nosso aluno realmente. É porque nós poderíamos ter feito mais entendeu!? Nós poderíamos levar os alunos para visitar sabe, só que a gente não conseguiu sentar e fazer. O que a gente conseguiu foi botar o nosso COM-VIDA em dia, o nosso COM-VIDA atuar né! Ser participativo. [...] mas fora isso, fora isso, a gente não fez muito não. Escola enquanto escola a gente não... Muitas outras coisas a gente têm que...

Fatos que emergiram sincronicamente, a mudança do espaço da escola e a gestão nova. A atual equipe diretiva assumiu em 2014, depois de um intrincado processo de escolha dito participativo, mas operado pela mantenedora. No processo de eleição da direção da escola, a comunidade escolar poderia indicar, entre os candidatos, aquele que ela achava que deveria gerir a Escola. Como resultado da consulta à comunidade, esta não escolheu a atual equipe, porém a mantenedora (SME) entendeu que esta deveria assumir a direção da Escola. De frente à realidade, essa equipe diretiva despreendeu energia e atenção para conquistar toda a comunidade escolar, com a intenção de angariar o seu apoio, o que aparenta terem conseguido.

Ressalta-se estes fatos por considerá-los significativos ao andamento da escola, dos projetos e as esperanças. Por que esperança, por entender que na visão de um educador há a esperança de um realizar. Concomitantemente, por mais “desinteressados” que pareçam os adolescentes, eles também carregam a esperança de uma vida melhor e confiam na Escola. Visto as declarações do Grupo COM-VIDA. Caso contrário, como muitos proclamam, ela não existiria mais. Talvez o modelo de escola hoje esteja ultrapassado, quem sabe?

Poder-se-ia esboçar aqui diversas dificuldades atreladas à equação escola = gestão + professores + alunos + pais + leis, muitas delineadas nas entrevistas dos gestores. Contudo, prefere-se trazer a fala da Vice-Diretora quando esta falou das compensações de ser educadora

Não! Só tem! A gente tem as compensações, tem né ah! Mas eles são umas figuras. Eu entrei ali agora hoje, quando eu cheguei, aí tem uma danada, danada! E ela já tava com um shortinho, e já me olhou. E eu disse: ai ai ai!! E ela disse: ai professora! Mas ela me desarmou: ai professora a senhora tão bonita com esse vestido tão feio, ela pra mim aham!! Ai professora!! Mas ela já querendo me conquistar pra... né. Eu disse aham!! A gente vai conversar depois. Aí depois eu chamei, e ela disse: ai professora a senhora... e eu: Não! Sem questão né! Eu quero falar contigo é da roupa. Então eles mesmos, eles esses adolescentes de quinze, dezesseis anos né!! Mas tu, tu também conseguir ver que o teu aluno tem essa liberdade de te dizer isso. Eu acho que é uma liberdade que eles têm.

Eu acho muito positivo então, quer dizeR que ela confia em mim, [...] ela teve a liberdade. Assim como ela vai ter a liberdade de me falar outras coisas. Assim como, quando eu pedi pra ela dar um jeito, ela foi ao banheiro e diminuiu, entendeu!? É uma troca, é um jogo, é a sensibilidade né! Então são as recompensas. Claro tem outros que não adianta, tu fala macio e precisam dum!!!

Sensibilidade é o melhor com certeza, com certeza! A conversa, a sensibilidade, o carinho, o lado afetivo, o toque né! Saber assim a hora certa. Tu chega de manhã e dá o bom dia quando tu vem lá do portão [...], cria esse hábito de tu olhar pra quem tá ali, tu já vem, tu já conquista.

Há nas duas Escolas dificuldades e potencialidades. Atravessam, os seus espaços diferentes linhas, percursos, traços que a princípio, parecem humanamente impossíveis de alinhavá-los. E às vezes o é. Porém, há as recompensas, há crianças e jovens que nem o COM-VIDA e os da Escola Amarela que pulam corda imaginária, e outros que já cruzaram e ainda vão cruzar as duas Escolas. Há os professores que buscam fazer diferente, há potencial. Basta saber como articulá-los, ou como se articularem. O Diretor da Escola referiu-se a tal necessidade e indicou um caminho

O que, tá faltando hoje, vou te falar com sinceridade, o que, tá faltando hoje na minha parte estrutural da escola [...]. Me falta, nessa área do meio ambiente, ah!! Eu tenho maravilhosamente meio ambiente [...]. Mas falta a parte prática [...]. Eu preciso de uma pessoa, que não seria uma pessoa que ficaria no conteudismo, seria pessoa da parte prática que o aluno vai chegar e vai receber [...] Eu já consegui muita gente na parte estrutural, eu já consegui muita gente [...]. Mas isso Aurici, tu pode ter certeza que a gente vem trabalhando, devagar. Por que as pessoas, por que os alunos, eu como professor em sala de aula eu mudo, eu consigo mudar o aluno, eu consigo mudá-lo [...].

Então, não é prioridade hoje do Diretor, é prioridade da Escola, porque antes a Escola não tinha um pátio, hoje à escola tem.

Em face ao colhido nesse breve percurso pelas escolas, identifica-se que há muitos fios formando a trama escolar. Muito a percorrer e diversos obstáculos a serem vencidos. Possibilidades, potencialidades e frustrações. Modos de perceber o mundo e de fazer educação. Alguns atores educacionais afetam os alunos e estes correspondem, replicam e percebem. E há outra história, que transpassa a vida dessas escolas, que é a tessitura da APABG. Fios de uma mesma teia que seria interessante que se enredassem, mas que talvez precisem ser tecidas, reunidas e de outro olhar para se interligarem.

#### **4.8 Discussões**

Ao analisarem-se as observações colhidas durante a jornada nas duas escolas, constatam-se os diversos elementos que tecem o ambiente escolar e que ora se mostram potencialidades ora empecilhos a projetos de Educação Ambiental (EA). Principalmente àqueles que estejam vinculados às Unidades de Conservação (UC), a APABG e o RVSBP e todo o ambiente do entorno.

Ambas as escolas e suas trajetórias agregam uma riqueza histórica, além de se inserirem em uma paisagem que remete a uma sensação de laço místico e sensível ao lugar. E

que se apresentam como potência para vivê-lo, para experimentá-lo, muito mais do que restringi-lo aos limites do cognitivo ou dos saberes científicos. Mas também preencher estes saberes com as particularidades do mundo vivido. Como oferece Merleau-Ponty “O mundo é não aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo; eu estou aberto ao mundo, comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável” (MERLEAU-PONTY, 2006, p.14).

A inesgotabilidade do ambiente que envolve as escolas se oferta a muitas possibilidades de aprendizado e de experiência, de abertura ao mundo e do mundo ao ser. São Escolas que têm como clientela tanto crianças, sensíveis por natureza, como os adolescentes inquietos, sonhadores e irreverentes no seu estilo de ver o mundo e os adultos. Características que se revertem em um propício campo de ações em EA e de contato e valorização do ambiente.

Durante as observações identificaram-se as forças e os agentes capazes de levarem a sensibilidade e o conhecimento aos alunos para além da simples transmissão de informações. Mas de serem aqueles capazes de promover espaços e oportunidades a uma releitura de mundo e de suas ações, possibilitando o sentido de pertencimento, como relatou a professora do 5º ano da Escola Amarela e de outros comportamentos, como exemplificou uma aluna do COM-VIDA. São seres intelectíveis e sensíveis. Professores, exemplos, não simplesmente retransmissores de conteúdos, mas que guiam seus alunos não por um caminho cego, porém não totalmente revelado. Os educandos os seguem reinventando o seguido, como apresenta Ingold, é um copiar mais que uma simples “[...] transcrição automática de conteúdo mental de uma cabeça para outra [...] é um processo não de transmissão de informação, mas de redescobrimto” (INGOLD, 2010, p. 21).

Os educadores vão oferecendo e interconectando os saberes, ao mesmo tempo em que os alunos vão reutilizando e reciclando estes saberes. Como exemplo, cita-se a professora do 5º ano da Escola Amarela, onde o seu encantamento e conexão com o mundo natural que desliza através de sua fala e conduta, afetando os alunos. Também, a dedicação do professor de Geografia, coordenador do Grupo COM-VIDA da Escola, em que os alunos o identificam como a estrutura do grupo. Ademais, quando este grupo afirma que “[...] a gente não precisa esperar pelos professores, a gente tem que fazer [...]”, percebe-se que afora estar seguindo um exemplo, há a reciclagem da ação. O mesmo pode-se acrescer às figuras dos professores de Ciências e de História. O primeiro com seus canteiros o outro intercalando à história do lugar com a história do mundo.

É o aprender e redescobrir-se, ao que Ingold intitula de “redescobrimto dirigido” que vai acontecendo à medida que o educador vai mostrando. Para o mesmo autor, *mostrar* é ir oferecendo algo, um saber, uma sensibilidade, a outrem para que seja capaz de apreender, incorporando ao seu jeito, ao seu agir. Sendo essa a função do “tutor” e “aprender, neste sentido, é equivalente a uma ‘educação da atenção’ (2010, p.21).

Como os professores citados são nativos ou vivem há muitos anos no lugar. Ou, no caso do Professor de Geografia, que tem um viés socioambiental, quer dizer, que além de ter criado um laço com a escola e o ambiente, possui uma trajetória política e social, tem ideologia. Talvez, estes traços facilitaram uma percepção que ultrapassa o conhecimento do lugar, mas sim há uma compreensão do lugar. Por que se apresenta tal suposição? Porque nas falas de todos, estão presentes conteúdos políticos, sociais, de afeto à natureza e aos alunos, de cuidado ao outro e as UCs. Enfim, uma malha de elementos que demonstram uma compreensão profunda de mundo, não uma compreensão total, mas ampla. Mesmo por que não há uma forma de ver o mundo, mas sim várias e todas têm a sua verdade, sejam através do olhar da história, da política, da conservação ambiental, dos afetos, etc. (MERLEAU-PONTY, 2006, p.17).

Entretanto, há algumas abordagens que indicam um modo de fazer Educação Ambiental, que às vezes não condiz com tais compreensões. Então, cabe identificar algumas metodologias e discursos que se enredam ao atuar docente, muitas vezes inconscientemente.

Uma delas é o predomínio do empirismo nas disciplinas escolares. Do mecanicismo no qual os saberes foram constituídos no tempo e no espaço. E que muitas vezes não se vinculam com a vida cotidiana dos educandos, o predomínio do cientificismo ao teor humano. Da divisão do saber de sala de aula do saber da vida. Ou do excesso de conteúdo em prol de conhecimentos realmente relevantes aos educandos. Aspectos observados nos encaminhamentos das aulas nas duas escolas. Vinculadas a referências históricas na educação brasileira, mas destacando-se aqui a partir da LDB/71, Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5692/1971. Segundo Corrêa, nesse percurso da educação, o ensino de ciências naturais tornou-se fundamental (CORRÊA, 2000, p.97). E o discurso científico predominava na escola, através das Ciências e dos peritos em Educação, que conforme mesmo autor

Um dos objetivos mais importantes dessa mudança na educação era diminuir a influência da família para que a escola, com seu corpo de especialistas, conseguisse produzir pessoas mais *iguais*, sem tanta influência das crenças, dos costumes, de tudo que atrapalha a idéia de um Estado com pessoas que ao mesmo tempo que o defende dele dependem (CORRÊA, 2000, p. 98).

Compondo, portanto, um sujeito passivo e dependente, desvinculado de sua história, de seu mundo. Porém, com um conteúdo científico e cumpridor das exigências da escola, e paulatinamente moldando-se para o trabalho e para a pátria. E, é nessa perspectiva histórica da educação que se constituem a formação básica da maioria dos educadores nas escolas hoje. Quando chegam à academia, graduam-se como professores carregando inconscientemente, ou não, o que é ser educador. Moldados para a prática docente através do exemplo seguido dos seus educadores. Basta ouvir no colóquio tradicional das salas dos professores *no meu tempo não era assim*.

Não se quer com isso dizer que as ciências não têm o seu valor, isso é inegável e não cabe contestação. Nem dar ao ordenamento escolar um status irrelevante. O que se deseja aqui, é colocar em xeque o predomínio e a desvinculação com a vida, são conteúdos estéreis que hoje em dia não respondem às necessidades das crianças e dos jovens. E que, na maioria das vezes, os professores são obrigados a desenvolver. Há a liberdade sim de desenvolver ou inserir diversos outros temas, desde que cumprido os conteúdos mínimos. Isso ficou visível em vários pontos das observações. Inclusive em algumas aulas dos professores mais citados como modelo de dedicação. Por exemplo, o estudo dos animais com uso do livro didático; as aulas de física com exercícios das leis de Newton, em que se observou um automatismo na realização de problemas; a classificação das plantas sem proveito da vegetação local, etc. No exemplo do estudo dos animais, quando os mesmos alunos viram o vídeo sobre a APABG, praticamente todos identificaram os animais do lugar, demonstrando os seus conhecimentos do mundo vivido.

Observou-se também, certos enfoques de EA que remetem a discursos ou modos de fazer pedagógico que utilizam de apelos à crise ambiental, à destruição da natureza, e de cenas marcantes e degradantes. Aparato que intenciona convidar o espectador a refletir sobre suas ações e promover mudanças de comportamento.

Estas abordagens remetem a discursos presentes no campo ambiental num contexto de denúncias que colocavam em evidência um estado de degradação alarmante. Confluíam nesse momento histórico análises científicas ecológicas quantificando os estragos ambientais das ações humanas e, simultaneamente, um caráter transcendental de Natureza (Grün, 1995, p. 181).

É numa conjuntura conflitante que surge a Educação Ambiental (EA) como “[...] uma solução, ou melhor, é apresentada como uma salvação” (Grün, 1995, p. 171). E seu agente, o educador ambiental, como aquele capaz de promover mudanças de comportamento e resgatar

a natureza em crise. Portanto, é “nesse cenário biologizante, apoiado numa ecologia científica, caberia ao educador ambiental a difusão de informações corretas numa espécie de interpretação literal do *livro da natureza*” (CARVALHO, 2002, p. 29). Esta EA mostra-se totalmente desvinculada da realidade social e dos motivos geradores que levaram as sociedades ao estado de degradação. Desapega o ser humano de sua história e não favorece uma compreensão de mundo e do lugar que habita: a sua comunidade.

Este modo de operar a EA, que não foi único, exerceu influências no pensar e atuar de diversos educadores ambientais nas décadas de 1980, 1990 e seguintes. Todavia, vai sofrendo transformações com o desenrolar de novos olhares e aportes teóricos no mesmo período e em anos posteriores. Algo característico do campo da EA, multifacetado por natureza. Contudo, o resultado de tal influência discursiva são vários, e ainda presentes nas práticas atuais. Que acabam focando em temas de destruição ambiental e de apelo a uma ação individualista. Como consequência gerou sentidos que envolvem a sobrevivência, a indiferença e a impotência política (Grün, 1995, 177).

Carvalho também evidencia este “discurso ambiental desacoplado” e de fácil manipulação, que pode

Alinhar-se a posições politicamente conservadoras, na medida em que não mobiliza a percepção das diferenças ideológicas e conflitos de interesses que se confrontam no ideário ambiental. Ao contrário, convida a um consenso de observações, não-implicados – ou impotentes – diante do problema que se apresenta (CARVALHO, 2002, p. 33).

Comportamentos que vão se desvendando nas gerações futuras, nos quais se projetam o pensamento de que não adianta fazer nada, um individualismo e uma inoperância no envolvimento político. E nos educadores ambientais surtiu um sentido de impotência e descrença. Fatos que se mostram com certa sutileza em algumas atividades nas escolas, como por exemplo, a do *Portfólio sobre a água – Meio ambiente e desequilíbrios ambientais*, no qual o enfoque é a degradação ambiental. O desenho de um aluno na mesma aula, que continha uma pessoa pescando uma bota e de sua indiferença ao ser questionado se não era proibido pescar no lago da barragem, sendo uma área protegida. E o apelo da Carta da Mãe Natureza no vídeo do projeto “Papo Sério”, vídeo que também aponta a humanidade como a destruidora, a culpada, etc.

A maioria dos educadores não identifica este processo discursivo, e o fazem com as melhores das boas intenções. Supõe-se que tal fato ocorra por serem os mesmos, formados por educadores que ainda proclamam este discurso. Ou por acharem que afetam positivamente

aos alunos, o que até pode acontecer. Talvez por encontrarem na internet uma quantidade expressiva deste tipo de material. Mas aqui não foi possível aprofundar as causas, mas identificar que elas acontecem. Segundo a professora do projeto Papo Sérió, ela procura intercalar os vídeos com uma conversa, o que talvez dê a ação outro foco.

No que refere ao Grupo COM-VIDA, observou-se a frustração dos alunos ao não se cumprirem o acordado no contrato de formação do Grupo, fator que pode desencadear uma futura desmotivação do grupo. Que parece transcender, em parte, a gestão do Professor Coordenador e também do Diretor da Escola. Entretanto, remete a um arranjo escolar, a toda uma estrutura de escola idealizada legalmente. Construção que não favorece, muitas vezes, o andamento de projetos, como no caso o de Educação Ambiental. Corrêa (2000) apresenta uma distinção entre educação e escolarização que se arrisca a utilizá-la para clarear a conflitade que é fazer EA nas escolas. Para ele educar é o devir do humano no mundo que, com sua capacidade intelectual, vai (re)criando e (re)construindo os meios tangíveis ou não tangíveis para sua vida em sociedade. Isto é,

[...] viver em sociedade implica estar envolvido por situações de educação, seja de um indivíduo para com o outro; do meio social para com o indivíduo e vice-versa; e ainda, do indivíduo ele mesmo com tudo que o cerca: a *autoeducação* – ou a leitura que o indivíduo faz do mundo a partir de suas experiências e capacidades (CORRÊA, 2000, p. 103).

Quanto à escolarização é um processo com objetivos traçados, é uma educação, mas que segue um roteiro para a formação de um sujeito específico. Essa formação necessita de um espaço para que a escolarização aconteça que é a escola. Tal espaço responde a uma ideologia ou poder, normalmente institucionalizado e que decreta as normas e o modelo de educação, o seu *ideal* de indivíduo de uma sociedade (CORRÊA, 2000, p. 103). Portanto,

A escola tem como ação fundamental a *uniformização da cultura*, condição essencial para a ação do Estado. Este processo sempre pressupõe algumas garantias: inventar espaços próprios para a educação, **controlar o tempo em que se desenvolvem as atividades, selecionar saberes e dar a eles caráter de universalidade**, inventar uma relação saber-capacidade, obrigar à frequência, desqualificar outras práticas em educação, seriar, avaliar e certificar (CORRÊA, 2000, p. 103, grifo nosso).

Fazer Educação Ambiental em escolas é: tentar refletir o devir humano e a sua ação enquanto ente social, cultural, político dentre outros; é favorecer a experiência e a (re)leitura de mundo num espaço escolarizado. Relação de difícil acoplação, mas não impossível. É uma busca, um desejo, uma intenção que vem se estabelecendo através de vários projetos, decretos, programas, planos, etc. Por quê? Porque ainda existem educadores que querem transgredir o conteúdo mínimo. Porque a escola também tem uma função social e cidadã, que estes educadores ainda acreditam. Porque sentem e conhecem a carência e a emergência de

possibilitar a reflexão da relação sociedade-natureza. Fazendo-os usar suas horas atividades de planejamento para se dedicar a um COM-VIDA, por exemplo. Tirando-lhes o tempo de suas relações familiares para arquitetar um projeto socioambiental. Construir uma Agenda 21 Escolar. Enfim, fazendo educação, mostrando, oferecendo, guiando (INGOLD, 2010, p.21), e dando exemplo.

Como último aspecto a ser destacado, tem-se o fato salientado nas duas escolas sobre a ausência dos gestores das UCs, ambas lamentam o seu afastamento. Entretanto, na fala de uma das gestoras da APABG, registrou a mesma denúncia, mas no sentido oposto. Recuperando a informação da SME, identifica-se que esta também não estabelece contatos com a UC. O que aparenta nesta situação é um descompasso, uma desconexão e a falta de um elo. Algo que possibilitasse a interlocução e que favorecesse a EA em escolas localizadas ou próximas a unidades de conservação, visto que, em Viamão, existem quatro áreas protegidas por lei. As duas unidades trabalhadas aqui, APABG e o RVSBP, o Parque Estadual de Itapuã. E o Parque Natural Municipal Saint'Hilaire que pertence ao município de Porto Alegre, mas boa parte dele localiza-se em Viamão, inclusive o acesso as suas dependências.

Certamente, o campo nas duas escolas poderia propor muitas outras análises, caminhos e intersecções. Diante de tantos aspectos pensa-se que a percepção ambiental que os educadores têm da APABG e de seu ambiente, ainda poderia ser mais bem explorada. O que não foi possível aqui neste tempo e espaço. Algo quem sabe para uma futura pesquisa.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho, retoma-se a trajetória inicial e visualiza-se o rumo que ele próprio seguiu. Como se o idealizado fugisse ao controle e fosse tomando novas formas a cada aproximação, sejam elas teóricas e/ou dos dados, e outros fios se faziam necessários. O que inicialmente se pensava em conhecer, que eram as abordagens e a percepção em educação ambiental (EA) de escolas inseridas em uma unidade de conservação (UC), tornou-se uma perspectiva decorrente de outro olhar. O tom maior se compôs de um emaranhado histórico da UC, e acabou-se por perceber que a APABG, o RVSBP e as Escolas pertenciam a uma teia de relações tão intrincadas que se tornou impossível vê-las separadas.

Ademais, ao resgatar a história da UC arrasta-se junto toda uma história maior, a da relação do humano com a natureza, configurada na narrativa de vida de cada personagem aqui apresentado. Sejam os que participaram na formação da unidade de conservação ou aqueles educadores das Escolas. Por isso todos tomaram nomes próprios, os Atores, os Professores, os Gestores.

Portanto, diante da riqueza histórica da APABG e da prática educacional, não se pretende aqui considerar certo ou errado, mas sim pontuar as potencialidades, as dificuldades, e, talvez, um percurso.

Ao se reconstruir no primeiro e no segundo capítulos o percurso até se chegar à necessidade de áreas protegidas, os formatos de relação do ser humano com a natureza, os conceitos científicos que orientam o conhecimento da natureza, as políticas de desenvolvimento social e econômico, e por fim a narrativa da APABG. Identificou-se o enredo político, social e ambiental que envolve boa parte das UCs no Brasil.

A mercê de interesses difusos, as áreas protegidas enfrentam um olhar crítico de todos os ângulos. Para os que lutaram por suas criações e legislações elas nunca são suficientes ou do modo apropriado. Quanto aos cientistas, biólogos, conservadores, para estes são ambientes fragmentados demais, ilhas naturais, pequenas, grandes, em região urbana, em região agrícola, etc. Pelo ponto de vista de proprietários de terras, prejudicam seu negócio, surrupiam suas terras, exigem reservas territoriais. E os políticos? Ah! Os políticos! Vai depender do partido ou da base que representam. Já para o desenvolvimento ou é um atraso ou possibilidade de recursos. Mas a comunidade, essa quase sempre é a última a tomar conhecimento, ser incluída e/ou ser ouvida.

A criação da APABG, embora fosse aspiração de setores da comunidade, dos ambientalistas e de pesquisadores, acabou por se concretizar através de interesses econômicos e políticos. Porém, após a sua criação, esses atores se alinharam e lutaram por sua concretização. A educação perpassa essa história através de alguns interlocutores, mas não institucionalizados ou como prática do poder público, seja das Secretarias de Educação ou de Meio Ambiente.

Entretanto, a APABG, ou melhor, os Atores que lutaram por ela, fizeram história própria, e que difere de qualquer outra UC. E estes Atores pertencem a todos os grupos citados anteriormente, percebendo-se nesse grupo, sempre uma tensão e um equalizar de interesses. Porém, isso não sugere equilíbrio de forças, mas a produção de um espaço que se efetuiu na conciliação negociada de visões, interesses, representações e experiências. Que se configuraram segundo Lefebvre, na triplicidade do espaço: o *concebido* pelo saber, por meio do conhecimento científico; através do espaço *vivido* da comunidade, de sua cultura, tradição, o vivido; e do espaço *percebido* que é a prática social, ao mesmo tempo produzida e produtora do espaço (1991, p. 91, tradução nossa). Portanto, uma tessitura que evidencia a malha que compõe a relação natureza e sociedade. Se a produção desse espaço, a APABG, se apresenta satisfatória ou não, se ela tem futuro? Vai depender do que se fizer com a trajetória até aqui traçada e de como essa experiência se refletirá no futuro.

Para tanto, a educação e a história se mostraram possíveis aliadas para manter a conciliação negociada. A história está aí contada, pelo menos o que se sabe dela até o momento. E muitos ramos do campo da história ou de outras ciências, podem se apropriar e ampliar o já traçado até aqui. Quanto à educação, um campo extremamente múltiplo e atravessado por diversas necessidades, seu processo irá depender de olhares e contratos a serem estabelecidos. Teorias, modos de perceber a si mesmo, ao outro e ao mundo, saberes científicos, culturais, práticas e políticas de EA. Possibilidades que a gestão da UC, as Secretarias de Educação e de Meio Ambiente do município e as Escolas aí inseridas, quando articulados, podem buscar.

No que se refere às escolas, foco também dessa pesquisa, experimentou-se, durante o caminhar por seus espaços, potencialidades, forças latentes, incompletude, criatividade, fragilidades, vontade, inquietações, dedicação, insuficiência e esperança. Poder-se-ia acrescentar muitos outros adjetivos, mas estes parecem bem apropriados às observações feitas.

As escolas, apesar de todas suas dificuldades políticas e sociais, do engessamento burocrático e algumas vezes de abandono, se mostraram como um espaço possível de fazer EA e de trazer seu entorno para dentro de seus muros. Como a COM-VIDA, por exemplo, um grupo de jovens da Escola Nova, cheios de ideais e vontade de mudar o mundo. E os professores, como por exemplo, o de Geografia, coordenador da COM-VIDA e, conforme citado por esse grupo é a sua estrutura, o seu norte aquele vai mostrando, e promovendo mudanças e aprendizados. E os educadores que contam as histórias do lugar, trazendo o mundo para dentro da escola e dando sentido aos conteúdos muitas vezes frios e distanciados. E a professora do 5º ano com sua sensibilidade e vínculo com o mundo natural. Enfim, todos aqui realçados que frente às dificuldades não deixam de serem educadores no sentido de educar segundo o exposto por Corrêa (2000, p. 103).

Entretanto, nas escolas concorrem feitos de fazer pedagógico que atendem a um disciplinamento curricular que vem de fora dos seus muros. Ingressam também em seus espaços, modelos de fazer ciências que favorecem a não visão totalizante do mundo. Saberes que fragmentam a realidade não permitindo a compreensão dos vínculos entre humanos e não humanos, ou melhor, da continuidade entre eles. Essa visão limitada dá à dimensão histórica apenas um lado, e na escola a do saber científico. E compreender é ir além, é “reapoderar-se da intenção total” (MERLEAU-PONTY, 2006, p.17).

Nas práticas dos educadores nas escolas percebe-se esse oscilar, onde ora eles devaneiam nas relações com o mundo, ora se fixam no pragmatismo dos conteúdos, como se estes não permitissem também devaneios. Ou, então, mesmo nos conteúdos que tratam da vida, como a biologia, há a vida dos livros e a vida lá fora, do muro da escola.

Contudo, esse oscilar indica uma pista: a tentativa de querer sair de um entroncamento que parece, a primeira vista, interrompido. A interrupção tem história, e para romper a interrupção, precisa-se de outra história. E para começá-la faz-se necessário o primeiro passo, o escrito inicial, já dado pelo esforço de alguns educadores das escolas. Esforço que se manifesta nas ações do COM-VIDA, na própria trajetória de EA nas duas escolas, no *Papo Sério*, na inserção dos temas socioambientais e históricos nos diálogos das aulas. Na construção de canteiros e de sala de aula ao ar livre, enfim.

E o COM-VIDA, fruto da oscilação, responde através de seu grupo de alunos, ao que os seus professores mostram, vão redescobrimo-se através da direção dada por eles. Aprendem, refletem e reorganizam o aprendido formando a sua consciência de mundo. São

corpos na relação consigo mesmos, com o mundo e com o outro. E é nessa experiência que vão se tornando seres, corpos engajados com o seu ambiente, dentro e fora da escola.

Por fim, a APABG e as Escolas possuem histórias, que a um primeiro olhar pareceram não se vincularem. Todavia, ao delinear-se as suas narrativas, percebeu-se um alinhar, um pertencer à mesma malha de relações. Mais do que isto, um pertencimento mútuo. Porém, nem um nem outro sabem do matrimônio, é o que parece. O que talvez falte é a percepção de suas existências, algo a ser descoberto.

Neste trabalho, não se esgotou, e nem foi sua pretensão, a percepção que os educadores, a escola e a comunidade têm da UC. Não se refere à percepção de conhecerem ou não este espaço, mas sim como a percebem. O que se apresenta como uma perspectiva futura.

## REFERÊNCIAS

- ACCORDI, Iury Almeida. **Estrutura espacial e sazonal da Avifauna e considerações sobre a conservação de aves aquáticas em uma área umidade do RS, Brasil**. 2003. 171f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- ALONSO, A. COSTA, V. MACIEL, D. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **In Novos Estudos – CEBRAP**. São Paulo, n. 79, Nov. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000300008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000300008&script=sci_arttext)>. Acesso em: 29 abr. 2014.
- ARAUJO, S. de F. Uma visão panorâmica da psicologia científica de Wilhelm Wundt. **Scientiæ zudia**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 209-20, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-31662009000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662009000200003)>. Acesso em: 20 jan. 2015
- ARAUJO, M. A. R. Unidade de conservação no Brasil: a história de um povo em busca do desenvolvimento e da proteção da natureza. In NEXUCS. **Unidades de conservação no Brasil: o caminho da gestão para resultados**. São Carlos: RiMa Editora, 2012. p. 51-111.
- ARAUJO, M. A. R. Sistema Nacional de unidades de conservação (SNUC). In NEXUCS. **Unidades de conservação no Brasil: o caminho da gestão para resultados**. São Carlos: RiMa Editora, 2012. . p. 113-124.
- BARROS, J. D. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 222 p.
- BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial da União [dos] Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 16 jul. 1934. Seção 1, p. 1, suplemento. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em 19 abr. 2014. (a)
- \_\_\_\_\_. Decreto n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o novo Código Florestal. **Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 9 fev. 1934. Seção 1, p. 2882. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D23793.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm)>. Acesso em 19 abr. 2014. (b)
- \_\_\_\_\_. Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. **Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil**. Brasília, DF, 16 set. 1965. Seção 1, p. 9529. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm)>. Acesso em 02 mai. 2014.
- \_\_\_\_\_. Lei 5692/71, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, e dá outras Providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 12 ago. 1971. Seção 1 p. 6377. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 09 dez.2014.

\_\_\_\_\_. Lei n.7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 fev 1989. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1989/02/23>. Acesso em: 21 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA. Resolução CONAMA n. 2 de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 1996. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res96/res0296.html>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>>. Acesso em: 21 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 jul. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. Brasília: CID – Ambiental, 2005, 3ed.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Ministério do Meio Ambiente. Elaboração de texto: Tereza Moreira. Brasília: A Secretaria, 2012.

\_\_\_\_\_. MEC. Conselho Nacional de Educação Resolução n. 2 de 2012. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 70. 18 jun. 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17810&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17810&Itemid=866)>. Acesso em: 03 mar. 2014.

BRITO, L. Estiagem: Problema afeta 80% dos municípios do Estado, mais que o total de 2004- RS bate recorde de cidades em emergência pela seca. **DA AGÊNCIA FOLHA São Paulo**, quinta-feira, 03 mar. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0303200513.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

BURGER, M. I.. Situação e ações prioritárias para a conservação de banhados e áreas úmidas da zona costeira. **BrasilRound7 – Áreas Prioritárias/banhados**. MMA, 2002. Disponível em: <[http://www.anp.gov.br/brasil-rounds/round7/round7/guias\\_r7/sismica\\_r7/refere/Banhados.pdf](http://www.anp.gov.br/brasil-rounds/round7/round7/guias_r7/sismica_r7/refere/Banhados.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2011.

CARVALHO, A. B. P. OZORIO, C. P. Avaliação sobre banhados do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista de Ciências Ambientais**, Canoas, v.1, n.2, p. 83 a 95, 2007. Disponível em: <[http://www.unilasalle.edu.br/rbca/v2\\_06.pdf](http://www.unilasalle.edu.br/rbca/v2_06.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2011.

CARVALHO, I. C. de M. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. Paisagem, historicidade e ambiente: as várias naturezas da natureza. **CONFLUENZE**. v. 1, n. 1, pp. 136-157, 2009. Disponível em: <<http://confluenze.unibo.it/article/view/1420/787>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação política-pedagógica. In: Loureiro, C. F. et.al. *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 55-69.

CARVALHO, I. C. de M. STEIL, C. A. Percepção e ambiente: aportes para uma epistemologia ecológica. **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. ISSN 1517-1256, v. especial, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3443/2069>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

CIAG. Complexo Industrial Automotivo de Gravataí. **Histórico**. Gravataí, RS, 200?. Disponível em: <<http://www.ciag.com.br/menus.php?menu=46>>. Acesso em: 09 dez. 2014.

CORRAL-VERDUGO, V. Psicologia Ambiental: objeto, “realidades” sócio-físicas e visões culturais de interações ambiente-comportamento. **Psicologia USP**, 2005, 16(1/2), 71-87. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psup/v16n1-2/24645.pdf>>. Acesso em: 05/jan/2015.

CORRÊA, G. O que é a escola. In: PEY, Maria Oly. **Esboço para uma história da escola no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000. 197 p.

CORREIO CIDADANIA. **Olívio Dutra suspende pagamentos para Ford e General Motors**. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/antigo/ed136/politica.htm>>. Acesso em 10 dez. 2014

CRUZ, G. R. A Direita e as Estratégias de Desenvolvimento Econômico: a ditadura militar brasileira em foco. **Revista de Ciência Política**, n. 46. Rio de Janeiro: jan/jul 2013. Disponível em: <[http://www.achegas.net/numero/46/gisele\\_cruz\\_46.pdf](http://www.achegas.net/numero/46/gisele_cruz_46.pdf)>. Acesso em: 25 mai. 2014.

DA ROS, C. A. A política fundiária do governo Olívio Dutra no Rio Grande do Sul -Brasil (1999-2002): diretrizes, dinâmica política e resultados atingidos. In. **Mundo Agrario**, v. 8, n. 15, segundo semestre de 2007. Disponível em: <<http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/>>. Acesso em: 28 dez. 2014

DIAS, Genebaldo Freire. **Fundamentos de Educação Ambiental**. Brasília: Universa, 2000. 198p.

\_\_\_\_\_, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. São Paulo: Gaia, 2003. 8. ed. 551p.

DIEGUES, A. C. **O mito da Natureza Intocada**. São Paulo: NUPAUB - Universidade de São Paulo, 1994. 163p.

DIEL R. BUTIGNOLI, C. A. Gestão racional de recursos naturais de uso comum – recursos hídricos em produção de arroz irrigado no assentamento Filhos de Sepé, Viamão/RS. **Revista Cadernos de Agroecologia: A Produção acadêmica do Mestrado Profissionalizante em Agroecossistemas**. Florianópolis, UFSC, v. 8, n. 1, p. 143 a 160, 2013. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/15395/9236>>. Acesso em: 26 dez. 2014.

DRUMMOND, J. A. História ambiental temas fontes e linhas de pesquisa. **Revista Estudos Históricos**. v. 4, n. 8, p. 171-197. Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2319/1458>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação de desenvolvimento da educação., 1995. 653p.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2000.

GODOY, A. O modelo da natureza e a natureza do modelo. **São Paulo em Perspectiva**. v.14. n.4 São Paulo, Oct./Dec. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9760.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

GRÜN, M. A produção discursiva sobre educação ambiental: terrorismo, arcaísmo e transcendentalismo. In Veiga-Neto. et al. **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1996.

INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação. Porto Alegre**, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan/abr. 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/6777/4943>>. Acesso em: 04 dez. 2012.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Translated by Donald Nicholson Smith. Blachkwel Publishing, 1991. 434p.

LEITE, E. H. et al. Rio Gravataí – RS. Qualidade atual x Enquadramento. **22º Congresso Brasileiro de Engenharia Ambiental/ABES**. Joinville, 2003. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/abes22/ccxx.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2014.

MARIN, A. Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 203-222, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/pea/article/view/30047/31934>>. Acesso em: 20 set. 2013.

MARIN, A. A. A percepção no *Logos* do mundo estético: contribuições do pensamento de Merleau-Ponty aos estudos de percepção e educação ambiental. **Revista-Journal Interações**. Curitiba, PR v.5 n.11, p 48-66, 2009. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/375>>. Acesso 20 set. 2013.

MARQUES, A. A. B et al. Lista das espécies da fauna ameaçadas de extinção no Rio Grande do Sul. Decreto nº 41.672, de 11 de junho de 2002. Porto Alegre: FZB/MCT-PUCRS/PANGEA, 2002. 52p. Disponível em: <[http://www.fzb.rs.gov.br/upload/1396360907\\_fauna\\_ameacada.pdf](http://www.fzb.rs.gov.br/upload/1396360907_fauna_ameacada.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

MARTINS, S. F. Considerações a respeito da produção do espaço em Henri Lefebvre. In **Leituras do pensamento de Henri Lefebvre**. Rio Grande: FURG, 2011.

MEC. **A implantação da educação ambiental no Brasil**. Brasília: 1998. 166p.

MEC. Escolas e gestores da educação básica. **Curso de Pós-graduação lato-sensu em Coordenação Pedagógica**. 200? Disponível em: <[http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/uft/file.php/1/coord\\_ped/sala\\_3/mod03\\_2unid\\_2.html](http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/uft/file.php/1/coord_ped/sala_3/mod03_2unid_2.html)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

MEDEIROS, R. Evolução das topologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**. v. IX, n. 1, p. 41-64, jan./jun. 2006. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a03v9n1.pdf](http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a03v9n1.pdf)> Acesso em: 20 fev. 2014.

MERCADANTE, M. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da lei do SNUC. In AVILA, A. P. et al. **Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação**. Forense Universitária, 2001. p. 191-231.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 662 p. Il. Título original: Phénoménologie de La perceptio.

MILANO, M. S. Unidade de conservação – técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade. In AVILA, A. P. et al. **Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação**. Forense Universitária, 2001. p. 03-41.

MOSER, G. Psicologia Ambiental. Palestra proferida na Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Estudos de Psicologia**, Natal/RN, v.3, 1998, n. 1, p.121-130, jan./jun. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v3n1/a08v03n1.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

PÁDUA, M. T. J. Área de Proteção Ambiental. In AVILA, A. P. et al. **Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação**. Forense Universitária, 2001. p. 191-231.

PÁDUA, M. T. J. Do Sistema Nacional de Unidades e Conservação. In MEDEIROS, R. ARAÚJO, F. F. S. **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades e Conservação da Natureza: lições, do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro**. Brasília: MMA, 2011. p. 21-36.

PÁDUA, J. A. A ocupação do território brasileiro e a conservação dos recursos ambientais. In MILANO, M. S. et al. **Unidades de conservação: atualidades e tendências 2004**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção da Natureza, 2004. p. 12-19.

PÁDUA, J. A As bases da história ambiental. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 24 n.68, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/09.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

PINHEIRO, J. Q. O lugar e o papel da psicologia ambiental no estudo das questões humano-ambientais, segundo grupos de pesquisa brasileiros. **Psicologia USP**. São Paulo, v. 16, n. 1-2, p. 103-113, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v16n1-2/24647.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

PINHEIRO, J. Q. Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor. **Estudos de Psicologia**. v. 2, n.2, p. 377-398, jul./dez. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n2/a11v02n2.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

PREISS, P. V. **Construção do conhecimento agroecológico: o processo das famílias produtoras de arroz no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão**. 2013. 195f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas.. – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PRIMACK, R. B. RODRIGUES, E. **Biologia da conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 2001. 328p.

RAMSAR. **A Declaração de Changwon sobre o bem estar social e zonas úmidas**. Changwon, 2008. Disponível em: <[http://www.ramsar.org/pdf/cop10/cop10\\_changwon\\_portuguese.pdf](http://www.ramsar.org/pdf/cop10/cop10_changwon_portuguese.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2011.

RAMSAR. **Strategic Framework and guidelines for the future development of the List of Wetlands of International Importance of the Convention on Wetlands (Ramsar, Iran, 1971)**. 16 nov. 2008. Disponível em: <[http://www.ramsar.org/cda/en/ramsar-documents-guidelines-strategic-framework-and/main/ramsar/1-31-105%5E20823\\_4000\\_0\\_\\_](http://www.ramsar.org/cda/en/ramsar-documents-guidelines-strategic-framework-and/main/ramsar/1-31-105%5E20823_4000_0__)>. Acesso em: 29 set. 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente. **Decreto n. 38.971, de 23 de outubro de 1998**. Cria a Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, e dá outras providências. (a)

\_\_\_\_\_. Decreto n. 38.814 de 26 de agosto de 1998. Regulamenta o sistema estadual de unidades de conservação – SEUC. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, RS, 27 ago. 1998. Disponível em: <[http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod\\_agrupador=12](http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_agrupador=12)>. Acesso em: 12 ago. 2011. (b)

\_\_\_\_\_. Secretaria do Meio Ambiente. Banhado dos Pachecos está implementado. **Portal do Meio Ambiente**, RS, 10 jun. 2002. Disponível em: <[http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod\\_menu=4&cod\\_conteudo=2954](http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=4&cod_conteudo=2954)>. Acesso em: 18 set. 2011.

\_\_\_\_\_. Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – FEPAM/RS. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA)/Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)**, RS, 2002. Disponível em:

<<http://www.fepam.rs.gov.br/central/pdfs/eiarimainstabril2002.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Meio ambiente. **Unidades de Conservação. Proteger os ecossistemas é conservar a biodiversidade.** RS, 2009.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Meio Ambiente. **Termo de Referência para elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande.** DEFAP/DUC, Porto Alegre, 2010.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Meio Ambiente. RS. Portaria n. 020 de 30 de março de 2010. Aprova o Regimento Interno do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental – APA do Banhado Grande. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, RS, 12 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Meio Ambiente. RS: cervos-do-pantanal são encontrados no Banhado dos Pachecos. **Assessoria de Comunicação da SEMA/RS**, 05 nov. 2010. Disponível em: <<http://amarnatureza.org.br/site/rs-cervos-do-pantanal-sao-encontradas-no-banhado-dos-pachecos,71740/>>. Acesso em: 29 set. 2011.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Meio Ambiente. RS. Portaria n. 025 de 25 de junho de 2009. Cria o Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental - APA do Banhado Grande e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, RS, 14 de julho de 2009

\_\_\_\_\_. Secretaria do Meio Ambiente. CRH e Comitês de Bacias: Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí. **Portal do Meio Ambiente**, RS, 01 Ago. 2014. Disponível em: <[http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod\\_menu=295](http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=295)> Acesso em: 07 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – FEPAM/RS. **Qualidade das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí.** Porto Alegre, [2010?]. Disponível em: <[http://www.fepam.rs.gov.br/qualidade/qualidade\\_gravatai/gravatai.asp](http://www.fepam.rs.gov.br/qualidade/qualidade_gravatai/gravatai.asp)>. Acesso em; 15 set. 2011.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Meio Ambiente. Portaria SEMA n. 29 de 23 de abril de 2014. Altera composição Conselho Deliberativo APA Banhado Grande criado pela Portaria n. 25 de 2009. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, RS, 25 de abril de 2014.

Disponível em:

<[http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod\\_menu=218&cod\\_conteudo=8644](http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=218&cod_conteudo=8644)>. Acesso em 23 dez 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Meio Ambiente. Fundação Zoobotânica do RS. **Lista de espécies da fauna gaúcha ameaçadas de extinção.** Disponível em <[http://www.fzb.rs.gov.br/conteudo/4444/?RS\\_tem\\_280\\_esp%C3%A9cies\\_de\\_animais\\_amea%C3%A7adas\\_de\\_extin%C3%A7%C3%A3o](http://www.fzb.rs.gov.br/conteudo/4444/?RS_tem_280_esp%C3%A9cies_de_animais_amea%C3%A7adas_de_extin%C3%A7%C3%A3o)>. Acesso em 20 abr 2015.

ROSA, A. A. **Premissas para a Elaboração do Plano de Educação ambiental para a Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande.** Monografia de Especialização. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, dez. 2011.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 2010. 16 ed.

SILVA, M. C. V. G. General Motors e meio ambiente. Porto Alegre: **Revista FAMECOS** n. 7, Nov 1997. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/2985/2267>>. Acesso em 10 dez. 2014.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2004. 66 p.

SOULÉ, M. E. What is Conservation Biology? **BioScience: The Biological Diversity Crisis**. Washington DC, v. 35, n. 11, p. 727-734, Dec., 1985. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0006-3568%28198512%2935%3A11%3C727%3AWICB%3E2.0.CO%3B2-F>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

STERNBERG, R. J. **Psicologia cognitiva**. Tradução Maria Regina Borges Osório. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia da Letras, 2010. 549 p. Il. Título original: Man and the natural world: changing attitudes in England, 1500-1800.

VIOLA, J. E. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In **Revista brasileira Ciências Sociais**. São Paulo, v.1 n.3, fev. 1987. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_03/rbcs03\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2014.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Revistas Estudos Históricos**. v. 4 n. 8. 1991. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324/1463>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

# **ANEXOS**

**ANEXO 1 - DECRETO Nº 38.971, DE 23 DE OUTUBRO DE 1998**

Cria a Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, e em conformidade com o disposto nas Leis Federais n.ºs. 6.902, de 27 de abril de 1981 e 6.938, de 31 de agosto de 1981, alteradas pelas Leis n.ºs. 7.804, de 18 de julho de 1989 e 8.028, de 12 de abril de 1990, DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Área de Proteção Ambiental - APA do Banhado Grande, contida nos limites da Bacia de drenagem desse Banhado, nos Municípios de Glorinha, Gravataí, Santo Antônio da Patrulha e Viamão.

Parágrafo único - Considera-se Banhado Grande o conjunto de banhados formadores do Rio Gravataí, conhecidos pelos nomes de Banhado do Chico Lomã, Banhado dos Pachecos e Banhado Grande.

Art. 2º - A Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande tem a seguinte delimitação geográfica, de acordo com as Cartas do Serviço Geográfico do Exército, Escala 1:50.000, folhas Gravataí 2971-3/ SH22-X-C-IV-3; Santo Antônio da Patrulha 2971-4/ SH22-X-C-IV-4; Osório 2972-3/ SH22-X-C-V-3; Porto Alegre 2987-2/ SH22-Y-B-III-2; Passo do Vigário 2988-1/ SH22-Z-A-I-1; Lagoa Capivari 2988-2/ SH22-Z-A-I-2:

ao Norte: inicia no ponto em que a Rodovia que liga a localidade de Pituva (Glorinha) a Santa Cruz do Pinhal (Taquara) encontra uma Rodovia que dá acesso à localidade de Maracanã (Glorinha), segue por esta Rodovia até encontrar um cemitério localizado no cruzamento desta Rodovia com a Rodovia que liga Contendas (Glorinha) a Imbiruçu (Santo Antônio da Patrulha); segue por esta, na direção geral Nordeste, cerca de 600m, até encontrar um caminho que, passando por Maracanã, igualmente dá acesso a Imbiruçu, segue por este, na direção geral Norte, até encontrar novamente a Rodovia Contendas - Imbiruçu, seguindo por ela até Imbiruçu; segue, daí, por um caminho que parte desta localidade, na direção geral Nordeste e atravessa o divisor de águas das Bacias dos Rios dos Sinos e do Gravataí; contornando, em seguida, a nascente do Arroio da Data; continua por este caminho, até o ponto de interseção com o paralelo 29º46'19", seguindo por este até interceptar a Rodovia que contorna a nascente do Arroio Lajeado; segue por esta Rodovia em direção geral Sudeste até atingir o caminho que leva ao Morro Agudo; segue por este até atingir o caminho que liga ao caminho que dá acesso à localidade de Rincão da Palmeira (Santo Antônio da Patrulha); segue por aquele, na direção geral Leste, até atingir este último, seguindo por ele na direção geral Norte, até encontrar o caminho que contorna o Arroio da Madeira e dá acesso à localidade de Palmeira (Santo Antônio da Patrulha); segue por este, em direção a Palmeira, até encontrar o paralelo 29º48'4"S; segue por este até encontrar o caminho que liga Aldeia Velha a Herval (Santo Antônio da Patrulha); segue por este na direção geral Norte até atingir a Rodovia que liga Santo Antônio da Patrulha a Herval; segue por esta Rodovia, na direção-geral Norte, passando pela localidade de Herval, até atingir a Rodovia que leva ao Rincão do Herval (Santo Antônio da Patrulha); segue por esta até atingir a Rodovia que dá acesso à localidade de Arroio do Carvalho (Santo Antônio da Patrulha);

a Leste: inicia no ponto em que a Rodovia que passa pela localidade de Rincão do Herval atinge a Rodovia que dá acesso à localidade de Arroio do Carvalho; segue por esta até atingir o Arroio do Carvalho, seguindo por este águas acima, até atingir seu afluente que corre no sentido geral Sul-Norte, subindo por este até sua nascente próxima à localidade de Palmeira do Sertão (Santo Antônio da Patrulha); segue desta nascente pela linha de drenagem até atingir a Rodovia que passa por Palmeira do Sertão, seguindo por esta na direção geral Sul, até atingir a Rodovia RS 030; segue por esta na direção geral Sudeste até atingir a Rodovia que passa sobre a Rodovia BR 290; segue por aquela, na direção geral Sul, ultrapassando a Rodovia BR 290, seguindo ainda na direção geral Sul por um caminho que lhe dá continuidade, até atingir a Rodovia que contorna a nascente do Arroio Chico Lomã; segue por esta, na direção geral Oeste, até encontrar a Rodovia que liga Santo Antônio da Patrulha à localidade de Morro Grande (Santo Antônio da Patrulha); segue por esta, na direção geral Sul, passando pela localidade de Morro Grande, seguindo na direção geral Sudoeste, por cerca de 10 km, até encontrar um caminho, no divisor de águas das Bacias do Gravataí e da Lagoa dos Patos, que dá acesso à Rodovia que liga a localidade de Chico Lomã (Santo Antônio da Patrulha) à região das Lombas de Viamão (Viamão);

ao Sul: inicia no ponto em que a Rodovia que passa por Morro Grande encontra o caminho que dá acesso a Rodovia que liga Chico Lomã a Lombas de Viamão; segue por aquele caminho e depois por esta Rodovia, na direção geral Sudoeste, até atingir a Rodovia RS 040; segue por esta em direção geral Oeste, até encontrar uma Rodovia, com direção geral Sul, na região de Águas Claras (Viamão), seguindo por esta cerca de 100m, até encontrar um caminho com direção geral Sudoeste, que leva à Rodovia que liga a RS 040, na região de Laranjeira à região do Faxinal (Viamão); segue por aquele, e depois por esta, por cerca de 200m, na Região-Geral Sul, até encontrar uma Rodovia localizada no divisor de águas do Gravataí e da Lagoa dos Patos e que contorna as nascentes da margem direita do Arroio Pesqueiro; segue por esta, na direção geral Sudoeste, até atingir a Rodovia que dá acesso à região de Lomba do Pinheiro (Viamão);

a Oeste: inicia no ponto em que a Rodovia que contorna as nascentes da margem direita do Arroio Pesqueiro encontra a Rodovia que dá acesso a Lomba do Pinheiro; segue por esta, passando pelo Beco do Pesqueiro e pelo Espigão (Viamão) até encontrar a Rodovia que alcança a Rodovia RS 040, no ponto denominado Volta da Figueira (Viamão); segue por esta, na direção geral Norte, passando, entre outras, pelas Vilas Planalto, São Tomé e Martinica (Viamão), até atingir a Rodovia RS 040; segue por esta, na direção geral Leste, até alcançar a Rodovia RS 118; segue por esta, em direção geral Norte, até a interseção com a Rodovia que leva ao Passo dos Negros (Gravataí), segue por esta, passando pelo Passo dos Negros, em direção a Barro Vermelho (Gravataí), passando sobre a Rodovia BR 290; segue em direção-geral Nordeste e depois, Norte, atravessando a RS 030, seguindo, ainda, para o Norte, na direção do Passo do Pinto (Gravataí), até encontrar um caminho, cerca de 1 km antes desse Passo, com direção-geral Noroeste; segue por este até a interseção com um pequeno curso d'água, contribuinte de um afluente da margem esquerda do Arroio Demétrio, seguindo por este águas abaixo até a confluência com o referido afluente; segue por este águas acima até sua Nascente e daí, por linha seca e reta, com cerca de 1 km, com direção-geral Nordeste, até a antena instalada no Morro próximo à localidade de Morro da Palha (Gravataí); daí segue pela Rodovia que passa pela localidade de Morro da Palha e leva a Mato Fino (Gravataí), até encontrar um caminho que leva à Rodovia que liga Pituba a Santa Cruz do Pinhal; segue por aquele até encontrar esta Rodovia, seguindo por ela até encontrar a Rodovia que dá acesso à localidade de Maracanã.

Art. 3º - A instituição da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande tem o seguinte

objetivo:

I - preservar o conjunto de banhados conhecidos pelos nomes de Banhado do Chico Lomã, Banhado dos Pachecos e Banhado Grande;

II - compatibilizar o desenvolvimento sócio-econômico com a proteção dos ecossistemas naturais ali existentes;

III - conservar o solo e os recursos hídricos, com a implementação de estratégias de gerenciamento em nível de Bacia;

IV - recuperar as áreas degradadas com vista à regeneração dos ecossistemas naturais;

V - contribuir para a otimização da vazão do Rio Gravataí;

VI - proteger a flora e a fauna nativas, principalmente as espécies da biota, raras, endêmicas, ameaçadas ou em perigo de extinção;

VII - proteger os locais de reprodução e desenvolvimento da fauna e da flora nativas.

Art. 4º - Na Área de Proteção Ambiental a que se refere este Decreto, somente serão permitidas atividades ou empreendimentos compatíveis com os objetivos mencionados no artigo anterior.

Art. 5º - A Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande terá zoneamento ecológico-econômico e Plano de Manejo, elaborados pelo órgão administrador, com a participação dos Poderes Públicos Municipais e do Comitê de Gerenciamento da Bacia do Rio Gravataí, indicando as atividades que deverão ser fomentadas ou restringidas em cada uma das zonas sócio-econômico-ambientais nas quais a Área de Proteção Ambiental - APA será constituída.

Art. 6º - As áreas remanescente dos Banhados Grande e dos Pachecos constituirão zonas de vida silvestre.

Parágrafo único - Com base em estudos técnicos-científicos poderá o Departamento de Recursos Naturais Renováveis propor a criação, nesta área, de uma nova Unidade de Conservação de Proteção Integral, destinada à preservação da biota nativa e garantir a reprodução e proteção de habitats de espécies raras, endêmicas, em perigo ou ameaçadas de extinção.

Art. 7º - A administração da APA do Banhado Grande ficará a cargo da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, através do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, ao qual compete:

I - coordenar a implantação do zoneamento ecológico-econômico da APA;

II - utilizar os instrumentos legais, os incentivos financeiros e outras medidas para assegurar a implantação do zoneamento ecológico-econômico;

III - exercer a fiscalização na APA, sem prejuízo das atribuições dos órgãos municipais e demais órgãos competentes do Estado;

IV - informar e orientar os proprietários de áreas inseridas na APA, a fim de que seus objetivos sejam atingidos;

V - criar um Programa de Educação Ambiental;

VI - divulgar a criação da APA e suas finalidades.

Parágrafo único - O Departamento de Recursos Naturais Renováveis - DRNR exercerá as atribuições previstas neste artigo, de forma articulada com o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí.

Art. 8º - O Estado destinará recursos orçamentários específicos para a elaboração do zoneamento ecológico-econômico e planos complementares, bem como para a implantação e o gerenciamento da Área de Proteção Ambiental de que trata este Decreto.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

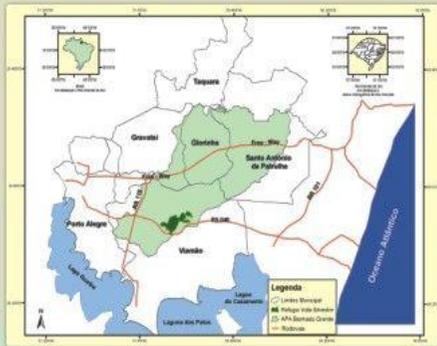
PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 23 de outubro de 1998.

VICENTE BOGO,  
Governador do Estado, em exercício.

Registre-se e publique-se.

JOÃO CARLOS BONA GARCIA,  
Chefe da Casa Civil.

## Você sabe o que é a Área de Proteção Ambiental (APA) do Banhado Grande ?



Trata-se de uma Unidade de Conservação de uso sustentável, com 136 mil hectares, instituída pelo Governo do Estado, mas ainda não implementada, que abrange os municípios de Viamão, Gravataí, Glorinha e Santo Antônio da Patrulha. A APA do Banhado Grande compreende importantes zonas de nascentes e de áreas úmidas em cerca de 2/3 da área da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, abrigando inúmeras espécies animais e vegetais, muitas delas ameaçadas de extinção.



Cervo encontrado morto

Infelizmente, a ocupação desordenada com práticas agrícolas e domésticas inadequadas, tem causado sua acelerada degradação, com reflexos notavelmente sentidos no verão 2004-2005, quando o Rio Gravataí secou, chegando ao seu nível mais baixo já registrado. Sobre este padrão civilizatório, nosso futuro apresenta-se em péssimas perspectivas, com o inevitável contingenciamento de recursos naturais, especialmente a água.



Leito do rio seco

A definitiva regulamentação da APA, através da implantação do seu Conselho Gestor e do adequado Plano de Manejo, é a única maneira de tirarmos a APA do papel. Igualmente, o importante zoneamento econômico-ecológico ajudará na compatibilização do desenvolvimento econômico com a preservação ambiental da região.



Queimada

### APA DO BANhado GRANDE – UMA ALTERNATIVA A CRISE DA ÁGUA NO GRAVATAÍ



PROMOÇÃO:  
Comissão de Luta pela Eficácia da APA do Banhado Grande – CLEAPA



APOIO:  
Conselho Viamonense de Meio Ambiente - COVIMA  
criado pela Lei 3.004/01



Fonte das imagens utilizadas: SAAVE, SEMA/DEFAP e WEB.

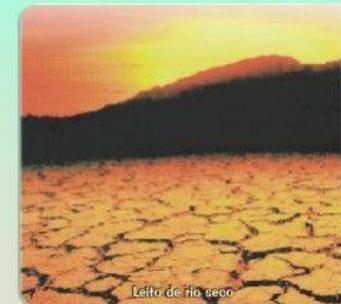
## A APA (Área de Proteção Ambiental)

Trata-se de uma Unidade de Conservação de uso sustentável, com 136 mil hectares, instituída pelo Governo do Estado, mas ainda não implementada, que abrange os municípios de Viamão, Gravataí, Glorinha e Santo Antônio da Patrulha. A APA do Banhado Grande compreende importantes zonas de nascentes e de áreas úmidas em cerca de 2/3 da área da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, abrigando inúmeras espécies animais e vegetais, muitas delas ameaçadas de extinção.



Cervo encontrado morto

Infelizmente, a ocupação desordenada com práticas agrícolas e domésticas inadequadas, tem causado sua acelerada degradação, com reflexos notavelmente sentidos no verão 2004-2005, quando o Rio Gravataí secou, chegando ao seu nível mais baixo já registrado. Sobre este padrão civilizatório, nosso futuro apresenta-se em péssimas perspectivas, com o inevitável contingenciamento de recursos naturais, especialmente a água.



Leito de rio seco

A definitiva regulamentação da APA, através da implantação do seu Conselho Gestor e do adequado Plano de Manejo, é a única maneira de tirarmos a APA do papel. Igualmente, o importante zoneamento econômico-ecológico ajudará na compatibilização do desenvolvimento econômico com a preservação ambiental da região.



Queimada

## ANEXO 3 – FOLDER RISCO AMBIENTAL NA APABG

### VERDADE

Neste ítem, a empresa superou-se na mentira. A verdade é que as principais instituições internacionais de pesquisa garantem que está comprovado o enorme potencial carcinogênico (cancerígeno) do formaldeído.

● A Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (Iarc) classificou esse composto como carcinogênico para humanos, tumorigênico e teratogênico, por produzir efeitos na reprodução humana e de outros animais.

● A Agência de Proteção Ambiental (EPA), órgão dos Estados Unidos que equivale ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), fez uma avaliação confirmando positivamente a carcinogenicidade do formaldeído em humanos.

● Segundo a Associação de Saúde e Segurança Ocupacional (Osha), dos Estados Unidos, o agente é suspeito de causar câncer em humanos, e o Programa Nacional de Toxicologia dos Estados Unidos (Fourth Annual Report on Carcinogens) considerou o formaldeído um agente cancerígeno.

● O Centro Internacional de Pesquisas sobre o Câncer (Circ), ligado à Organização Mundial de Saúde (OMS), concluiu que não há dúvidas sobre o potencial cancerígeno do formaldeído.

ciência

FOLHAONLINE

16/06/2004 - 19h32

**OMS inclui formaldeído em lista de substâncias cancerígenas**

da France Presse, em Paris (França)

O formaldeído, uma substância química produzida em larga escala no mundo, foi considerado cancerígeno por especialistas da OMS (Organização Mundial da Saúde).

Já havia uma suspeita de que a substância causasse câncer em humanos.

Mas, depois de uma nova avaliação, o Circ (Centro Internacional de Pesquisas sobre o Câncer, na sigla em francês) — órgão para estudos sobre o câncer da OMS, com sede em Lyon, no oeste francês — concluiu que o potencial cancerígeno do formaldeído não deixa dúvidas.

Um grupo de especialistas de dez países do Circ disse que agora há indícios suficientes que demonstram que "o formaldeído causa câncer nasofaríngeo (parte da faringe situada atrás do nariz)".

O grupo encontrou ainda "indícios limitados" de sua ligação ao câncer das fossas nasais e seios faciais e "fortes, mas não suficientes" indícios relacionados à leucemia, segundo um comunicado do Circ.

O formaldeído é usado principalmente na produção de resinas utilizadas como adesivos de madeira, papel e fibra de vidro. Também é muito utilizado na produção de material plástico e revestimentos e na indústria têxtil.

A população deve preparar-se para outras Inverdades que a Hexion possa tentar dizer na audiência pública que será realizada em 7 de dezembro, no Glorinha Futebol Clube.

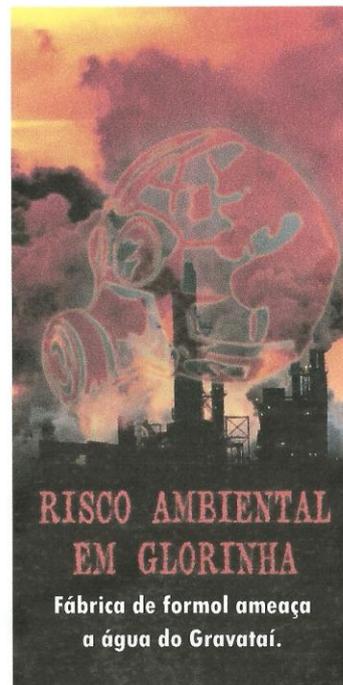
**Bem-vindas todas as indústrias, inclusive a Hexion, que queiram preservar a vida cumprindo a legislação!**

**Preserve a Natureza e o meio ambiente!**



**APA DO BANHADO GRANDE: CRIADA PARA PRESERVAR A VIDA. UMA ALTERNATIVA À CRISE DA ÁGUA NO GRAVATAÍ.**

SAALVE  
O grito da Natureza



A empresa Hexion agora passou dos limites. Divulgou um boletim cheio de inverdades na tentativa de confundir a opinião pública de Glorinha e dos municípios vizinhos.



### INVERDADE

O compromisso com o meio ambiente marca a vida da empresa para Glorinha.

### VERDADE

Se a Hexion tivesse, de fato, compromisso com o meio ambiente, não tentaria escapar do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA-RIMA). Somente esse estudo — que ela não quer fazer — poderá antever o tamanho do impacto que essa fábrica trará ao instalar-se na área de onde a população tira a água para beber.

### INVERDADE

A empresa está preocupada com a regulamentação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Banhado Grande.

### VERDADE

Se a empresa está mesmo preocupada com isso, por que nunca compareceu a nenhuma das muitas reuniões públicas que já ocorreram, como as do Comitê de Gerenciamento da Baía do Rio Gravataí ou do Conselho Gestor Provisório da APA do Banhado Grande, três das quais em Glorinha só nos últimos 12 meses?

A verdade é que ela não tem, nem nunca teve, esse tipo de interesse, pois a instalação de uma indústria química de alto potencial poluidor (como é a Hexion) na APA — que representa a zona de amortecimento da unidade de conservação de proteção integral Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos — sem o EIA-RIMA seria um atentado ao princípio da precaução ecológica, consagrado pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92).

### INVERDADE

Toda a água para seu processo produtivo virá do subsolo.

### VERDADE

A afirmação trazida pela Hexion de que um geólogo paulista garante que há água suficiente no subsolo de Glorinha não tem base e é confusa. Ou seja, não diz em que circunstância esse profissional fez a afirmativa. E, o que é pior, não existem poços na região que produzam ou confirmem tal volume. O próprio mapa hidrogeológico do Rio Grande do Sul, feito pelo Serviço Geológico do Brasil, demonstra que na área nem sequer há aquíferos produtivos. Será que o referido geólogo sabe o que a Hexion anda fazendo com suas declarações?

### INVERDADE

A Hexion fará "algum estudo" sobre os riscos e impactos.

### VERDADE

A legislação vigente exige a apresentação do EIA-RIMA. O que a empresa pretende apresentar na audiência pública são dados socioeconômicos de Glorinha, na tentativa de "ganhar o povo pela barriga" e de passar a falsa imagem de "bom moço", como se diz aqui no Rio Grande do Sul, prometendo supostos empregos e desenvolvimento fácil. O único estudo que realmente interessa é o Estudo Prévio de Impacto Ambiental, que a Hexion não quer fazer.

### INVERDADE

"Atender a todas as leis e regulamentos aplicáveis às suas operações é a lei da Hexion."

### VERDADE

Como acabamos de afirmar, o único estudo que realmente interessa e que a legislação vigente manda fazer é o Estudo Prévio de Impacto Ambiental, que, repetimos, a empresa não quer fazer. Esse estudo é exigido para indústrias com alto potencial poluidor, a exemplo da Hexion, pelas seguintes legislações: — artigos 2º da Resolução nº 1/86 e 10 da Resolução nº 237/97, ambas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama); — artigo 71 da Lei nº 11.520/00, que instituiu o Código Estadual do Meio Ambiente; — artigos 7º e 8º da Lei nº 677/04, que estabeleceu o Plano Diretor do município de Glorinha.

Some-se a todas essas exigências legais o princípio da prudência na preservação da Natureza, e se verá quem quer cumprir a lei.

### INVERDADE

O formaldeído não causa câncer!

## ANEXO 4 – PORTARIA SEMA Nº 046

32 DIÁRIO OFICIAL

Porto Alegre, sexta-feira, 18 de agosto de 2006

## Secretaria do Meio Ambiente

Secretário:  
Claudio DildaEnd: Rua Carlos Chagas, 55  
Porto Alegre/RS - 90245-000 - Centro  
Fone: (51) 3288-8100

## PORTARIAS

PORTARIA SEMA Nº 046, de 16 de agosto 2006.

Cria a Comissão Provisória para instalação do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições elencadas na Lei Estadual nº 11.362 de julho de 1999, bem como em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 9.985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, no Decreto Estadual nº 38.814/98, que regulamenta o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC, na Lei nº 11.520/00, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente, e no Decreto Estadual nº 42.010/00, que aprova o Regulamento dos Parques,

**CONSIDERANDO** que a Área de Proteção Ambiental - APA do Banhado Grande foi criada pelo Decreto nº 38.971 de 23 de outubro de 1998, e está contida nos limites da Bacia de drenagem desse Banhado, nos Municípios de Glorinha, Gravataí, Santo Antônio da Patrulha e Viamão e é composto por um conjunto de banhados formadores do Rio Gravataí, conhecidos pelos nomes de Banhado do Chico Lomã, Banhado dos Pachecos e Banhado Grande;

## RESOLVE:

**Art. 1º** - Fica criada a Comissão Provisória para instauração do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, com a finalidade de propor ao Órgão Gestor das Unidades de Conservação do Estado do Rio Grande do Sul as entidades que farão parte do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental Banhado Grande, bem como, seu Regimento Interno.

**Art. 2º** - A Comissão Provisória para instauração do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, será composta por 29 (vinte e nove) membros titulares e respectivos suplentes representantes das seguintes entidades:

- I - Secretaria Estadual do Meio Ambiente, através de um representante do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas – DEFAP e um representante do Departamento de Recursos Hídricos –DRH, ambos com direito a voto em separado;
- II - Fundação Zoobotânica - FZB;
- III - Secretaria Estadual de Justiça e Segurança através do Comando Ambiental da Brigada Militar;
- IV - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler - FEPAM
- V - Instituto Riograndense do Amoz - IRGA;
- VI - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;
- VII - Prefeitura Municipal de Alvorada - SMAM
- VIII - Prefeitura Municipal de Gravataí - Fundação Municipal de Meio Ambiente de Gravataí - FMMA;
- IX - Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha;
- X - Prefeitura Municipal de Cachoeirinha;
- XI - Prefeitura Municipal de Canoas;
- XII - Prefeitura Municipal de Viamão;
- XIII - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS;
- XIV - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul - FIERGS;
- XV - Associação de Preservação do Ambiente Natural do Vale do Gravataí - APNVG;
- XVI - Universidade Luterana do Brasil - ULBRA;
- XVII - Associação para Pesquisas de Técnicas Ambientais - APTA;
- XVIII - Sindicato das Indústrias do Papel, Papelão e Cortiça do Rio Grande do Sul - SINPASUL;
- XIX - Grupo para Viabilização de Estudos Ambientais - SISREST;
- XX - Organização Não Governamental - ONG Sociedade Amigos da Água Limpa e do Verde - SAALVE;
- XXI - Organização Não Governamental - ONG Mericá;
- XXII - Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul - FARSUL;
- XXIII - Associação dos Arrozeiros de Santo Antônio da Patrulha;
- XXIV - Escola Técnica de Agricultura de Viamão - ETA;
- XXV - Município de Viamão através do Distrito de Águas Claras;
- XXVI - Sindicato das Indústrias Químicas do Rio Grande do Sul;
- XXVII - KAISER & CIA LTDA.;
- XXVIII - LIONS - CD - 3.

**Parágrafo Único** – A Comissão Provisória para instauração do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande será presidida pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente representada pelo Departamento de Florestas e Áreas Protegidas – DEFAP.

**Art. 3º** - O prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão Provisória será de até 4 (quatro) meses, a contar da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por 2 (dois) meses.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, 18 de agosto de 2006.

Claudio Dilda  
Secretário Estadual do Meio Ambiente

Código 205810

## Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social

Secretário: Antonio Kleber de Paula

End: Av. Borges de Medeiros, 1501 - 8º andar  
Porto Alegre/RS - 90119-900  
Fone: (51) 3288-6400

## ERRATAS

Errata

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Instrução Normativa nº 01 de 13 de outubro de 1995 e Circular CAGE 02/2006, publicada no DOE de 01.08.2006, e tendo em vista o que consta do processo nº 003574-2100/05-0, retifica a Portaria de nº 027/2006 publicada no Diário Oficial do Estado em 16/08/06, onde se lê REGINALDO SIQUEIRA DA SILVA, matrícula 4514.6, leia-se TATIANA MENEZEUS NEU, matrícula 14709511.

Código 205845

## RECURSOS HUMANOS

Assunto: Afastamento  
Expediente: 002512-2100/06-4  
Nome: JUSSARA RAUTH DA COSTA  
Matrícula: 1206  
Cargo/Função: TECNICO CIENTIFICO  
NIVEL: 12  
Lotação: STCAS

AUTORIZA o afastamento do servidor, nos termos do Decreto 40879/01, sem prejuízo da remuneração e demais vantagens inerentes ao respectivo cargo.  
Localidade de destino: Fortaleza/CE.  
Período de afastamento: 06/09/2006 a 10/09/2006  
Evento e justificativa: IV Congresso Norte-Nordeste de Geriatria e Gerontologia.  
Condição: Sem ônus

Código 205847

## Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS

Diretor Presidente:  
Anápio de Souza Ferreira  
End: Rua Washington Luiz, 1110  
Porto Alegre-RS - 90010-460  
Fone: (51) 3284-6000

## SÚMULAS

## SÚMULAS DE CONTRATOS FIRMADOS COM A FGTAS

**Processo Administrativo:** 000752-2159/06-8 **Contrato:** n.º 104/2006 **Partes:** FGTAS e Protásio Cantarelli Vaz e outros. **Objeto:** Locação Agência FGTAS/SINE/TRIUNFO **Prazo:** de 17-07-06 até 16-07-2007 **Fundamento Legal:** Lei 8666 de 1993, art. 24, x **Recursos Financeiros:** MTE / SPPE/CODEFAT/SINE/RS-054/2006

## SUMULAS DE ADITIVO

**Processo Administrativo:** 003101-2159/97-2 **Termo de Aditivo:** N.º 111/2006 **Partes:** FGTAS e Município de Turuçu **Objeto:** prorrogação de prazo **Prazo:** de 30-06-06 até 29-06-09.

**Processo Administrativo:** 003417-2159/98-3 **Contrato:** 122/2006 **Partes:** FGTAS e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente –COMCRAD **Objeto:** prorrogação de prazo de Cessão de Uso de Bens **Prazo:** de 30-06-06 à 29-06-09

**Processo Administrativo:** 001836-2159/97-4 **Contrato:** 107/2006 **Partes:** FGTAS e Município de Monte Alegre dos Campos **Objeto:** prorrogação de prazo de Cessão de Uso de Bens **Prazo:** de 30-06-06 à 29-06-09

Anápio de Souza Ferreira,  
Diretor-Presidente da FGTAS

Código 205780

## Secretaria dos Transportes

Secretário:  
Gertrudes Peilissaro dos SantosEnd: Av. Borges de Medeiros, 1555  
18º andar - Porto Alegre/RS - 90110-150  
Fone: (51) 3221-0622

## SÚMULAS

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, a Declaração de Inexigibilidade de Licitação com fundamento no Art. 25, caput da mesma Lei constante do processo nº 002753-1800/04.2, para efeitos de Concessão Remunerada de Uso no Aeroporto de Caxias do Sul para a Empresa GOL Transportes Aéreos S/A, com base no Art. 20 da Portaria 475/GC5 de 19/05/2003.

Código 205755

## ANEXO 5 – PORTARIA SEMA Nº 050

76 DIÁRIO OFICIAL

Porto Alegre, sexta-feira, 23 de novembro de 2007

## Secretaria do Meio Ambiente

Secretário:

Carlos Otaviano Brenner de Moraes

End: Rua Carlos Chagas, 55

Porto Alegre/RS - 90245-000 - Centro

Fone: (51) 3288-8100

## PORTARIAS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

PORTARIA SEMA Nº 050, de 19 de novembro de 2007.

Cria o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições elencadas na Constituição Estadual, de 03 de outubro de 1989, e Lei 11.362, de 29 de julho de 1999; e,

Considerando o disposto no artigo 29, da Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentada pelos artigos 17 a 20 do Decreto Federal 4.340, de 22 de agosto de 2002, que dispõem sobre os conselhos de unidades de conservação;

## RESOLVE:

Art.1º- Fica criado o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, composto por 13 (treze) membros titulares e respectivos suplentes, representantes das seguintes entidades:

- I - Secretaria Estadual do Meio Ambiente, através do Departamento de Floresta e Áreas Protegidas - DEFAP/SEMA;  
 II - Fundação Zoobotânica - FZB;  
 III - Comando Ambiental da Brigada Militar da Secretaria Estadual de Justiça e Segurança;  
 IV - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler - FEPAM;  
 V - Instituto Riograndense do Arroz - IRGA;  
 VI - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;  
 VII - Prefeitura Municipal de Gravataí - Fundação Municipal de Meio Ambiente de Gravataí - FMMA;  
 VIII - Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha;  
 IX - Prefeitura Municipal de Viamão;  
 X - Universidade Luterana do Brasil - ULBRA;  
 XI - Escola Técnica de Agricultura de Viamão - ETA;  
 XII - Associação Águas Claras;  
 XIII - Prefeitura Municipal de Glorinha.

Parágrafo Único - O Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande será presidido pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente representada neste ato pelo Departamento de Florestas e Áreas Protegidas - DEFAP, na figura do chefe da APA.

Art.2º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, 19 de novembro de 2007.

Carlos Otaviano Brenner de Moraes  
Secretário de Estado do Meio Ambiente

Processo Administrativo nº 11505-0500/06-0

Código 347053

## SÚMULAS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

SÚMULA DO SEXTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO E MODIFICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE REPOSIÇÃO FLORESTAL OBRIGATORIA

I- PARTÍCIPES: Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, e a Machadinho Energética S.A. – MAESA. II- OBJETO: O caput da Cláusula 7ª passa a vigorar com a seguinte redação: “CLÁUSULA 7ª – DO PRAZO – O prazo de vigência do presente termo será até a data de 24 de outubro de 2009.” III- ARQUIVO DE ACESSO PÚBLICO: Processo Administrativo nº 4223-0500/02-7. Secretaria do Meio Ambiente, Rua Carlos Chagas, 55, 9º andar, Porto Alegre – RS.

Porto Alegre, 21 de novembro de 2007.

Carlos Otaviano Brenner de Moraes  
Secretário de Estado do Meio Ambiente

Código 347049

## SÚMULA DO TERMO DE COMPROMISSO PARA EXECUÇÃO DE MEDIDA COMPENSATÓRIA

I - PARTÍCIPES: Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA, por intermédio da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler - FEPAM, com a supervisão do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas - DEFAP, a Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula e a Criúva Energética S.A. II - OBJETO: Estabelecer as regras para o cumprimento integral da Medida Compensatória, visando a compensação dos impactos ambientais decorrentes do empreendimento do Licenciamento da PCH Criúva, que tem como responsável a Criúva Energética S.A. III - DO VALOR: O montante de recursos a serem destinados pela Criúva ao Parque Natural Municipal da Ronda, será de R\$ 257.694,00 (duzentos e sessenta e sete mil, seiscentos e noventa e quatro reais), relativo a 0,5 % (meio por cento) do investimento total do empreendimento, para gastos na implementação da Unidade de Conservação Municipal. IV - VIGÊNCIA: A vigência do presente Termo será de 2 (dois) anos e terá início na data da publicação da súmula no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado mediante acordo, devidamente justificada, e sempre por escrito, através da celebração de Termos Aditivos. V - ARQUIVO DE ACESSO PÚBLICO: Procedimento Administrativo nº 11890-0500/06-8. Secretaria do Meio Ambiente, Rua Carlos Chagas, 55, 9º andar, Porto Alegre - RS.

Porto Alegre, 20 de novembro de 2007.

Carlos Otaviano Brenner de Moraes  
Secretário do Estado do Meio Ambiente

Código 347047

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTEPRORROGAÇÃO DE OFÍCIO DO CONVÊNIO SEMA/  
CONSULTA POPULAR-AMUNOR Nº 014/2006

I- PARTÍCIPES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, e a Associação dos Municípios do Nordeste Riograndense - AMUNOR. II- OBJETO: Prorrogação de ofício da vigência do CONVÊNIO SEMA/CONSULTA POPULAR-AMUNOR Nº 014/2006, por mais 145 (cento e quarenta e cinco) dias, a contar de 02 de dezembro de 2007, tendo em vista o atraso ocorrido no repasse dos recursos referente a Parcela Única, por parte do Estado do Rio Grande do Sul. III- FUNDAMENTO LEGAL: Inciso IV da Subcláusula Primeira da Cláusula Terceira do Convênio. IV- ARQUIVO DE ACESSO PÚBLICO: Processo Administrativo nº 437-0500/06-0. Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Rua Carlos Chagas, 55- 9º andar, Porto Alegre.

Porto Alegre, 19 de novembro de 2007.

Carlos Otaviano Brenner de Moraes  
Secretário de Estado do Meio Ambiente

Código 347050

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTEPRORROGAÇÃO DE OFÍCIO DO CONVÊNIO SEMA/  
CONSULTA POPULAR - FURI Nº 031/2004

I- PARTÍCIPES: Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, e a Fundação Regional Integrada – FURI – Campus Erechim. II- OBJETO: Prorrogação de Ofício da vigência do CONVÊNIO SEMA/CONSULTA POPULAR - FURI Nº 031/2004, por mais 123 (cento e vinte e três) dias, a contar de 28 de novembro de 2007, tendo em vista o atraso ocorrido no repasse dos recursos referente a segunda parcela, por parte do Estado do Rio Grande do Sul. III- FUNDAMENTO LEGAL: Parágrafo Único da Cláusula Décima Segunda do Convênio. IV- ARQUIVO DE ACESSO PÚBLICO: Processo Administrativo nº 6625-0500/04-6. Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Rua Carlos Chagas, 55- 9º andar, Porto Alegre.

Porto Alegre, 19 de novembro de 2007.

Carlos Otaviano Brenner de Moraes  
Secretário de Estado do Meio Ambiente

Código 347051

## ANEXO 6 – PORTARIA SEMA Nº 025



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

### PORTARIA SEMA Nº 025, 25 de junho de 2009.

*Cria o Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental - APA do Banhado Grande e dá outras providências.*

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições elencadas na Constituição Estadual, de 03 de outubro de 1989, e na Lei Estadual nº 12.697, de 04 de maio de 2007, e

considerando o disposto no artigo 29 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentado pelos artigos 17 a 20 do Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que dispõem sobre os Conselhos de Unidades de Conservação;

considerando que a Área de Proteção Ambiental - APA do Banhado Grande foi criado pelo Decreto Estadual nº 38.971, de 23 de outubro de 1998, nos limites da Bacia de drenagem desse Banhado, nos Municípios de Glorinha, Gravataí, Santo Antônio da Patrulha e Viamão;

considerando que o Banhado Grande é o conjunto de banhados formadores do Rio Gravataí, conhecidos pelos nomes de Banhado do Chico Lomã, Banhado dos Pachecos e Banhado Grande, nos termos do Parágrafo único do artigo 1º do Decreto Estadual nº 38.971/1998;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental – APA do Banhado Grande.

Art. 2º - O Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental – APA do Banhado Grande é composto pelos membros titulares e respectivos suplentes das seguintes instituições:

- I - Secretaria do Meio Ambiente – SEMA;
- II - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler – FEPAM;
- III - Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul – FZB/RS;
- IV - Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio – SEAPA;
- V - Batalhão Ambiental da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul – CABM;
- VI - Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha;
- VII - Prefeitura Municipal de Gravataí;
- VIII - Prefeitura Municipal de Glorinha;
- IX - Prefeitura Municipal de Viamão;
- X - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
- XI - Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- XII - Comunidade Evangélica Luterana São Paulo – CELSP (ULBRA);
- XIII - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- XIV - Associação dos Moradores do Banhado do Gravataí;
- XV - Associação de Preservação da Natureza do Vale do Gravataí;
- XVI - Grupo Transdisciplinar de Estudos Ambientais;
- XVII - Sociedade Amigos das Águas Limpas e do Verde - SAALVE;
- XVIII - Lions Clube Internacional – Distrito LD-3;
- XIX - Legião da Boa Vontade – LBV;
- XX - Comunidades Tradicionais Quilombola;
- XXI - Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí;
- XXII - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER;
- XXIII - Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação – CEPERGS;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

- XXIV - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – FIERGS;
- XXV - Sindicato Rural de Gravataí;
- XXVI - Sindicato Rural de Viamão;
- XXVII - Sindicato Rural de Santo Antônio da Patrulha;
- XXVIII - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha;
- XXIX - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gravataí;
- XXX - Petrobrás Transportes S/A; e
- XXXI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul.

Parágrafo Único: Cada instituição integrante do Conselho Deliberativo indicará oficialmente 1 (um) representante titular e suplente, vedada a representação de mais de uma instituição, com exceção da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – FIERGS que indicará 4 (quatro) titulares e suplentes.

Art. 3º - O Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental - APA do Banhado Grande será presidido pela Secretaria do Meio Ambiente, órgão responsável pela administração do Conselho Deliberativo.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Alegre, 25 de junho de 2009.  
**Antonio Berfran Acosta Rosado**  
Secretário de Estado do Meio Ambiente

**EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO Nº 11505-0500/06-0**

Publicado em 14 de julho de 2009

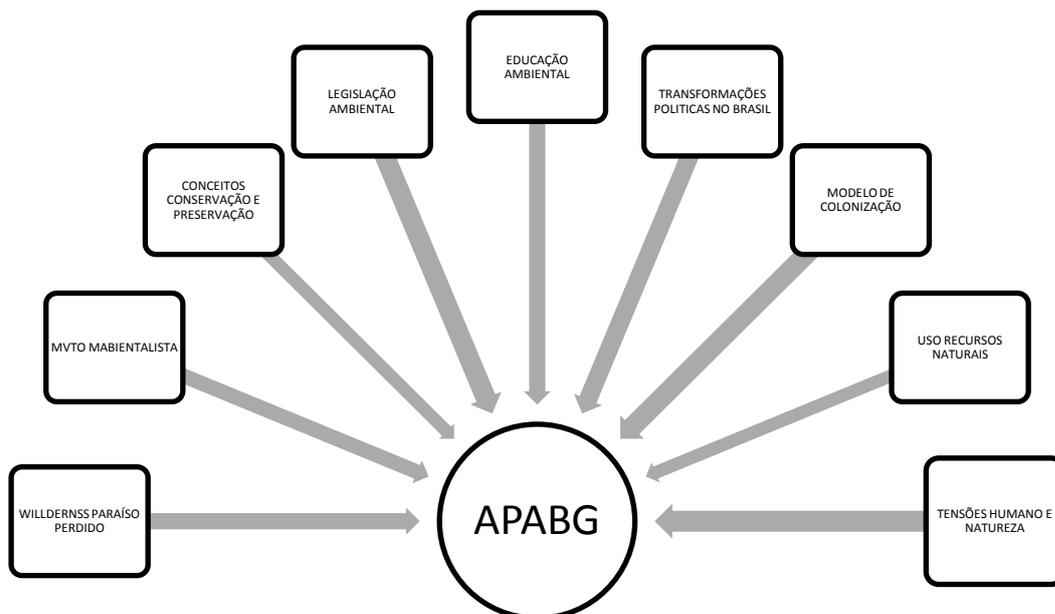
**Código 524002**

## ANEXO 7 – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS ENVOLVIDOS COM A HISTÓRIA DA APABG

1. Qual foi a ideia, o motivo inspirador da origem da APABG em 1998? Quem determinou e por quê?
2. Por que não se efetivou de imediato, só quase 10 anos depois?
3. Como surgiu então o movimento da efetivação da APA? Que atores foram fundamentais para esse início do movimento?
4. Qual foi o formato idealizado da APABG? Como você concebe este espaço?
5. Como você percebe o espaço APABG e como você acha que ele é percebido?
6. Como foi discutida a criação e posteriormente a efetivação da APA com a comunidade?
7. Como era esse espaço antes da criação da UC? Como as pessoas, a comunidade se relacionava ou via esse espaço?
8. Que elementos e recursos naturais e sociais, ideias, situações levaram a surgir à efetivação da UC?
9. Por que se produziu este espaço que é a UC e como você vê ele hoje? Que relação faz com o passado e o presente?
10. Quantos quais atores idealizadores desse espaço participaram de sua efetivação? Qual foi a inserção das escolas e da educação como um todo nesse movimento?
11. Por que foram estes atores e não outros?
12. Como você percebe a relação da comunidade com a APABG?

### EDUCADORES

1. Qual a necessidade dessa natureza para você?
2. Como repassar essas ideias a seus alunos?



**ANEXO 8 – ROTEIRO DE ENTREVISTA DE EDUCADORES**

Nome: \_\_\_\_\_ idade: \_\_\_\_\_ Formação: \_\_\_\_\_

Anos na escola: \_\_\_\_\_

Prezados,

Gostaria de contar com a sua colaboração em minha pesquisa de mestrado, respondendo as questões abaixo. Grata.

Profª Aurici Azevedo da Rosa

1. A APABG foi criada em 1998 e efetivada em 2009. Em ambos os períodos você enquanto gestor e a escola foram contatados, informados ou tinham conhecimento dessa áreas protegidas? Como?
  
2. Fora este período, houve algum momento em que os responsáveis pela unidade de conservação estabeleceram algum contato com a escola? Como?
  
3. E a escola, procurou a unidade de conservação para alguma atividade? Como?
  
4. A escola teve algum projeto envolvendo a unidade de conservação? Se recordar qual?
  
5. Como você vê a relação entre educação, unidades de conservação (áreas protegidas), a natureza, ações em educação ambiental?

**ANEXO 9 – CARTA APRESENTAÇÃO**

Ao gestor/a ...

Prezados Senhor/a,

Venho por meio desta, apresentar a aluna de mestrado Aurici Azevedo da Rosa, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) sob minha orientação. A Aurici realizará o estudo “Área de Proteção Ambiental Banhado Grande – APABG: a produção do espaço social da UC, percepção ambiental e educação ambiental nas escolas” que tem por objetivo pesquisar quais as percepções ambientais que os educadores e os gestores educacionais das escolas localizadas em Viamão, no entorno da APABG, possuem e como isso se configura na suas relações com a UC e nas práticas de educação ambiental. Esta pesquisa é mais uma de nossas frentes de investigação da linha de pesquisa Teorias e Culturas do PPGEdu da PUCRS.

A metodologia deste estudo envolverá uma análise histórica da construção do espaço ambiental e social da unidade de conservação APABG e observações e entrevistas com o intuito de se analisar as percepções que os educadores e os gestores educacionais possuem dessa UC e como essas se expressam nas práticas pedagógicas de EA.

A APA do Banhado Grande é uma unidade de conservação situada em quatro municípios do RS, que são Gravataí, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha e Viamão.e instituída legalmente em 1998. Sendo de uso sustentável, permite a ocupação e uso de seu espaço estabelecendo vínculos estreitos com a comunidade, necessitando assim de um ordenamento e cuidados adequados para sua preservação e para que se estabeleça um equilíbrio entre necessidades humanas e conservação de seus recursos naturais. Nesse sentido, a educação ambiental torna-se uma ferramenta adequada e significativa e as escolas um pólo de irradiação de saberes visando esse equilíbrio. A pesquisa se focalizará no município de Viamão em escolas inseridas ou entorno da UC.

O campo de estudo da Aurici seria constituído de observações participantes da dinâmica escolar bem como de entrevistas com educadores e gestores educacionais, incluindo os da Secretaria Municipal de Educação. Assim, gostaria de contar com sua ciência e anuência no que se refere a este envolvimento.

Desde já agradecemos a acolhida de nossa atividade de pesquisa e nos colocamos a disposição para qualquer outro esclarecimento.

Porto Alegre,

---

Dra. Mônica de La Fere

**ANEXO 10 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, \_\_\_\_\_, concordo em participar da pesquisa de AURICI AZEVEDO DA ROSA, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, orientada pela Professora Dra. Mónica La Fare.

O referido estudo analisará as percepções ambientais que os educadores e os gestores educacionais das escolas localizadas em Viamão, no entorno da APABG, possuem e como isso se configura na suas relações com a UC e nas práticas de educação ambiental.

Quanto à metodologia, a pesquisa recorrerá à observação participante em sala de aula e/ou na escola, entrevistas semi-estruturadas, visando: analisar as percepções ambientais dos educadores em relação à APABG e como isso se reproduz nas práticas de EA; pesquisar o processo histórico e coletivo de estabelecimento da APABG, qual foi à inserção das escolas nesse processo e como as políticas públicas de EA para UC orientam essa relação;

Declaro ter sido devidamente informado/a pela pesquisadora dos objetivos da pesquisa, das metodologias e dinâmicas que serão empregadas durante a pesquisa e dos possíveis desdobramentos da mesma. Ciente disto:

( ) Autorizo a pesquisadora a utilizar as informações que fornecerei (em encontros coletivos, entrevistas individuais e/ou em grupo, gravados) na elaboração da sua dissertação de mestrado e de outras possíveis publicações (contanto que me sejam previamente informadas).

( ) Autorizo a pesquisadora a utilizar meu nome completo e [...] nos registros de sua dissertação e em outras possíveis publicações (contanto que me sejam previamente informadas).

Data: \_\_\_\_\_ Email: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

---

Assinatura (Participante da Pesquisa)

Responsável pela Pesquisa: Aurici Azevedo da Rosa  
Orientadora: Profa. Mónica de La Fere  
PPGEdu/FACED/PUCRS